

Ficha catalográfica

Anais

ISBN: 978-85-63012-06-7

XV Encontro Paranaense de Psicologia do Paraná: Direitos Humanos, ética e as inovações tecnológicas na prática da Psicologia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angela Giordani CRB9/1262- Curitiba-PR

Volume único

CRP-08

Londrina
2015

Encontro Paranaense de Psicologia (15.: 2015 : Londrina, PR).

E46 Anais do Encontro Paranaense de Psicologia, Londrina, 21 a 24 de
outubro de 2015 / Organização: Sandra Mara Passarelli Flores... [et al.].—
Londrina : CRP-PR, 2015.
133 p.

Tema central: "Direitos humanos, ética e as inovações tecnológicas na
prática da Psicologia"

ISBN 978-85-63012-06-7

1. Psicologia – Ética profissional. 2. Psicologia – Inovações tecnológicas.
3. Direitos humanos. I. Flores, Sandra Maria Passarelli.
II. Conselho Regional de Psicologia, PR. III. Título

SUMÁRIO

ANAIS DO XV ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOLOGIA..... 6

COMISSÃO ORGANIZADORA E COMISSÃO CIENTÍFICA DO XV EPP..... 7

MENSAGEM DA PRESIDENTE DO XV EPP..... 8

PROGRAMAÇÃO..... 8

NORMAS PARA SUBMISSÃO DE TRABALHOS..... 30

CRITÉRIOS AVALIATIVOS..... 31

ORIENTAÇÕES PARA APRESENTAÇÃO NAS COMUNICAÇÕES CIENTÍFICAS 32

RESUMOS..... 33

MESAS-REDONDAS..... 33

PAINÉIS..... 54

OFICINAS e MINI-CURSOS..... 55

PALESTRAS..... 57

MINI-PALESTRAS..... 66

PÔSTERES..... 99

AGRADECIMENTOS..... 135

PROMOÇÃO 134

CONTATOS 135

XV Encontro Paranaense de Psicologia do Paraná:
Direitos Humanos, ética e as inovações tecnológicas
na prática da Psicologia

Bem-Vinda(o) ao XV Encontro Paranaense de Psicologia

Os Encontros Paranaenses já fazem parte da história da Psicologia Brasileira e, a cada gestão do Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-PR), as(os) Psicólogas(os) e estudantes de Psicologia anseiam pela sua realização. Na oportunidade, é possível reciclar conhecimentos, aperfeiçoar as práticas profissionais e ainda ter a satisfação do reencontro de colegas.

A Psicologia é uma profissão jovem e em constante crescimento. Cada dia aumenta mais a necessidade do diálogo para mediação de conflitos, para minimizar os efeitos nocivos da intolerância e, assim, ajudar a construir uma sociedade mais justa e solidária, com qualidade de vida para todas e todos.

É fundamental que o CRP-PR, de acordo com as suas atribuições legais e regimentais, propicie às(aos) Psicólogas(os) paranaenses a atualização profissional constante. O XII Plenário propôs que, sob o olhar da Psicologia em suas diferentes abordagens e áreas de aplicação, discuta-se no XV Encontro Paranaense de Psicologia o tema “Direitos humanos, ética e as inovações tecnológicas na prática da Psicologia”.

Comissão Organizadora e Comissão Científica do XV EPP

Comissão Organizadora:

Sandra Mara Passarelli Flores (CRP-08/01198)
Ricardo Justino Flores (CRP-08/00924)
Renata Maioli Rodrigues Gastaldi (CRP-08/18213)
Paula Matoski Buttore (CRP-08/12879)
Nadya Christiane Silveira Pellizzari (CRP-PR/06926)
Mauro Fernando Duarte (CRP-08/12453)
Maurício Cardoso da Silva (CRA-PR/22.261)
Maíra Bonafé Sei (CRP-08/IS-281)
Juliano Del Gobo (CRP-08/13756)
João Juliani (CRP-08/07501)
Guilherme Bertassoni da Silva (CRP-08/10536)
Fernanda Rossetto Prizibela (CRP-08/12857)
Denise Ribas Jamus (CRP-08/11462)
Célia Mazza de Souza (CRP-08/02052)
Angelo Horst (CRP-08/17007)
Ana Elisa Salomão Bosquê (CRP-08/04365)

Comissão Científica:

Adriano Furtado Holanda (CRP-08/17857) – Doutor
Fábio Eduardo Silva (CRP-08/13866) – Doutor
Fernanda Rossetto Prizibela (CRP-08/12857) – Especialista.
João Juliani (CRP-08/07501) – Doutor
Maria de Fátima Quintal de Freitas (CRP-08/08528) – Doutora
Maria Joana Mäder-Joaquim (CRP-08/01899) – Doutora
Ricardo Justino Flores (CRP-08/00924) – Mestre
Rosângela Maria Martins (CRP-08/01169) – Mestre
Thereza Cristina Arruda Salomé D’Espíndula (CRP-08/04776) – Mestre

Apoio Técnico:

Allana Pazzoti Figueiredo	Ellen Nemitz
Ana Inês Souza	Joseli Wasik
Samuel O. de Castro	Aparecida R. Silva
Carla A. Ribeiro	

Mensagem da Presidenta do XV EPP

É com grande otimismo que convidamos a todas(os) as(os) Psicólogas(os) e estudantes de Psicologia a participarem do XV Encontro Paranaense de Psicologia que, nesta edição, acontece em Londrina, Paraná. A importância deste evento não se dá apenas pela aproximação entre Psicólogas(os), estudantes de Psicologia, instituições de ensino e o CRP-PR, mas também pelo fato de termos recebido colaborações de comissões do Conselho, de Psicólogas(os) e de docentes das instituições de ensino do nosso Estado e demais regiões do país.

Assim, chegamos pautados pelo diálogo, marca da nossa gestão, na temática deste XV Encontro de Psicologia, que reunirá profissionais e universitários apresentando suas experiências, questionamentos, reflexões, pesquisas e resultados. O Encontro marca um momento de enriquecimento técnico-teórico-científico e, mais uma vez, fortaleceremos o orgulho de sermos Psicólogas(os), o orgulho da Psicologia, como ciência e profissão, e confiança na perseverança em nossa missão de estimular e fortalecer a relação entre Conselho, Psicólogas(os) e sociedade; formando, assim, uma rede comprometida com a cidadania, a solidariedade, a justiça e a saúde mental.

Psicóloga Sandra Mara Passarelli Flores
CRP-08/01198
Presidenta do XV EPP

Programação

A programação, composta por Simpósios de abertura e de encerramento; mesas-redondas, palestras, mini-palestras, oficinas e pôsteres dentro da temática: “Direitos humanos, ética e as inovações tecnológicas na prática da Psicologia”, distribuída entre os dias 21 a 24 de outubro de 2015, no Centro de Convenções do Hotel Sumatra, em Londrina, conforme segue:

21/10/2015

Centro de Convenções Sumatra Hotel - Londrina

14h | Credenciamento

19h | Solenidade de Abertura

19h30 | Simpósio: “Direitos Humanos, Ética e as inovações tecnológicas na prática da Psicologia”

Dr Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CRP-05/26077) – Direitos Humanos e Justiça
Drª Verônica Bender Haydu – Psicologia e novas tecnologias
Drª Lumena Celi Teixeira (CRP-06/24841) – Saúde, cultura e ética

22/10/2015

Sala OSTIA (140 pessoas)

8h – 9h30 | Palestra

“Redução de Danos causados pelo uso de Drogas”
Dr Fábio Caldas Mesquita

10h – 12h30 | Documentário

“Pedras, plantas e outros caminhos”, com diálogos sobre experiências em redução de danos, acompanhamento terapêutico e inovações no cuidado a usuários de álcool e outras drogas”
Dr Ricardo Wagner da Silveira (CRP-04/09719)

14h – 15h30 | Palestra

“O trabalho do psicólogo no SUS e o compromisso com os direitos humanos”
Drª Lumena Celi Teixeira (CRP-06/24841)

16h – 17h30 | Mesa-redonda

“A produção de subjetividade e o sofrimento psicológico diante dos estudos étnico-raciais”
Profa. Drª Maria Nilza da Silva
Psic. Michely Ribeiro da Silva (CRP-08/18161)
Dr Jefferson Olivatto da Silva (CRP-08/13918)

**17h30 – 19h | Minipalestras
Saúde Mental**

“Aspectos críticos da linha guia de atenção à saúde mental do Estado do Paraná”

AUTOR(ES): Carina Furlaneto Frazatto (CRP08/13422); Gustavo Lacatus da Costa de Oliveira (CRP-08/20191); Leandro do Carmo de Souza; Maria Aparecida de Moraes Burali (CRP-08/10459); Maria Aparecida Santiago da Silva (CRP-08/15326); Maria Lúcia Boarini (CRP-08/02078); Marina Maria Beltrame (CRP-08/12985); Renata Cristina Marques Bolonheis (CRP-08/10869); Renata Rosolem (CRP-08/14118); Roselania Francisconi Broges (CRP-08/06008).
APRESENTADOR(ES): Maria Aparecida Santiago da Silva (CRP-08/15326)

“A polifonia do cotidiano dos trabalhadores, na estratégia de saúde da família”

AUTOR(ES): Marilene Affonso Romualdo Verthein (CRP-05/03156); Jahyne Aparecida Carvalho Silvestre; Gustavo Henrique da Silva.
APRESENTADOR(ES): Marilene Affonso Romualdo Verthein (CRP-05/03156)

“PROGRAMA SAIBA: uma experiência de trabalho com redução de danos”

AUTOR(ES): Aline Cristina Monteiro Ferreira (CRP-08/20257); Natalia Zanuto de Oliveira (CRP-08/18431); Alinne Nunes Alves dos Santos.
APRESENTADOR(ES): Aline Cristina Monteiro Pereira (CRP-08/20257)

“O Código de Ética do Psicólogo como instrumento político: reflexões a partir dos desafios da reforma psiquiátrica”

AUTOR(ES): Juliano Del Gobo (CRP-08/13756); Sandra Monique Van Dongen.
APRESENTADOR(ES): Juliano Del Gobo (CRP-08/13756); Sandra Monique Van Dongen.

Sala BIBLOS (140 pessoas)

8h – 9h30 | Mesa-redonda

“Ética e avaliação psicológica no sistema de Justiça”

Dr Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CRP-05/26077)

Drª Sonia Liane Reichert Rovinski (CRP-07/01792)

10h – 12h30 | Painel

PERÍCIA

Criminal: Daniel Felipetto (CRP-08/13395)

Família, Criança e Adolescente (TJ): Luciana Moraes (CRP-08/14417)

Porte de Arma: Cássia Aparecida Rodrigues (CRP-08/12944)

Assistente Técnico: Deisy Maria Rodrigues Joppert (CRP-08/01803)

Coordenação: Ms Guilherme Bertassoni da Silva (CRP-08/10536)

14h – 17h30 | Minicurso

“Produção de documentos na área forense”

Drª Sonia Liane Reichert Rovinski (CRP-07/01792)

17h30 – 19h | Minipalestras – Psicologia e relações com a Justiça

“Intervenções em psicologia jurídica: atendimento psicológico às mulheres presas”

AUTOR(ES): Karine Belmont Chaves (CRP-08/09262)

APRESENTADOR(ES): Karine Belmont Chaves (CRP-08/09262)

“Audiência de advertência: um novo foco para a psicologia jurídica”

AUTOR(ES): Daniela Haag Coelho (CRP-08/17640); Douglas Dal Molin; Fernanda Soares Pereira;

Ivan Lucas Mendes (CRP-08/21082); Jaqueline Puquevis de Souza (CRP-08/08486)

APRESENTADOR(ES): Douglas Dal Molin

“Perfil criminal: intersecção entre investigação criminal e psicologia”

AUTOR(ES): Gessica Greschuk Ribeiro; Guilherme Bertassoni da Silva (CRP-08/10536)

APRESENTADOR(ES): Gessica Greschuk Ribeiro

Sala AMSTERDÃ (140 pessoas)

8h – 9h30 | Mesa-redonda

“Psicologia e suas interfaces em Direitos Humanos”

Prof. Dr. José Eduardo Siqueira – Direitos Humanos e Bioética

Dr. Paulo César Vieira Tavares – Grupo de trabalho de combate ao racismo

Prof. Dr. Marcos Roberto – Direitos Humanos na Prática de Psicoterapia

Coordenação: Prof. Dr. João Juliani (CRP-08/07501)

10h – 11h30 | Mesa-redonda

“Psicologia e prevenção no Esporte”

Ms Márcia Regina Walter (CRP-08/02054)

Drª Birgit Keller

Ms Leonardo Pestillo de Oliveira (CRP-08/12613)

Coordenação: Ms Eugenio Pereira de Paula Junior (CRP-08/06099)

11h30 – 12h30 | Palestra

“Psicologia Sócio-histórica: trabalho e sofrimento”

Luciano Ferreira Rodrigues Filho (CRP-08/17971)

14h – 15h30 | Mesa-redonda

“Relação entre orientação profissional, políticas públicas e ética”

Psic. Isabel C de Abreu Fochesato (CRP-08/12376)

Psic. Mariita Bertassoni da Silva (CRP-08/00101)

Psic. Sandra Mara Passarelli Flores (CRP-08/01198)

16h – 17h30 | Mesa-redonda

“Interdisciplinaridade e Psicologia”

Samarah Perszel de Freitas (CRP-08/13487)

Altair Justus Neto

Debora Rickli Fiuza (CRP-08/15111)

17h30 – 19h | Espaço livre para reuniões, diálogos de comissões e lançamento de livros.

Sala JAKARTA (90 pessoas)

- 8h – 9h30 | Mesa-redonda**
“**A interdisciplinaridade na prevenção à saúde: uma experiência com mães e bebês prematuros**”
Edilaine Baccarin Petenuci (CRP-08/14298)
Daiane Soares de Almeida Ciquinato
Patricia Yassumoto (CRP-08/07349)
- 10h – 11h30 | Mesa-redonda**
“**Práticas exitosas na humanização hospitalar**”
Psic. Aline Pinto Guedes (CRP-08/10219)
Psic. Juliane Gequelin Rosa (CRP-08/10744)
Psic. Valéria de Araújo Elias (CRP-08/02730)
- 11h30 – 12h30 | Mesa-redonda**
“**Ensino e a prática da Psicanálise**”
Dr^a Claudia Sousa Palma – “Sobre a psicanálise na universidade: como ensinar o que não se aprende?”
Dr^a Silvia Nogueira Cordeiro (CRP-08/IS-336) – “Contribuições da psicanálise na equipe multidisciplinar”
Ms. Daniel Mainero – “Psicanálise e universidade: um apelo às ciências humanas”
- 14h – 15h30 | Mesa-redonda**
“**Cenários tecidos pela família**”
Dr^a Sandra Aparecida Serra Zanetti (CRP-08/IS-350) – “Grupo terapêutico com pais de filhos encaminhados à psicoterapia”
Dr^a Maria Elizabeth Barreto Tavares dos Reis (CRP-08/00475) – “Implicações da história de vida no desenvolvimento da individualização em gêmeos”
Dr^a Máira Bonafé Sei (CRP-08/IS-281) – “A família no setting psicanalítico”
- 16h – 17h30 | Mesa-redonda**
“**Clínica psicanalítica atual**”
Ms. Ricardo Flores (CRP-08/00924) – “A Transferência em Freud”
Ms. Maurício Biagati – “A Transferência em Lacan”
Dr^a Rosemarie Elizabeth Schmidt Almeida – “A Transferência em Winnicott”

NEW YORK; TÓKIO E LIVERPOOL (Salas unificadas: 100 pessoas)

- 8h – 9h30 | Palestra**
“**Crianças protagonistas no enfrentamento à violência: construindo ações de prevenção**”
Cristina Fukumori Watarai (CRP-08/10103)
- 10h – 11h30 | Mesa-redonda**
“**Vulnerabilidade da criança e do adolescente no contexto atual**”
Psic. Rosa Maria Cardoso (CRP-08/01987)
Dra Sandra Vargas Odebrecht Nunes
Psic. Debora Leticia Dias (CRP-08/16407)
- 11h30 – 12h30 | Palestra**
“**Histórico do DSM e crítica psicanalítica**”
Marco Correa Leite (CRP-08/17139)
- 14h – 15h30 | Mesa-redonda**
“**O direito de ser, sendo diferente na Escola: uma análise psicológica sobre o preconceito**”
Robson Aparecido da Costa Silva
Thays Bernardes Borges
- 16h – 17h30 | Mesa-redonda**
“**Novas abordagens e perspectivas na Psicologia do Trânsito**”
Heloisa Rocha (CRP-08/12491)
Bruno Diogo Moreira
Fabricio Maoski (CRP-08/16497)
- 17h30 – 19h | Minipalestras – Trânsito e mobilidade humana**
- “**Pela efetividade de direito a mobilidade: questões de usuários do sus com a aquisição de cadeira de rodas motorizadas**”
AUTOR(ES): Maudeth Py Braga (CRP-05/05611); Bárbara dos Santos Sampaio Ferreira; Carolina Sarzeda Reis Couto; Lívia Tedeschi Rondon de Souza; Marcia Martins Oliveira; Mariana Arantes Moreira; Monique Ribeiro de Araújo; Monique S. Souza; Uly C. R. Guahy; Valeria de Fátima Soares Marques.
APRESENTADOR(ES): Maudeth Py Braga (CRP-05/05611).
- “**A mobilidade humana como prática coletiva**”
AUTOR(ES): Maudeth Py Braga (CRP-05/05611); Andreia dos Santos Carvalho; Barbara Gonçalves dos Santos.
APRESENTADOR(ES): Maudeth Py Braga (CRP-05/05611).

American Bar (50 pessoas)

- 8h – 19h | Espaço livre para reuniões e diálogos de comissões**

Espaço Feiras

- 8h – 19h | Exposição de pôsteres e materiais de parceiros**

21/out		22/out						
SALAS	OSTIA	BIBLOS	AMSTERDÁ	JAKARTA	NEW YORK, TÓKIO E LIVERPOOL	AMERICAN BAR	ESPAÇO FEIRAS	
8h-9h30 <								

Dia 23/10

Sala OSTIA (140 pessoas)

- 8h – 9h30 | **Palestra**
“Práticas na Psicologia: reconhecidas, regulamentadas, não regulamentadas e não reconhecidas”
Dr Luiz Eduardo Valiengo Berni (CRP-06/35863)
- 10h – 11h30 | **Mesa-redonda**
“Repensando os paradigmas científicos na Psicologia e suas relações com as práticas”
Dr Luiz Eduardo Valiengo Berni (CRP-06/35863)
Psic. Juliano Del Gobo (CRP-08/13756)
Dr Fábio Eduardo da Silva (CRP-08/13866)
- 11h30 – 12h30 | **Palestra**
“A intuição participa da tomada de decisão humana?”
Dr Fábio Eduardo da Silva (CRP-08/13866)
- 14h – 15h30 | **Mesa-redonda**
“Psicologia Anomalística e a Formação do Psicólogo”
Dr Alessandro Hideki Shimabucuro (CRP-06/127727)
Ms Leonardo Martins
Dr Jeverson Reichow (CRP-12/04218)
Dr Fábio Eduardo da Silva (CRP-08/13866)
- 16h – 19h | **Painel**
“O Sagrado e a Psicologia”
Dr Luiz Eduardo Valiengo Berni (CRP-06/35863)
Ms Guilherme Falcão (CRP-08/04130)
Psic. Luiz Antonio Mariotto Neto (CRP-08/17526)
Ms Mauro Duarte (CRP-08/12453)
Coordenação: Dr Fabio Eduardo da Silva (CRP-08/13866)

Sala BIBLOS (140 pessoas)

8h – 9h30 | Mesa-redonda

“Panorama geral da avaliação psicológica no Brasil: atualidades e perspectivas”

Dr João Carlos Alchieri (CRP-17/01301)
Dr Roberto Moraes Cruz (CRP-12/01418)

10h – 11h30 | Mesa-redonda

“Avaliação Psicológica no Idoso”

Drª Maria Joana Mäder-Joaquim (CRP-08/01899)
Mauren Carneiro da Silva Rubert (CRP-08/08715)
Ms Denise Ribas Jamus (CRP-08/11462)

11h30 – 12h30 | Mesa-redonda

“Serviço público de avaliação psicológica: implicações éticas e sociais”

Dra. Katya Luciane de Oliveira (CRP-IS-196) – “Serviço de avaliação psicológica em diferentes contextos”
Ms. Patrícia Silvia Lúcio (CRP-08/19227) – “Avaliação psicológica em casos de disputa judicial”
Dr. Fabiano Koich Miguel (CRP-08/17977) – “Avaliação de características afetivas em pacientes psiquiátricos”

14h – 15h30 | Mesa-redonda

“Desafios das novas tecnologias em avaliação psicológica”

Dr Cristiano Esteves (CRP-06/53615)
Dr Fabiano Koich Miguel (CRP-08/17977)

16h – 17h30 | Palestra

“Laudo – limites na atuação, estrutura e conteúdo”

Psic. Cássia Regina de Souza Preto (CRP-06/91712)

17h30 – 19h | Palestra

“Psicologia Investigativa – perfis criminais: apontamentos metodológicos”

Ms Guilherme Bertassoni da Silva (CRP-08/10536)
Ana Paula Fonsaca

Sala AMSTERDÃ (140 pessoas)

8h – 9h30 | Mesa-redonda

“Justiça Restaurativa”

Drª Claudia Catafesta
Psic. Aline Fioravante (CRP-08/10130)
Coordenação: Psic. Renata Maioli Rodrigues Gastaldi (CRP-08/18213)

10h – 11h30 | Mesa-redonda

“Estratégias de Avaliação Psicológica na Infância”

Ms Vera Regina Miranda (CRP-08/01386)
Drª Mari Angela Calderari Oliveira (CRP-08/01374)

11h30 – 12h30 | Palestra

“Trabalhando sentimentos em famílias”

Ms Vera Regina Miranda (CRP-08/01386)

14h – 17h30 | Painel

“A interdisciplinaridade e políticas públicas: práticas profissionais na atualidade”

Drª Vania Baptista Nery (CRP-06/38464)
Psic. Solange Maria Rodrigues Leite (CRP-08/09294)
Dr Alessandro Soares da Silva

17h30 – 19h | Minipalestras – Social e Cultura

“As possibilidades de atuação do psicólogo na zona rural”

AUTOR(ES): Kathia Galdino Godoy de Queiroz (CRP-08/14630); Raquel Venegas Tumushi
APRESENTADOR(ES): Kathia Galdino Godoy de Queiroz (CRP-08/14630); Raquel Venegas Tumushi

“O psicólogo e o Sistema Único de Assistência Social: uma análise do discurso de profissionais que atuam em CRAS”

AUTOR(ES): Amanda Carollo Ramos da Silva (CRP-08/16569); Luciana Albanese Valore (CRP-08/04630)
APRESENTADOR(ES): Amanda Carollo Ramos da Silva (CRP-08/16569)

“Percursos e impasses da prática profissional do psicólogo no CREAS”

AUTOR(ES): Anyelle Karine de Andrade (CRP-08/17132); Kathia Galdino Godoy de Queiroz (CRP-08/14630); Raquel Venegas Tumushi
APRESENTADOR(ES): Anyelle Karine de Andrade (CRP-08/17132); Kathia Galdino Godoy de Queiroz (CRP-08/14630); Raquel Venegas Tumushi.

“Acolhimento institucional para adultos em situação de rua: relato de experiência na cidade de Londrina-PR”

AUTOR(ES): Aline Cristina Monteiro Ferreira (CRP-08/20257); Vânia Galbes (CRP-08/18999); Fátima Reale Prado; Francielli de Souza Barbosa Cardoso; Rosangela Aparecida de Souza Costa Andread.
APRESENTADOR(ES): Aline Cristina Monteiro Ferreira (CRP-08/20257)

“Perspectivas para atuação do psicólogo na política pública de cultura de Londrina”

AUTOR(ES): Pâmela Salles (CRP-08/20935)
APRESENTADOR(ES): Pâmela Salles (CRP-08/20935)

Sala JAKARTA (90 pessoas)

8h – 9h30 | Mesa-redonda

“Avaliação e desenvolvimento de jogos educativos, com base em princípios da análise do comportamento”

Dr^a Verônica Bender Haydu

Dr^a Silvia Regina de Souza (CRP-08/07243)

10h – 11h30 | Minipalestras – Escola, Educação, Psicologia e Psicanálise

“Violência na escola: contribuição da psicanálise ao trabalho com crianças e adolescentes em situação de violência”

AUTOR(ES): Silvia Helena de Rezende Siste Maia (CRP-08/06647)

APRESENTADOR(ES): Silvia Helena de Rezende Siste Maia (CRP-08/06647)

“Implantação de um programa institucional de desenvolvimento de habilidades sociais em um grupo educacional privado”

AUTOR(ES): Fernanda Rossetto Prizibela (CRP-08/12857); José Francisco Malucelli Klas; Roseli

Pinheiro (CRP-08/09205)

APRESENTADOR(ES): Fernanda Rossetto Prizibela (CRP-08/12857)

“Projeto na escola que protege: como os participantes lidam com as violações dos direitos humanos”

AUTOR(ES): Bruna Athanazio Dolejal; Milady Oliveira; Hivana Raelcia da Rosa Fonseca; Michele Poletto;

Ana Paula Lazaretti; Silvia Helena Koller.

APRESENTADOR(ES): Bruna Athanazio Dolejal; Milady Oliveira.

“A poesia do paejú como forma de enfrentamento do adoecer psíquico dos poetas do sertão pernambucano”

AUTOR(ES): Robson Aparecido da Costa Silva; Rita de Cássia Albuquerque Araújo (CRP-02/12967).

APRESENTADOR(ES): Robson Aparecido da Costa Silva; Rita de Cássia Albuquerque Araújo (CRP-02/12967).

11h30 – 12h30 | Mesa-redonda

“Oficinas COE e COF do CRP-12 realizadas em Santa Catarina”

Simone Vieira de Souza (CRP-12/01489)

Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP-12/01706)

14h – 17h30 | Oficina COE e COF

É tempo de orientação: diálogo com a Comissão de Orientação Fiscalização e Comissão de Orientação e Ética.

Renata Campos Mendonça (CRP-08/09371)

Luciana de Almeida Moraes (CRP-08/14417)

Nayanne Costa Freire CRP-08/14350)

Claudia Beninca de Oliveira (CRP-08/14773)

Milena Luiza Poletto (CRP-08/13828)

Elisandra Mirandola Krause (CRP-08/10853)

Rafael Gimenes Lopes (CRP-08/11542)

Jefferson Simomura (CRP-08/11521)

Luana Oshiyama Barros (CRP-08/18380)

Denise Ribas Jamus (CRP-08/11462)

Fernanda Rossetto Prizibela (CRP-08/12857)

Salas NEW YORK; TÓKIO E LIVERPOOL (Salas unificadas: 100 pessoas)

8h – 9h30 | Palestra

“O Psicólogo e a educação sexual: uma área de atuação que necessita ser ‘abraçada’ com urgência”

Mary Neide Damico Figueiró (CRP-08/01210)

10h – 11h30 | Minipalestras ABORTO E GESTAÇÃO

“Aborto: dando voz às mulheres que decidiram pela interrupção voluntária da gravidez (IGV)”

AUTOR(ES): Mary Neide Damico Figueiró (CRP-08/01210); Sonia Melo; Fabíola da Silva Miranda.

APRESENTADOR(ES): Fabíola da Silva Miranda

“Aspectos psicológicos da gravidez: uma contribuição analítico comportamental”

AUTOR(ES): Hellen Mello (CRP-08/05931); Aline Cristina Monteiro Ferreira (CRP-08/20257)

APRESENTADOR(ES): Aline Cristina Monteiro Ferreira(CRP-08/20257)

“Análise do comportamento e infertilidade: apoio psicológico em grupo de mulheres”

AUTOR(ES): Josy de Souza Moriyama (CRP-08/13929); Ednéia Peres Hayashi (CRP-08/07231);

Bárbara Dias Miras; Amanda Castilho de Mattos; Jessica Isabely Emmerich; Ingredy Ribeiro Buss;

Arthur Basilio Alves Ribeiro; Sebastião Junior dos Santos.

APRESENTADOR(ES): Josy de Souza Moriyama (CRP-08/13929); Ednéia Peres Hayashi (CRP-08/07231)

11h30 – 12h30 | Palestra

“Psicologia Política”

Dr Alessandro Soares da Silva

14h – 15h30 | Minipalestras PSICOLOGIA CLÍNICA E HOSPITALAR

“A expectativa do primeiro contato e do atendimento à família através da divisão do futuro psicoterapeuta”

AUTOR(ES): Maricélia de Fátima Costa Calegari; Rafaela Grumadas Machado.

APRESENTADOR(ES): Rafaela Grumadas Machado

“Hipnose Ericksoniana: um estudo da aplicação da técnica no contexto psicoterapêutico”

AUTOR(ES): Alessandra Martins Lopes (CRP-08/21241)

APRESENTADOR(ES): Alessandra Martins Lopes (CRP-08/21241)

“Terapia assistida por animais: um projeto para promover a TAA na saúde comunitária em Foz do Iguaçu”

AUTOR(ES): Amanda Braz Ramirez; Desirrée Biskup Passos; Fabiano da Silva Santos; Roberta Lima Silva Bouchardet.

APRESENTADOR(ES): Roberta Lima Silva Bouchardet

“Sobre a função do psicanalista na instituição hospitalar”

AUTOR(ES): Ricardo Brandel Junior; Valeria de Araújo Elias (CRP-08/02730).

APRESENTADOR(ES): Ricardo Brandel Junior

16h – 17h30 | Minipalestras
PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO

“As características da pessoa com deficiência visual e sua admissão no mercado de trabalho”
AUTOR(ES): Glaucia Kasper; Marlova Carolina Rodrigues; Miriam Izolina Padoin Dalla Rosa (CRP-08/13759)
APRESENTADOR(ES): Glaucia Kasper

“O empoderamento do trabalhador por meio de um método indireto de acesso ao psiquismo: a instrução ao sócia e suas aplicações no Brasil”
AUTOR(ES): Ruchelli Stanzani Ercolani; Deivis Perez Bispo dos Santos (CRP-06/54618).
APRESENTADOR(ES): Ruchelli Stanzani Ercolani

“Ateliê in company – Oficina para melhoria das condições de trabalho”
AUTOR(ES): Luciano Nadolny (CRP-08/07098); Gilmar Roberto Tavares; Vagner Aparecido dos Santos Marques.
APRESENTADOR(ES): Luciano Nadolny (CRP-08/07098)

17h30 – 19h | Mesa-redonda
“A Psicologia e o(a) profissional Psicólogo(a) nas organizações de trabalho: identidade e desafios”
Psic. Andressa Roveda (CRP-08/08990)
Psic. Patrícia Metz da Fonseca Lemos (CRP-08/21374)

American Bar (50 pessoas)

8h – 12h30 | Oficina
“Indicadores e Acreditação Hospitalar”
Psic. Roseli Ferreira Matos (CRP-08/09106)

14h – 17h30 | Oficina
“A orientação profissional como direito do(a) cidadão(ã) e a responsabilidade ética e técnica do(a) Psicólogo(a)”
Isabel Cristina de Abreu Fochesato (CRP-08/12376)
Mariita Bertassoni da Silva (CRP-08/00101)
Sandra Mara Passarelli Flores (CRP-08/01198)

17h30 – 19h | Minipalestras
Socioeducação e Violência contra Crianças e Adolescentes

“A psicologia e o trabalho psicossocial territorializado, em rede interdisciplinar e intersetorial no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes no município de Londrina-PR”
AUTOR(ES): Nayana Kathrin Tanaka (CRP-08/12284); Silvia Helena Cruz Santos Soutello.
APRESENTADOR(ES): Nayana Kathrin Tanaka (CRP-08/12284)

“Práticas restaurativas na socioeducação: um relato de experiência na socioeducação: um relato de experiência”
AUTOR(ES): Camila Lombardi Padovezi (CRP-08/11807); Thayane Carolina de Almeida (CRP-08/11754).
APRESENTADOR(ES): Camila Lombardi Padovezi (CRP-08/11807)

“O processo de ressignificação do ato infracional a partir da medida socioeducativa de prestação de serviço à comunidade: Um relato de experiência”
AUTOR(ES): Diego Zukovski Pereira; Gabriela de Conto Bett (CRP-08/14529)
APRESENTADOR(ES): Diego Zukovski Pereira

23/out							
SALAS	OSTIA	BIBLOS	AMSTERDÃ	JAKARTA	NEW YORK, LIVERPOOL E TÓKYO	AMERICAN BAR	ESPAÇO FEIRAS
8h-9h30	Palestra: "Práticas na Psicologia: reconhecidas, regulamentadas, não reconhecidas" <u>Dr. Luiz Eduardo Bemil</u>	Mesa-redonda: "Panorama geral da Avaliação Psicológica no Brasil" <u>Dr. João Alchieri</u> <u>Dr. Roberto Moraes Cruz</u>	Mesa-redonda: "Justiça restaurativa" <u>Dra. Claudia Catafesta</u> <u>Psic. Aline Fiorarante</u> <u>Coord. Renata M.R. Gastaldi</u>	Mesa-redonda: "Avaliação e desenvolvimento de jogos educativos com base em princípios de análise do comportamento" <u>Verônica Bender Haydu</u> <u>Silvia Regina de Souza</u>	Palestra: "O Psicólogo e a educação sexual: uma área de atuação que necessita ser 'abraçada' com urgência" <u>Marv. Neide Damico Figueiró</u>	Oficina: "Indicadores e Acreditação Hospitalar" <u>Psic. Roseli Ferreira de Matos</u>	Pôsteres e exposição de materiais
9h30 -10h	Intervalo						
10h-11h30	Mesa-redonda: "Repensando os paradigmas científicos na Psicologia e suas relações com as práticas" <u>Dr. Luiz Eduardo Bemil</u> <u>Dr. Fábio Eduardo da Silva</u> <u>Psic. Juliano Del Gobo</u>	Mesa-redonda: "Avaliação Psicológica no Idoso" <u>Dra. Maria Joana Mäder-Joaquim</u> <u>Mauren Carneiro da Silva Rubert</u> <u>Ms. Denise Ribas Janus</u>	Mesa-redonda: "Estratégias de Avaliação Psicológica na Infância" <u>Ms. Vera Regina Miranda</u> <u>Dra. Mari. Angela Calderari Oliveira</u>	Mini-palestras: <u>Violência na Escola: ...</u> <u>Habilidades Sociais...</u> <u>Escola que protege...</u> <u>A Poesia do Pajé...</u>	Mini-palestras: <u>Aborto...;</u> <u>Aspectos psicológicos da gravidez;</u> <u>Análise do comportamento e infertilidade;</u> <u>Palestra: "Psicologia Política"</u> <u>Dr. Alessandro Soares da Silva</u>	Continuação da Oficina: "Indicadores e Acreditação Hospitalar" <	

Dia 24/10

Sala OSTIA (140 pessoas)

8h – 9h30 | Palestra

“Transtornos de personalidade – abordagem pela teoria dos esquemas”
Dr Ricardo Wainer (CRP-07/06301)

10h – 12h30 | Painel

“Atendimento à Crise”
Dr Ileno Izidio da Costa (CRP-01/02994)
Dr Ricardo Wagner Machado da Silveira (CRP-04/09719)

Sala BIBLOS (140 pessoas)

8h – 9h30 | Palestra

Psicologia Escolar/Educacional
Drª Marilda Gonçalves Dias Facci (CRP-08/02619)

10h – 11h30 | Mesa-redonda

“A ética na prática da Psicologia Escolar/Educacional”
Ms Andressa Sperancetta (CRP-08/08868)
Ms Maiara Calomeno Martini (CRP-08/19291)
Ms Mariita Bertassoni da Silva
Coordenação: Melody Lynn Falco Raby (CRP-08/12336)

11h30 – 12h30 | Mesa-redonda

“Processos de medicalização: enfrentamento ético e político no âmbito da Psicologia Escolar”
Ms Alayde Maria Pinto Digiovanni (CRP-08/01490)
Melody Lynn Falco Raby (CRP-08/12336)
Psic. Monica Prado Braz Staut (CRP-08/09767)

Sala AMSTERDÃ (140 pessoas)

8h – 9h30 | Mesa-redonda

“A atuação do Psicólogo Judiciário”
Dr Sidney Kiyoshi Shine (CRP-06/18950)
Ms Josani Campos da Silva (CRP-08/11085)
Psic. Karine Belmont Chaves (CRP-08/09262)
Coordenação: Renata Maioli Rodrigues Gastaldi (CRP-08/18213)

10h – 11h30 | Mesa-redonda

“O lugar do Psicólogo na perícia em Vara de Família: um diálogo entre o perito e o assistente técnico, a partir da Psicanálise”
Dr Sidney Kiyoshi Shine (CRP-06/18950)
Martha Maria Guida Fernandes (CRP-06/38989)

11h30 – 12h30 | Palestra

“Para além da perícia: desafios ao(à) psicólogo(a) de equipe técnica de Vara de Infância e Juventude”
Cássia Regina de Souza Preto (CRP-06/91712)

Sala JAKARTA (90 pessoas)

8h – 12h30 | Minicurso:

A Psicologia no SUAS, a interdisciplinaridade e intersectorialidade nas políticas públicas: práticas profissionais na atualidade
Drª Vania Baptista Nery (CRP-06/38464)
Psic. Solange Maria Rodrigues Leite (CRP-08/09294)

NEW YORK; TÓKIO E LIVERPOOL
(Salas unificadas: 100 pessoas)

8h – 12h30 | Oficina

“Agregando ações contra o racismo e desenvolvendo a experiência psicológica sobre os efeitos psicossociais do racismo”

Coordenação: Dr Jefferson Olivatto da Silva (CRP-08/13918)

American Bar (50 pessoas)

8h – 12h30 | Fórum

“Serviço-Escola”

Centro de Eventos Sumatra – Londrina
(750 pessoas)

14h – 16h | Simpósio de Encerramento

“Desafios à Psicologia para a construção de uma sociedade mais justa e solidária”

Drª Vania Baptista Nery (CRP-06/38464)

Dr Ricardo Wagner Machado da Silveira (CRP-04/09719)

Dr Sidney Kiyoshi Shine (CRP-06/18950)

Drª Marilda Gonçalves Dias Facci (CRP-08/02619)

16h – 18h | Premiação e Certificação dos trabalhos Comunicação Científica (pôsteres) e encerramento com show da Bateria Unidos do Divã

Espaço Feiras

PÔSTERES

1. “Abuso sexual e trauma na constituição do psiquismo sob o ponto vista da Psicanálise”

Autor(es): Simone Paula Aparecida Rodrigues (CRP-08/09216)

Apresentador(es): Simone Paula Aparecida Rodrigues (CRP-08/09216); Gabriela Lorena Massardi.

2. “A adolescência e a escolha profissional frente à sociedade do século XXI”

Autor(es): Drª Rosemarie Elizabeth Schmidt Almeida; Ms Ricardo Justino Flores (CRP-08/00924); Ms José Maurício Bigati (CRP-08/17107); Ricardo Brandel Junior; Yuriko Takeda.

• Apresentador(es): Ricardo Brandel Junior

3. “Alienação parental no Brasil: o que dizem as publicações científicas?”

Autor(es): Sheila Maria Prado Soma (CRP-06/98085); Marina Souto Lopes Bezerra de Castro (CRP-06/75164);

Pedro Magrin Tanús; Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams.

Apresentador(es): Sheila Maria Prado Soma (CRP-06/98085)

4. “A interferência da tecnologia nas visões de morte da sociedade contemporânea”

• Autor(es): Ana Carolina Miqueletti de Oliveira; Daiane Duarte; Daiane Gonçalves Primo; Milena Batista De Souza; Wallan Genilson Torresan Corrêa.

• Apresentador(es): Daiane Gonçalves Primo.

5. “A Psicologia Jurídica no atendimento à mulher em situação de violência”

Autor(es): Thaise Rosseli Moreria Dantas; Samara Suellen Rodrigues; Mariane Ranzani Ciskon-Evangelista (CRP-08/17722).

Apresentador(es): Thaise Rosseli Moreira Dantas; Samara Suellen Rodrigues.

6. “A prática psicológica em uma unidade de internação psiquiátrica, sob a perspectiva da luta antimanicomial”

Autor(es): Thaise Rosseli Moreira Dantas, Samara Suellen Rodrigues; Keila Mary Gabriel Ganem (CRP-08/05786).

Apresentador(es): Thaise Rosseli Moreira Dantas; Samara Suellen Rodrigues.

7. “A temporalidade da escolha profissional na adolescência”

Autor(es): Drª Rosemarie Elizabeth Schmidt Almeida; Ricardo Justino Flores (CRP-08/00924); Ricardo Brandel Junior; Yuriko Takeda.

Apresentador(es): Yuriko Takeda; Ricardo Brandel Junior.

8. “Atuação da Psicologia nas definições de cuidados de final de vida em uma UTI”

Autor(es): Denise Ribas Jamus (CRP-08/11462); Tayna Nayara Nunes (CRP-08/17115); Isabelle de Freitas Rolim (CRP-08/20136); Gabriela Visnieski Siqueira (CRP-08/20926)

Apresentador(es): Denise Ribas Jamus (CRP-08/11462)

9. “Avaliação de capacitação para professores sobre violência intrafamiliar infantil”

Autor(es): Débora Dias (CRP-08/16407); Alex Gallo (CRP-08/IS-131)

Apresentador(es): Débora Dias (CRP-08/16407)

10. “Casas de acolhida: práticas e possibilidades de atuação”

Autor(es): Alessandra Sant’anna Bianchi (CRP-08/19311); Luana Piana; Eduarda Lehmann Bannach; Nathalia da Rosa Kauer; Vitor Lacerda; Emily Corrêa Oliveira; Elisa Smile Teixeira de Oliveira; Thiago Oliari Ribeiro; Luiza Sionek.

Apresentador(es): Alessandra Sant’anna Bianchi (CRP-08/19311); Luana Piana; Eduarda Lehmann Bannach; Nathalia da Rosa Kauer; Vitor Lacerda; Emily Corrêa Oliveira; Elisa Smile Teixeira de Oliveira; Thiago Oliari Ribeiro; Luiza Sionek.

11. “Colorindo o trânsito: uma análise de desenhos infantis sobre uma intervenção em Psicologia do Trânsito”

Autor(es): Alessandra Cristina dos Santos; Angela Helena Fasoli; Caroline da Silveira; Daiane Belemer dos Santos; Katiane Janke; Kassielly Pereira de Oliveira de Sá Maranhão; Marcos Nazario; Raíssa Mayumi Adames Tateishi; Rebecca Nobrega Ribas Gusso; Suzanne Pugsley Werner; Alessandra Sant’anna Bianchi (CRP-08/19311)
Apresentador(es): Raíssa Mayumi Adames Tateishi

12. “Comparação cognitiva entre pacientes diabéticos e não diabéticos em hemodiálise”

Autor(es): Debora Berger Schmidt (CRP-08/16065); Araiê Prado Berger (CRP-08/16032); Thais Malucelli Amateeks.
Apresentador(es): Debora Berger Schmidt (CRP-08/16065)

13. “Comportamento de pedestres e motoristas em travessias urbanas”

Autor(es): Sandra Izabel Viecei; Alessandra Sant’anna Bianchi (CRP-08/19311)
Apresentador(es): Sandra Izabel Viecei

14. “Contemporaneidade e redes sociais: análise dos sentidos atribuídos por usuários do facebook ao termo sedução”

Autor(es): Wesley Davison Soares da Silva; Flávia Fernandes de Carvalhaes (CRP-08/10051); Anderson Chagas de Oliveira; Genelzo Pereira; Michelly Brizola Imazu; Priscilla de Oliveira; Larissa Ribeiro de Liz
Apresentador(es): Wesley Davison Soares da Silva

15. “Constituição subjetiva da criança: oficinas terapêuticas winnicotianas para crianças de comunidades carentes de Londrina – 2015”

Autor(es): Alisson Silva de Almeida; Ana Carolina Ferreira; Ananda Eggea da Silva; Eric Rossendo Romero; Beatriz Fernanda Beluzzo; Irys Fernanda Matias Mendes Pimenta; Leticia Bocci Romualdo; Marcos Alexsander Correr; Patricia Martins Castelo Branco; Sílvia do Carmo Pattarelli (CRP-08/04013)
Apresentador(es): Beatriz Fernanda Beluzzo

16. “Contribuições da psicologia em um ambulatório de cessação do tabagismo”

Autor(es): Denise Ribas Jamus (CRP-08/11462); Tayna Nayara Nunes (CRP-08/17115); Isabelle de Freitas Rolim (CRP-08/20136); Gabriela Visnieski Siqueira (CRP-08/20926); Lucas Moreira
Apresentador(es): Denise Ribas Jamus (CRP-08/11462)

17. “Cuidado: Frágil! – um estudo sobre o uso de dispositivos de retenção infantil em Curitiba”

Autor(es): Eduarda Lehmann Bannach; Carolina Vieira Goulart; Alessandra Sant’anna Bianchi (CRP-08/19311).
Apresentador(es): Eduarda Lehmann Bannach

18. “Da cidadania negada ao sujeito de direitos: marcos históricos dos direitos de crianças e adolescentes”

Autor(es): Keila Renata de Brito Frederichi (CRP-20/01204); Maria Clara Brito Frederichi
Apresentador(es): Keila Renata de Brito Frederichi (CRP-20/01204)

19. “Do currículo ao memorial: como é o processo seletivo nos grupos pet da Universidade Federal do Paraná?”

Autor(es): Alessandra Bianchi (CRP-08/19311); Eduarda Bannach; Thiago Oliari; Elisa Oliveira; Emily Oliveira; Carolina Goulart; Mateus Antonio; Nicole Kracheski
Apresentador(es): Eduarda Bannach; Thiago Oliari; Elisa Oliveira; Emily Oliveira

20. “Efeito de treino de relações autoclíticas relacionais em tarefas de equivalência de estímulos”

Autor(es): Maicon Douglas Ferreira de Almeida; Caio Augusto Geisler Cavazzani; Marcos Roberto Garcia (CRP-08/06381); João Juliani (CRP-08/07501); Márcio Felipe Tardem (CRP-08/18647); Maria Martha Costa Hubner (CRP-06/006895).
Apresentador(es): Maicon Douglas Ferreira de Almeida; Marcos Roberto Garcia (CRP-08/06381); Caio Augusto Gleisler Cavazzani

21. “Experiências de grupo de famílias de crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e sexual”

Autor(es): Ligia Fukahori (CRP-08/10175)
Apresentador(es): Ligia Fukahori (CRP-08/10175)

22. “Impactos da pobreza no desenvolvimento da saúde comunitária”

Autor(es): Clarice Regina Catelan Ferreira (CRP-08/07661); Cristiane Rodrigues Lopes; Luciana Talini Dassoler.
Apresentador(es): Cristiane Rodrigues Lopes; Luciana Talini Dassoler.

23. “Medicalização da infância nas pesquisas científicas: o que dizem os estudos na área da medicina, educação e psicologia?”

Autor(es): Lorena Carrilo Colaço (CRP-08/20492); Silvana Calvo Tuleski (CRP-08/03877)
Apresentador(es): Lorena Carrilo Colaço (CRP-08/20492)

24. “Modelo Psicossocial de atendimento: um modelo de referência no município de Carambeí, sendo estabelecido a partir de pontos de encontros”

Autor(es): Ana Caroline Dobruski Ditzel; Juliano Del Gobo (CRP-08/13756)
Apresentador(es): Ana Caroline Dobruski Ditzel; Juliano Del Gobo (CRP-08/13756)

25. “Os Direitos Humanos que a tecnologia não vê”

Autor(es): Aryane Leinne Oliveira Mاتيoli (CRP-08/17713); Amanda Garcia Pessoa de Ávila Campos (CRP-08/20225); Mayara Matheus Coutinho dos Santos (CRP-08/18729)
Apresentador(es): Amanda Garcia Pessoa de Ávila Campos (CRP-08/20225)

26. “Os primórdios da assistência em saúde mental no Brasil”

Autor(es): Guilherme Bertassoni da Silva (CRP-08/10536); Adriano Furtado Holanda (CRP-08/17857)
Apresentador(es): Guilherme Bertassoni da Silva (CRP-08/10536)

27. “Pare, Olhe e Escute: um estudo sobre campanhas audiovisuais de cinto de segurança”

Autor(es): Eduarda Lehmann Bannach; Alessandra Sant’anna Bianchi (CRP-08/19311)
Apresentador(es): Eduarda Lehmann Bannach.

28. “Psicologia Ambiental: conscientização dos adolescentes na Escola junto ao material reciclável e inclusão social dos catadores”

Autor(es): Bárbara Weber Kang; Carlos Eduardo Santos; Jussara Hamann; Leandro Silva; Vladineia Lilian Lisboa.
Apresentador(es): Leandro Silva.

29. “Qualidade de vida de doentes renais em hemodiálise”

Autor(es): Débora Berger Schmidt (CRP-08/16065); Araiê Prado Berger (CRP-08/16032); Thais Malucelli Amateeks.
Apresentador(es): Débora Berger Schmidt (CRP-08/16065)

30. “Próxima Parada: Assédio Sexual”.

Autor(es): Sandra Izabel Viecei; Stefanie Leyser; Alessandra Sant’anna Bianchi (CRP-08/19311)
Apresentador(es): Stefanie Leyser.

31. “SINASE e Plano Individual de Atendimento: emancipação ou alienação”.

Autor(es): Santos Cardoso Pereira (CRP-08/18542); Elizabeth Piemonte Constantino.
Apresentador(es): Flávia Caroline Santos Cardoso Pereira (CRP-08/18542)

32. “Uma análise comportamental da frustração no trabalho como acompanhante terapêutico”

Autor(es): Filipe Martin de Oliveira; Vinicius José Dorfeo de Camargo; Simone Martin Oliani (CRP-08/06091)
Apresentador(es): Filipe Martin de Oliveira; Vinicius José Dorfeo de Camargo; Simone Martin Oliani (CRP-08/06091)

33. “Voz Ativa: a ocorrência de assédio moral entre discentes no ensino superior”

• Autor(es): Stéfany Bibiano; Diego Montes da Rosa; Andréia Ribeiro; Jéssica Cantos; Jéssika Garcia; Mariana Guriento; Mikael Corrêa.
• Apresentador(es): Stéfany Bibiano; Diego Montes da Rosa.

24/out							
SALAS	OSTIA	BIBLOS	AMSTERDÃ	JAKARTA	NEW YORK, TOKIO e LIVERPOOL	AMERICAN BAR	ESPAÇO FEIRAS
8h-9h30	Palestra: "Transtornos de Personalidade - abordagem pela teoria dos esquemas" <u>Dr. Ricardo Wainer</u>	Palestra: "Psicologia Escolar/Educacional" <u>Dra. Marilda Gonçalves Dias Facci</u>	Mesa Redonda: "A atuação do Psicólogo Judiciário" <u>Dr. Sidney Shine</u> <u>Ms. Josani Campos</u> <u>Psic. Karline Belmont Chaves</u> <u>Coord. Renata Maioli R. Gastaldi</u>	Mini-curso: "A Psicologia no SUAS - A Interdisciplinaridade e Políticas Públicas: Práticas Profissionais na Atualidade" <u>Comissão de Psicologia Social e Comunitária</u> <u>Dra. Vania Nery</u>	Diálogo: "Agregando ações contra o racismo" <u>Coord.: Dr. Jefferson Olivatto</u>	Fórum "Serviços-Escola"	Pôsteres e exposição de materiais
9h30 -10h	Intervalo						
10h-11h30	Painel: "Atendimento à crise" <u>Dr. Ileno Izidio</u> <u>Dr. Ricardo Wagner Silveira</u>	Mesa-redonda: "A ética na prática da Psicologia Escolar/Educacional" <u>Psic. Marilda B. da Silva (coord.)</u> <u>Ms. Andressa Sperancetta</u> <u>Ms. Maiara Calomeno Martini</u> <u>Melody Lynn Falco Raby</u>	Palestra: "O lugar do Psicólogo na perícia em Vara de família: um diálogo entre o perito e o assistente técnico a partir da psicanálise" <u>Dr. Sidney Shine</u> <u>Martha Fernandes</u>	Continuação do Mini-curso: "A Psicologia no SUAS - A Interdisciplinaridade e Políticas Públicas: Práticas Profissionais na Atualidade"	Oficina: "Desenvolvendo a experiência psicológica sobre os efeitos psossociais do Racismo" <u>Coord.: Dr. Jefferson Olivatto</u>	Fórum "Serviços-Escola"	Pôsteres e exposição de materiais
11h30-12h30		Mesa-redonda: "Processos de medicalização: enfrentamento ético e político no âmbito da Psicologia Escolar" <u>Ms. Alayde Maria P. Digiovanni</u> <u>Psic. Melody Lynn Falco Raby</u> <u>Psic. Monica Staut</u>	Palestra: "Para além da perícia: desafios ao psicólogo de equipe técnica de Vara de Infância e Juventude" <u>Cássia Regina de Souza Preto</u>				
12h30-14h	Intervalo para almoço						
14h-16h	Simpósio de encerramento: "Desafios à Psicologia para a construção de uma sociedade mais justa e solidária"						
Dra. Vania Nery, Dr. Ricardo Wagner Silveira, Dr. Sidney Shine e Dra Marilda Gonçalves Dias Facci							
16h às 18h	Premiação e certificação dos trabalhos (Comunicação Científica - Pôsteres) e encerramento com show da "Bateria Unidos do Divã"						

ANAIS DO XV ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOLOGIA

Os Encontros Paranaenses já fazem parte da história da Psicologia Brasileira e, a cada gestão do Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-PR), as(os) Psicólogas(os) e estudantes de Psicologia anseiam pela sua realização. Na oportunidade, é possível reciclar conhecimentos, aperfeiçoar as práticas profissionais e ainda ter a satisfação do reencontro de colegas.

A Psicologia é uma profissão jovem e em constante crescimento. Cada dia aumenta mais a necessidade do diálogo para mediação de conflitos, para minimizar os efeitos nocivos da intolerância e, assim, ajudar a construir uma sociedade mais justa e solidária, com qualidade de vida para todas e todos.

É fundamental que o CRP-PR, de acordo com as suas atribuições legais e regimentais, propicie às(aos) Psicólogas(os) paranaenses a atualização profissional constante. O XII Plenário propôs que, sob o olhar da Psicologia em suas diferentes abordagens e áreas de aplicação, discuta-se no XV Encontro Paranaense de Psicologia o tema ☐Direitos humanos, ética e as inovações tecnológicas na prática da Psicologia.

NORMAS PARA SUBMISSÃO DE TRABALHOS

Para as inscrições de trabalhos, a Comissão Científica e Comissão Organizadora do XV EPP estabeleceram as seguintes **NORMAS PARA SUBMISSÃO DE TRABALHOS**

1. O(s) apresentador(es) deverá(ão) estar devidamente inscrito(s) no XV EPP, com o comprovante de pagamento, via boleto bancário em nome do CRP.
2. Os trabalhos poderão ser inscritos para apresentação nas seguintes modalidades: a) comunicações científicas (pôster); b) mesas-redondas; c) mini-palestras; d) palestras.
3. A Comissão Científica se reserva ao direito de não acolher a inscrição de trabalho que não esteja em acordo com as normas propostas pelos eventos ou que considere inadequada para apresentação.
4. Os trabalhos enviados deverão conter as seguintes informações: a) modalidade; b) título; c) autor(es); d) apresentador; e) instituição que representa; f) área de atuação; g) dados para contato; h) resumo de no máximo 500 palavras/3000 caracteres (texto único, sem parágrafo), na seguinte sequência: Introdução; Objetivos, Métodos, Desenvolvimento, Conclusão e Referências.
5. Os trabalhos aprovados terão suas apresentações em dia, horário e local a serem definidos pela Comissão Organizadora do XV EPP.
6. Será fornecido somente um certificado por trabalho apresentado, contendo: título do trabalho, modalidade de apresentação, autores e nome do apresentador.
7. Não há limite de submissão de trabalhos de um mesmo autor. Entretanto, este só poderá apresentar até 2 (dois) trabalhos.
8. Os conteúdos dos trabalhos deverão estar em acordo com as temáticas dos eventos (Direitos Humanos, Ética e Inovações Tecnológicas na Prática da Psicologia).

CRITÉRIOS AVALIATIVOS

1. ASPECTOS FORMAIS, CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS.

		Totalmente insatisfatório	Insatisfatório	Satisfatório	Totalmente satisfatório
	Pontuação	0	1	2	3
1	Título				
2	Resumo máximo 500 palavras/3000 caracteres				
3	Introdução				
4	Objetivos				
5	Metodologia				
6	Desenvolvimento,				
7	Conclusão.				
8	Referências				
9	Contribuição para o desenvolvimento da Psicologia				
10	Revisão da literatura (qualidade e atualidade)				
11	Clareza e correção da linguagem				
12	Correlação com temática do Encontro: Direitos Humanos, Ética e Inovações Tecnológicas na Prática da Psicologia				

Escore geral:
Número de itens avaliados:
Especifique item(ns) não avaliado(s):
Faça a média:
Parecer final: () aceito na forma original
() aceito condicionalmente: o texto precisa receber as modificações solicitadas e será reavaliado no prazo de 5 dias
() Rejeitado
Justificativa: _____

Avaliador: _____

RESUMOS

MESAS-REDONDAS

ORIENTAÇÕES PARA APRESENTAÇÃO NAS COMUNICAÇÕES CIENTÍFICAS

PÔSTERES: O objetivo desta atividade é expor, por meio de representação gráfica, relatos de pesquisas ou ações/intervenções na Psicologia. O pôster deverá contemplar uma síntese da pesquisa ou da intervenção. Em dia e horário definidos pela Comissão Organizadora, o expositor deverá apresentar-se junto ao seu pôster para apresentação. Este poderá permanecer exposto no decorrer dos eventos. A responsabilidade da retirada é do expositor. Os pôsteres deverão ter as seguintes dimensões: 0,90 m (largura) e 1,20 m (altura). Atenção: consultar as normas para submissão de trabalhos.

Haverá avaliação dos trabalhos na categoria comunicação científica: pôster, com certificação de classificação aos três primeiros colocados.

ORIENTAÇÕES PARA APRESENTAÇÃO NAS MINI-PALESTRAS

O objetivo desta atividade é o de apresentar, por meio de exposição oral, relatos de pesquisas (bibliográficas ou práticas), relatos de experiência e ações/intervenções na Psicologia. Os selecionados apresentarão seus trabalhos em 20 (vinte) minutos, tendo mais 10 (dez) minutos disponíveis para eventuais esclarecimentos ao público. A apresentação ocorrerá em data e horário previamente definidos pela Comissão Organizadora. Estarão disponíveis para apresentação: computador e data-show. Atenção: consultar as normas para submissão de trabalhos. Estarão disponíveis para apresentação: computador e data-show. Atenção: consultar as normas para submissão de trabalhos.)

ORIENTAÇÕES PARA APRESENTAÇÃO NAS MESAS-REDONDAS

O objetivo desta atividade é o de promover uma discussão teórica sobre uma das áreas temáticas do encontro. As mesas-redondas reunirão três apresentações, podendo ser propostas por professores, pesquisadores ou profissionais. A organização das mesas poderá ser pela afinidade dos temas propostos. Cada apresentador terá até 20 (vinte) minutos para fazer sua exposição. Para as perguntas da plateia e considerações finais dos apresentadores serão disponibilizados 30 (trinta) minutos. Estarão disponíveis para apresentação: computador e data-show. Atenção: consultar as normas para submissão de trabalhos.

ORIENTAÇÕES PARA APRESENTAÇÃO NAS PALESTRAS

O objetivo desta atividade é o aprofundamento teórico-científico de um tema relevante à formação e/ou intervenção profissional da Psicologia. A apresentação pode ser de caráter vivencial-prático. A duração da palestra é de 60 (sessenta) minutos, distribuídos entre exposição e debate. Estarão disponíveis para apresentação: computador e data-show. Atenção: consultar as normas para submissão de trabalhos.

TÍTULO DO TRABALHO:

AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE JOGOS EDUCATIVOS COM BASE EM PRINCÍPIOS DE ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

1ª Apresentação:

Ensino e aprendizagem de manejo de dinheiro por meio de um jogo educativo: uma tecnologia baseada em princípios da análise do comportamento.

2ª Apresentação: Utilização de jogos para ensino e teste de relações matemáticas e monetárias: equivalência de estímulos.

3ª Apresentação: Efeitos de um jogo de tabuleiro sobre escolhas alimentares: equivalência de estímulos.

Autor(es): 1 luzia venâncio zanluqui; 2 verônica bender haydu, 3 gabriele gris, 4 hans werner alves, 5 silvia regina de souza, 6 mariana gomide panosso.

Apresentador(es): verônica bender haydu, silvia regina de souza.

E-mails do(s) autor(es): luziazanluqui@hotmail.com, veronicahaydu@gmail.com, grisgabriele@gmail.com, ssouza.arrabal@gmail.com

Formação do(s) autor(es): 1 graduanda em psicologia; 2 doutora em psicologia, 3 graduada em psicologia, 4 graduado em psicologia, 5 doutora em psicologia, 6 mestre em análise do comportamento.

Instituição(ões) que representa(m): departamento de psicologia geral e análise do comportamento, universidade estadual de londrina

Resumo: ensino e aprendizagem de manejo de dinheiro por meio de um jogo educativo: uma tecnologia baseada em princípios da análise do comportamento. o modelo da equivalência de estímulos proposto por sidman e tailby (1982), vem sendo usado para a proposição e o desenvolvimento de tecnologias educacionais aplicáveis ao ensino de leitura, escrita, aritmética, resolução de problemas, dentre outras. Uma dessas tecnologias são os jogos educativos, como o "DIM-DIM: Negociando & Brincando!", desenvolvido por Sdoukos, Pellizzetti, Ruas, Xander, Souza e Haydu (2010). O presente estudo visou avaliar o efeito desse jogo no ensino de habilidades matemáticas de manejo de dinheiro e verificar a generalização desse comportamento para uma situação simulada de compra. O jogo é composto de um tabuleiro com casas de compra, de venda e de troca de mercadorias. Participaram do estudo 20 alunos do Ensino Fundamental, com idades entre 6 e 7 anos. Os participantes foram distribuídos cinco grupos de acordo com um delineamento de linha de base múltipla, sendo realizadas: (a) uma a cinco sessões de sondas antes do jogo de acordo com o grupo, (b) seis partidas do jogo intercaladas por uma sonda a cada duas partidas do jogo, (c) um pós-teste (d) uma sessão de teste de generalização (compra simulada), (e) a um teste follow-up. Verificou-se que um dos 20 participantes apresentou aumento na porcentagem de acertos nos testes após a 2ª partida de jogo e doze após a 4ª partida, sendo a porcentagem de acertos inicial, no geral, foi abaixo de 40% e após as partidas do jogo acima de 60%. Três participantes apresentaram porcentagens de acertos acima de 60% já no 1º teste, dois apresentaram aumentos da porcentagem durante os testes de linha de base e dois apresentaram flutuações nas porcentagens ao longo dos testes. Doze dos 19 participantes que realizaram o teste follow-up apresentaram porcentagens de aumento acima 20% em comparação ao primeiro teste. Dos 15 participantes que realizaram o teste de generalização 7, 4, 3 e 1 deles acertaram respectivamente 100%, 75%, 50% e 25%, das tarefas que envolviam na presença do preço impresso, construir o valor de cada produto utilizando-se das cédulas e/ou moedas disponíveis e vice versa. Conclui-se que a participação no jogo que foi desenvolvido com base no modelo da equivalência de estímulos contribuiu para o aprendizado de manejo de dinheiro para a maioria dos participantes.

Palavras-chave: Habilidades monetárias; Jogo educativo; Equivalência de estímulos, Análise do Comportamento

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

SIDMAN, M.; TAILBY, W. Conditional discrimination vs. matching to sample: Na expansion of the testing paradigm. Journal of the Experimental Analysis of Behavior, 37, 5-22. 1982.

SDOUKOS, S. S., PELLIZZETTI, G. B. DE F. R., RUAS, T. V., XANDER, P., SOUZA, S. R. DE, & HAYDU, V. B. Desenvolvimento de um jogo de tabuleiro para o ensino de manejo de dinheiro com base em relações de estímulos equivalentes [Resumo]. RESUMOS DE COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, XL REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA. Curitiba: SBP, 2010.

RESUMO: UTILIZAÇÃO DE JOGOS PARA ENSINO E TESTE DE RELAÇÕES MATEMÁTICAS E MONETÁRIAS: EQUIVALÊNCIA DE ESTÍMULOS.

Muitas são as situações cotidianas nas quais os conhecimentos básicos de matemática e da manipulação de dinheiro se tornam importantes. Por se tratarem de atividades indispensáveis para a realização de diversas tarefas diárias, as habilidades básicas nelas envolvidas devem ser ensinadas de forma que a aprendizagem possa de fato ocorrer, preferencialmente desde o início da escolarização das crianças. Considerando a necessidade de buscar alternativas mais reforçadoras para o ensino de matemática, jogos podem ser utilizados como instrumentos de ensino de relações condicionais (por exemplo, CHEN, WU, LI E CHAN, 2010, HASSAN, 2011). No presente estudo foram investigados os efeitos de estratégias lúdicas na avaliação do desempenho de pré-escolares no aprendizado de habilidades matemáticas e monetárias. Participaram quatro crianças com 6 anos de idade, matriculadas em um centro de educação infantil da rede estadual. Por meio de dominós adaptados foram ensinadas as relações condicionais entre numeral impresso e quantidade (relações AB e BA); numeral impresso e operação de adição (relações AC e CA), testando-se as relações entre quantidade e operação de adição (relações BC e CB). Posteriormente foram ensinadas as relações entre preço e operação de adição (relações DC e CD) e testaram-se as relações entre numeral impresso e preço (relações AD e DA), e entre preço e quantidade (relações DB e BD). Por último, foram ensinadas as relações entre preço e dinheiro expresso em figura (relações DE e ED), e testadas as relações entre dinheiro expresso em figura e quantidade (relações EB e BE), dinheiro expresso em figura e operações de adição (EC/CE), e numeral impresso e dinheiro expresso em figura (AE/EA). Sondas foram realizadas ao longo de todas as etapas para verificar a manutenção e o aprendizado de habilidades de nomeação de números, quantidades, preços e dinheiro, além da resolução de operações de adição e manuseio de dinheiro. Para a realização do pré-teste e das sondas usaram-se jogos por meio dos quais foram avaliadas a nomeação e o manuseio de dinheiro (o jogo Tapa Certo adaptado e o Jogo Mercado). Os resultados demonstram o aprendizado das relações ensinadas, a emergência das relações testadas e o aumento na porcentagem de acertos nas tarefas de nomeação, de operações de adição e de manuseio de dinheiro. Os resultados também sugerem que, ainda que o uso de estratégias lúdicas aumente o tempo médio dos testes conduzidos, isso não parece ter tornado as atividades cansativas os participantes, que verbalizavam gostar dos jogos. Assim, pode-se concluir que o uso de estratégias lúdicas para o ensino e os testes de relações condicionais contribui para maior engajamento das crianças nas tarefas.

Palavras-chave: equivalência de estímulos, jogos, matemática.

Referências Bibliográficas:

CHEN, Z. H., WU, H. W., LI, Y. C., & CHAN, T. W. My-Investment: Simulation games to help primary students learn financial management. em Proceedings of 18th International Conference on Computers in Education (ICCE 10), (pp. 548-552), 2010.

HASSAN, A. Z., ZAHED, B. T., ZOHORA, F. T., MOOSA, J. M., SALAM, T., RAHMAN, M. M., & AHMED, S. I. Developing the concept of money by interactive computer games for autistic children. Em: IEEE International Symposium on Multimedia (ISM) (pp. 559-564). IEEE, 2011.

Resumo: Efeitos de um jogo de tabuleiro sobre escolhas alimentares: equivalência de estímulos

É na idade pré-escolar e no início da idade escolar que se formam os hábitos alimentares que acompanham o indivíduo ao longo da vida. Na fase pré-escolar e início da fase escolar, a velocidade do crescimento declina, e uma das possíveis consequências é a redução do apetite e da ingestão alimentar. Nessa fase, as crianças geralmente limitam a variedade de alimentos ingeridos, e a seleção restritiva alimentar torna-se uma queixa muito frequente em consultas pediátricas. Uma das características encontradas em crianças que fazem essa restrição é a preferência por alimentos de sabor doce e muito calórico e a frequente recusa a legumes, verduras e frutas

(BRASIL, DEVNCENZI, & RIBEIRO, 2007). O comportamento alimentar ocupa um papel central na prevenção e no tratamento de doenças, já que o excesso ou a carência de determinados nutrientes pode gerar problemas de saúde. Uma dieta pouco saudável é um dos principais fatores de risco para uma série de doenças crônicas como as doenças cardiovasculares, o câncer, o diabetes, a obesidade etc (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2012). Jogos educativos têm sido empregados em diferentes contextos mostrando o potencial desse tipo de tecnologia no apoio ou promoção dos processos de aprendizagem já que ela fornece oportunidades para modelar, diferenciar e refinar habilidades ensinando novos comportamentos (DE ROSE & GIL, 2003, PANOSSO, HAYDU & SOUZA, NO PRELO). Esta pesquisa investigou o efeito do uso de um jogo de tabuleiro na formação de classe de equivalência de estímulos e na avaliação e escolhas alimentares, realizadas por meio de figuras por crianças que fazem seleção restritiva alimentar. Participaram da pesquisa duas crianças com idade de sete e oito anos. A pesquisa teve seis etapas: investigação sobre os hábitos alimentares, pré-teste de avaliação e pré-teste das escolhas alimentares, intervenção/jogo, ensino do procedimento MTS, teste das propriedades emergentes e verificação/pós-teste. Inicialmente os participantes assinalaram em uma folha suas escolhas e preferências por alimentos (pré-teste). Na etapa de intervenção, foram conduzidas oito sessões com o jogo, o qual visou ensinar as relações AB e AC. Cada classe de estímulos era composta por três figuras: classe A- cestas de supermercado; B - grupos alimentares e a C - mãos indicando positivo. Posteriormente, testaram-se as relações AA, BB, CC, BA, CA, CB e BC, seguido pelo pós-teste. Houve formação de classes equivalentes. Para um dos participantes houve mudanças na avaliação e escolhas alimentares e, segundo os responsáveis, ambos os participantes consumiram alimentos que não consumiam antes da intervenção. Discutem-se as variáveis presentes no jogo que podem ter contribuído para que os participantes consumissem novos alimentos.

Palavras-chave: Equivalência de estímulos, seleção restritiva alimentar, jogo de tabuleiro.

Apoio financeiro: Bolsa Produtividade Fundação Araucária, Bolsa Capes.

Referências bibliográficas:

BRASIL, A. L. D., DEVNCENZI, M. U., & RIBEIRO, L. C. Nutrição Infantil. In Silva, S. M. C. S., Mura, J. D. P. Tratado de Alimentação, Nutrição & Dietoterapia. São Paulo, Rocca, 2007.

DE ROSE, J. C. C., & GIL, M. S. C (2003). Para uma análise do brincar e de sua função educacional- a função educacional do brincar. In M. Z. S. Brandão, F. C. S. Conte, F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, C. B. Moura, V. M. Silva, & S. M. Olian (Orgs.). Sobre Comportamento e Cognição (Vol. 11, pp. 373-382). Santo André: ESETec Editores Associados.

PANOSSO, M. G., HAYDU, V. B., & SOUZA, S.R. Uma interpretação Analítico-Comportamental das características atribuídas a jogos educativos. Revista Psicologia Escolar e Educacional, 19(2), no prelo.
WORLD HEALTH ORGANIZATION (2012). Recuperado de <http://www.who.int/en/>

TÍTULO DO TRABALHO: A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO JUDICIÁRIO

Autor(es): Dr. Sidney Shine; Ms. Josani Campos; psic. Karine Belmont Chaves; psic. Renata Gastaldi;

Apresentador(es): Dr. Sidney Shine; Ms. Josani Campos; Ms. Karine Belmont Chaves;

E-mails do(s) autor(es): Dr. Sidney Shine - shine@usp.br; Ms. Josani Campos- josanicampos@hotmail.com; Ms. Karine Belmont Chaves- karinechaves@depen.pr.gov.br; esp. Renata Gastaldi - regastaldi@gmail.com;

Formação do(s) autor(es)/apresentador(es): 1. Dr. Sidney Shine - Psicólogo Judiciário - Tribunal de Justiça De São Paulo; 2. Ms. Josani Campos: Psicólogo Judiciário - Tribunal de Justiça do PR- Londrina; 3. Ms. Karine Belmont Chaves - Psicologia Jurídica do Sistema Penitenciário Fóz do Iguaçu; 4. Renata Gastaldi - Psicóloga da Comissão de Psicologia Jurídica do CRP-PR;

Instituição(ões) que representa(m): 1. Dr. Sidney Shine - Psicólogo Judiciário - Tribunal De Justiça De São Paulo; 2. Ms. Josani Campos: Psicólogo Judiciário - Tribunal De Justiça Do Pr- Londrina; 3. Ms. Karine Belmont Chaves - Psicologia Jurídica Do Sistema Penitenciário Fóz Do Iguaçu; 4. Renata Gastaldi - Psicóloga Da Comissão De

Psicologia Jurídica Do CRP-PR;

RESUMO: A psicologia jurídica tem-se desenvolvido como modalidade de atuação do psicólogo tendo sido reconhecida como especialidade pelo Conselho Federal de Psicologia através da Resolução N.º 013/2007, possibilitando ao psicólogo a capacidade de atuação nos diversos âmbitos do sistema judiciário desde o atendimento no Fórum junto aos juízes atuando como perito, mediador e assistente técnico como nas Instituições Jurídicas (Sistema Penitenciário, Sistema de Atendimento à Criança, ao Adolescentes e à Família e outros). O presente trabalho, apresentado na modalidade de mesa redonda, tem como finalidade debater as experiências práticas de atuação do psicólogo jurídico e, como objetivo principal, alicerçar e ampliar o diálogo desta área colaborando para a sustentação de uma prática efetiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

SHINE, S. Avaliação Psicológica e Lei: Adoção, Vitimização, Separação Conjugal, Dano Psíquico e outros temas.
SHINE, S. A Espada de Salomão: A Psicologia e a Disputa de Guarda de Filhos

TÍTULO DO TRABALHO:
A CLÍNICA PSICANALÍTICA ATUAL

AUTOR(ES): 1 ROSEMARIE ELIZABETH SCHIMIDT A; 2 RICARDO JUSTINO FLORES; 3 JOSE MAURÍCIO BIGATI ;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 PSICOLOGIA CLÍNICA ; 2 CLÍNICA PSICANALÍTICA; 3 PSICANÁLISE.

APRESENTADOR(ES): ROSEMARIE ELIZABETH SCHIMIDT A. ; RICARDO JUSTINO FLORES; JOSÉ MAURÍCIO BIGATI;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): rosemarielizabeth@uel.br;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA –PR, DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E PSICANÁLISE

RESUMO: A proposta dessa mesa irá tratar da questão da transferência na clínica psicanalítica na atualidade de Freud, Lacan à Winnicott. Tem como objetivo desenvolver uma contribuição sobre a temática nos diferentes contextos de atuação, os quais exigem manejos do método de forma específica e atemporal. Freud diz que “Assim, é pelas características da transferência como elemento de passagem e trânsito entre tempos, pessoas e contexto é que se torna possível o trabalho analítico.” (p. 420). Na verdade, para ele as estratégias clínicas são definidas por esses modos de pensar o tempo: A ideia de trânsito, repetição e transposição. “A questão da transição em Freud” (Hanns, 1996) pode nos levar à afirmação de que: “A transferência cria assim uma região intermediária entre a doença e a vida real, através da qual a transição de uma para outra é efetuada”. Essa passagem, travessia, pode ser análoga ao Espaço temporal transicional winnicottiano e ao manejo desse espaço intermediário por meio do holding ofertado pelo setting. Pois bem, então a questão do tempo atravessa toda atividade proposta pela clínica psicanalítica. Winnicott sobre a premissa da sua teoria do amadurecimento, é a de que o tempo é fundamentalmente a ideia de uma temporalidade processual, contínua, expressada progressivamente. “Suas noções de tempo são constituídas no solo temporal: processo e continuidade, porém Lacan marca com duas palavras a concepção de tempo: instante e descontinuidade”. (Gondar, 2006). Dessa forma, pretende-se através do relato de experiências nos diferentes lugares, identificar os fatores que ainda tornam verossímil a pedra angular da Psicanálise denominada transferência, na presença e na ausência temporal. Faz-se necessário refletir sobre a questão da “Clínica Psicanalítica Atual, a partir dos desdobramentos da premissa do tempo no acaso da transferência que ocorre entre o analista e os pacientes, no ponto de encontro das narrativas clínicas em diversos lugares de passagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

HANNS, L. A. Dicionário comentado do Alemão de Freud. R.J. Imago, 1996.
WINNICOTT, D. W.O Brincar e a Realidade. R.J; IMAGO, 1975.
FREUD.S.OBRAS COMPLETAS.

TÍTULO DO TRABALHO: A ÉTICA NA PRÁTICA DA PSICOLOGIA ESCOLAR/EDUCACIONAL

AUTOR(ES): 1) ANDRESSA SPERANCETTA; 2 MAIARA CALOMENO MARTINI; 3 MARIITA BERTASSONI DA SILVA;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 PSICÓLOGA COM FORMAÇÃO EM TERAPIA FAMILIAR SISTÊMICA, MESTRE EM PSICOLOGIA, PSICOPEDAGOGA; 2 PSICÓLOGA, MESTRE EM PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO; 3 PSICÓLOGA, ESPECIALISTA EM PSICOLOGIA ESCOLAR E PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM, MESTRE EM EDUCAÇÃO, ORIENTADORA PROFISSIONAL..

APRESENTADOR(ES): 1 ANDRESSA SPERANCETTA; 2 MAIARA CALOMENO MARTINI; 3 MARIITA BERTASSONI DA SILVA;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): andressa_sperancetta@hotmail.com; maiara.martini@gmail.com; mariitabertassoni@hotmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: COMISSÃO DE PSICOLOGIA ESCOLAR/EDUCACIONAL – CRP 08 – Sede Curitiba;

RESUMO: A qualificação da atuação do psicólogo escolar/educacional tem permeado o trabalho da Comissão de Psicologia Escolar/Educacional do CRP – 08 em Curitiba. A troca com profissionais da área tem levado a reflexões e orientações sobre o compromisso ético e social do psicólogo escolar/educacional. Nessa perspectiva, o objetivo desta mesa-redonda é discutir a intervenção do psicólogo no contexto escolar, a avaliação psicoeducacional e a orientação profissional. A atuação do psicólogo na educação básica pode envolver, essencialmente, a intervenção no processo de ensino-aprendizagem e em processos de inclusão escolar, a formação de educadores e o trabalho com grupos de alunos. O profissional deve levar em conta a construção sócio-histórica das práticas ligadas à escolarização, enfrentando e superando visões que culpabilizam indivíduos. O trabalho do psicólogo dentro da escola configura-se como um assessoramento à equipe pedagógica, utilizando-se do conhecimento científico da Psicologia. Fundamentalmente, o psicólogo busca a compreensão de fenômenos e relações nesse contexto, favorecendo a conscientização e a responsabilização dos envolvidos nos processos ensino-aprendizagem. As intervenções do psicólogo, em conjunto com os demais profissionais da Educação, devem ter como foco a aprendizagem, a socialização e o bem estar do aluno na escola. A avaliação psicoeducacional deve ser entendida como um processo de caráter interativo e que exige um olhar crítico do profissional. Porém, ainda é possível encontrar práticas estáticas de avaliação, nas quais o uso de testes psicométricos leva a uma interpretação do desempenho do indivíduo centrada na quantificação de erros e acertos, muitas vezes deixando de compreender as queixas e o contexto onde são produzidas. Essas avaliações pouco contribuem para proporcionar práticas educativas que permitam o desenvolvimento individual e a melhoria de condições no contexto educativo. É importante identificar de que forma a literatura referente à avaliação psicoeducacional difere das concepções dos profissionais da área e reconhecer a necessidade de recursos avaliativos mais dinâmicos e de uma análise qualitativa dos resultados ligados à aprendizagem, levando à produção de informações adequadas aos programas instrucionais. A Orientação Profissional (OP) é uma atribuição do psicólogo escolar/educacional que ainda é vista de forma estereotipada por profissionais da Psicologia e leigos. Proporcionar ao cliente um serviço de qualidade com credibilidade é uma meta a ser alcançada, com cursos de formação que fortaleçam o papel do profissional em OP. É obrigação do profissional estudar os avanços teóricos da área e rechaçar pedidos de colegas pouco éticos, como: “Você tem alguma tecnicazinha de orientação pra eu aplicar em um cliente que estou atendendo?” A participação em associações que visam a qualificação profissional, bem como em eventos que disseminam o conhecimento sobre OP se torna de extrema importância. Toda esta rede contribui para a eficácia no serviço prestado ao orientando, que produzirá profissionalmente com maior qualidade por estar mais gratificado com sua escolha. Cabe aos psicólogos e às entidades de classe a oferta de cursos, grupos de estudo, pesquisas e eventos científicos comprometidos com a qualidade e a ética essenciais para a manutenção e a eficácia do trabalho do orientador, e da Psicologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CALEJON, L. M. C.; BEATÓN, G. A. Avaliação psicológica, os testes e o diagnóstico explicativo. Piracicaba: G. E. Degaspari, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Básica. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013.

SILVA, M. B. da. Orientação profissional, formação acadêmica e compromisso social. In: Melo-Silva, L. L. (Org.). Arquitetura de uma ocupação: orientação profissional: teoria e prática. V.1. São Paulo: Vetor, 2003.

TÍTULO DO TRABALHO:

A INTERDISCIPLINARIEDADE NA PREVENÇÃO À SAÚDE: UMA EXPERIÊNCIA COM MÃES E BEBÊS PREMATUROS.

AUTOR(ES): 1 EDILAINE BACCARIN PETENUCI; 2 DAIANE SOARES DE ALMEIDA CIQUINATO; 3 PATRICIA YASSUMOTO;

APRESENTADOR(ES): EDILAINE BACCARIN PETENUCI; DAIANE SOARES DE ALMEIDA CIQUINATO, PATRICIA YASSUMOTO.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): edilaine.baccarin@yahoo.com.br; daiane.ciquinato@bol.com.br; pyassumoto@yahoo.com.br;

FORMAÇÃO DO(S) AUTOR(ES): 1 PSICÓLOGA, 2 PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 3 PSICÓLOGA. INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTA(M): NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF DO MUNICÍPIO DE CAMBÉ -PR.

RESUMO: A atenção básica caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades (MS, 2012). Para tal fim, são aplicadas diferentes tecnologias de cuidado, entre as quais a intervenção multiprofissional, que possibilita a discussão de novas propostas de ação e intervenção, para além das fronteiras impostas pelas especialidades, (D'ANTINO, 2008). No que tange ao desenvolvimento infantil, houve evolução significativa na compreensão quanto à prevenção de riscos físicos, psíquicos e/ ou mentais, sendo possível encontrar autores que defendem a observação e detecção de indicadores de risco ao desenvolvimento a partir de 4 meses vida (LAZNIK, 1999). O presente trabalho busca ser um relato e discussão da experiência de uma equipe interdisciplinar no Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF, no Município de Cambé, PR, em parceria com o serviço de vigilância epidemiológica, na implementação do programa “Nascer em Cambé”. O objetivo deste é acompanhar os recém-nascidos e suas mães, que apresentem ao menos um dos seguintes critérios: gestantes com fatores de risco, complicações no pré-parto ou pós-parto, prematuridade, apgar de risco e baixo peso ao nascer; identificando possíveis indicadores de risco ao desenvolvimento global da criança. Além do cuidado com a díade, são oferecidas capacitações periódicas para rede de atenção básica, e apoio matricial nas reuniões e ações junto às equipes do Programa Saúde da Família. Como estratégia para avaliação e intervenção com a díade, são realizadas visitas domiciliares periódicas, para aplicação do protocolo dos indicadores de Risco para o Desenvolvimento Infantil – IRDS e o instrumento Denver II, além de orientações quanto ao aleitamento materno. Outra atuação da equipe é buscar fortalecer o vínculo das mães com a equipe de atenção básica da UBS de referência, através da puericultura, consultas e vacinação. Em 2 anos de programa foram acompanhados 93 bebês e suas famílias, sendo que destes, 30 já receberam alta e 31 foram encaminhados para acompanhamento no serviço de referência, buscando minimizar e intervir nos riscos ao desenvolvimento apresentados. Através das capacitações, também foi possível fortalecer a intervenção das equipes de atenção básica com gestantes, trabalhando o vínculo mãe-bebê de maneira que ao nascer, este encontre uma acolhida real e simbólica que lhe permita crescer e se desenvolver saudável em todas as áreas da vida. Muitos desafios ainda estão postos, como o acompanhamento dos bebês que faltam à reunião, bem como daqueles que apresentam indicadores de risco para o desenvolvimento, mas que não estão nas faixas de risco abordadas pelo programa. Espera-se que com o desenvolvimento e consolidação desta estratégia e das ações de matriciamento às equipes, possamos ampliar e fortalecer a detecção e intervenção precoce, propiciando prevenção e promoção de saúde mental às populações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria nº 2488 de 21 de outubro de 2011. Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/>

[docs/publicacoes/geral/pnab.pdf](#);

D'ANTINO, M. E. F. Interdisciplinaridade e transtornos globais do desenvolvimento: uma perspectiva de análise. Caderno de pós-graduação em distúrbios do desenvolvimento. v. 8, n.1, p.55-69, 2008;

KUPFER, M. C. M., JERUSALINSKY, A. N., BERNARDINO, L. M. F., WANDERLEY, D., ROCHA, P. S. B. et al. (2009). Valor preditivo de indicadores clínicos de risco para o desenvolvimento infantil: um estudo a partir da teoria psicanalítica. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental. Vol 13, n. 1. São Paulo, mar. 2010; LAZNIK-PENOT, M-C. Poderíamos pensar numa prevenção da síndrome autística? In: WANDERLEY, D. Palavras em torno do berço. Salvador: Ágalma, 1997.

TÍTULO DO TRABALHO:

AValiação Neuropsicológica do Idoso

AUTOR(ES): 1 MARIA JOANA MADER-JOQUIM; 2 DENISE RIBAS JAMUS; 3 MAUREN CARNEIRO DA SILVA RUBERT;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 PSICÓLOGA, DOUTORA EM CIÊNCIAS, ESPECIALISTA EM NEUROPSICOLOGIA; 2 PSICÓLOGA, MESTRE EM MEDICINA INTERNA E CIÊNCIAS DA SAÚDE, ESPECIALISTA EM NEUROPSICOLOGIA; 3 PSICÓLOGA, ESPECIALISTA EM NEUROPSICOLOGIA.

APRESENTADOR(ES): MARIA JOANA MADER-JOQUIM; DENISE RIBAS JAMUS; MAUREN CARNEIRO DA SILVA RUBERT;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): mjmader@onda.com.br; dejamus_psi@yahoo.com.br; maurencarneiro@yahoo.com.br;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: Hospital de Clínicas; Hospital do Idoso Zilda Arns.

RESUMO:

Maria Joana - Queixa principal: “esquecimentos”. A clínica em Neuropsicologia.

A avaliação neuropsicológica é um método de investigação fundamental na abordagem de pacientes com suspeita de declínio cognitivo ou demências. A abordagem do paciente deve adaptar-se as diversas situações que envolvem a queixa de “esquecimentos”. Em primeiro lugar o neuropsicólogo observa quem apresenta a queixa, a família ou o paciente, e a partir deste ponto inicia a investigação. O neuropsicólogo deve estar preparado com seu arsenal de testes, escalas e exercícios neuropsicológicos para proceder a avaliação, mas não pode perder de vista o raciocínio clínico. Serão abordados diversos aspectos da situação de avaliação neuropsicológica, entrevistas, métodos e devolução de resultados.

Denise - Reabilitação Neuropsicológica em Idosos.

A reabilitação neuropsicológica em idosos tem se tornado um recurso importante, seja com caráter preventivo em idosos saudáveis ou que apresentem Transtorno Cognitivo Leve, seja em pacientes com diagnóstico de demência, especialmente em grau leve e moderado. Programas de treino cognitivo em idosos saudáveis podem diminuir o risco de declínio cognitivo. Em idosos com demência a reabilitação neuropsicológica tem como objetivo otimizar funções cognitivas, melhorar AVD's para prolongar independência, auxiliar na organização da rotina e do ambiente para facilitar o dia a dia, minimizar sintomas psiquiátricos, entre outros. As principais intervenções envolvem treino de restauração, treino de reorganização e otimização e treino compensatório. Existem diferentes diagnósticos e manifestações clínicas, o que implica em diversas possibilidades na reabilitação. Após a análise das particularidades de cada caso o prognóstico deverá ser abordado. Ao planejar uma intervenção em reabilitação o profissional deve ter clareza das razões para fazê-la, quais os objetivos propostos e quais metas poderão ser alcançadas, para que possa em conjunto com o paciente e/ou familiares definir a melhor conduta terapêutica e favorecer para uma melhor qualidade de vida aos idosos, minimizar sobrecarga de cuidadores e favorecer para um melhor relacionamento familiar. Além disso, deverão ser consideradas as especificidades ao se trabalhar com reabilitação no contexto clínico ou no contexto hospitalar.

Mauren - Avaliação Neuropsicológica do Idoso em Pesquisa Clínica.

Com o crescente número de idosos e a expectativa de vida cada vez maior no Brasil e no Mundo, cresce também o número de idosos diagnosticados com Demência. A realização de um estudo clínico envolve a participação de diversos profissionais como o médico investigador, sub-investigador, enfermeiros, biomédicos, farmacêuticos, comitê de ética em pesquisa, os órgãos regulatórios do Ministério da Saúde, a indústria farmacêutica ou ORPC/CRO a quem foi delegada a responsabilidade pela pesquisa, e mais recente a inserção do psicólogo com papel primordial em estudos que envolvem idosos e demências. Serão abordados nesta apresentação o que é a pesquisa clínica, a ÉTICA na realização dos estudos e como o psicólogo trabalha dentro deste universo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Baddeley, A. Memória. Porto Alegre: Artmed, 2011

Malloy-Diniz, L. F.; Fuentes, D.; Cosenza, R. M. Neuropsicologia do envelhecimento: uma abordagem multidimensional. Porto Alegre: Artmed, 2013.

Wilson, B. A. Reabilitação da Memória: integrando teoria e prática. Porto Alegre: Artmed, 2011

TÍTULO DO TRABALHO: **CENÁRIOS TECIDOS PELA FAMÍLIA**

AUTOR(ES): 1) SANDRA APARECIDA SERRA ZANETTI; 2) MARIA ELIZABETH BARRETO TAVARES DOS REIS; 3) MAÍRA BONAFÉ SEI;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 PSICÓLOGA, MESTRE, DOUTORA E PÓS-DOUTORA EM PSICOLOGIA CLÍNICA PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP); 2 GRADUADA EM PSICOLOGIA (PUC CAMPINAS - 1977), MESTRE EM PSICOLOGIA CLÍNICA (PUC CAMPINAS -1981) E DOUTORA EM PSICOLOGIA CLÍNICA (USP - 2007); 3 PSICÓLOGA, MESTRE E DOUTORA EM PSICOLOGIA CLÍNICA PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP).

APRESENTADOR(ES): SANDRA APARECIDA SERRA ZANETTI; MARIA ELIZABETH BARRETO TAVARES DOS REIS; MAÍRA BONAFÉ SEI;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): sandra.zanetti@gmail.com; bethtavaresreis@gmail.com; mairabonafe@gmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL);

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo a discussão acerca do tema da família a partir da perspectiva psicanalítica. Este tema será abordado a partir de três vértices: o primeiro visa apresentar uma pesquisa que pretende desenvolver grupo terapêuticos com pais de crianças encaminhadas para tratamento psicológico, o segundo aborda a inserção dos pais na psicoterapia infantil e, para finalizar, discorrer-se-á sobre a psicoterapia psicanalítica de casal e família. No que concerne ao primeiro trabalho, a pesquisa se baseia numa técnica psicanalítica de trabalho com grupos, a Fotolinguagem, referendada na teoria sobre funcionamento grupal de Kaës. Esta técnica será oferecida a pais, cujos filhos foram encaminhados para psicoterapia infantil. O projeto pretende verificar se o trabalho em grupos com esses pais é capaz de promover a elaboração de conflitos psíquicos oriundos do âmbito da conjugalidade e da parentalidade. Partiu-se do princípio que as funções parentais podem ser exercidas, na atualidade, com pouca consistência e coerência, e que o sintoma de uma criança em muitos casos revela o que há de patológico na organização da estrutura familiar. Justamente por isso, há situações nas quais se faz necessária uma intervenção psicoterapêutica com o casal ou a família como um todo, de maneira a se trabalhar as relações estabelecidas, minimizando conflitos e sintomas. Diante disso, o segundo trabalho visa apresentada a análise de uma criança atendida em psicoterapia psicanalítica individual onde foi necessária a realização de intervenção terapêutica conjunta pais-criança, durante uma parte processo, em função de demandas específicas da criança. Já o terceiro trabalho pretende discorrer sobre a psicoterapia psicanalítica de casal e família, oferecida desde 2012 na Clínica Psicológica da UEL. O atendimento realizado com esta população é mediado por recursos expressivos que favorecem a comunicação e a compreensão da dinâmica conjugal e familiar. Observou-se, ao longo dos anos, um grande interesse dos estudantes por se envolver nesta proposta, e dos casais e famílias em participar deste tipo de intervenção, apontando para a pertinência desta. Por meio das experiências descritas, compreende-se ser necessária a ampliação do olhar do psicólogo clínico, de maneira a focar não apenas o indivíduo para quem a psicoterapia é solicitada, como o grupo no qual o mesmo se encontra, possibilitando ofertas de intervenção clínica mais amplas e efetivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BERENSTEIN, I.; PUGET, J. Psicanálise do Casal. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FÉRES-CARNEIRO, T. Casamento e Família: do social à clínica. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2001.

GOMES, I. C. O sintoma da criança e a dinâmica do casal. São Paulo: Escuta, 1998.

VACHERET, C. A Fotolinguagem©: um método grupal com perspectiva terapêutica ou formativa. Psicologia: Teoria e Prática, vol. 10, n. 2, p. 180-191, 2008.

TÍTULO DO TRABALHO: **ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NA INFÂNCIA**

AUTOR(ES): 1 MARI ANGELA CALDERARI OLIVEIRA; 2 VERA REGINA MIRANDA

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 PSICÓLOGA; 2 PSICÓLOGA

APRESENTADOR(ES): MARI ANGELA CALDERARI OLIVEIRA; VERA REGINA MIRANDA

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): marian.oliveira@hotmail.com

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: 1 Universidade Católica do Paraná, Comissão de Avaliação Psicológica/CRP-08; 2 Universidade Positivo, Comissão de Avaliação Psicológica/CRP-08.

RESUMO: Todo o processo de avaliação psicológica objetiva o conhecimento aprofundado sobre o fenômeno a ser estudado e sobre o cliente, alvo desta solicitação. Tratando-se do público alvo infantil, precisa-se refletir se a queixa refere-se a questões da aprendizagem ou sócio-afetivas. Em qualquer um dos tipos de avaliação psicológica, seja ela de foco psicopedagógico ou psicodiagnóstico deve-se considerar que a criança necessita de recursos lúdicos que promovam mais facilmente o vínculo e sua motivação para a proposta avaliativa. Nesta mesa serão abordadas questões pertinentes ao processo de avaliação psicológica destinada às crianças, pretendendo-se discutir sobre os fenômenos e processos psicólogos pertinentes as condições do desenvolvimento infantil. Serão também apresentados recursos os mais diversos e os seus objetivos e características, envolvendo entrevista com pais, hora de jogo, testes psicológicos como WISC IV, SON-R, BENDER, ESI, EAC, CAT-A, entre outros, assim como recursos complementares úteis como EOCA, entrevista familiar estruturada, frases projetivas, jogos, histórias, entre outros. Tão importante quanto os recursos objetiva-se da mesma forma refletir sobre a importância da competência teórica e técnica do psicólogo ao atuar com avaliação psicológica infantil, ao se dar conta da necessidade de desenvolver o pensamento clínico integrativo facilitando assim sua tomada de decisão frente a demanda de diferentes diagnósticos. O tema em questão vem ao encontro de uma necessidade fundamental diante das diversas demandas que surgem no universo infantil, visto estar hoje a criança exposta a inúmeros desafios tanto no que diz respeito aos aspectos relacionados a aprendizagem como nos que se referem aos aspectos sócios afetivos. Ao se deparar com a avaliação psicologia infantil o profissional da psicologia deve estar preparado tanto técnica como teoricamente para desenvolver um trabalho competente, promovendo assim o alcance social da avaliação psicológica, resignificando sua função não só para a Psicologia, como também e principalmente para o sujeito da avaliação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

TÍTULO DO TRABALHO: **INTERDISCIPLINARIDADE E PSICOLOGIA**

1ª APRESENTAÇÃO: ESTRESSE, FISIOLÓGICA DO ESTRESSE E MEMÓRIA.

2ª APRESENTAÇÃO: O PROCESSO DE RETORNO À ESCOLARIZAÇÃO NARRADA POR MULHERES EM CONDIÇÃO

DE VULNERABILIDADE SOCIAL

3ª APRESENTAÇÃO: AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO E DIFICULDADES ENCONTRADAS EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE.

AUTOR(ES): 1 SAMARAH PERSZEL DE FREITAS; 2 DEBORA RICKLI FIUZA; 3 ALTAIR JUSTUS NETO.

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 PSICOLOGA, ESPECIALISTA EM NEUROPSICOLOGIA, FORMAÇÃO EM TERAPIA RELACIONAL SISTÊMICA, MESTRANDA EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO- UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE- UNICENTRO; 2 PSICÓLOGA, ESPECIALISTA EM PSICOLOGIA HOSPITALAR, FACULDADE PEQUENO PRÍNCIPE, ESPECIALISTA EM SAÚDE PÚBLICA, UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE – UNICENTRO, MESTRANDA EM DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO- UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE- UNICENTRO; 3 PROFESSOR, ENFERMEIRO, COORDENADOR CLÍNICA ESCOLA FACULDADE CAMPO REAL, REALCLIN, DOCENTE COLEGIADO DE ENFERMAGEM, FACULDADE CAMPO REAL.

APRESENTADOR(ES): SAMARAH PERSZEL DE FREITAS; DEBORA RICKLI FIUZA; ALTAIR JUSTUS NETO

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): taicojustus@bol.com.br; debora_rickli@yahoo.com.br; samarah.freitas@yahoo.com.br;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: FACULDADE CAMPO REAL;

RESUMO GERAL:

A interdisciplinaridade é caracterizada pela interação das disciplinas e áreas afim dentro de um mesmo projeto. Ela não anula a disciplinaridade e não sobrepoem os saberes, mas desencadeia um reconhecimento dos limites e das potencialidades de cada campo de saber. O objetivo da mesa redonda é promover a discussão sobre o trabalho interdisciplinar, seus desafios e limites. Para tanto, fez-se uso de revisões sistemáticas de literatura relacionada aos temas: interdisciplinaridade, saúde e educação. Os dados foram obtidos em revistas indexadas às bases Pubmed, Lilacs e Periódicos Capes, além de livros específicos das áreas mencionadas e dos resultados obtidos nas pesquisas que serão apresentadas. De modo geral, os trabalhos iniciam com exposição de que é possível realizar um trabalho interdisciplinar sem a perda da identidade de cada profissional da área de saúde. Pode-se concluir que a interdisciplinaridade aumentou a satisfação dos profissionais, propiciou maior aprendizado e valorização de cada profissão envolvida nas pesquisas realizadas.

RESUMO: ESTRESSE, FISIOLOGIA DO ESTRESSE E MEMÓRIA¹

Estresse é um processo natural de adaptação às alterações ambientais. Ao perceber a ameaça, o organismo se prepara para o movimento de luta ou fuga. Ações fisiológicas e liberação de hormônios como a epinefrina, norepinefrina e cortisol são fundamentais para o aumento da energia corporal e tomadas de decisões nos momentos de estresse. Existem evidências sobre o fenômeno de luta e fuga desde o período paleolítico, porém, os estressores contemporâneos são diferentes, complexos e, por vezes, difíceis de serem identificados. Analisar o estresse na perspectiva da interdisciplinaridade constituiu-se o objetivo deste estudo. Trata-se de uma revisão sistemática de literatura relacionada aos temas de neurofisiologia do estresse e comportamento. Os dados foram obtidos em revistas indexadas às bases Pubmed, Lilacs e Periódicos Capes, além de livros de Psicologia e Neurofisiologia. De modo geral, as características dos estressores atuais somadas ao estilo de vida e à pressa podem cronificar o mecanismo do estresse e comprometer a saúde global do indivíduo. Foram encontrados estudos sobre o comprometimento emocional, cardíaco e mnemônico causados pelo estresse crônico o que evidencia alterações neurofisiológicas. Os resultados demonstraram que o desenvolvimento de princípios ativos pode auxiliar na proteção das células; outros estudos sugerem que o manejo psicológico clínico e intervenções sociais, contribuem de modo significativo no combate ao estresse. Portanto, com base neste estudo, conclui-se que, a integração de diferentes áreas do conhecimento poderá resultar em um tratamento mais efetivo no que se refere ao estresse crônico.

Palavras-chave: Memória, Estresse e Interdisciplinaridade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BANERJEE, R. et al. Effect of chronic mild stress on brain derived neurotrophic factor and nerve growth factor in rat hippocampus. Neuroscience Research Letters, v. 3, n. 1, p. 29-34, 2012;

CARLSON, N. R. (2002). Fisiologia do Comportamento. 7a ed. Barueri: Ed Manole LTDA;

LIPP, M. E. N. Mecanismos neuropsicofisiológicos do stress: teoria e aplicações clínicas. São Paulo: Casado Psicólogo, 2005;
SAPOLSKY R.M. The possibility of neurotoxicity in the hippocampus in major depression: a primer on neuron death. Biol Psychiatry 48: 755-765, 2000;

RESUMO: O PROCESSO DE RETORNO À ESCOLARIZAÇÃO NARRADA POR MULHERES EM CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL²

A discussão a respeito da educação e sua relação com as desigualdades sociais é um ponto de tensão e de questionamento no campo do desenvolvimento social. Em linhas gerais, as contribuições desse debate podem ser notadas, a princípio, no próprio círculo acadêmico, com a renovação e o refinamento do olhar crítico sobre o tema, além de estender-se para a construção e re-significação de práticas e políticas educacionais. A ação da educação possibilita aos grupos um forte ativo para o desenvolvimento social e, sobretudo, para que alcancem ou que tenham a possibilidade de atingir uma melhor posição social. Este trabalho é parte da pesquisa de mestrado intitulada O Papel da Educação para Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Social, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). O principal objetivo da pesquisa refere-se à compreensão do papel da educação para mulheres em condição de pobreza, bem como o de verificar como as mulheres compreendem o acesso ao direito à educação; identificar quais os motivos que levam ao afastamento do estudo; observar as motivações e intenções na tomada de decisão com o retorno à escolarização. A coleta de dados foi realizada a partir de relatos orais, coletados por meio de entrevistas abertas. A técnica História de vida que permite o acesso a conteúdos do indivíduo, as histórias política, econômica, social e cultural de um determinado grupo. Como destacam Meihy e Holanda (2007) as histórias de vida valorizam o indivíduo em detrimento do exclusivismo da estrutura social. A pesquisa contou com a participação de sete mulheres residentes no interior do Paraná, ambas beneficiárias do Programa de Transferência de renda Bolsa Família e que retornaram ao estudo após um período de afastamento da escola. Com os resultados apreendidos nas narrativas das mulheres foi organizado três grandes categorias de análise, possibilitando a compreensão e a discussão teórica da educação como fator transformador e emancipatório; a educação como fator de enfrentamento da pobreza; as relações entre gênero e educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Letra, 1987;

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997;

MEIHY, J. C; HOLANDA, F. História oral: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007;

RESUMO: AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO E DIFICULDADES ENCONTRADAS EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE³

A interdisciplinaridade conceitua-se como a união de duas ou mais áreas afins, visando à melhoria do trabalho a ser desempenhado. Neste aspecto, o objetivo deste trabalho foi investigar o conhecimento e as dificuldades encontradas em Unidades Básicas de Saúde (UBS) para aplicação de um trabalho interdisciplinar em equipe. A pesquisa ocorreu em duas UBS, localizadas em Guarapuava, PR. Participaram da discussão 16 profissionais de saúde, sendo 3 homens e 13 mulheres, entre 25 e 55 anos (Média = 40, Desvio Padrão = 9,5). Utilizou-se a metodologia de 'estudo de caso', que buscou aprofundar o diálogo sobre a compreensão, a importância e as dificuldades da realização do trabalho interdisciplinar na equipe. Após a intervenção, os profissionais responderam perguntas subjetivas relativas à interdisciplinaridade. Assim, 60% dos profissionais relataram que a interdisciplinaridade é um trabalho integrado; 50% descreveram que o trabalho interdisciplinar é importante para o atendimento ao usuário e; 44% afirmam que a maior dificuldade encontrada para realização do trabalho interdisciplinar nas UBS é a formação dos profissionais, que é focada no modelo biomédico existente. Conclui-se que as equipes apresentam um bom conhecimento sobre a importância do trabalho interdisciplinar, porém são necessárias intervenções com intuito de demonstrar que cada área possui suas limitações e que é necessário buscar o auxílio de outras disciplinas para ultrapassar essa barreira.

Palavras-chave: Intervenção, Profissionais e Saúde.

TÍTULO DO TRABALHO: JUSTIÇA RESTAURATIVA – UM NOVO OLHAR SOBRE A JUSTIÇA

AUTOR(ES): CLAUDIA CATAFESTA;

APRESENTADOR(ES): CLAUDIA CATAFESTA; LARYSSA ANGÉLICA COPACK MUNIZ; ALINE FIOVARANTE - PSICÓLOGA; RENATA GASTALDI;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): CLAUDIA CATAFESTA - ccatafesta@hotmail.com;
LARYSSA ANGÉLICA COPACK MUNIZ - ccatafesta@hotmail.com; ALINE FIOVARANTE - catafesta@hotmail.com;
RENATA GASTALDI - regastaldi@gmail.com;

FORMAÇÃO DO(S) AUTOR(ES)/APRESENTADOR(ES): DRA. CLAUDIA CATAFESTA - JUIZA DE DIREITO; DRA. LARYSSA ANGÉLICA COPACK MUNIZ - JUIZA DE DIREITO; ALINE FIOVARANTE - PSICÓLOGA; RENATA GASTALDI - PSICÓLOGA;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTA(M): DRA. CLAUDIA CATAFESTA - JUÍZA DE DIREITO DA 2ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE LONDRINA; DRA. LARYSSA ANGÉLICA COPACK MUNIZ - JUÍZA DE DIREITO DE PONTA GROSSA; PSIC. ALINE FIOVARANTE - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PR - LONDRINA; PSIC. RENATA GASTALDI - COMISSÃO DE PSICOLOGIA JURÍDICA DO CRP-PR;

RESUMO: A Justiça Restaurativa é uma nova forma de lidar com a questão dos conflitos e dos crimes, centrada mais nas pessoas e nos relacionamentos do que nas questões jurídicas. Historicamente, surgiu nas décadas de 60 e 70 nos Estados Unidos e nos anos 90 ganhou força aqui no Brasil iniciando seu percurso em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul no ano de 2004 e, depois, São Paulo e Brasília. Em Londrina, tem alcançado muitos avanços buscando um Projeto de Lei e se fortalecendo na implementação de Políticas Públicas. Diante disso, faz-se necessário maiores informações a respeito aos psicólogos que também podem atuar na área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

PRANIS, K. Processos Circulares. Ed. Palas Athena
ZEHR, H. Justiça Restaurativa. Ed. Palas Athena
ZEHR, H. Trocando as Lentes. Ed. Palas Athena
MULLET, J. Disciplina Restaurativa para Escolas Ed. Palas Athena
SITE do Projeto Justiça 21: <http://www.justica21.org.br>

TÍTULO DO TRABALHO:

NOVAS ABORDAGENS E PERSPECTIVAS NA PSICOLOGIA DO TRÂNSITO

AUTOR(ES): 1 FABRÍCIO MAOSKI; 2 BRUNO D.M. MOREIRA; 3 HELOISA N. ROCHA;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 MESTRE EM PSICOLOGIA PELA UFPR; 2 MESTRANDO EM PSICOLOGIA PELA UFPR; 3 MESTRANDA EM PSICOLOGIA PELA UFPR

APRESENTADOR(ES): FABRÍCIO MAOSKI; BRUNO D.M. MOREIRA; HELOISA N. ROCHA;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): fmaoski@gmail.com; brtrad@gmail.com; hnrocha@yahoo.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, PSICOLOGIA DO TRÂNSITO;

RESUMO: O trânsito é um ambiente de interações sociais constantes, sendo as ações do homem centrais em seu estudo. Caso as tendências atuais de crescimento das mortes no trânsito se mantiverem no futuro, as mortes por acidentes de trânsito superarão aquelas por homicídios, provando que o trânsito no Brasil vem se tornando cada vez mais perigoso e letal. O fator humano é considerado como um dos elementos mais importantes na ocorrência dos acidentes de trânsito. O objetivo da Psicologia do Trânsito é trabalhar com prevenção, se possível para diminuir a exposição de risco do condutor, levando em conta que são muitas as variáveis psicológicas influenciando em acidentes. Outros campos foram se estabelecendo na Psicologia do Trânsito, estimulado pelo Conselho Federal de Psicologia, como pesquisas de campo de processos psicológicos, psicossociais e psicofísicos para desenvolvimento de ações socioeducativas, análise de acidentes, fatores para amenizar ou evitar e assessoria aos órgãos públicos. Um segundo objetivo desse trabalho é explorar e discutir o conceito de risco através do olhar da psicologia do trânsito, como também discutir estratégias para gerenciar riscos no trânsito e aumentar a percepção

de risco dos usuários das vias, abordando os modelos de risco propostos na psicologia do trânsito. Risco é definido como um processo de aprendizagem, por meio do qual indivíduos e grupos elaboram interpretações sobre situações relacionadas a algum perigo ou ameaça. As interpretações sociais do risco proporcionam diretrizes sobre como os sinais de risco são detectados, organizados e explicados. Portanto, para desenvolver intervenções que visem aumentar a percepção de risco e proporcionar um trânsito seguro, é necessário um conhecimento mais profundo sobre as especificidades da população local. Por meio da psicologia do trânsito, o estudo do comportamento do condutor é fundamental para que se possa compreender melhor quais fatores e como se dá a decisão de se envolver em comportamentos perigosos no trânsito. Estudos realizados comparando o comportamento de condutores em diversos locais aponta para uma influência cultural sobre a percepção de risco no trânsito. A psicologia do trânsito traz hoje novas demandas e cabe aos psicólogos dar subsídios teóricos e técnicos que surgem a partir da preocupação quanto à sustentabilidade e mobilidade urbana fazendo-se, portanto, uma necessidade cada vez maior em ser reconhecida pela sociedade e pelas autoridades por sua contribuição e participação. Poucos estudos na área vêm sendo conduzidos no Brasil. Sendo assim, a escassez de informações tem estimulado a pesquisa e desenvolvimento de instrumentos adequados ao contexto do trânsito para contribuir com um melhor conhecimento acerca das características psicológicas e comportamentais dos condutores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FYHRI, A.; BACKE-GRÖNDAHL, A. Personality and risk perception in transport. Accident Analysis and Prevention, v. 49, p. 470-475, 2012.

MARTINUSSEN, L.M.; HAKAMIES-BLOMQUIST, L.; MOLLER, M.; OZKAN, T.; LAJUNEN, T. Age, gender, mileage and the DBQ: The validity of the Driver Behavior Questionnaire in different driver groups. Accident Analysis And Prevention, v. 52, p. 228-236, 2013.

SILVA, F.H.V.C.; ALCHIERI, J.C. Validade Preditiva de Instrumentos Psicológicos Usados na Avaliação Psicológica de Condutores. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v 26 n. 4, p. 695- 706, 2010.

SILVA, F.H.V.C.; GUNTHER, H. Psicologia do trânsito no Brasil: de onde veio e para onde caminha?. Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 17, n. 1, p. 163-175, 2009.

TÍTULO DO TRABALHO:

**O DIREITO DE SER, SENDO DIFERENTE NA ESCOLA:
UMA ANÁLISE PSICOLÓGICA SOBRE O PRECONCEITO**

AUTOR(ES): 1) ROBSON APARECIDO DA COSTA SILVA; 2) THAYS BERNARDES BORGES; 3) RITA DE CÁSSIA ALBUQUERQUE ARAÚJO.

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 GRADUANDO EM PSICOLOGIA PELA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE SERRA TALHADA - FACISST; 2 GRADUANDO EM PSICOLOGIA PELA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE SERRA TALHADA - FACISST;
3 GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA PELA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO (2005), ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PELA FACULDADE SALESIANA DO NORDESTE E MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA PELA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO (2009).

APRESENTADOR(ES): ROBSON APARECIDO DA COSTA SILVA; THAYS BERNARDES BORGES.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): robsoncosta1983@hotmail.com; thays_sd2010@hotmail.com; ritaraujo3@yahoo.com.br;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE SERRA TALHADA - FACISST;

RESUMO: O presente trabalho objetivou evidenciar um panorama sobre o preconceito, suas diversificações discriminatórias e realizar uma intervenção capaz de conscientizar os estudantes que ser diferente faz parte da construção subjetiva do universo simbólico de cada indivíduo, uma vez que, todos se configuram de diferentes formas e partilham de características comuns dentre os grupos. A mostra de pesquisa foi constituída por 86 estudantes entre 14 e 17 anos de idade da Escola de Referência em Ensino Médio Aires Gama - EREM-AG,

localizada no município de Flores - PE. Na primeira etapa desses estudos, foi empregado o método qualitativo para revisar a literatura psicológica sobre a temática em questão; no segundo momento, aconteceu a oficina com roda de conversa e aplicação de dinâmica de grupo, que foi contextualizada de forma articulada com as concepções de Henri Wallon (1979) e Pichon Rivière (2009) enfatizando a importância das interações sociais grupais para construção da identidade do indivíduo. Constatou-se neste estudo que os estudantes vítimas de atos preconceituosos apresentaram uma postura separatista e um quadro visível de vulnerabilidade emocional; nota-se nos discursos dos mesmos o desejo de apreender o conhecimento, porém, esse desejo pode se encontrar inibido no seu eu-ideal. Vários fatores podem estar contribuindo para esta inibição de aprendizagem, nos quais, destaca-se os atos preconcebidos e atitudes genéricas de rejeição; e este se constitui, via de regra, um sintoma que afeta os níveis de inteligência e provoca um aprisionamento da estrutura simbólica inconsciente e ocasiona um déficit de ascensão ao conhecimento devido às tensões sofridas mediante a violência física e psicológica. O que nos leva a evidenciar uma relação entre os atos preconceituosos e a aquisição do conhecimento, pois, a aprendizagem está atrelada às diversas esferas da vida do sujeito, como por exemplo, a vivência afetiva, emocional, psicológica e física. Também se conclui que as formas de discriminações relativas ao gênero e à sexualidade, principalmente a ideia formada sem reflexão nem fundamento razoável sobre opção sexual evidenciadas na EREM-AG, ficam ocultas pelas igualdades que não se efetivam, por parte dos estudantes e da equipe institucional escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

PAIN, Sara. Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2008;

PICHON-RIVIERE, E.O Processo Grupal. SP, Brasil: WMF Martins Fontes, 2009;

UNBEHAUM, Sandra. Educação e direitos humanos. In: Cadernos de textos da reunião técnica de 2008. São Paulo: FDE, 2008;

COLL, C. MARCHESI, A. PALÁCIOS, J. Desenvolvimento Psicológico e Educação. São Paulo: Artmed, 2008.

TÍTULO DO TRABALHO: O ENSINO E A PRÁTICA DA PSICANÁLISE

AUTOR(ES): 1) CLAUDIA MARIA DE SOUSA PALMA; 2) SÍLVIA NOGUEIRA CORDEIRO; 3) DANIEL POLIMENI MAIRENO;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1) PSICÓLOGA (USP). PÓS DOUTORA EM SAÚDE MENTAL (UNICAMP). PSICANALISTA; 2) PSICOLOGIA (PUC-CAMPINAS), DOUTORA EM CIÊNCIAS BIOMÉDICAS (UNICAMP); 3) PSICÓLOGO (UEL), MESTRE EM PSICOLOGIA CLÍNICA (PUC-SÃO PAULO)..

APRESENTADOR(ES): CLAUDIA MARIA DE SOUSA PALMA; SÍLVIA NOGUEIRA CORDEIRO; DANIEL POLIMENI MAIRENO;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): cacaupalma@gmail.com; silvianc2000@gmail.com; dpmaireno@gmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: 1) PROFA. ADJUNTA DO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E PSICANÁLISE (UEL); 2) PROFA. ADJUNTA DO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E PSICANÁLISE (UEL); 3) DANIEL POLIMENI MAIRENO, PROFESSOR ASSISTENTE DO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E PSICANÁLISE (UEL) UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – UEL;

RESUMO: Esta mesa pretende discutir as vicissitudes do ensino da psicanálise na universidade e sua contribuição para o trabalho numa equipe multiprofissional em saúde. Problematisa a transmissão da psicanálise abordando, também, os diálogos possíveis com as ciências biológicas e humanas, e as possibilidades de intervenção em equipe da saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: FREUD, S. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: Obras Completas, v. 10. São Paulo, Companhia das Letras, 2010; FREUD, S. Sobre o ensino da psicanálise nas universidades. (1919) In: Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud, v. XVII. Rio de Janeiro, Imago, 1996; MORETO, M. L. O Que Pode um Psicanalista no Hospital. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2013;

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. In: Os Pensadores, v. IV. São Paulo, Abril Cultural, 1973

TÍTULO DO TRABALHO: PRÁTICAS EXITOSAS NA HUMANIZAÇÃO HOSPITALAR

AUTOR(ES): 1) ALINE PINTO GUEDES; 2) JULIANE GEQUELIN ROSA; 3) VALÉRIA DE ARAÚJO ELIAS;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1) PSICÓLOGA FORMADA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, PÓS GRADUADA EM SAÚDE MENTAL, PSICOPATOLOGIA E PSICANÁLISE PELA PUC-PR E MESTRE EM POLÍTICAS PÚBLICAS PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ; 2) FORMADA PELA PUC-PR, PÓS GRADUADA EM PSICOLOGIA DA SAÚDE E HOSPITALAR PELA FACULDADES PEQUENO PRÍNCIPE. ESPECIALISTA EM PSICOLOGIA HOSPITALAR/CFP. PSICÓLOGA DO SERVIÇO DE PSICOLOGIA DO HOSPITAL INFANTIL WALDEMAR MONASTIER; 3) PSICÓLOGA DO SERVIÇO DE PSICOLOGIA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO E DO AMBULATÓRIO DO HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. SUPERVISORA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA HOSPITALAR. ESPECIALISTA EM PSICOLOGIA CLÍNICA – PSICANÁLISE/Uel/SEDESSAPIENTIAE. ESPECIALISTA EM PSICOLOGIA CLÍNICA E HOSPITALAR/CFP. MESTRE E DOUTORANDA EM PSICOLOGIA PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. PRESIDENTE DA SBPH BIÊNIO 2013-2015. MEMBRO DA COMISSÃO EDITORIAL DA REVISTA SBPH.

APRESENTADOR(ES): ALINE PINTO GUEDES; JULIANE GEQUELIN ROSA; VALÉRIA DE ARAÚJO ELIAS;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): jugequelin@yahoo.com.br; aline_pguedes@hotmail.com; valelias@sercomtel.com.br;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: 1) HOSPITAL COLÔNIA ADAUTO BOTELHO; 2) HOSPITAL INFANTIL WALDEMAR MONASTIER; 3) HOSPITAL UNIVERSITÁRIO E AMBULATÓRIO DO HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA;

RESUMO: A partir da implementação do Programa Nacional de Humanização (PNH) nos hospitais no Brasil, fundamentada no respeito e valorização do ser humano, houve um movimento dos profissionais psi, assim como de outras áreas da assistência, para realizar ações que visassem sustentar esta proposta. Este trabalho tem por objetivo apresentar as diretrizes da PNH dentro das Políticas Públicas do Ministério da Saúde; contextualizar a humanização em suas vertentes histórica e cultural, com ênfase no trabalho realizado pelos psicólogos hospitalares; abordar a humanização como política auxiliar na gestão dos serviços; compartilhar e discutir as experiências exitosas de humanização em hospital infantil e hospital psiquiátrico. Será realizada uma abordagem histórica e teórica do tema, seguida de duas apresentações de experiências práticas, sendo uma voltada a pacientes e familiares de um hospital infantil e outra com foco na saúde do trabalhador da área da saúde mental. A prática com foco no paciente/família refere-se ao Projeto do Dia do Irmão. Este propõe o estabelecimento de uma rotina de visitas mensais de irmãos menores de idade aos pacientes internados nas Unidades de Terapia Intensiva Pediátrica e Neonatal, bem como na enfermagem clínica de um hospital pediátrico. Este projeto é uma iniciativa do serviço de psicologia em parceria com o serviço social da instituição. O Dia do Irmão mostra-se positivo para o paciente, para a família e para a equipe – trata-se de uma atividade que promove a humanização e possibilita melhor elaboração do processo de adoecimento/hospitalização pela família. Referente à prática com foco na promoção da saúde do trabalhador no âmbito de um hospital psiquiátrico, esta é uma parceria do serviço de psicologia da instituição com alunos de psicologia que realizam estágio no hospital psiquiátrico. Refere-se à sensibilização e intervenção com trabalhadores da área da saúde mental, pois estes têm como ferramenta de trabalho a relação com diferentes subjetividades e principalmente o cuidado de pessoas em sofrimento psíquico grave, fazendo de seu cotidiano laboral um propiciador de angústias. Deste modo, com a intervenção pretende-se melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores e no ambiente de trabalho. Diante do que foi abordado, evidencia-se a importância de projetos pautados na proposta da humanização, sendo estes inerentes à prática da psicologia hospitalar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: BALTAZAR, D. V. S.; GOMES, R. F. S. & CARDOSO, T. B. D. Atuação do Psicólogo em Unidade Neonatal: construindo rotinas e protocolos para uma prática humanizada. Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar, v. 13, n. 1, 2010.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Documento base para gestores e trabalhadores do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – 4. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2008.

TÍTULO DO TRABALHO:
PROCESSOS DE MEDICALIZAÇÃO:
ENFRENTAMENTO ÉTICO E POLÍTICO NO ÂMBITO DA PSICOLOGIA ESCOLAR

AUTOR(ES): 1) MELODY LYNN FALCO RABY; 2) MONICA PRADO BRAZ STAUT; 3) ALAYDE MARIA PINTO DIGIOVANNI;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 MESTRADO; 2 ESPECIALIZAÇÃO; 3 MESTRADO

APRESENTADOR(ES): MELODY LYNN FALCO RABY; MONICA PRADO BRAZ STAUT; ALAYDE MARIA PINTO DIGIOVANNI;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): melfalco@gmail.com; monica.staut@uol.com.br; alayde.digiovanni@gmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: 1 COMISSÃO DE PSICOLOGIA ESCOLAR 08/ PSICOLOGIA ESCOLAR REDE PÚBLICA; 2 COMISSÃO DE PSICOLOGIA ESCOLAR 08/PSICOLOGIA CLÍNICA COM ATUAÇÃO EM PSICOLOGIA ESCOLAR; 3 COMISSÃO DE PSICOLOGIA ESCOLAR 08/UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE;

RESUMO: Propomos nesta mesa problematizar o enfrentamento da Psicologia Escolar e Educacional aos processos de medicalização que se materializa, não raras vezes, nos processos educativos reafirmados pela sociedade por meio de diferentes mecanismos midiáticos que influenciam na produção da subjetividade. Compreendemos como medicalização conforme Moysés e Collares o processo de transformar questões não-médicas, eminentemente de origem social e política, em questões médicas, isto é, tentar encontrar no campo médico as causas e soluções para problemas dessa natureza. Passam a ser tratados como patologias, tomados como uma condição biológica do indivíduo, isolado do processo social complexo estabelecido nas sociedades humanas. Cria-se, assim, desde o século XX, novas doenças e sintomas e, conseqüentemente, novas intervenções “terapêuticas”, não raras vezes, vinculadas a medicamentos, como a ritalina (metilfenidato) que teve um significativo e preocupante aumento no consumo nos últimos anos no Brasil, fortemente divulgado e apoiado pela indústria farmacêutica, que mobiliza centenas de milhões no mercado mundial. As crianças em idade de escolarização são as mais atingidas por esse processo, se encontram fragilizadas por sistemas de ensino precários e são submetidas, cada vez mais, a determinados processos considerados “terapêuticos”, que desconsideram sistematicamente as questões sociais e pedagógicas envolvidas, por exemplo, na alfabetização, na aquisição dos primeiros conceitos matemáticos e na organização do espaço da sala de aula. Considera-se nessa perspectiva o aluno como o “portador” biológico do problema, que na maioria das vezes é gerado pelos condicionantes sociais dos ambientes, inclusive escolar, em que o aluno está inserido. Tais condições trazem um prejuízo para a garantia do acesso ao conhecimento e ao seu desenvolvimento integral. Problematizaremos as implicações das estratégias midiáticas que contribuem para o aumento do consumo de medicamentos e de laudos avaliativos, as políticas educacionais desenvolvidas que podem contribuir ou não com esse processo conforme seus fundamentos epistemológicos e sua compreensão acerca do desenvolvimento humano e aprendizagem, os impactos que são observados a partir da intervenção clínica sob o olhar da Psicologia Escolar e por fim, proporemos algumas alternativas de enfrentamento possíveis na rede pública e na sociedade civil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico (a patologização da educação). Série Ideias, São Paulo, n. 23, p. 25-31, 1994. http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_23_p025-031_c.pdf;

FACCI, M. G. D. MEIRA, M. E. M. TULESKI, S. C. A exclusão dos “incluídos” – uma crítica da psicologia da educação à patologização e medicalização dos processos educativos. 2. ed. Maringá: EDUEM, 2012;

TANAMACHI, Elenita de Rício; SOUZA, Marilene Proença Rebello de, ROCHA, Marisa Lopes da. Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. p. 105-141;

TULESKI, Silvana Calvo; EIDT, Nádia Mara. Repensando os distúrbios de aprendizagem a partir da psicologia

histórico-cultural. Rev. Psicologia em Estudo. Maringá, v. 12, n. 3, p. 531-540, set./dez. 2007

TÍTULO DO TRABALHO: PSICOLOGIA ANOMALÍSTICA E A FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO

AUTOR(ES): ALESSANDRO HIDEKI SHIMABUCURO (1,2); LEONARDO MARTINS (1); JEVERSON REICHOW (1,2,3); FÁBIO EDUARDO DA SILVA (1,2)

APRESENTADOR(ES): ALESSANDRO HIDEKI SHIMABUCURO (1,2); LEONARDO MARTINS (1); JEVERSON REICHOW (1,2,3); FÁBIO EDUARDO DA SILVA (1,2)

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): alessandroshimabucuro@gmail.com; leobremartins@usp.br; jeverson.reichow@gmail.com; facbio.z@gmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: (1) Laboratório de Psicologia Anomalística e Processos Psicossociais. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo; (2) Instituto Neuropsi: pesquisa e ação inovadoras em “desenvolvimento humano integral”, Curitiba; (3) Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

RESUMO: A psicologia, ou ciência psicológica, pode ser definida como o estudo da mente, do cérebro, do comportamento e da experiência humana. A abrangência dessa definição lança desafios de cunho epistemológico, teórico e metodológico que precisam ser enfrentados em todas as instâncias da psicologia como ciência e profissão, a começar por seu alicerce: a formação do psicólogo. Contudo, quando se compara os desafios recentes eliciados por essa abrangência e as ênfases dadas na formação do psicólogo e no cotidiano da profissão, lacunas importantes se destacam, demandando posicionamento da psicologia a respeito. É o caso do extenso conjunto de vivências subjetivas de alta prevalência na população, mas que divergem de perspectivas hegemônicas na macrocultura sobre a realidade e não possuem relação obrigatória com transtornos mentais: as chamadas Experiências Anômalas (EAs). Exemplos mais conhecidos e cientificamente investigados dessas experiências incluem “mediunidade”, “curas espirituais” e “percepções extrassensoriais”. Como o psicólogo pode e deve lidar com essas vivências quando emergem de pacientes/clientes na prática clínica? É possível diferenciá-las de transtornos mentais? O que essas vivências dizem do contexto cultural em que ocorrem? Qual seu impacto psicossocial? Haveriam fatos (fenômenos não/pouco compreendidos pelo conhecimento científico atual) subjacentes a essas e outras EAs? O que há para se aprender com esses episódios sobre o funcionamento psicológico humano? Talvez de modo particular no Brasil, país marcado pelo sincretismo religioso e pela pluralidade de experiências anômalas e sistemas de crença relacionados, a formação do psicólogo precise dedicar especial atenção a essas questões. Contribuições diversas nesse sentido têm sido feitas, mas seguem pouco conhecidas pela maioria dos psicólogos e formadores. A mesa “experiências anômalas e a formação do psicólogo” pretende discuti-las.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: CARDENÁ, E.; LYNN, S. J.; KRIPPNER, S. (Ed.). Variedades da experiência anômala: análise das evidências científicas. São Paulo: Atheneu, 2013.

TÍTULO DO TRABALHO:
PSICOLOGIA E SUAS INTERFACES EM DIREITOS HUMANOS

AUTOR(ES): 1) DR. JOSÉ EDUARDO SIQUEIRA; 2) DR. PAULO CÉSAR VIEIRA TAVARES; 3) DR. MARCOS ROBERTO GARCIA; 4) DR. JOÃO JULIANI;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 MÉDICO; 2 PROMOTOR; 3 PSICÓLOGO; 4 PSICÓLOGO.

APRESENTADOR(ES): DR. JOSÉ EDUARDO SIQUEIRA; DR. PAULO CÉSAR VIEIRA TAVARES; DR. MARCOS ROBERTO GARCIA; DR. JOÃO JULIANI;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): eduardo.jose@pucpr.br; roberto.garcia@pucpr.br; joao.juliani@pucpr.br;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR – Campus Londrina; Ministério Público de Londrina.

RESUMO: A mesa propõe um diálogo entre profissionais relacionados às áreas de Direitos Humanos, Bioética e Psicologia Clínica. Os Direitos Humanos têm como premissa a busca pelo impedimento de crimes contra a humanidade. Trata-se de garantias básicas da vida de qualquer ser humano, independente de características que o diferencie, tais como: gênero, raça, etnia e práticas culturais. A Declaração Universal de Direitos Humanos é um instrumento que traz garantias de vida para todas as pessoas. Qualquer prática envolvendo o ser humano, seja ela de pesquisa ou intervenção está sob a égide dos pressupostos dessa declaração. Dentro deste contexto, a Bioética nasce na busca de preservar a espécie humana de qualquer iniciativa que possa trazer riscos para sua sobrevivência, e garantir a qualidade de vida daquele que estão envolvidos em uma relação de poder. O ser humano como sujeito que sofre ações dos profissionais e pesquisadores da área da saúde são preservados pelos princípios da bioética: autonomia, não-maleficência, beneficência, justiça e equidade. A Psicologia como profissão se estrutura no Brasil a partir da década de 60 com o objetivo claro em garantir qualidade de vida a população que apresentasse qualquer tipo de sofrimento psíquico. Desde então, os profissionais da área vêm desenvolvendo métodos e técnicas para enfrentar e reverter situação de conflito. A clínica psicoterápica se constitui em um campo de atuação do psicólogo, no qual os conflitos pessoais podem ser observados e tratados. A prática clínica tem revelado que as dificuldades psicológicas, em grande parte, são devidas a uma história de controle aversivo, e muitas das técnicas atuais foram desenvolvidas para reverter este tipo de controle, não mais prevenindo respostas, mas sim promovendo o enfrentamento deste controle e seus subprodutos. Por fim, é fato que as declarações e códigos que regem o comportamento humano surgiram para proteger as pessoas comuns do uso abusivo, feito pelos detentores do poder, do controle aversivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Sidman, M. (2003). Coerção e suas implicações. Campinas, SP: Livro Pleno.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo: www.direitoshumanos.usp.br

SIQUEIRA, J. E. . Educação bioética para profissionais de saúde. Bioethikós (Centro Universitário São Camilo), v. 6, p. 66-77, 2012.

TÍTULO DO TRABALHO:

RELAÇÃO: ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E ÉTICA

AUTOR(ES): 1 ISABEL CRISTINA DE ABREU FOCESATO; 2 MARIITA BERTASSONI DA SILVA; 3 SANDRA MARA PASSARELLI FLORES;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 PSICÓLOGA; 2 PSICÓLOGA; 3 PSICÓLOGA

APRESENTADOR(ES): ISABEL CRISTINA DE ABREU FOCESATO; MARIITA BERTASSONI DA SILVA; SANDRA MARA PASSARELLI FLORES;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): isabel.fochesato@terra.com.br; mariitabertassoni@hotmail.com; sandrap.flores@hotmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: CRP-08

RESUMO: As relações entre adolescência, escolha profissional e projetos de vida, são temas recorrentes entre os orientadores profissionais. Sem perder de vista o aspecto socioeconômico dessas relações, tecemos considerações sobre o lugar de destaque da escolha profissional na vida dos jovens. Empregabilidade, desemprego, chances de carreira ou outros temas de inegável relevância na contemporaneidade, devem ter suas implicações no processo de orientação profissional. As perspectivas futuras da orientação profissional a partir das reflexões de uma experiência no ensino fundamental e médio, apontam para o papel social da escola e um espaço pertinente para apoiar os alunos no autoconhecimento, na informação profissional e escolha. A sugestão da inclusão de disciplina sobre atividades ocupacionais, no currículo escolar, pode se tratar de uma experiência relativamente nova mas que possibilitaria transformações histórico-sociais e o compromisso ético na formação de futuros profissionais. O aluno chega a Universidade com a promessa de mudança mas encontra, muitas vezes, um ambiente diferente da realidade até então vivida. Desta feita, se pensa e se questiona sobre a própria Universidade,

onde também ocorre o fenômeno de evasão, com trabalho de relevância sobre a redução de variáveis que comprometem a formação universitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: REVISTA BRASILEIRA DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL (ABOP). São Paulo, Vetor, 2005.

LEVENFUS, R.S e SOARES,D.H.P. & Cols. Novos relatos teóricos, técnicos e instrumentais para a clínica, a escola e a empresa. Porto Alegre, Artmed, 2002.

RIBEIRO, A.R. e MELO-SILVA, L.L. Compêndio de orientação profissional e de carreira. São Paulo, Vetor, 2011. Vol I, II.

TÍTULO DO TRABALHO:

REPENSANDO OS PARADIGMAS CIENTÍFICOS NA PSICOLOGIA E SUAS RELAÇÕES COM AS PRÁTICAS

AUTOR(ES): 1 LUIZ EDUARDO V BERNI; 2 JULIANO DEL GOBO; 3 FÁBIO EDUARDO DA SILVA;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 Psicólogo, Especialista em Metodologia do Ensino Superior, Mestrando do Programa de Pós Graduação em Ciências Social Aplicadas; 2 Psicólogo, Mestrado em Ciências da Religião (PUCSP) e Doutorado em Psicologia pelo IPUSP; 3 Psicólogo, Mestrado e Doutorado em Psicologia Social pelo IPUSP.

APRESENTADOR(ES): LUIZ EDUARDO V BERNI; JULIANO DEL GOBO; FÁBIO EDUARDO DA SILVA;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): levberni@hotmail.com; jdgp.psicologia@gmail.com; facbio.z@gmail.com; INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: 1 Núcleo de Métodos e Técnicas Psicológicas/Diversidade Epistemológica não Hegemônica e Saberes Tradicionais e Comissão de Orientação e Fiscalização – CRP-SP; 2 Pesquisador vinculado ao Núcleo de Pesquisa em Saúde Pública e Assistência no Brasil do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas - UEPG; Conselheiro Suplente CRP-08; 3 Comissão Científica do CRP-PR, Interpsi: Laboratório de Psicologia Anomalística e Processos Psicossociais do Instituto de Psicologia da USP, Instituto Neuropsi: pesquisa e ação inovadoras em “desenvolvimento humano integral” - Curitiba. ** O resumo também contou com a colaboração de Thereza Cristina de Arruda Salomé D’Espindula, Celia Regina Cordeiro Sampaio, Tatiany Porto e Ana Inês Souza do CRP-PR, através das discussões relacionadas a pesquisa da Comissão Científica desse conselho, relacionadas a temática dessa mesa.

RESUMO: As Ciências Humanas, dentre elas a Psicologia, surgiram inspiradas pelo modelo das Ciências Naturais, cuja maior expressão encontra respaldo no modelo popperiano de falseação da hipótese. Esse modelo, embora contemplado e, muitas vezes procurado, não é e não pode ser único para a Psicologia, reflexo de outras propostas epistêmicas como de Kuhn e Polany. Segundo a nova sociologia da ciência, reflete-se que os aspectos epistemológicos (como os propostos por Popper) não são suficientes para demarcar o que é ou não é ciência, o que parece ser fruto de tensos fatores sociais em negociação e/ou disputa. Exemplo disso, são os modelos metodológicos que no passado foram desqualificados/desvalorizados, tais como os Estudos de Caso, Pesquisa Ativa e Pesquisa Participante encontram hoje aceitação. Dentre tais fatores, o econômico, político e geopolítico tem especial destaque. Os países do primeiro mundo exercem forte influência ou talvez controle sobre a maior parte da produção e divulgação científica. Nesse jogo de forças vemos diferentes paradigmas científicos, os quais podem ser definidos segundo Guba pela forma com a qual respondem questões ontológicas (Qual é a natureza do conhecimento? Ou qual é a natureza da realidade?), epistemológicas (Qual é a natureza da relação entre o conhecedor e o conhecido?) e metodológicas (O que deve o inquisidor fazer para encontrar o conhecimento?) Esse autor concebe 4 paradigmas científicos, a saber, o Positivista, Pós-positivista, Teoria Crítica e o Construtivismo. A psicologia encontrou seu “reconhecimento científico”, inspirada especialmente no paradigma positivista (atualmente pós-positivista), através de pesquisas em laboratórios experimentais, no entanto, também “divide-se e/ou multiplica-se” em abordagens mais sociais e também construtivistas. Tal diversidade paradigmática se reflete na questão identitária da Psicologia, dita borderline entre as ciências humanas-sociais e biológicas-naturais, e dividida em diversas abordagens com visões de mundo e de ciência diferentes, fatos que podem lhe trazer tanto dificuldade como vantagem. Nesse contexto multifacetado e ricamente controverso, reflete-se o

quanto suas práticas se baseiam ou deveriam se basear na “ciência”, ou melhor, em alguma(s) abordagem(ns) científica(s) e, nesse caso, se esse é ou deveria ser o critério principal de sua validação ou reconhecimento social. Frente a tal diversidade, um dos objetivos deste trabalho será questionar a psicologia quanto uma possível crença na(s) ciência(s) como o único e legítimo produtor de verdades, bem como provocar sobre o rebaixamento e/ou desqualificação de outras práticas e saberes. Trata-se assim, de necessária discussão contemporânea em que a Psicologia enquanto ciência e profissão, mas principalmente, como campo da cultura humana deve participar, neste contexto em que as “promessas” da ciência, assim como do capitalismo, para a resolução de problemas complexos são insuficientes e que novos modelos com critérios mais democráticos de produção e reconhecimento do conhecimento são apresentados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

GUBA, E. G. The paradigm dialog. California: Seage publications, 1990.

NICOLESCU, B. O Manifesto da Transdisciplinaridade. SP: Triom, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.

TÍTULO DO TRABALHO:

SERVIÇO PÚBLICO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA: IMPLICAÇÕES ÉTICAS E SOCIAIS

AUTOR(ES): 1) KATYA LUCIANE DE OLIVEIRA; 2) PATRICIA SILVA LÚCIO; 3) FABIANO KOICH MIGUEL;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 PSICÓLOGA, MESTRE EM PSICOLOGIA (USF), DOUTORA EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO (UNICAMP) E PÓS-DOUTORA EM AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA (USF), DOCENTE UEL; 2 MESTRE EM PSICOLOGIA (UFMG) E DOUTORANDA EM PSICOLOGIA (UNIFESP), DOCENTE UEL; 3 PSICÓLOGO, MESTRE E DOUTOR EM PSICOLOGIA (USF), DOCENTE UEL.

APRESENTADOR(ES): KATYA LUCIANE DE OLIVEIRA; PATRÍCIA SILVA LÚCIO; FABIANO KOICH MIGUEL;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): katyael@gmail.com; pslucio@gmail.com; fabianokm@gmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – UEL;

RESUMO: A avaliação psicológica é um processo dinâmico de levantamento de dados sobre os indivíduos com o objetivo de dar subsídios para a prática profissional, constituindo um passo fundamental para a intervenção nas diferentes áreas de atuação do psicólogo. Como campo de trabalho, a avaliação psicológica no serviço público se configura de forma mais definida, haja vista que é possível observar pessoas que procuram serem avaliadas em contextos como CAPS, hospitais universitários e clínicas escolas. Nesta direção, o objetivo desta mesa é apresentar e discutir o serviço público de avaliação oferecido pela clínica psicológica da Universidade Estadual de Londrina. O perfil da população atendida é de pessoas de nível socioeconômico baixo, que dificilmente teriam condições de acesso ao serviço privado, o que justifica o caráter social do trabalho desenvolvido. Será apresentado o modo de funcionamento do serviço, bem como serão relatados alguns casos que retratam um modelo de atendimento em avaliação psicológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: Urbina, S. (2007). Fundamentos da Testagem Psicológica. Porto Alegre: Artmed.

TÍTULO DO TRABALHO:

VULNERABILIDADE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO CONTEXTO ATUAL

AUTOR(ES): 1 ROSA MARIA CARDOSO; 2 SANDRA ODEBRECHT VARGAS NUNES;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 PSICÓLOGA ESCOLAR E EDUCACIONAL; 2 PSIQUIATRA

APRESENTADOR(ES): ROSA MARIA CARDOSO; SANDRA ODEBRECHT VARGAS NUNES
MEDIADORA*:SANDRA MARA PASSARELLI FLORES;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): rosamariacardoso@sercomtel.com.br ;
INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: ROSA MARIA CARDOSO (COORDENADORA DA COMISSÃO E PSICOLOGIA ESCOLAR – CRP - LONDRINA); SANDRA MARA PASSARELLI FLORES(CONSELHEIRA DO CRP- LONDRINA)

RESUMO: Muitas mudanças ocorridas no plano socioeconômico-culturais, familiares, contribuem para o aparecimento e potencialização do sofrimento individual e coletivo. O objetivo da mesa-redonda é de refletir sobre os fatores de risco e a vulnerabilidade da criança e do adolescente no contexto atual através da prática clínica de uma profissional ligada à saúde, abordando através de sua vivência, os comportamentos e doenças decorrentes da vulnerabilidade e fatores de risco que envolve crianças e adolescentes, como por exemplo, suicídio, automutilação, abuso sexual, uso abusivo de drogas, pois em seu cotidiano, constata a manifestação do sofrimento psíquico e também o sofrimento de uma sociedade que estigmatiza, rotula, discrimina e segrega pessoas e grupos sociais. Pretende-se também, através do olhar da psicologia escolar, analisar os fatores determinantes em nossa sociedade que desencadeiam nas condições de maior vulnerabilidade social, individual e coletiva que levam ao aumento dos índices de doenças transmissíveis, violência familiar e social entre crianças e adolescentes e grupos sociais. Pretende-se portanto, através da clínica e escola, refletir sobre os caminhos para uma sociedade mais justa, desenvolver uma educação que promova a igualdade e potencialize indivíduos e sociedade para o desenvolvimento de indivíduos, grupos sociais e sociedade, bem como, refletir sobre a importância da psicologia no âmbito da psicologia clínica, social e escolar, seja no atendimento à indivíduos, famílias ou no desenvolvimento de projetos educacionais que visem uma melhor qualidade de vida de indivíduos e grupos sociais, levantando também questões de questionamento a função social do psicólogo e das questões políticas quanto aos direitos humanos, a necessidade de diálogo interdisciplinar e de reflexão das condutas e práticas educacionais quanto ao desenvolvimento de uma educação que promova a reflexão, questionamento e levantamento de estratégias para que o conhecimento esteja ao serviço de indivíduos e grupos para que não o mesmo não sirva para a continuidade de um processo que segrega, discrimina e potencializa os fatores de risco. Portanto busca-se uma discussão para que se construa saberes e práticas para ações de saúde para intervenção e prevenção, a partir do momento que se discute sobre os fatores determinantes que desencadeiam o processo de violação aos direitos da criança e adolescente e o que isso causa nos indivíduos, grupos sociais e instituições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

MATTIOLI, Olga Ceciliato et al. Família, Violência e Políticas Públicas:Pesquisas e Práticas.1.ed.Curitiba:CRV, 2012;

MATTIOLI, Olga Ceciliato et al. (Org) A Violência nos contextos Familiar e Social: Os desafios da Pesquisa e da intervenção. 1.ed. Curitiba: CRV, 2009;

OUTEIRAL, José; CEREZER, Cleon. O Mal-Estar na Escola. Rio de Janeiro: Revinter,2003

SILVA, Helena Oliveira da; SILVA, Jailson de Souza. Análise da Violência contra a criança e o adolescente segundo o ciclo de vida no Brasil. São Paulo:Global; Brasília:Unicef, 2005

PAINÉIS

TÍTULO DO TRABALHO: O SAGRADO E A PSICOLOGIA

AUTOR(ES): Luiz Eduardo V. Berni¹; Guilherme Falcão; Luiz Antonio Mariotto Neto e Mauro Duarte.

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 Psicólogo (CRP-35863), Doutor em Psicologia (USP), Mestre em Ciências da Religião (PUCSP). Pesquisador da Universidade Rose-Croix Internacional (URCI), e do Centro de Educação Transdisciplinar (CETRANS), conselheiro presidente da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) e coordenador do GT Diversidade Epistemológica não-Hegemônica em Psicologia, Laicidade e o Diálogo com os Saberes Tradicionais (DIVERPSI) do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRPSP).

APRESENTADOR(ES): Luiz Eduardo Berni; Guilherme Falcão; Luiz Antonio Mariotto Neto e Mauro Duarte

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): levberni-crpsp@hotmail.com; guil.falcao@gmail.com; luiz_mariotto@yahoo.com.br; mauro.duarte@unifil.br

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM:

RESUMO: Sagrado é um conceito amplo, transdisciplinar. Categoria transcendental, fundamento da religião, conceito interdisciplinar ligado à Sociologia, Antropologia e à Psicologia. Para esta última – a Psicologia - trata-se de conceito problemático, execrado por alguns, ignorado por outros e, por uma minoria, incorporado a suas abordagens teóricas. Se por um lado possa existir um fundamento ontológico para sua incorporação conceitual, por outro, parece ser obrigatória a exclusão metodológica do transcendente. Este pode ser o campo perfeito para uma disputa que envolve processos de subjetivação, concepções de personalidade e Direitos Humanos. É esse campo conflituoso e rico que se pretende brevemente abordar nessa apresentação. O Estado laico é o estado que assegura a todo cidadão o direito de praticar ou não uma religião, mas, ele não se associa a nenhuma religião. Com garantia na constituição hoje temos no Brasil a prática de muitas religiões. Não podemos ignorar na psicoterapia: alimentação; exercício físicos; sono; lazer; amizades; família; trabalho; o social e o cultural, etc. Por que omitir o sagrado? Por que, nas nossas faculdades de psicologia, há tanta resistência para dar ao espiritual o espaço necessário, a uma boa anamnese mais profunda? O espaço da psicoterapia é o do compartilhar, da entrega, da confiança e da esperança. É o lugar sagrado, esperado... O sagrado, quer o ser humano creia ou não (em um Deus, deuses, energia, etc), está inserido em nossa sociedade, cultura e nas famílias. A psicologia tem sim uma responsabilidade, de pesquisar, estudar e ajudar na compreensão e como o sagrado pode ajudar ao ser humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BEGER, P. L. & LUCKMANN, T. A Construção Social da Realidade. 6a ed. Petrópolis, Vozes, 1973.
BERTOLUCCI, Eliana. Psicologia do Sagrado. SP, Ágora, 1991.
BOAINAIN Jr., Elias. Tornar-se Transpessoal. SP, Summus, 1998
OTTO, R. O Sagrado. São Bernardo do Campo, Imprensa Metodista, 1985.
ELIADE, M. O Sagrado e o Profano. SP, Martins Fontes, 1999.
MORIN, E. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. SP, Cortez, UNESCO, 2000.
NICOLESCU, B. O Manifesto da Transdisciplinaridade. SP, Triom, 1999.
TABONE, Márcia. A Psicologia Transpessoal, 2a ed. SP, Cultrix, 2001.
VITAL, C. LOPES, P.V.L. Religião e Política. RJ, Fundação Heinrich Boll ISEER, 2013.
WILBER, K. Psicologia Integral. SP, Cultrix, 2000.
HERNANDEZ, Carlos José. O lugar do Sagrado na Terapia. Ed. CPPC. – São Paulo. 1998
FRANKL, Viktor E. Em busca de Sentido, Ed. Vozes-Sinodal – Petrópolis, 2005
A presença ignorada de Deus – Ed. Vozes-Sinodal – Petrópolis – 2003
RODRIGUES, Roberto. Fundamentos da Logoterapia. Vol. I e II Ed. Vozes-Sinodal, Petrópolis, 1995

TÍTULO DO TRABALHO: PERÍCIA

AUTOR(ES): DANIEL FELIPETTO; LUCIANA MORAES; CÁSSIA APARECIDA RODRIGUES; DEISY MARIA RODRIGUES JOPPERT.

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 PSICÓLOGO ; 2 PSICÓLOGO; 3 PSICÓLOGA; 4 PSICÓLOGA.

APRESENTADOR(ES): DANIEL FELIPETTO; LUCIANA MORAES; CÁSSIA APARECIDA RODRIGUES; DEISY MARIA RODRIGUES JOPPERT; COORD. GUILHERME BERTASSONI DA SILVA.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): silvapsi@hotmail.com

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: CRP-08

RESUMO: Uma das definições de “perícia” pode ser “ver e repetir” ou “ver e relatar”. A Psicologia hoje é chamada a exercício profissional para diversas perícias, em várias áreas e campos de atuação. Na avaliação psicológica para obtenção de porte de arma ou carteira nacional de habilitação; nas situações de litígio entre partes no Direito de Família – que inclui, em possibilidade, três peritos ou assistentes no mesmo procedimento; na área criminal, em recente inclusão mais formal da perícia criminal se valendo dos conhecimentos da ciência psicológica.

Ainda que as atuações sejam diversas e os campos não o sejam menos variados, o trabalho da Psicologia preserva similaridades de método e objetivo em toda a atuação pericial: chegar à verdade dos fatos, por meio da aplicação dos conhecimentos científicos da profissão, visando o auxílio para a tomada de decisão em situações pragmáticas. Nesse contexto, o crescimento das práticas periciais em Psicologia merece um olhar da ciência e dos profissionais, para que se evolua e desenvolva método, técnica e campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

OFICINAS e MINI-CURSOS

TÍTULO DO TRABALHO: É TEMPO DE ORIENTAÇÃO: DIÁLOGO COM A COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO FISCALIZAÇÃO E COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E ÉTICA

AUTOR(ES): RENATA CAMPOS MENDONÇA; LUCIANA DE ALMEIDA MORAES; NAYANNE COSTA FREIRE; CLAUDIA BENINCA DE OLIVEIRA; MILENA LUIZA PÓLETO; ELISANDRA MIRANDOLA KRAUSE; RAFAEL GIMENES LOPES; JEFFERSON SIMOMURA; LUANA OSHIYAMA BARROS; DENISE RIBAS JAMUS; FERNANDA ROSSETTO PRIZIBELA.

APRESENTADOR(ES): RENATA CAMPOS MENDONÇA; LUCIANA DE ALMEIDA MORAES; NAYANNE COSTA FREIRE; CLAUDIA BENINCA DE OLIVEIRA; MILENA LUIZA PÓLETO; ELISANDRA MIRANDOLA KRAUSE; RAFAEL GIMENES LOPES; JEFFERSON SIMOMURA; LUANA OSHIYAMA BARROS; DENISE RIBAS JAMUS; FERNANDA ROSSETTO PRIZIBELA.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): fer_rossetto@hotmail.com; renatacamposmendonca@gmail.com ; coe08@crppr.org.br ; cof08@crppr.org.br

FORMAÇÃO DO(S) AUTOR(ES)/APRESENTADOR(ES): PSICÓLOGOS.

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTA(M): CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 8ª REGIÃO – PARANÁ - CRP-08.

RESUMO: Os Conselhos Federal e Regionais de Psicologia têm como dever orientar, fiscalizar e disciplinar o exercício da profissão de psicólogo em obediência ao que dispõe a Lei 5.766, de 20 de dezembro de 1971. A Comissão de Orientação e Fiscalização e a Comissão de Orientação e Ética são as ditas Comissões Permanentes que, juntamente com as Comissões de Comunicação e de Direitos Humanos, assumem as tarefas fundamentais do Sistema Conselhos. A Psicologia é um campo permeado por diversos saberes e fazeres e a atual gestão do Conselho Regional de Psicologia do Paraná valoriza o desafio de atualizar, aprimorar e construir referências para a prática profissional. A gestão “É tempo de Diálogo” vem priorizando ações de orientação à categoria profissional e à sociedade, neste sentido, esta Oficina tem a intenção de ser um mais um espaço de construção coletiva. O objetivo é propiciar um momento de reflexão da prática e a da ética profissional, assim como propiciar aos participantes o exercício das funções delegadas à COF e à COE. Os principais aspectos que serão abordados na Oficina são: divulgação profissional, relação com outras/os psicólogas/os e profissionais de outras áreas, limites éticos e metodológicos, principais demandas de orientação, fluxo dos processos éticos, entre outros afetos ao tema. As referências utilizadas serão o Código de Ética Profissional do Psicólogo, o Código de Processamento Disciplinar e as resoluções vigentes do sistema conselhos de psicologia. Espera-se ainda que os profissionais aproveitem este espaço de orientação para sanarem suas dúvidas e refletirem sobre o seu exercício profissional baseando a sua prática na ética e na qualidade técnica e científica da profissão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: <http://www.portal.crppr.org.br/pagina/codigo-de-etica>
<http://www.portal.crppr.org.br/pagina/codigo-de-processamento-disciplinar>
<http://site.cfp.org.br/legislacao/resolucoes-do-cfp/>

TÍTULO DO TRABALHO:

A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL COMO DIREITO DO CIDADÃO E RESPONSABILIDADE ÉTICA E TÉCNICA DO PSICÓLOGO

AUTOR(ES): 1 ISABEL DE ABREU FOCESATO; 2 MARIITA BERTASSONI DA SILVA; 3 SANDRA MARA PASSARELLI FLORES;

APRESENTADOR(ES): ISABEL DE ABREU FOCESATO; 2 MARIITA BERTASSONI DA SILVA; 3 SANDRA MARA PASSARELLI FLORES;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): isabel.fochesato@terra.com.br ; mariitabertassoni@hotmail.com e sandrap.flores@hotmail.com

FORMAÇÃO DO(S) AUTOR(ES)/APRESENTADOR(ES): PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTA(M): COMISSÃO DE PSICOLOGIA ESCOLAR/EDUCACIONAL DO CRP-08, SUB-SEDES DE CURITIBA E LONDRINA.

RESUMO: A Orientação Profissional (OP) é um campo de atuação multidisciplinar que tem como foco a escolha e a manutenção de uma ocupação, atividade ou profissão de forma consciente e madura. É uma das atividades com as quais os psicólogos têm se envolvido desde os primórdios da ciência psicológica, tendo crescido teórica e tecnicamente de forma muito significativa nos últimos 20 anos. Porém muitos profissionais da Psicologia ainda veem esta atividade como uma prática arcaica, ligada apenas a “testes”. Rever esses conceitos, apresentar e discutir novas abordagens, métodos e técnicas e principalmente refletir sobre as questões éticas que permeiam essa prática, após vivenciá-la minimamente dentro das condições que um mini-curso pode proporcionar é o principal objetivo deste trabalho. A formação teórico-prática em orientação profissional e desenvolvimento de carreira tem como finalidade oferecer um espaço privilegiado, onde o papel de orientador possa ser aprendido, discutido, assimilado e vivenciado, contribuindo para a formação de profissionais teórica, ética e tecnicamente bem preparados, para atuar em várias abordagens e âmbitos de atividades, abrangendo diferentes faixas etárias e momentos de vida e é responsabilidade dos profissionais psicólogos e das entidades que os representam oferecer bons cursos na área.

TÍTULO DO TRABALHO: INDICADORES E ACREDITAÇÃO HOSPITALAR EM PSICOLOGIA

AUTOR(ES): ROSELI FERREIRA DE MATOS;

APRESENTADOR(ES): ROSELI FERREIRA DE MATOS;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): roseli.matos@hpp.org.br;

FORMAÇÃO DO(S) AUTOR(ES)/APRESENTADOR(ES): Universidade Tuiuti do Paraná - 2000 Vinculada ao IPASS - em formação como avaliadora para Acreditação Hospitalar - ONA

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTA(M): HOSPITAL PEQUENO PRINCIPE;

RESUMO: Nos últimos anos, a área de saúde tem avançado com a grande disseminação de práticas de gestão da qualidade, influenciada principalmente pela detecção das falhas na assistência hospitalar relatadas ao redor do mundo. Os processos de Acreditação Hospitalar vieram como um instrumento para avaliar a qualidade dos serviços de saúde prestados pela instituição, além de visar a humanização e um cuidado focado no paciente. Isso tem exigido dos psicólogos a descrição de seus processos de trabalho e a mensuração de indicadores de qualidade. No entanto, durante a formação do psicólogo, o profissional é preparado para lidar com a subjetividade do indivíduo, o que muitas vezes dificulta a apresentação de dados objetivos/indicadores que possibilitem a avaliação da assistência. A partir disso, a oficina tem como objetivo refletir sobre a importância da construção de indicadores na prática do psicólogo nas instituições e no trabalho com as equipes multiprofissionais. Para tanto, será realizada uma abordagem teórica do tema, de forma expositiva-dialogada. Em seguida, será proposto um trabalho prático com os participantes para a discussão do tema, possibilitando a troca de experiência entre os participantes e a construção de uma análise crítica a propostas de indicadores em Psicologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FERRARI, S. et al. Excelência do atendimento em saúde: a construção de indicadores assistenciais em psicologia hospitalar. *Psicol. Hosp.* v. 11, n. 2, p. 60-71, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1677-74092013000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29. set. 2014.

ISMAEL, S. M. C. O cuidado integrado na melhoria da qualidade da assistência interdisciplinar. In:

ISMAEL, S. M. C.; ANDRADE DOS SANTOS, J. X. Psicologia hospitalar sobre o adoecimento...articulando conceitos com a prática clínica. São Paulo: Editora Atheneu, 2013.

SILVEIRA, A. M. V. Estudo do campo da psicologia hospitalar calcado nos fundamentos de gestão: estrutura, processos e resultados. 164 f. Dissertação (Mestrado). - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2010.

PALESTRAS

TÍTULO DO TRABALHO: CRIANÇAS PROTAGONISTAS NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA: CONSTRUINDO AÇÕES DE PREVENÇÃO

AUTOR(ES): CRISTINA FUKUMORI WATARAI

APRESENTADOR(ES): CRISTINA FUKUMORI WATARAI

FORMAÇÃO DO(S) AUTOR(ES): PSICÓLOGA (UEL); MESTRE EM PSICOLOGIA E SOCIEDADE (UNESP-ASSIS); E ESPECIALISTA EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (LACRI/IPUSP).

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): cristinafukumori@hotmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: DOCENTE EM PSICOLOGIA DA FACULDADE PITÁGORAS DE LONDRINA-PR;

RESUMO: Dentre as atividades ofertadas pelo curso de Psicologia estão os Projetos de Extensão à Comunidade, e este teve como objetivo realizar ações de prevenção da violência com trinta e sete crianças de seis a nove anos em um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos na região sul de Londrina-PR considerada pelo alto índice de violência e abuso sexual segundo o mapeamento previamente realizado pela rede de proteção do município. Considera-se que a violência é a violação da dignidade humana, a conversão da diferença em desigualdade podendo ser observando quando a fala e a atividade do outro é impedida ou anulada, portanto, a criança ainda continua sendo o pólo desprivilegiado para inúmeras violações, principalmente no âmbito familiar. As ações de prevenção foram estruturadas utilizando-se o referencial teórico da Psicologia Comunitária e o Método de Investigação-Ação- Participante que considera que pesquisa e intervenção social são indissociáveis buscando-se sempre produzir alguma transformação na realidade concreta e a produção de um conhecimento crítico, Participaram ao total doze alunos-pesquisadores subdivididos em duplas e para a escolha dos instrumentos de investigação foi privilegiada técnicas dialógicas, a contação de história, jogos e atividades lúdicas para os seis grupos de crianças e seis encontros estruturados: “você é especial”, “o mundo do adulto e o mundo da criança”, “a criança contra o abuso sexual”, “a criança contra o bullying”, “os direitos das crianças” e “celebrando a vida”. Cada dupla de alunos realizou essas atividades com seu grupo de seis a sete crianças sendo supervisionados pela professora responsável pelo projeto. Como resultados observaram-se algumas vulnerabilidades nos relatos das crianças sobre suas famílias, como o fato de passarem grande parte do tempo em suas casas, sem a supervisão de um adulto, a negligência afetiva, o alcoolismo e drogadição por parte dos próprios pais ou responsáveis, relatos de violência doméstica, além da necessidade de uma escuta individualizada de avaliação por parte da professora diante da suspeita de uma violência sexual. Pôde-se concluir neste trabalho, que foi promovido verdadeiros espaços de valorização da participação das crianças, de escuta, bem como a formação do senso crítico objetivando, portanto, a transformação da realidade de vitimização de nossas crianças quando estas compreendiam o que era violência e que tinham o direito de não a sofrer. Os alunos-pesquisadores se depararam com realidades distintas a da vivência pessoal e também foi observado um posicionamento em relação às crianças não como “potenciais vítimas”, mas, como os verdadeiros protagonistas de seus saberes, dando-lhes a voz e a escuta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: GUARESCHI, P.A. O mistério da Comunidade. SARRIERA, J.C. SAFORCADA, E.T (orgs). Introdução à Psicologia Comunitária: Bases Teóricas e Metodológicas. Porto Alegre: Sulinas, 2010. P.13-22; PEREIRA, W.C.C. Metodologia do trabalho Comunitário e Social. In: PEREIRA, W.C.C. Nas Trilhas do Trabalho Comunitário e Social: Teoria, método e prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. P. 154-184; FRIZZO, K. R. A investigação-ação-participante. In: SARRIERA, J.C. SAFORCADA, E.T (orgs). Introdução à Psicologia Comunitária: Bases Teóricas e Metodológicas. Porto Alegre: Sulinas, 2010. P. 13-22

TÍTULO DO TRABALHO: **HISTÓRICO DO DSM E CRÍTICA PSICANALÍTICA**

AUTOR(ES): MARCO CORREA LEITE;

APRESENTADOR(ES): MARCO CORREA LEITE;

FORMAÇÃO DO(S) AUTORES(S): Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá. Psicólogo pela Universidade Estadual de Londrina.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): mclmarco@hotmail.com

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: Docente do curso de Psicologia da Universidade Filadelfia (UNIFIL) e psicólogo clínico.

RESUMO: Diante do lançamento do “Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais - 5” (DSM-5), muito se tem dito sobre os abusos na utilização de psicotrópicos e sobre a psicopatologização dos indivíduos na sociedade contemporânea. Mais do que simplesmente recorrer ao pensamento de que vivemos em uma

sociedade hipermedicada, proponho nesta palestra lançar um olhar sobre as bases dessa mesma sociedade que nos levaram à busca constante por pílulas e padrões, mesmo que isso signifique se considerar “doente” ou ainda portador de algum “transtorno mental”, na busca por um ideal de normalidade e de ausência de sofrimento. Neste sentido, ao traçar o histórico da elaboração do DSM e articulá-lo com os avanços e descobertas “científicos” em cada momento histórico correspondente, temos uma visão diferenciada do fenômeno da patologização e da medicalização dos indivíduos. A partir do primeiro DSM-I em que a proposta era pensar em uma categorização dos transtornos mentais para tratamento, discussão e estudo dos casos, até o recém lançado DSM-5 que busca ser “ateórico” muita coisa mudou, desde sua forma de compreender o ser humano, até mesmo as bases filosóficas que sustentavam suas pesquisas e modelos de diagnóstico. Ocorre que não podemos, enquanto profissionais de psicologia, os quais supostamente pensamos nos indivíduos como construção bio-psico-social, nos pautar em um modelo que tende a determinada corrente filosófica que, embora diga em suas primeiras páginas e em outras versões, não leva em consideração a articulação do ser humano como um todo, focando o diagnóstico em um modelo reducionista e biologizante. Como uma contraproposta - entre tantas outras - ao modelo apresentado e difundido pela APA temos a forma de conceber o ser humano a partir da visão psicanalítica, que, embora tenha sido utilizado como base de discussão pelos DSM’s II e III, tende a compreender o ser humano de forma expandida e não reducionista. Mesmo quando se trata de falar em psicopatologia, Freud em seus diversos textos, articula sempre o caráter do biológico enquanto corpo em relação com o meio, com o período histórico e com a cultura que o cerca. Ao pensar a própria patologia como sofrimento diante de um conflito, Freud resgata o caráter plural do indivíduo afirmando, por exemplo, que o conflito teria como base desejos do indivíduo que não podem ser satisfeitos devido à repressão social. Ou ainda em seu célebre texto de 1930 “O mal estar na civilização”, ao apresentar e discorrer sobre o Super-eu, Freud atesta que o Super-eu, enquanto instância psíquica dos indivíduos tem como um de seus alicerces a consciência moral que é transmitida culturalmente no seio das relações familiares. Isto posto, ao contrário do DSM que pretende impor seu caráter reducionista, a psicanálise (em especial a freudiana) compreende o sofrimento humano e adoecimento mental como consequência das complexas relações entre o indivíduo, seu corpo e o meio social em que se encontra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DUNKER, C. I. L. Razão diagnóstica e psicopatologia psicanalítica. São Paulo, 2010.

DUNKER, C. I. L.; KYRILLOS N. F. A crítica psicanalítica do DSM-IV: breve história do casamento psicopatológico entre psicanálise e psiquiatria. Rev. latinoam. psicopatol. fundam., São Paulo, v. 14, n. 4, p. 611-626, Dec. 2011.

FIGUEIREDO, A. C.; TENÓRIO, F. O diagnóstico em psiquiatria e psicanálise. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, ano V, n. 1, p. 29-43, mar. 2002.

FREUD, S. O mal-estar na civilização (1930). In: Obras psicológicas completas: Edição Standard Brasileira (vol. XXI) Rio de Janeiro: Imago, 2010.

TÍTULO DO TRABALHO: **O LUGAR DO PSICÓLOGO NA PERÍCIA EM VARA DE FAMÍLIA: UM DIÁLOGO ENTRE O PERITO E O ASSISTENTE TÉCNICO A PARTIR DA PSICANÁLISE**

AUTOR(ES): 1 SIDNEY SHINE; 2 MARTHA FERNANDES;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 PSICÓLOGO, MESTRE E DOUTOR EM PSICOLOGIA - (USP), PSICANALISTA E PERITO PSICÓLOGO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO; 2 PSICÓLOGA, PSICANALISTA E PERITA AD HOC E ASSISTENTE TÉCNICA NA COMARCA DE SÃO PAULO.

APRESENTADOR(ES): SIDNEY SHINE; MARTHA FERNANDES;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): shine@usp.br; mrf.fernandes@uol.com.br;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: PSICOLOGIA JURÍDICA;

RESUMO: Trata-se de um trabalho conjunto de dois profissionais que atuando ora como perito ora como assistente técnico em casos de Vara da Família abordam as questões pertinentes ao manejo do referencial psicanalítico para tal intervenção: trabalhar a demanda, estabelecer um enquadre de atendimento, compreender a dinâmica relacional

e produzir uma construção (teórica-clínica) que seja pertinente ao nosso lugar enquanto psicólogos. Analisar-se-á a literatura disponível, contrapondo-se com vinhetas clínicas. Conclui-se que o trabalho em conjunto é possível e que não se trata de se escolher entre o sistema (o Juiz; a instituição) e a família (clientes, usuários). Quer se demonstrar que a construção deste lugar se dá pela apropriação do que é estranho ao campo psicológico por meio de conceitos, estratégias e atuações tão técnicas quanto rigorosamente acolhedoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRITO, Leila Maria Torraca de. Anotações sobre a Psicologia jurídica. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 32, n. spe, p. 194-205, 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 de jul. 2015.

MIRANDA JR., H.C. Um psicólogo no Tribunal de Família: a prática na interface Direito e Psicanálise. Belo Horizonte: Editora ArteSã, 2010. 302p.

SHINE, Sidney Kiyoshi. Andando no fio da navalha: riscos e armadilhas na confecção de laudos psicológicos para a justiça. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-25022010-100314/>>. Acesso em: 2015-07-29.

SUANNES, C. A sombra da mãe. Psicanálise e Vara de Família. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

TÍTULO DO TRABALHO:

O PSICÓLOGO E A EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA ÁREA DE ATUAÇÃO QUE NECESSITA SER “ABRAÇADA” COM URGÊNCIA

AUTOR(ES): MARY NEIDE DAMICO FIGUEIRÓ.

APRESENTADOR(ES): MARY NEIDE DAMICO FIGUEIRÓ

FORMAÇÃO DO(S) AUTOR(ES): PSICÓLOGA - UEL 1979; MESTRE EM PSICOLOGIA ESCOLAR-USP-1994; DOUTORA EM EDUCAÇÃO - UNESP - MARÍLIA/SP 2001.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): figueiro@onda.com.br

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - PROFESSORA SÊNIOR.;

RESUMO: Educação Sexual é um trabalho que vem se mostrando cada dia mais necessário, seja na escola, na família e em outras instituições, como casas de acolhimento de crianças e adolescentes. Com longa caminhada neste campo, por meio de pesquisas e de extensão universitária, na qual, por 19 anos, coordenei grupos de estudos para formação continuada de educadores, profissionais da saúde e do serviço social (FIGUEIRÓ, 2014), tenho percebido o significativo despreparo, em Educação Sexual, da maioria dos psicólogos, bem como o baixo índice desses profissionais tratando deste tema. Pesquisas mostram que há lacunas na formação acadêmica de vários cursos, incluindo a Psicologia, no que diz respeito ao aprendizado sobre Educação Sexual e sexualidade. Temáticas como: diversidade sexual, abuso sexual, gravidez na adolescência, violência doméstica, alto índice de morte de mulheres devido a abortos clandestinos, contaminação por DST, entre outras, requerem uma formação sólida que dê conta de todos meandros emocionais e subjetivos envolvidos nessas problemáticas e que aponte caminhos para solucionar problemas, bem como preveni-los, o que pertinente à Psicologia. Reconheço que os psicólogos podem desempenhar uma importante e urgente função: subsidiar profissionais das várias áreas para lidarem com este assunto e, sobretudo, para saberem lidar com as dificuldades e dúvidas que surgem no dia a dia, nas relações cotidianas do ambiente escolar, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. A capacitação do psicólogo para atuar na formação inicial e continuada de educadores sexuais é uma necessidade urgente se quisermos mudar o rumo de tantos infortúnios sociais que só se fazem aumentar. Também noto uma significativa lacuna que poderia ser melhor preenchida pelos psicólogos: a grande dificuldade que acompanha pais e mães no

exercício da tarefa de dialogar com os filhos sobre sexo. A grande maioria dos psicólogos não se sente preparada para orientar os pais que, sem aprendizado, continuam pautando-se no silêncio, ou nas explicações dadas no século passado sobre de onde vêm os bebês, e assim vemos formados mais e mais jovens que também não saberão ser bons pais neste sentido, o que pode gerar pessoas com bloqueios para tratar deste tema em sua vida pessoal e profissional. A Educação Sexual da qual falo vai muito além de uma atuação pedagógica, na qual a preocupação central é educar crianças e adolescentes para que vivam bem a sua sexualidade, com segurança e de forma feliz. Isso é necessário, mas a Educação Sexual emancipatória (FIGUEIRÓ, 2010) que defendo vai mais além, porque cuida, também, de formar cidadãos críticos e participativos na transformação social de todas as normas, padrões e valores relacionados com a sexualidade. Assim, busca formar pessoas que vejam criticamente toda forma de opressão, desigualdade e discriminação e que sejam capazes de se lutar para melhorar as relações humanas, incluindo as sexuais. No combate ao sexismo, ao machismo e a toda forma de desigualdade, esta formação vai ao encontro da conquista dos Direitos Humanos, incluindo os Direitos Sexuais e Reprodutivos e, por isso, os psicólogos não podem mais ficar de fora deste trabalho.

Palavras-chaves: Psicologia; Educação Sexual; formação inicial; formação continuada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível. 2ª ed. rev. atual. e ampl. Londrina: EDUEL, 2014.

Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio. 3ª ed. rev. e atual. Londrina: EDUEL, 2010.

TÍTULO DO TRABALHO:

OFICINA DE ORIENTAÇÃO E ÉTICA

AUTOR(ES): CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 12ª REGIÃO

APRESENTADOR(ES): SIMONE VIEIRA DE SOUZA; JAIRA TEREZINHA DA SILVA RODRIGUES;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): diretoria@crpsc.org.br; simone.souza@crpsc.org.br; jaira.rodrigues@crpsc.org.br;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: CONSELHEIRAS - CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 12ª REGIÃO;

RESUMO: A ideia de construir e promover a Oficina de Orientação e Ética surgiu de um estudo sobre a demanda atendida pela Comissão de Ética (COE) e da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do Conselho Regional de Psicologia - 12ª Região (CRP-12). Ambas as comissões realizaram pesquisa de dados para relacionar as principais infrações disciplinares identificadas pela COE e penalizadas pelo Plenário do CRP-12 e a relação das temáticas envolvidas nas orientações recentes proferidas pela COF. Em seguida o Plenário analisou o estudo e construiu o projeto das Oficinas de Orientação e Ética, que tem como objetivo promover o debate qualificado sobre a formação da/o psicóloga/o e fortalecer o diálogo com as Instituições de Ensino Superior (IES) - discentes e docentes, subsidiando reflexões sobre o conceito de ética em sua relação com a formação profissional. Para a realização das Oficinas, o CRP-12 ainda conta com a parceria do Núcleo Regional da Associação Brasileira de Estudos em Psicologia (ABEP). O programa das oficinas prevê o debate dos seguintes temas, apresentados em slides: A Psicologia como uma profissão regulamentada no país - O Sistema Conselhos de Psicologia; Aspectos históricos, regras (morais) da profissão, reflexões (ética) e transformações na profissão; Código de Ética de 2005 e resoluções da profissão; Do trabalho da Comissão de Ética e da Comissão de Orientação e Fiscalização; Do Trabalho de orientar e fiscalizar às políticas para a profissão; Refletindo sobre as morais da profissão e as morais que incidem sobre a profissão. Após a exposição, desenvolvem-se trabalhos em grupos para discutir situações-problema e identificar soluções para situações concretas do exercício profissional. Desde o mês de outubro de 2014, quando tiveram início as Oficinas de Orientação e Ética, até o mês de junho de 2015, foram realizadas 15 (quinze) Oficinas nas diversas regiões do Estado de Santa Catarina, que contaram com a participação de cerca de 1300 pessoas, entre estudantes de graduação em Psicologia, professores e profissionais psicólogos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: Lei n.º 4119/1962 e n.º 5766/1971.

TÍTULO DO TRABALHO:
PARA ALÉM DA PERÍCIA: DESAFIOS AO PSICÓLOGO DE EQUIPE TÉCNICA DE VARA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

AUTOR(ES): CÁSSIA REGINA DE SOUZA PRETO;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): PSICÓLOGA FORMADA PELA UEL
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOLOGIA E SAÚDE PELA UNESP/FOA ARAÇATUBA
ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PELA UNIFIL.

APRESENTADOR(ES): CÁSSIA REGINA DE SOUZA PRETO;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): cassiapreto@hotmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: PSICÓLOGA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO /
COMARCA DE ARAÇATUBA / VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
ÁREA DE ATUAÇÃO : PSICOLOGIA JURÍDICA;

RESUMO: O trabalho do Psicólogo Forense que atua na Vara da Infância e Juventude é muito diversificado associado a volume de trabalho considerado intenso. A Perícia é apenas uma das atividades cotidianas do psicólogo, é muito requisitada por advogados, defensores e promotores e determinadas por juizes que, entendendo seu valor para decisões, as tem utilizado em suas decisões, quer para embasá-las, quer para conduzir atuações processuais. No entanto, as demandas atuais do psicólogo do judiciário, em especial os de atuação em Varas da Infância e Juventude, está alicerçada no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA que preconiza a equipe interprofissional do juízo, composto geralmente por assistente social e psicólogo, assim sendo, o psicólogo inserido em equipe interprofissional é responsável por desenvolver aconselhamentos, orientação encaminhamento, prevenção, dentre outras atividades. Pode atuar em ações de acolhimento institucional e familiar, adoção, preparo e avaliação de pretendente à adoção, preparo da criança e adolescente para adoção e retorno à família de origem, acompanhamento de guarda, quer em adoções, quer em famílias de origem, avaliação em ações de guarda e visitas, destituição do poder familiar, apuração de ato infracional por adolescente etc. A demanda clássica de atuação do psicólogo judiciário em Varas da Infância e Juventude relacionada à perícia em diversos tipos de ação e manifestação técnica em audiências, principalmente audiências concentradas, apresentam demandas significativas, porém a demanda atual para o Psicólogo é o trabalho interprofissional, tanto na equipe interprofissional do juízo, quanto com demais atores da cena jurídica e social, como promotores, defensores, equipe técnica de instituições de acolhimento institucional e familiar, profissionais do poder executivo que atuam em CRAS, CREAS, Saúde mental, e outros associados às políticas públicas. O trabalho em rede voltado ao sistema de garantias de direitos da criança e adolescente é um desafio ao psicólogo, que necessita de novas abordagens, técnicas e construção de novos saberes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, Resolução n.º 10/05, 2005 e Resolução CFP N.º 007/2003.

BRASIL. Lei nº 8.069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente.

ROVINSKI, S.L.R. Fundamentos da perícia psicológica forense. São Paulo: Vetor, 2007.

SHINE, S. (Org). Avaliação Psicológica e Lei. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

TÍTULO DO TRABALHO: PSICOLOGIA INVESTIGATIVA - PERFIS CRIMINAIS: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS.

AUTOR(ES): 1 ANA PAULA FONSACA; 2 GUILHERME BERTASSONI DA SILVA.;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 CURSANDO O 6º PERÍODO DE PSICOLOGIA (PUCPR); 2 MESTRE EM PSICOLOGIA (UFPR).

APRESENTADOR(ES): ANA PAULA FONSACA; GUILHERME BERTASSONI DA SILVA.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): anapaulafonsaca@hotmail.com; silvapsi@hotmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ - INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA;

RESUMO: O trabalho apresenta o tema de Perfis Criminais como uma técnica forense. Aborda o campo da doença mental e criminalidade, descrevendo histórico, conceito e a psicopatia. Em decorrência, insere-se no tema Psicologia Forense – Criminal e/ou Investigativa, discorrendo sobre a metodologia de perfilagem e da psicologia investigativa e seus contextos de aplicação segundo os autores Dr. David Canter (Investigative Psychology) e Dr. Richard Kocsis (Crime Action Profiling). O presente estudo visa ao desenvolvimento de projeto para o Laboratório de Psicologia Forense no Instituto de Criminalística do Paraná (Polícia científica do Paraná), onde abordará o objeto de estudo, o objetivo e a justificativa do Laboratório, assim como o método que será utilizado, sendo alguns desses a Hipnose Forense e a Perfilagem. Ainda sobre o Laboratório de Psicologia Forense e sua relação com a Criminalística, aparecem alguns casos como o “Bandido da Luz Vermelha” e “Pedrinho Matador” que seriam alguns exemplos para de aplicação da Perfilagem. Acerca dos conceitos de normalidade e patologia estes serão aportados em manuais psicodiagnósticos (DSMV e CID-10, letra F). O desenvolvimento aponta para o estudo do patológico na cena de crime e na sua prevenção, enquanto modo de evitar crimes (contra pessoa, homicídios, suicídio e crimes sexuais), mostrando dados de homicídios no Estado do Paraná/Brasil juntamente com estudo de caso sobre de suicídio e por fim, explicando brevemente o porquê da Psicologia na prevenção ao crime contra a pessoa. Para concluir, se descreve e analisa as derivações da Psicologia no campo das relações com a justiça, sendo sua definição baseada na Psicologia Jurídica, Forense, Criminal e Investigativa, onde apontaremos para a última enquanto método a ser aplicado no aplicação prática subsequente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CANTER, David. “Offender profiling and investigative psychology”. Journal of Investigative Psychology and Offender Profiling, 2004;

RODRIGUES, Marina Joana Ribeiro. “Perfis Criminais: Validade de uma Técnica Forense”. Dissertação de Mestrado, 2011;KOCIS, R. N. “Criminal Profiling: Principles and Practice”. Humana Press, 2006.

TÍTULO DO TRABALHO:
LAUDO PSICOLÓGICO - LIMITES NA ATUAÇÃO, ESTRUTURA E CONTEÚDO

AUTOR(ES): CÁSSIA REGINA DE SOUZA PRETO;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): PSICÓLOGA FORMADA PELA UEL
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOLOGIA E SAÚDE PELA UNESP/FOA ARAÇATUBA
ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PELA UNIFIL.

APRESENTADOR(ES): CÁSSIA REGINA DE SOUZA PRETO;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): cassiapreto@hotmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: PSICÓLOGA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO /
COMARCA DE ARAÇATUBA / VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

ÁREA DE ATUAÇÃO : PSICOLOGIA JURÍDICA;

RESUMO: O presente trabalho objetiva-se apresentar discussão sobre delimitação do uso do laudo psicólogo na atuação profissional, de acordo com parâmetros técnicos, científicos e éticos, além de abordar aspectos estruturais e de conteúdo do laudo psicológico, de acordo com normativas do Conselho Federal de Psicologia, particularmente Resoluções e bibliografia científica. Embasa-se em pesquisa realizada pela autora em 2014, cujo título foi LAUDO PSICOLÓGICO NO BRASIL: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA COM FOCO EM ESTRUTURAÇÃO E CONTEÚDO, que objetivou fazer uma revisão bibliográfica relacionada à temática laudo psicológico ou relatório psicológico, focando na proposta de cada autor quanto à estrutura do documento e ao conteúdo do preenchimento. Entende-se que o Laudo Psicológico é um importante documento do psicólogo e está inserido em inúmeras situações profissionais, a adequada elaboração do laudo é considerada como uma das expressões da competência profissional do psicólogo e um indicador de qualidade do processo avaliativo. O laudo pode ser entendido como uma forma de comunicar o resultado final de um trabalho de avaliação psicológica, apresentando de forma sistemática como esta foi realizada.

A estruturação adequada do laudo psicológico é de extrema importância para que a comunicação entre o psicólogo e seu interlocutor seja eficaz. A estrutura mínima para elaboração de laudo, conforme a Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 7/2003, pressupõe que seja elaborado com identificação, descrição da demanda, procedimentos, análise e conclusão, porém a adequada execução do laudo é uma tarefa que envolve a intersecção entre teoria e prática e assim, uma tarefa que requer cuidados e minucioso entendimento dos conteúdos associados a cada um dos itens. A literatura científica preconiza ainda outros aspectos a serem abordados, como a história do indivíduo, indicadores de intervenção, encaminhamentos dentre outros, sendo que na literatura científica da Psicologia a temática laudo/relatório psicológico é um assunto escasso e ainda se avalia uma lacuna de obras que são especificadamente relacionadas a laudos psicológicos. A qualidade no processo de avaliação psicológica e elaboração do laudo, deve ser almejada no sentido de que o psicólogo possa ter objetivos amplos relacionados à qualidade da comunicação com o destinatário do laudo e que o documento produzido possa refletir a qualidade do processo avaliativo realizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 7/2003. Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP N.º 017/2002. Disponível em: <http://www.crp.org.br/portal/orientacao/resolucoes_cfp/fr_cfp_007-03.aspx>. Acesso em: 9 maio 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 10/2005. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Disponível em: <http://www.crp.org.br/portal/orientacao/codigo/fr_cfp_010-05.aspx>. Acesso em: 19 abr. 2008.

LOLI, M. S. A.; PRETO, C. R. S. O relatório psicológico. In: FRANQUES, A. R. M.; LOLI, M. S. A. Contribuições da psicologia na cirurgia da obesidade. São Paulo: Vetor, 2006. p. 161-183

SHINE, S. K. Andando no fio da navalha: riscos e armadilhas na confecção de laudos psicológicos para a justiça. 2009. 255 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

TÍTULO DO TRABALHO: **TRABALHANDO SENTIMENTOS EM FAMÍLIAS**

AUTOR(ES): VERA REGINA MIRANDA

APRESENTADOR(ES): VERA REGINA MIRANDA

FORMAÇÃO DO(S) AUTORES(S): PSICÓLOGA; MESTRE EM PSICOLOGIA DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): verarmiranda@hotmail.com

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: UNIVERSIDADE POSITIVO; Psicologia Clínica;

RESUMO: Há inúmeros estudiosos que se debruçaram em refletir sobre o relevante papel da família no desenvolvimento humano, entendendo-a como um locus de proteção, de transmissão de valores e normas e de aprendizagem de relações e vivência de sentimentos. Pode ser uma unidade que favorece ou não a saúde emocional de seus membros. As famílias atravessam ciclos vitais que demandam situações adversas e as mais intensas e diversas emoções. Os terapeutas que atendem famílias recebem as mais diferentes demandas e comumente estas têm relação com os sentimentos, principalmente de alegria, tristeza, medo, raiva, entre outros. Muitas vezes os profissionais questionam-se sobre como abordar temas que favoreçam a comunicação e suscitem emoções e aprendizagens mobilizadoras de mudanças. Pensando nisto a proposta desta palestra, de propor algumas considerações teóricas breves sobre família e instrumentalizar terapeutas em seu papel profissional, apresentando alguns recursos facilitadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAUJO, Thays e MIRANDA, Vera. Manual do curso Trabalhando sentimentos. Curitiba, 2011;

CARNEIRO, Teresinha Feres. Entrevista Familiar Estruturada. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007;

MACEDO, Rosa MS. Terapia familiar no Brasil e na última década. São Paulo: Roca, 2008;

OSÓRIO, Luiz Carlos e DO VALLE, Maria Elizabeth Pascual e cols. Manual de Terapia Familiar. Porto Alegre: Artmed, 2009.

TÍTULO DO TRABALHO: **PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA: TRABALHO E SOFRIMENTO**

AUTOR(ES): LUCIANO FERREIRA RODRIGUES-FILHO

APRESENTADOR(ES): LUCIANO FERREIRA RODRIGUES-FILHO

FORMAÇÃO DO(S) AUTOR(ES): Psicólogo, Doutorando do Programa de Psicologia Social, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP, pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Ação Social – NUTAS, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP e do Grupo de Pesquisas em Constituição, Educação, Relações de Trabalho e Organizações Sociais – GPCERTOS, do curso de Direito da Universidade Estadual do Norte Pioneiro – UENP. Docente do curso de Direito da Faculdade de Educação, Administração e Tecnologia de Ibatí – FEATI, Psicólogo da Prefeitura Municipal de Jaboti-PR.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): lu_fr@yahoo.com.br;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC/SP;

RESUMO: Apropriando-se da Psicologia Sócio-histórica é possível compreender a importância da atividade (trabalho) para o sujeito. Na dissertação com o título “O trabalhador do corte de cana no Norte Pioneiro do Paraná: o fim da atividade e os sentidos do trabalho” (RODRIGUES-FILHO, 2015), foi destacado que a “atividade é categoria fundamental para a compreensão do sujeito no mundo” (AGUIAR, 2011); pela atividade o sujeito constitui a sua consciência; e pela capacidade teleológica do sujeito é o que difere dos animais e o torna um ser social. Portanto, este artigo busca discorrer sobre esta relação do sujeito com o trabalho, focando no sofrimento psíquico do trabalhador e como esta se constitui na história de vida dos trabalhadores rurais. Compreendendo o mundo do trabalho a partir da Psicologia Sócio-histórica, tendo a atividade como mediador do sujeito com o seu mundo, este movimento pode levar a uma dimensão subjetiva distorcida sobre a realidade, com um conhecimento fragmentado sobre o seu contexto de vida, esta visão fragmentada faz emergir uma consciência “falsa” (pseudoconcretidades) sobre a realidade. Neste sentido, o que tornou questão para este artigo, trata-se das consequências desta dimensão subjetiva fragmentada. Realizando uma análise dos trabalhadores rurais, este artigo visa analisar o contexto sócio-histórico destes trabalhadores para que seja possível compreender a constituição da consciência destes trabalhadores e, conseqüentemente, a constituição do sofrimento psíquico. O pressuposto deste pensamento pode ser encontrado em Lane (2007, p. 42) quando a autora levanta a questão sobre “o que ocorre com um indivíduo consciente em um grupo alienado?”, assim, a questão pode ser compreendida com “o que ocorre com um indivíduo em uma sociedade com consciência fragmentada?”. Para a autora, “as contradições sociais estão claras, mas ele é impedido, a nível grupal, de qualquer ação transformadora - não seria esta uma situação geradora de doença mental, como fuga de uma realidade insustentável?”. Pensando que o sofrimento psíquico pode ser uma constituição teleológica do sujeito, este sofrimento como um fenômeno histórico e social do sujeito, portanto, eclode no cenário do trabalho como uma expressão das barreiras e limitações impostas ao trabalhador no que tange o ser produtor de seu produto - dever-ser. Portanto, limitado a objetivação das coisas - dialética - o sujeito tendo como fator ontológico a capacidade teleológica sobre o produto e objetivação do mesmo, espoliado pelo mundo do trabalho desta qualidade, procura artimanhas de comparecer novamente no mundo, de sentir-se parte integrante, de agente ativo e transformador, perceber-se vivo, procura brechas dentro do contexto social em que vive. Entre suas possibilidades o sofrimento é a que torna real, já que foi expropriado e fragmentado de toda forma de ação e participação sobre o produto. O sofrimento é o seu produto, ele se identifica nela, necessita dela para tornar humano: é o trabalhador na fila de espera, o contato íntimo com o doutor, tem seus direitos de repouso e financeiro, todos o reconhecem como o “ser doente”, todos perguntam “como está?”, enfim, o sofrimento possibilita o sujeito uma oportunidade de se sentir integrante, vivo. Será?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G. M.; FURTADO, O. (orgs.). Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.). Psicologia social: o homem em movimento. 13 ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social II. Trad. Carlos Nelson Coutinho; Mário Duayer; Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

RODRIGUES-FILHO, Luciano Ferreira. O trabalhador do corte de cana no Norte Pioneiro do Paraná: o fim da atividade e os sentidos do trabalho. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo, 2015. 209 f.

MINI-PALESTRAS

TÍTULO DO TRABALHO:

A EXPECTATIVA DO PRIMEIRO CONTATO E DO ATENDIMENTO À FAMÍLIA ATRAVÉS DA VISÃO DO FUTURO PSICOTERAPEUTA.

AUTOR(ES): 1 MARICÉLIA DE FÁTIMA COSTA CALEGARI; 2 RAFAELA GRUMADAS MACHADO;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): GRADUANDAS EM PSICOLOGIA PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA;

APRESENTADOR(ES): RAFAELA GRUMADAS MACHADO,;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): rafaelagrumadas@gmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA.

RESUMO: A presente pesquisa visa através de entrevistas semi estruturadas realizadas individualmente com estudantes matriculados no 4º ano do curso de psicologia da Universidade Estadual de Londrina participantes do projeto de extensão cadastrado sob o nº 1619, intitulado “Atendimento psicológico à famílias por meio de recursos artístico-expressivos com base no referencial winnicottiano” verificar suas expectativas e anseios quanto ao primeiro atendimento familiar, bem como clínico realizado em sua formação. A pesquisa qualitativa foi realizada no ano de 2014. O projeto de extensão ocorreu na mesma instituição e período. O primeiro atendimento clínico realizado por um estudante de graduação do curso de psicologia pode gerar diferentes sensações, tais como insegurança, medo, ansiedade, expectativas quanto aos pacientes, dentre outras. Por meio das entrevistas, levantamos quais foram suas expectativas, sensações e como se deu seu primeiro atendimento clínico com casais ou famílias, embasado na teoria psicanalítica winnicottiana, podendo ser utilizado recursos da arte terapia. Além dos estudantes não terem experiência prévia em atuação clínica, também não tinham experiência em atendimento a famílias, mas sim o embasamento teórico necessário para a atuação na prática, através de leituras indicadas e discussões teóricas realizadas, bem como ser ouvinte de supervisão de outros estudantes participantes do projeto. O atendimento psicoterapêutico a famílias exige diferentes habilidades do terapeuta, que se vê diante de mais de um paciente, relações que se dão no atendimento entre os familiares e entre eles e o terapeuta, que deve estar atento em como elas se dão e para não se identificar com apenas um integrante. Para que ocorra o atendimento à família, a não ser que seja um casal, é necessário que estejam presentes membros de gerações diferentes (pais fazem parte de uma geração e filhos de outra). Na entrevista, os estudantes contam o que os levou a se inscreverem no projeto, qual a sensação quando foi proposto a eles que entrassem em contato por telefone com um casal ou família para dar início ao atendimento, sensações anteriores, momentâneas e posteriores ao primeiro atendimento familiar, se foi utilizada alguma técnica de arte terapia no primeiro encontro, bem como outros aspectos trazidos pelos entrevistados. Os sentimentos de insegurança, ansiedade e nervosismo são comuns ao estudante de psicologia que está prestes a entrar em contato com uma prática jamais realizada anteriormente. Em se tratando de prática clínica, os estudantes se deparam com esses sentimentos independente de o atendimento ser individual ou familiar. Com o passar das sessões e supervisões realizadas, o estudante passa a se sentir mais seguro quanto a sua atuação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGUIRRE, A. M. de B. A primeira experiência clínica do aluno: ansiedades e fantasias presentes no atendimento e na supervisão. Psicologia: Teoria e Prática. São Paulo, v. 2, n.1, p. 3-31, 2000.;

RAMOS, M. Introdução à terapia familiar. São Paulo: Claridade, 2006.;

SEI, M. B. Arteterapia com famílias e psicanálise winnicottiana: uma proposta de intervenção em instituição de atendimento a violência familiar. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.;

CARNEIRO, Terezinha Féres. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 16, n. 1, 1996. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931996000100007&lng=en&nrm=iso>. acessado em 17 set. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931996000100007>.

TÍTULO DO TRABALHO:

A INTUIÇÃO PARTICIPA DA TOMADA DE DECISÃO HUMANA?

AUTOR(ES): FÁBIO EDUARDO DA SILVA;

APRESENTADOR(ES): FÁBIO EDUARDO DA SILVA;

FORMAÇÃO DO(S) AUTOR(ES): Doutor em Psicologia;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): facbio.z@gmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: Interpsi: Laboratório de Psicologia Anomalística e Processos Psicossociais do Instituto de Psicologia da USP;

RESUMO: A pesquisa focaliza-se em experiências supostamente anômalas, especificamente na intuição, definida aqui como hipotético efeito antecipatório anômalo (HEAA) - o qual prevê que o sistema nervoso responda de forma diferente antes de eventos calmos versus eventos emocionais, isto ocorrendo sob condições que excluam tendências antecipatórias conhecidas (ex. aprendizado implícito) e pistas sensoriais. Busca, uma possível correlação entre HEAA e a Tomada de Decisão (TD) humana. Considera, em especial, o modelo dos marcadores somáticos sobre TD desenvolvido por Antônio Damásio e colaboradores. Em paralelo, desenvolve um estudo experimental que busca replicar estudos prévios do HEAA, registrando dados fisiológicos de participantes antes durante e depois de assistirem fotografias, divididas em calmas e emocionais (eróticas e violentas) sendo que as fotografias emocionais são acompanhadas por estímulos auditivos. Participam desse estudo 32 colaboradores brasileiros entre 30 e 50 anos de idade (média de 43 anos) e 16 colaboradores estadunidenses entre 22 e 81 anos de idade (média 48) de ambos os sexos (totalizando 16 homens e 32 mulheres, sendo 10 homens e 22 mulheres do Brasil e 6 homens e 10 mulheres dos Estados Unidos). Considerando os 48 participantes, três grupos são constituídos: (1) - Participantes estadunidenses instruídos quanto ao objetivo específico do teste (n=16); (2) - Participantes brasileiros instruídos quanto ao objetivo específico do teste (n=16); (3) - Participantes brasileiros ingênuos quanto ao objetivo específico do teste (n=16); O grupo (1) participa do experimento desenvolvido no laboratório do IONS, nos EUA, enquanto que os grupos (2) e (3) participam do experimento no CIPE, Brasil. São feitas três hipóteses: H1. Espera-se que a média dos resultados da condutância da pele (do período de 6 segundos que antecede a apresentação dos alvos) seja significativamente maior para os alvos emocionais que para os alvos calmos, considerando-se todos os grupos em conjunto. H2. Espera-se uma correlação positiva e significativa entre os valores de alerta das fotografias utilizadas (segundo avaliação dos participantes da pesquisa) e os valores médios da condutância da pele relativos aos 6 segundos que antecedem a apresentação das fotografias, considerando-se todos os grupos em conjunto. H3. Considerando a comparação das médias dos resultados da condutância da pele (do período de 6 segundos que antecede a apresentação dos alvos) para os alvos emocionais versus calmos o grupo de brasileiros instruídos terá melhor desempenho que o grupo de brasileiros ingênuos. Em síntese, os resultados gerais suportam-confirmam, ainda que moderadamente, a existência do HAAE (Hipótese 1). Explora-se uma forma alternativa de avaliar a emotividade dos estímulos, feita pelos próprios participantes, a qual não tinha sido até então realizada neste tipo de pesquisa. Mesmo com a refutação da hipótese feita para esta avaliação (hipótese 2), explora-se caminhos alternativos que podem ser úteis em estudos futuros. Também

se confirma a hipótese 3. Em explorações “livres”, sobre fatores de personalidade, absorção e características pessoais, são encontrados resultados coerentes e díspares com a literatura. Na conclusão sobre as características neuropsicológicas da TD e do HAAE reflete-se que as semelhanças são favoráveis à perspectiva de um fenômeno e modelo integrativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Bechara, A., & Damásio, A. R. (2005). The somatic marker hypothesis: A neural theory of economic decision. *Games and Economic Behavior*, 52, 336–372.

Phelps, E. A., & Delgado, M. R. (2009). Emotion and decision making. In M. S. Gazzaniga, (Ed-in-chief.). *The cognitive neurosciences* (4th ed.), (pp. 1093-1103). Cambridge: MIT Press.

Mossbridge, J., Tressoldi, P., & Utts, J. (2012). Predictive physiological anticipation preceding seemingly unpredictable stimuli: a meta-analysis. *Frontiers in psychology*, 3, 1-18.

uma ação mecânica de adaptações arquitetônicas, impostas por leis. Ela é, sobretudo, uma construção histórica, cultural e afetiva que envolve a sociedade como um todo e uma concepção/representação de cidade e de mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm> Acesso em 20/05/2015;

CERTEAU, M. A Invenção do cotidiano: 1.Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. 351 p; DUARTE, C.;

COHEN, R. Afeto e Lugar: A Construção de uma Experiência Afetiva por Pessoas com Dificuldade de Locomoção. In: *Anais do Seminário Acessibilidade no Cotidiano*. 2004, Rio de Janeiro. p. 1-8. Versão em CD;

SANTOS, M. Técnica, Espaço, Tempo. In _____. *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 4º edição. São Paulo, SP: Hucitec, 1998. p.61-86.

TÍTULO DO TRABALHO:

A MOBILIDADE HUMANA COMO PRÁTICA COLETIVA

AUTOR(ES): 1 MAUDETH PY BRAGA; 2 ANDREIA DOS SANTOS CARVALHO; 3 BARBARA GONÇALVES DOS SANTOS.

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 PSICOLOGIA/UFRJ. MESTRE EM PSICOLOGIA E PRÁTICAS SÓCIO-CULTURAIS/UERJ; 2 PSICOLOGIA/UFF. MESTRE EM CLÍNICA E PESQUISA EM PSICANÁLISE/UERJ; 3 GRADUANDA EM PSICOLOGIA/UFF.

APRESENTADOR(ES): MAUDETH PY BRAGA.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): maudethpy@id.uff.br.

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: UFF.

RESUMO: Este trabalho propõe a mobilidade como experiência, ou seja, o modo como vemos e recortamos o mundo depende de um conjunto de forças socioculturais incluindo nossas ações cotidianas. Entender a mobilidade como experiência é considerar que interferimos no espaço ao nos deslocarmos. Nesse sentido, os deslocamentos não são somente de ordem geográfica, são práticas de espaço. É possível dizer que a existência é espacial reconhecendo a conjugalidade espaço-tempo e experiências espaciais distintas. A ação de mover-se no espaço pode ser uma ação de transformação de si e da cidade. Que desafios estão colocados para as políticas de mobilidade urbana ao tomá-la como experiência humana? Essa questão, assentada na distinção entre a mobilidade como trajeto e como experiência no campo dos afetos, tem sido discutida na disciplina Mobilidade Humana e Psicologia do Curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense e nas ações do projeto de extensão: Reabilitação humana, trabalho e inserção social. O objetivo é contribuir para a efetividade de direitos sociais através do compartilhamento de informações e experiências no campo da deficiência e da reabilitação. Nas ações de campo dialogamos com pessoas com deficiência focalizando questões atinentes a mobilidade e ao trabalho. A base deste trabalho é uma dessas narrativas. O estudo é orientado por questões, tais como: Que estratégias e táticas são utilizadas por pessoas com deficiência em seus deslocamentos? Como as mediações as ajudam na resolução de problemas? Quais são os impasses na mobilidade urbana? Com quais situações de constrangimento as pessoas com deficiência se deparam nos deslocamentos? Discutimos as questões a partir de um relato de experiência de reorientação de mobilidade de uma pessoa cega na região metropolitana do Rio de Janeiro. A deficiência adquirida em idade adulta exigiu que essa pessoa revisse o seu cotidiano, o sentido que ela tinha antes da deficiência e construísse novos sentidos. A deficiência traz para o sujeito uma transformação no modo de vida e no que tange à mobilidade, ela é a ser construída porque a cegueira impõe uma nova forma de se relacionar com o espaço em que ele habita, sendo uma experiência com o próprio corpo. Nesse sentido, a experiência de adquirir mobilidade, primeiramente, na residência (micro universo) possibilitou, a partir das orientações técnicas e, fundamentalmente, com o acolhimento e apoio de uma terapeuta ocupacional, ressignificar aquele espaço e se situar no mesmo de outra forma, criando as bases para conquistar a mobilidade urbana (macro universo) em um momento posterior, onde são necessárias trocas e inter-relações para que a mobilidade urbana não se reduza a

TÍTULO DO TRABALHO:

A POESIA DO PAJEÚ COMO FORMA DE ENFRETEAMENTO DO ADOECER PSÍQUICO DOS POETAS DO SERTÃO PERNAMBUCANO

AUTOR(ES): (1) ROBSON APARECIDO DA COSTA SILVA; (2) RITA DE CÁSSIA ALBUQUERQUE ARAÚJO;

APRESENTADOR(ES): (1) ROBSON APARECIDO DA COSTA SILVA; (2) RITA DE CÁSSIA ALBUQUERQUE ARAÚJO;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): (1) robsoncosta1983@hotmail.com; (2) ritaraujo3@yahoo.com.br;

FORMAÇÃO DO(S) AUTOR(ES): (1) GRADUANDO EM PSICOLOGIA PELA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE SERRA TALHADA; (2) GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA PELA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO (2005), ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO PELA FACULDADE SALESIANA DO NORDESTE, MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA PELA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO (2009).

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTA(M): (1; 2) FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE SERRA TALHADA;

RESUMO: Os poemas dos artistas do Pajeú trazem consigo um mistério psicanalítico; Ao sermos indagados por esta habilidade misteriosa, buscamos explicações plausíveis sobre a aquisição desta capacidade poética. Buscamos, portanto, compreender que mecanismos psíquicos foram essenciais para a consolidação deste processo, a serviço de quê esses indivíduos utilizam essas poesias, o que buscam os poetas com suas rimas e com suas cantorias, e o que do social está retratado nesses trabalhos. Desta forma, na tentativa de resolução dessas indagações mergulhamos nas publicações de Sigmund Freud e a partir de uma análise psicanalítica elaborada teoricamente, a rigor qualitativa, sob, as entrelinhas dos versos poéticos, junto com a análise do discurso das entrevistas realizadas com os poetas. A presente pesquisa tentou evidenciar a presença dos mecanismos de defesa do ego, em especial, o de sublimação; uma vez que, por regressão, esta energia psíquica poderia ser deslocada e transformada em ideias que atreladas a um quantum de afeto poderia dar saída a essa pulsão que se apresenta tão claramente nos poemas. Sejam eles ligados a questões sociais, sejam formas de lidar com as “paixões”. Observamos ainda no nosso trabalho que através destes processos poderão vir a torna-se consciência de uma forma valorativa da cultura e do social, e via de regra, apesar de passar despercebido pela consciência, o conteúdo inconsciente se manifesta pelo discurso poético. Levando em consideração a questão do alcance social da poesia e sua função como forma de conscientização em relação ao preconceito para com o povo do sertão e a desvalorização de sua cultura. Pode ser caracterizado como um fator que contribui efetivamente para o surgimento das habilidades poéticas nos habitantes do Pajeú, que se valem também das fronteiras do Ego e seus mecanismos de defesa, que por sua vez exercem a função de exteriorizar os sentimentos de desilusão, afeto, amor, alegria e infelicidade dos poetas através das declamações poéticas. Assim, o poeta entra em um círculo infinito, tento como objetivo cumprir sua missão contra seu sofrimento interior e exterior, o foco desta angústia reside nos problemas do social e das relações interpessoais; Eles procuram elucidar seu sofrimento de forma criativa e lúdica fazendo-o trabalhar a seu favor, e não contra, evitando, desta forma, um possível adoecimento psíquico. Também se conclui que a maior contribuição da poesia do Pajeú para o social é a de enaltecer e dar sustentação às teias de proteção

social necessárias ao povo do Sertão do Pajeú e possibilitar ao poeta formas de lidar o sofrimento, e possibilidades de construção de uma identidade cultural capaz de servir de sustentação ao sujeito que busca ancoragem nessas prática. É do fazer humano, da lida, do dia a dia, do sofrimento do povo que se extraem as poesias; e os poetas do sertão do Pajeú aprenderam desde a cedo a transformar, sofrimento, dor injusta social, em beleza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FREUD, S. Obras Completas: O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931) (21º v. ed.). Rio de Janeiro: Imago, 1996.;

FREUD, S. Escritores criativos e devaneio (1908). Obras Completas. Rio de Janeiro, Imago, 1970, vol. IX ps. 135-143.;

BORGES, J.L. Esse ofício do verso. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

TÍTULO DO TRABALHO:

A POLIFONIA DO COTIDIANO DOS TRABALHADORES, NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

AUTOR(ES): (1) MARILENE AFFONSO ROMUALDO VERTHEIN; (2) JAHYNE APARECIDA CARVALHO SILVESTRE; (3) GUSTAVO HENRIQUE DA SILVA;

APRESENTADOR(ES): MARILENE AFFONSO ROMUALDO VERTHEIN;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): (1) mverthein@id.uff.br ; (2) jahynecarvalho@hotmail.com ; (3) gustavow_henrique@hotmail.com;

FORMAÇÃO DO(S) AUTOR(ES): (1) PSICOLOGIA/ Dra. SAUDE PUBLICA; (2) GRADUANDA EM PSICOLOGIA; (3) GRADUANDO EM PSICOLOGIA;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTA(M): UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, PSICOLOGIA/ SAÚDE DO TRABALHADOR;

RESUMO: O projeto de extensão Agenciamentos Coletivos: SUS e a Saúde do trabalhador em debate, da PROEX/UFF, vinculado ao Departamento de Psicologia estabelece a interface entre a Psicologia e a Saúde Pública, instituindo no processo de formação um compromisso ético, político e social. Ao mesmo tempo, abrindo efetivamente um espaço de discussão sobre os processos de trabalho e os encaminhamentos coletivos, propõe fortalecer o Controle Social no Sistema Único de Saúde experimentando o fazer de uma equipe ampliada em saúde. Desde o início de nossas atividades, o silêncio em torno do adoecimento e do sofrimento no trabalho nos chamou atenção, assim, tomando como subsídio às leituras sobre as relações de saber/poder de Foucault e os questionamentos da saúde mental no trabalho de Dejours partimos com o desafio de efetuar ações/intervenções nos espaços existenciais de trabalho constituídos pela polifonia que atravessa o cotidiano dos trabalhadores. Nosso objetivo foi problematizar o espaço de ação para a integralidade da atenção na Estratégia de Saúde da Família e a análise de suas implicações no campo híbrido público/ privado das Políticas de Saúde, considerando a saúde ampliada e a intersectorialidade da rede. O projeto, discutido previamente com o Núcleo de Educação Permanente e Pesquisa (NEPP), foi efetuado em três Unidades da ESF estabelecendo metodologias de Acompanhamento, Rodas de Conversa e Sala de Espera. No que tange ao registro, foram produzidos, pelos alunos, diários de campo e entrevistas para informações complementares sobre a abrangência do PSF, particularidades das comunidades e processos de funcionamento cotidianos. Os grupos foram ferramentas para deslanchar experimentações corporais, facilitar a articulação e a expressão dos sentimentos vivenciados no trabalho. As falas construíram uma cartografia do corpo-trabalho-coletivo, apostando/criando linhas de superação dos impasses pelos próprios trabalhadores e usuários. Estas falas dizem do que se faz, do que não se pode fazer e do desejo de continuar fazendo. Entre os temas abordados foram discutidos: cadastramento; gestão do trabalho; Linhas de cuidado (Rede); Relações com a comunidade e as alianças; Relações entre as equipes. As análises abordadas desdobram reflexões para além dos muros do PSF, agregando elementos das Políticas de Saúde e, em particular, dos referenciais teórico-metodológicos do processo de trabalho que sustentam as questões éticas e dos direitos humanos dos trabalhadores da saúde, indicando uma maior reflexão, em relação ao que está sendo exigido dos profissionais frente às Organizações Sociais em saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, M. B. de S. e ROCHA, P. de M. Trabalho em equipe: um desafio para a consolidação da estratégia de saúde da família. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.12, n.2, p. 455-464, 2007;

DEJOURS, C. A Banalização da Injustiça Social. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 158 p.; FOUCAULT, M. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1986. 295 p.;

PASCHE, D. Contribuições da Humanização da saúde para o fortalecimento da atenção básica. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização. Cadernos HumanizaSUS Atenção Básica. Brasília (DF), 2010, p. 11-28.

TÍTULO DO TRABALHO:

A PSICOLOGIA E O TRABALHO PSICOSSOCIAL, TERRITORIALIZADO, EM REDE INTERDISCIPLINAR E INTERSETORIAL NO ENFRENTAMENTO À VIOLENCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE LONDRINA - PR.

AUTOR(ES): 1 NAYANA KATHRIN TANAKA; 2 SILVIA HELENA CRUZ SANTOS SOUTELLO..

APRESENTADOR(ES): NAYANA KATHRIN TANAKA.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): nayanakathrin@gmail.com;

FORMAÇÃO DO(S) AUTOR(ES): 1 PSICÓLOGA; 2 ASSISTENTE SOCIAL;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTA(M): PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

RESUMO: Londrina possui cerca de 543.000 habitantes (IBGE), cerca de 155.500 são crianças e adolescentes. No atlas do desenvolvimento consta 3,27% a proporção de pessoas pobres no município em 2010. Dados atualizados do Relatório de Informações da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do MDS indicam que atual porcentagem de pessoas pobres é de 2,5%. A partir desse panorama, justifica-se a gestão plena realizada pela secretaria de Assistência Social de Londrina através da Política Pública de assistência social, respaldada nos preceitos constitucionais e legislações como a lei do SUAS e lei municipal n.11.088/2010. A atuação é através de uma rede hierarquizada de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. No campo da Proteção Social Especial há um conjunto de serviços de Média Complexidade voltados para famílias que tenham direitos violados, oferecendo atendimento especializado para apoio, orientação e acompanhamento. O CREAS3 atende crianças e adolescentes vítimas de violência e suas famílias. O trabalho é realizado por duplas psicossociais, atuando dentro da divisão territorial utilizada pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). A equipe CREAS realiza o acompanhamento sem distinção de renda, mas no cotidiano profissional percebe-se, que o maior número de famílias encaminhadas ao serviço compõe a população abaixo da linha da pobreza. A partir deste contexto, ressaltamos que esta exposição objetiva analisar um território, de uma região específica da cidade de Londrina, e pensar e propor formas diferenciadas de atuação. A realidade observada pelo psicólogo no trabalho psicossocial considerou as especificidades e necessidades da comunidade em detrimento da característica centralizada do trabalho do CREAS - PAEFI. O território em questão tem como principal característica a organização pelo poder paralelo, criando-se um direcionamento próprio e autônomo para lidar com as intercorrências e dinâmicas locais. Há liderança e hierarquia reconhecida, podendo perceber que a comunidade e os serviços, têm relação de interdependência da organização. É um local com ausências de políticas públicas e outros serviços, forçando os adolescentes a se deslocarem para outras regiões. Através de conversas informais, relatos de estratégias de trabalhadores locais, e relato de pessoas da comunidade, temos a notícia de números altos de violências contra crianças e de adolescentes, estando vulneráveis ao tráfico de drogas, exploração sexual comercial e situação de rua. Porém o número de casos notificados é pequeno e quando chegam ao serviço, não aderem ao formato de acompanhamento ofertado. Com tantas situações de risco, os casos são subnotificados, alguns fatores são determinantes: a marginalização geográfica, social, cultural e política daquela população; ausência ou insuficiência do poder público em todas as esferas, surgindo formas de atuação e defesa, próprias da comunidade, que para lidar com tantas precariedades, faz uso de violência. Diante deste contexto deve-se pensar em estratégias de aproximação com essa população, e tornar possível que tenha seus direitos respeitados e seja atendida em suas

necessidades. Conclui-se que a melhor possibilidade é que o trabalho seja em conjunto, que possa envolver nessa aproximação e formação de vínculo para o fortalecimento dessas famílias e da comunidade, que a rede de serviços ofertada também se fortaleça em prol uma equipe interdisciplinar e intersetorial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL: Londrina-Pr. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/londrina_pr> acesso em: 30 de julho de 2015;

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL: Caderno Estatístico Município de Londrina. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86000>> Acesso em: 30 de julho de 2015.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME: Relatório de Informações Sociais. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/relatorio.php#>> Acesso em: 31 de julho de 2015;

WASELFSZ, J. J. Mapa da Violência 2014: os jovens do Brasil. Versão Preliminar. Janeiro: Flacso Brasil, 2014. 170p

TÍTULO DO TRABALHO:

ABORTO: DANDO VOZ A MULHERES QUE DECIDIRAM PELA INTERRUPTÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ (IGV)

AUTOR(ES): MARY NEIDE DAMICO FIGUEIRÓ; SONIA MELO; FABIOLA DA SILVA MIRANDA.

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 PSICÓLOGA; 2 PEDAGOGA; ESTAGIÁRIA.

APRESENTADOR(ES): FABIOLA DA SILVA MIRANDA.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): fabiola.s_miranda@hotmail.com.

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: 1) UEL; 2) UDESC – FLORIANÓPOLIS; 3) UEL - ESTAGIÁRIA DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UEL E BOLSISTA DA FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA NO PROJETO DE PESQUISA.

RESUMO: O fato de o Brasil ter leis restritivas em relação ao aborto tem levado muitas mulheres a realizá-lo clandestinamente, ocasionando mortes e sequelas, o que afeta os Direitos Humanos básicos: o direito à saúde e ao bem-estar e os Direitos Reprodutivos. Os três permissivos que integram a lei em nada auxiliam a reduzir o número de abortos clandestinos. Em várias convenções internacionais, da década de 1990, em que a ONU se fez presente, o Brasil foi signatário do compromisso de rever suas leis opressoras, mas deu apenas um passo quando, em 2012, aprovou o aborto em caso de anencefalia; os outros dois permissivos são de 1940. O objetivo geral da pesquisa consistiu em conhecer a experiência de mulheres que decidiram pela Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG) e o significado que dão a essa experiência. Alguns objetivos específicos - identificar as dificuldades e os sentimentos que acompanharam o processo de decisão e a fase pós-aborto; - esclarecer os fatores que contribuíram para os sentimentos vivenciados. A pesquisa, de caráter qualitativo, foi aprovada pelo Comitê de Ética da UEL e pautou-se em entrevistas individuais, gravadas e transcritas. O anonimato das participantes foi assegurado. Dez mulheres foram entrevistadas, sendo 4 de idade entre 20 e 30 anos, na ocasião da entrevista, 3 entre 31 e 40 anos, 2 entre 41 a 50 e apenas uma com mais de 51 anos. Seis delas vivenciaram a IVG com menos de 20 anos, duas com a idade entre 21 a 30 e 2 entre 31 e 40. O número total de abortos chegou a 15, já que três entrevistadas realizaram dois abortos e uma, três. Desses, 8 abortos foram dependentes do uso do Cytotec (proibido/uso clandestino), apenas; dois foram com o uso do Cytotec e ida ao hospital, em seguida. Quatro aconteceram em clínica clandestina segura e um foi com uso de chá. Para a maioria delas (7), a experiência foi válida, apesar de difícil. Já para duas outras, a culpa ainda é presente e a experiência tem interferido em seu bem estar, sendo que para uma dessas, sua formação religiosa católica, aliada à formação sexual repressora e sem diálogos por parte do pai e da mãe, parece ter sido forte fator de influência. Como parte dos resultados, ficou claro que quando a mulher pode partilhar o ocorrido, no sentido de que alguém de sua confiança sabia, tanto antes, quanto depois da decisão e realização da IVG, isso é fundamental para a superação do sofrimento psicológico. Chama a atenção que 7 das entrevistadas não contaram para os pais, o que podemos crer que seja devido à falta de diálogo sobre sexo

em casa, desde a infância. Um fator muito positivo foi a possibilidade que algumas entrevistadas tiveram em contar com o apoio dos pais ou maridos. Concluímos que poder assumir a sua escolha pela IVG produz sentimento de autonomia e bem estar na mulher, apesar das dificuldades psicológicas vivenciadas no processo. Poder contar com apoio e orientação facilita o processo e por isso, a pesquisa sugere que o psicólogo se prepare para atuar neste campo, conheça os Direitos Sexuais e Reprodutivos e participe na luta pelo direito de escolha da mulher.

Palavras-chave: Aborto; Aborto Clandestino; IVG; Direitos Humanos; Direitos Sexuais e Reprodutivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. (2010). Atenção Humanizada ao Abortamento: Norma Técnica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área técnica de Saúde da Mulher – 2. ed. Atual. e amp. – Brasília: Ministério da Saúde.

PORTO, Rozeli Maria. (2009). “Aborto Legal” e o “Cultivo do Segredo”: Dramas, Práticas e Representações de Profissionais de Saúde, Feministas e Agentes Sociais no Brasil e em Portugal. (Tese de Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

TÍTULO DO TRABALHO:

ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADULTOS EM SITUAÇÃO DE RUA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA CIDADE DE LONDRINA – PR

AUTOR(ES): 1 ALINE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA; 2 VÂNIA GALBES; 3 FÁTIMA REALE PRADO; 4 FRANCIELLI DE SOUZA BARBOSA CARDOSO; 5 ROSANGELA APARECIDA DE SOUZA COSTA ANDREAN.

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 Psicóloga; 2 Psicóloga; 3 Gerente; 4 Assistente Social; 5 Assistente Social

APRESENTADOR(ES): ALINE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): aline.monteiroferreira@gmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: Associação do Projeto Pão da Vida - APPVIDA.

RESUMO: O serviço de acolhimento institucional para indivíduos que se encontram em situação de abandono, violação de direitos, vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados integra os serviços de proteção social especial de alta complexidade do SUAS- Sistema Único de Assistência Social. O serviço de acolhimento prioriza atender de forma qualificada o usuário, ofertando condições para que o mesmo supere a situação de viver nas ruas e que desenvolva repertório de autonomia e auto-cuidado. Atualmente na cidade de Londrina existem 3 instituições que oferecem esse trabalho, sendo divididas em 6 casas abrigos e dessas apenas uma é voltada para o público feminino. Este trabalho caracteriza-se por um relato de experiência sobre duas casas de acolhimento institucional adulto (feminina e masculina) da Associação Projeto Pão da Vida - APPVIDA, sobre o foco da na análise do comportamento e possui como objetivo apresentar o perfil dos usuários deste serviço e o funcionamento das duas casas que acolhem pessoas em situação de rua do município de Londrina –PR. Serão enfatizadas as práticas oferecidas pelo serviço de Psicologia. O trabalho oferecido é interdisciplinar, uma vez que a equipe técnica dos acolhimentos é formada principalmente por Assistentes Sociais e Psicólogos, neste contexto este tipo de trabalho é imprescindível, uma vez que está se trabalhando com pessoas em vulnerabilidades sociais que geralmente trazem também a demanda sobre questões psicológicas. As principais atividades desenvolvidas pela equipe técnica são: escuta qualificada; acompanhamento psicossocial dos usuários; encaminhamento para serviços de saúde e concessão de benefícios, discussão de casos, elaboração e encaminhamento com a autoridade judiciária; visitas domiciliares; acompanhamento pós-acolhimento; orientações sobre questões psicológicas e sociais; atendimento em grupo e individual sobre vinculadas as suas necessidades sociais e participação em reuniões em rede e capacitações. No cotidiano dos abrigos são oportunizadas ações que valorizem a integração entre os usuários e deles com a comunidade, o desenvolvimento de algumas habilidades, que são oportunizadas por meio de grupos temáticos e atendimentos individuais. A casa feminina recebe mulheres maiores de 18 anos e seus filhos, atualmente o acolhimento oferece 20 vagas para mulheres em situação de rua. A casa masculina atende homens maiores de 18 anos e atualmente atende 25 metas. As maiores dificuldades encontradas em relação ao serviço de Psicologia são: desconhecimento desta prática por parte dos usuários e resistência na adesão, invasão dos espaços de atuação profissional entre a psicologia e serviço social, despreparo

do profissional para atuar neste contexto, entre o público feminino e masculino a maior dificuldade é o alto índice de evasão (abandono) na maioria das vezes em consequência da dependência química, a dificuldade de diferenciar acolhimento institucional de comunidades terapêuticas e em relação as mulheres é verificado o forte relacionamento com a prostituição e também com a violência de gênero. Os resultados observados apontam para a necessidade de constante capacitação acerca das práticas ofertadas e a publicação de experiências neste contexto, uma vez que a atuação da Psicologia ainda está se consolidando, desta forma, se fazem necessários trabalhos sistematizados oportunizando assim, a possibilidade de ações efetivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecao especial/altacomplexidade>. Acesso em: 31/07/2015.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/populacao-em-situacao-de-rua-cadastro-unico-e-servicos-socioassistenciais/arquivos/servicos-de-acolhimento-para-pessoas-e-familias-em-situacao-de-rua.pdf>>. Acesso em: 31/07/2015.

TÍTULO DO TRABALHO:

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E INFERTILIDADE: APOIO PSICOLÓGICO EM GRUPO DE MULHERES

AUTOR(ES): 1 JOSY DE SOUZA MORIYAMA; 2 EDNÉIA PERES HAYASHI; 3 BÁRBARA DIAS MIRAS; 4 AMANDA CASTILHO DE MATTOS; 5 JESSICA ISABELY EMMERICH; 6 INGREDY RIBEIRO BUSS; 7 ARTHUR BASILIO ALVES RIBEIRO; 8 SEBASTIÃO JUNIOR DOS SANTOS;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 DOCENTE; 2 DOCENTE; 3 ALUNA; 4 ALUNA; 5 ALUNA; 6 ALUNA; 7 ALUNO; 8 ALUNO;

APRESENTADOR(ES): EDNÉIA PERES HAYASHI; JOSY DE SOUZA MORIYAMA.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): edneiahayashi@yahoo.com.br; josyama@hotmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: DOCENTES E ACADÊMICOS DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UEL.

RESUMO: Este trabalho teve como objetivo relatar uma intervenção clínica, baseada nos princípios da Análise do Comportamento, em dois grupos de mulheres em situação de infertilidade. Cada grupo atendeu sete mulheres, com idades entre 31 e 42 anos. Foram realizadas 11 sessões, de aproximadamente duas horas cada uma, uma vez por semana. Após dois meses do término dos grupos, foram feitas sessões de follow-up para acompanhar as mudanças. Os procedimentos utilizados foram técnicas de dinâmica de grupo, de resolução de problemas e tomada de decisão, Treinamento em Habilidades Sociais, Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT), Psicoterapia Analítico Funcional (FAP). Para tanto, buscou-se fazer Análises Funcionais dos comportamentos de cada participante. Foram realizadas avaliações quantitativa e qualitativa, através de dados obtidos com os relatos das sessões. A intervenção grupal propiciou a aprendizagem de um repertório de enfrentamento das dificuldades relacionadas à infertilidade, o fortalecimento de aspectos positivos no relacionamento conjugal e social, além da aceitação emocional e seu manejo. Durante e após as sessões de follow-up quatro participantes relataram estar dando início ao processo de adoção e quatro participantes conseguiram atingir a gravidez. Sugere-se que novos estudos com maiores variáveis de controle sejam realizados para se testar a eficácia dos procedimentos utilizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FARINATI, D. M; RIGONI, M. S. e MÜLLER, M. C. Infertilidade: um novo campo da psicologia da saúde. Estudos de Psicologia, Campinas, v. 23, n. 4, out./dez., 2006.

MONTAGNINI, H. M. L; BLAY, S. L; NOVO, N. F; FREITAS, V; CEDENHO, A. P. Estados emocionais de casais submetidos à fertilização in vitro. Estudos de Psicologia, Campinas, v. 26, n. 4, nov./dez., 2009.

MOREIRA, S. N. T, MELO, C. O., M., TOMAZ, G., AZEVEDO, G., D. Estresse e ansiedade em mulheres inférteis. Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, Rio de Janeiro, v. 28, n. 6, jun., 2006

TÍTULO DO TRABALHO:
AS CARACTERÍSTICAS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL E SUA ADMISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

AUTOR(ES): 1) GLAUCIA KASPER; 2) MARLOVA CAROLINA RODRIGUES; 3 MIRIAM IZOLINA PADOIN DALLA ROSA;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 ACADÊMICA DO 8º PERÍODO DO CURSO DE PSICOLOGIA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ (PUCPR), CAMPUS TOLEDO; 2 ACADÊMICA DO 8º PERÍODO DO CURSO DE PSICOLOGIA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ (PUCPR), CAMPUS TOLEDO; 3 PSICANALISTA. GRADUADA EM PSICOLOGIA. ESPECIALISTA EM METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR. ESPECIALISTA EM PSICANÁLISE CLÍNICA E CULTURA. MESTRE EM EDUCAÇÃO. MESTRANDA EM FILOSOFIA PELA UNIOESTE/TOLEDO/PR. DOCENTE E ORIENTADORA DE ESTÁGIO NO CURSO DE PSICOLOGIA NA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ – PUCPR/TOLEDO – PR.

APRESENTADOR(ES): GLAUCIA KASPER;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): glaucia2008.alfa@hotmail.com; marlova.pucpr@gamil.com; miriamipdr@gmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ;

RESUMO: Resumo: Introdução: A deficiência visual pode ser definida como uma alteração grave ou total de uma ou mais funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma posição ou movimento. Pode acontecer desde o nascimento ou posteriormente (CAMPOS, 2014). Os outros órgãos dos sentidos compensam a deficiência visual e por meio dos múltiplos sentidos, se constrói a percepção de mundo. Para a teoria psicanalista a pulsão escopofílica se encontra diretamente relacionada ao prazer de ver e ser visto e a satisfação proporcionada nesse ato é entendida como o primeiro investimento do Outro em relação ao bebê e se constitui como elemento fundamental na fundação psíquica do sujeito. Ao longo dos séculos o desenvolvimento no cunho educacional sofreu avanços, que consequentemente trazem mudanças para os demais setores da sociedade, principalmente no setor empregatício. Permitindo assim que, este seja um cidadão atuante na sociedade em que se encontra inserido. Objetivos: Apresentar as principais conquistas e avanços que a tecnologia tem proporcionado ao deficiente visual no campo educacional. Pois, mesmo que a passou lentos, a inserção de PCDs no mercado de trabalho é assegurada pela Constituição Federal de 1988 que norteia a inserção e admissão de trabalhadores no serviço público e privado. Metodologia: A presente elaboração textual está pautada numa revisão bibliográfica. Desenvolvimento: Os avanços na aprendizagem dada a inclusão de PCDs, se dá nas adaptações do meio físico juntamente com materiais didáticos proporcionando ao indivíduo o desenvolvimento biopsicossocial. A estimulação precoce permite que a criança atinja um desenvolvimento integral e adaptativo à sociedade dita normal, um exemplo dos meios utilizados é o braille, esse método de ensino permite que o indivíduo com deficiência visual desenvolva atividades de leitura e escrita ficando apta a desempenhar diversas funções no mercado de trabalho. A atividade do trabalho possibilita ao PCDs o reconhecimento e garante o fortalecimento da sua identidade, por parte dos outros do lugar que ocupa no contexto social. Através do contrato formal, consegue uma posição de igualdade, não de marginalizado ou excluído. Este ainda, possibilidade sua inscrição no mundo dos homens, seu papel é central na vida dos sujeitos pois, o trabalho é fonte de identificação, de humanização, dignidade, autonomia, realização, afirmação da capacidade, utilidade e finalmente meio de inclusão social (SILVA, 2007). Conclusão: O artigo proporcionou às acadêmicas a aproximação do campo prático, visto que a atuação do profissional de psicologia contempla várias áreas de atuação. Entende-se que a função desempenhada pelo homem na sociedade e designada por este como – trabalho, proporciona reconhecimento, garante o fortalecimento da identidade do sujeito, por parte dos outros e do lugar que cada um ocupa no contexto social. A partir das contribuições dos autores, compreende-se que o processo de inclusão, para proporcionar avanços na inclusão social, deve utilizar-se da criação e elaboração de projetos com alto uso da tecnologia, tornando a sociedade igualitária em suas instancias, para que o indivíduo com deficiência visual possa assim se desenvolver biopsicossocialmente, e desempenhar suas atividades como todos os demais membros da sociedade em que se encontra inserido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CAMPOS, I, M. Atendimento Educacional Especializado, Deficiência Visual. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_dv.pdf>. Acesso em: 25 Set. de 2014.

SANTOS, S. S. Inclusão e a difícil arte de amar o que (não) se vê. Aletheia. N. 25., p.35-48; jan./jun. 2007. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=115013454004> Acesso em: 25 Set. de 2014.

SANTOS, G. Aluno cego no ensino regular: possibilidades e Limitações. Disponível em: http: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/handle/1/143/Gislaine%20Costa%20da%20Silva.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 de Set. de 2014.

GILL, M. Deficiência Visual. Brasília: MEC- Secretaria de Educação a Distância. 2000. Cadernos da TV escolas.

TÍTULO DO TRABALHO: **AS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA ZONA RURAL.**

AUTOR(ES): 1 KATHIA GALDINO GODOY DE QUEIROZ; 2 RAQUEL VENEGAS TUMUSHI

APRESENTADOR(ES): KATHIA GALDINO GODOY DE QUEIROZ; RAQUEL VENEGAS TUMUSHI

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): kathiagodoy@hotmail.com; raquelvtumushi@hotmail.com;

FORMAÇÃO DO(S) AUTOR(ES): 1 GRADUADA EM PSICOLOGIA PELA UEL, ESPECIALISTA EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INFÂNCIA E JUVENTUDE (UEM) E SAÚDE MENTAL(UEL); 2 GRADUANDA 10º SEMESTRE PSICOLOGIA PELA FACULDADE PITÁGORAS LONDRINA.

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTA(M): CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CREAS 3 LONDRINA.

RESUMO: Este presente trabalho busca dialogar acerca da percepção da zona rural por profissionais de Psicologia inseridos em um Serviço de Média Complexidade da Assistência Social, situado em um município no interior do Paraná. Considerando a atuação na Rede de Proteção no acompanhamento de famílias que tem seus direitos violados, faz-se necessário compreender este fenômeno incluído no contexto histórico, econômico, político e cultural característicos do meio rural. Levando em consideração as especificidades do território rural, o objetivo deste trabalho será apontar as dificuldades que os profissionais de Psicologia encontram na intervenção com os usuários da região rural; discutir os reflexos da imposição da cultura urbana sob a cultura rural; elucidar a falta de acesso a direitos fundamentais e ainda, vislumbrar as possibilidades de atuação do Psicólogo neste contexto. Como metodologia partiu-se da revisão bibliográfica de artigos sobre o tema bem como o relato de experiência do trabalho de Psicólogas que atuam em um Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e referenciam famílias especificamente da região rural. Logo, o cotidiano da prática profissional permite observar que, além do saber técnico, para se compreender a subjetividade do indivíduo, faz-se necessário analisar as particularidades e vulnerabilidades desta população, a fim de se evitar imposições culturais, considerando o território e seus atores sociais, buscando criar possibilidades de atuação da Psicologia neste espaço. Para isso, conceituamos o espaço geográfico enquanto um conjunto de sistemas e relações sociais e comunitárias. Analisando o contexto, pode-se perceber a atual precariedade da região rural, evidenciada pela negligência do Estado diante das dificuldades de acesso a bens e serviços, falta de oportunidades de emprego e geração de renda, e até mesmo trabalho infantil. Sendo assim, a Psicologia vem a contribuir na relação com o usuário, garantindo o olhar para a singularidade, a subjetividade, autonomia e emancipação dos sujeitos em situação de violação de direitos. Para o profissional ainda, cabe a tarefa de articular o trabalho, em rede, intersetorializado, o qual pressupõe a complementariedade das ações e atendimento integral destes usuários das políticas públicas. Neste sentido, para o Psicólogo torna-se imprescindível conhecer o homem no conjunto de suas relações sociais, uma vez que ele é um sujeito construído historicamente e agente transformador da sua vida e da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências Técnicas para a Prática de Psicólogas (os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS. Brasília, 2012.;

LANE, S.T.M. A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. IN: LANE, S.T.M; CODO, W.

Psicologia Social: o homem em movimento. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.;

SANTOS, M. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1998.;

SAWAIA, B.B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. Psicologia & Sociedade: 21(3):369-374, 2009.

TÍTULO DO TRABALHO: **ASPECTOS CRÍTICOS DA LINHA GUIA DE ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL DO ESTADO DO PARANÁ.**

AUTOR(ES): 1 CARINA FURLANETO FRAZATTO; 2 GUSTAVO LACATUS DA COSTA DE OLIVEIRA; 3 LEANDRO CARMO DE SOUZA; 4 MARIA APARECIDA DE MORAES BURALI; 5 MARIA APARECIDA SANTIAGO DA SILVA; 6 MARIA LÚCIA BOARINI; 7 MARINA MARIA BELTRAME; 8 RENATA CRISTINA MARQUES BOLONHEIS; 9 RENATA ROSELEM; 10 ROSELANIA FRANCISCONI BORGES.

APRESENTADOR(ES): MARIA APARECIDA SANTIAGO DA SILVA.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): maria_sansilva@hotmail.com;

FORMAÇÃO DO(S) AUTOR(ES): 1) PSICÓLOGA E DOUTORANDA EM PSICOLOGIA SOCIAL; 2) PSICÓLOGO E MESTRANDO EM PSICOLOGIA; 3) PSICÓLOGO E MESTRE EM PSICOLOGIA; 4) PSICÓLOGA E DOUTORA EM PSICOLOGIA SOCIAL; 5) PSICÓLOGA E MESTRE EM PSICOLOGIA; 6) PSICÓLOGA E DOUTORA EM PSICOLOGIA ESCOLAR E DESENVOLVIMENTO HUMANO; 7) PSICÓLOGA E MESTRE EM PSICOLOGIA; 8) PSICÓLOGA E MESTRE EM PSICOLOGIA; 9) PSICÓLOGA E MESTRANDA EM PSICOLOGIA; 10) PSICÓLOGA E DOUTORA EM PSICOLOGIA.

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTA(M): Comissão de Psicologia e Saúde do CRP/08 Maringá; Atuação na Saúde Mental..

RESUMO: O presente trabalho diz respeito a uma das ações realizadas pela Comissão de Psicologia e Saúde do CRP-PR de Maringá no ano de 2015 e trata-se de uma síntese do parecer da Linha Guia de Atenção à Saúde Mental (PARANÁ, 2014). O objetivo deste parecer é apresentar os aspectos críticos da Linha Guia, que se constitui como norteador da formação da Rede de Saúde Mental no Paraná, conforme orientação da Secretaria Estadual de Saúde, a partir do ano de 2014. Neste parecer, foram destacadas duas categorias que representam os pontos mais problemáticos do documento, ou seja, a questão do paradigma predominante e a organização da rede em saúde mental no Paraná. Para que seja estruturado o planejamento da atenção à saúde mental, de acordo com a Linha Guia, deve ser feito o agrupamento de síndromes psiquiátricas em categorias, o que facilitará a criação de propostas e orientações sobre intervenções e medidas terapêuticas adequadas. Assim colocado, fica subentendido que o saber médico se constitui como legitimador e orientador da Atenção à Saúde Mental, na ênfase no diagnóstico médico embasado pelo CID-10, o que diverge do que a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) pretende constituir (BRASIL, 2011), a partir da Política Nacional de Saúde Mental e do paradigma da Atenção Psicossocial. Nestes termos, a Linha Guia inclina-se em direção ao paradigma biomédico, na concepção do sofrimento mental enquanto “pacotes de sintomas”, no distanciamento das condições atuais de vida dos usuários, por não abranger as múltiplas determinações que têm levado ao sofrimento mental e às condições de risco/vulnerabilidade. O segundo aspecto problemático relaciona-se ao modo de organização da rede, com o encaminhamento de todos os casos de saúde mental à Atenção Secundária, sem a consideração da Atenção Primária como porta de entrada/ordenadora da rede em saúde mental. Perde-se, dessa maneira, a dimensão do cuidado compartilhado, do apoio matricial, supervisão e capacitação por parte de outros pontos da rede. O documento defende que as intervenções terapêuticas sejam baseadas no tratamento, pautados em atendimentos psicoterápicos individuais e farmacológicos para todos os casos de saúde mental, ou seja, dos casos de baixo aos de alto risco. O modelo de cuidado não é desenvolvido a partir do Projeto Terapêutico Singular, nos diversos pontos de atenção da rede, mas sim de modo genérico e padronizado, com a equipe multiprofissional centrada na figura do médico psiquiatra. Portanto, a Linha Guia de Atenção à Saúde Mental, tal como construída, apresenta aspectos divergentes dos princípios da Reforma Psiquiátrica, da Política Nacional de Saúde Mental e da Atenção integral a usuários de álcool e outras drogas, o que é contemplado na portaria nº 3088 de 2011 (BRASIL, 2011), que rege a organização da RAPS no Sistema Único de Saúde. Essa discussão é válida por levantar essa problemática com o intuito de buscar correções e reformulações nesse documento que se coloca como direcionador da Rede de Atenção à Saúde Mental no Estado do Paraná.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

PARANÁ. Linha Guia De Atenção à Saúde Mental. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Superintendência de Atenção à Saúde. Curitiba: SESA, 2014;

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 3088/2011. Brasília, DF, 2011. Acesso em 27 de março, 2015, recuperado de <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html>.

TÍTULO DO TRABALHO: ASPECTOS PSICOLÓGICOS DA GRAVIDEZ: UMA CONTRIBUIÇÃO ANALÍTICO COMPORTAMENTAL

AUTOR(ES): 1 HELLEN MELLO; 2 ALINE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA.

APRESENTADOR(ES): ALINE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): aline.monteiroferreira@gmail.com;

FORMAÇÃO DO(S) AUTOR(ES): 1 PSICÓLOGA; 2 PSICÓLOGA.

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTA(M): ESPAÇO COMPORTAMENTAL, LONDRINA -PR

RESUMO: Uma das transformações mais evidentes da maternidade e paternidade é a redefinição de papéis. Até então o casal que eram filhos passam a ser pais. Isso irá requerer uma ampliação em seu repertório comportamental para lidar com as responsabilidades de sua nova identidade social. Quanto maior o autoconhecimento do casal em relação aos seus comportamentos e compreensão dos padrões estabelecidos a partir da história de vida de cada um, maior será a capacidade de ambos se adaptarem um ao outro e a nova condição sem grandes desgastes. É importante que o casal tenha o objetivo de construir um novo núcleo, onde haverá influência de ambas as famílias de origem, mas, com o objetivo comum de formarem uma nova família, com o que puderem aproveitar de melhor o que cada cônjuge reconhecer como positivo em seus modelos parentais. Deste modo, identifica-se a importância de oferecer uma intervenção direcionada ao casal que gesta, em relação a todos os aspectos acima citados, visando a promoção da qualidade de vida do casal como futuros pais; aja vista que na cidade de Londrina há carência de cursos para gestantes que abordem estes aspectos. Deste modo, o objetivo deste trabalho é apresentar a proposta de um curso para gestantes que é ofertado em uma clínica particular na cidade de Londrina- PR. O presente curso abrange os aspectos psicológicos da gestação com o olhar analítico comportamental, incluindo parto, puerpério, maternidade e paternidade. O curso é coordenado pela Psicóloga responsável pela clínica. Os temas trabalhados são: discussão sobre as expectativas em relação a chegada do bebê; mudanças corporais de acordo com cada fase da gestação; tipos de parto; sexualidade na gravidez; mudanças na rotina e no relacionamento conjugal com a chegada do bebê; depressão pós-parto; prevenção e possíveis repercussões para o desenvolvimento da criança. O procedimento utilizado foi oferecer informações por meio de palestras e vivências com o objetivo de proporcionar um momento de discussão e trocas entre os casais gestantes para sanar dúvidas e compartilhar experiências sobre os temas mencionados. Em relação aos resultados, observou-se que este curso proporcionou um espaço de capacitação sobre os aspectos psicológicos envolvidos na gestação e maternidade/paternidade, além de troca de experiências entre as participantes do grupo, possibilitando assim, a sensibilização para a necessidade de abertura e adaptação para a nova fase e o acesso a informações que permitam que ao casal vivenciem a parentalidade com qualidade de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Gimol Benzaquen Peroza. (2002). Suporte psicológico a gestantes portadoras de fetos com diagnóstico de malformação - Em Hélio José Guilhadi. Sobre Comportamento e Cognição: contribuições para a Construção da teoria do Comportamento - org. v.10. ESETec.

KLEIN,M.M.S., GUEDES, C.R. (2008). Intervenção Psicológica a Gestantes: Contribuições do Grupo de Suporte para a Promoção da Saúde. Psicologia Ciência e Profissão, 28 (4), 862-871. Nóbrega, N. P. (1995). Maternidade na adolescência: Alienação e reprodução social. Documenta, 6, 63-76.

Christopher, M. F.F. (1979). Gravidez e Parto – Prazeres e Problemas. São Paulo, Harper e Row.
Dattilio, F. M. (2011). Manual de Terapia Cognitivo-Comportamental para casais e família- Porto Alegre, Artmed.

TÍTULO DO TRABALHO:

ATELIÊ IN COMPANY – OFICINA PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

AUTOR(ES): LUCIANO NALDONY; GILMAR ROBERTO TAVARES; VAGNER APARECIDO DOS SANTOS MARQUES;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 MESTRADO EM ANDAMENTO EM PSICOLOGIA (UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ, UTP), ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS. (CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO DO PARANÁ, FAE), GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, UFPR); 2 MESTRADO EM ANDAMENTO EM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, UEM), ESPECIALIZAÇÃO EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO (UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, UNIJUI), GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE ALIMENTOS (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, UFSC); 3 GRADUANDO EM ENGENHARIA DE SOFTWARE (CENTRO UNIVERSITÁRIO CESUMAR, UNICESUMAR), GRADUANDO EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS, (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, UFSC), GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ, UNOPAR).

APRESENTADOR(ES): LUCIANO NADOLNY;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): luciano.nadolny@sesipr.org.br; gilmar.tavares@sesipr.org.br; vagner.marques@sesipr.org.br;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: Serviço Social da Indústria do Paraná;

RESUMO: Os perigos e os riscos são presentes no meio industrial não podendo ser ignorados, mas, devem e podem ser reduzidos, para que os acidentes sejam minimizados e eliminados no decorrer do tempo. Baseado na ideia original de Buczek, Adad e Nadolny (2011), utilizando os conceitos de Bley (2014), Kazutaka (2012) e Neal e Griffin (2000), o projeto teve como objetivo capacitar uma equipe multidisciplinar da própria empresa composta por profissionais do SESMT, Cipa, manutenção, operadores da produção, PCP, para avaliar e encontrar soluções de transformação às situações com potencial risco de acidentes e/ou afastamentos do trabalho (identificação dos perigos). Como específicos, avaliação das condições de segurança da empresa; desenvolver e aprimorar as competências de identificação e percepção de riscos ergonômicos, comportamento seguro e de segurança nos funcionários; fomentar o trabalho em equipe, visando propor melhorias ou transformações nas condições de trabalho em situações escolhidas pelos trabalhadores, buscando bem estar no trabalho. Utilizou-se uma lista de verificação das normas regulamentadoras, entrevista com os funcionários, coleta e análise de documentos, oficinas de capacitação, avaliação de reação à capacitação. O trabalho iniciou com a averiguação das condições de conformidade legal da empresa junto aos profissionais do SESMT e visita in loco para conhecimento das condições de segurança e saúde existentes. Em um segundo momento, realizou-se três oficinas de capacitação, divididas em: conceitos de perigo e risco e trabalho seguro no ambiente de trabalho; princípios de proteção de máquinas e equipamentos; e ergonomia aplicada. Na sequência os participantes discutiram e responderam em dupla a um formulário sobre as condições de perigo e risco no ambiente laboral, pontuando os locais com necessidade de intervenção. Posteriormente, os participantes se dividiram em quatro grupos para analisar as opiniões das duplas e aglutinar as percepções em um único documento, priorizando três situações de maior risco, segundo a visão dos participantes. Cada grupo apresentou e argumentou suas prioridades, sendo descritas e projetadas na tela em um documento único. Em seguida, cada participante recebeu dois adesivos e colocou ao lado da situação que acreditava ser mais importante a intervenção para melhoria. Após a contagem dos votos, foram escolhidos dois postos de trabalho para estudo. Neste momento, divididos em dois grupos, os participantes discutiram suas visões e exploraram as soluções. Ao término desta etapa, cada grupo apresentou a situação atual e a proposta de melhoria, discutida em conjunto com todo o grupo. Todos os participantes puderam dar sua contribuição, criando um ambiente rico para o debate e discussão de melhoria do processo. A intervenção atingiu os resultados esperados, pois ocorreu boa interação entre todos os participantes, independente do grau de escolaridade ou setor da empresa, as discussões permitiram o reconhecimento sobre os riscos e perigos nos locais de trabalho, tendo em vista que muitos não tinham conhecimento sobre os conceitos apresentados. Ressalta-se a evolução dos níveis de conhecimento antes e depois do processo, relatado pelos participantes e evidenciada pela pesquisa de reação de treinamento. Para finalizar o processo, foi entregue à empresa um relatório com o descritivo de todo o processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BLEY, J. Comportamento seguro: a psicologia da segurança no trabalho e a educação para a prevenção de doenças e acidentes. 2a ed.- Belo Horizonte: Artesã, 2014, 160 p.;

BUCZEK, M. R.; ADAD, B. C. B.; NADOLNY, L.. Ateliê in company com foco na ergonomia participativa para melhoria do abastecimento de uma caldeira à lenha. In: Colóquio Internacional de Segurança e Higiene Ocupacionais - SHO 2011, Guimarães, Portugal. Sociedade Portuguesa de Segurança e Higiene Ocupacionais (SPOSHO), v. 1, p. 141-145, 2011.;

KAZUTAKA, K. Roles of participatory action-oriented programs in promoting safety and health at work. Safety and Health at Work. Kawasaki, Japan, v.3, p. 155-65, 2012.;

NEAL, A.; GRIFFIN, M. Perceptions of safety at work: a framework for linking safety climate to safety performance, knowledge, and motivation. Journal of Occupational Health Psychology. v. 5, n. 3, p. 347-358, 2000.

TÍTULO DO TRABALHO:

AUDIÊNCIA DE ADVERTÊNCIA: UM NOVO FOCO PARA A PSICOLOGIA JURÍDICA

AUTOR(ES): 1 DANIELA HAAG COELHO; 2 DOUGLAS DAL MOLIN; 3 FERNANDA SOARES PEREIRA; 4 IVAN LUCAS MENDES; 5 JAQUELINE PUQUEVIS DE SOUZA.

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 GRADUADA EM PSICOLOGIA PELA FACULDADE GUAIRACÁ, ESPECIALISTA EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA COM ÊNFASE EM CRACK E PSICÓLOGA BOLSISTA NO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ALTERNATIVAS PENAS NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA; 2 ESTUDANTE DE PSICOLOGIA PELA FACULDADE GUAIRACÁ E ESTUDANTE BOLSISTA NO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ALTERNATIVAS PENAS NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA; 3 ESTUDANTE DE PSICOLOGIA PELA FACULDADE GUAIRACÁ E ESTUDANTE BOLSISTA NO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ALTERNATIVAS PENAS NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA; 4 GRADUADO EM PSICOLOGIA PELA FACULDADE GUAIRACÁ, CURSANDO ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA: ABORDAGEM PSICANALÍTICA E PSICÓLOGO BOLSISTA NO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ALTERNATIVAS PENAS NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA; 5 GRADUADA EM PSICOLOGIA PELA TUIUTI DO PARANÁ, METRE EM EDUCAÇÃO PELA UNICENTRO, PÓS GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA NAS ORGANIZAÇÕES, MAGISTÉRIO SUPERIOR E PSICÓLOGA ORIENTADORA NO PROGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ALTERNATIVAS PENAS NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA.

APRESENTADOR(ES): DOUGLAS DAL MOLIN.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): dalmdouglas@gmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE DO PARANÁ - UNICENTRO, E ÁREA DE ATUAÇÃO EM PSICOLOGIA JURÍDICA.

RESUMO: A Psicologia Jurídica tem sobrepujado novas possibilidades de atuação nos últimos anos. Visando bem estar social, ações presenciam-se no judiciário ampliando espaços aos Psicólogos. Frente esta realidade a equipe de Psicologia do Programa de Execução das Alternativas Penas - PEAP, projeto de extensão da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Guarapuava-PR), atua com ressocialização de egressos, iniciando atualmente o trabalho em audiências de advertência (ou de admoestação). Trata-se de uma nova possibilidade de atuação dentro da profissão. O embasamento teórico aprofundado ainda é escasso, justificando a relevância de reflexões e discussões sobre esse novo âmbito de intervenções. Assim, este trabalho objetiva delinear sobre a Psicologia Jurídica e o papel do profissional pautado nas práticas da equipe, definindo a prática da admoestação e as possibilidades dessa atuação para a Psicologia. Para isso, utilizou-se de pesquisa bibliográfica e relato de experiência. A Psicologia no âmbito da admoestação inclui-se no sentido de que, toda e qualquer prática da psicologia no âmbito jurídico, se denomina "Psicologia Jurídica", sendo a aplicação do saber da psicologia aplicado no saber do Direito. As áreas de atuação podem ser divididas em Civil e Criminal, entre elas: questões da Infância e Juventude, Familiar, Mediação, Psicologia Penitenciária e Penal. As advertências possibilitam aplicabilidade nesses segmentos, caracterizando-se como ação socioeducativa. Quando há transgressão leve, vinculado a infância e juventude, ocorrem com a presença do Juiz (ou representante), o Ministério Público, o adolescente e seus pais (ou responsáveis). Esse ato possibilita espaço para possível atuação da psicologia. Já a advertência aplicada em indivíduos com dezoito anos ou mais, que tenham ocorrido com a participação do PEAP, faz parte do Direito Criminal e Penal. A audiência inicialmente tem o formato de uma repreensão verbal por parte dos juristas: Juiz de Direito, Promotor de Justiça. E também a contribuição de um Conciliador e o Psicólogo. Após, oficializa-se por escrito e é assinada pelos presentes. Tem caráter preventivo e é realizada a partir de um entendimento dos atos

infracionais e sua origem, com base no Art. 28 da Lei 11.343/06, nova lei anti-drogas. Ocorre em dois momentos: o primeiro procedimento é realizado pelos juristas e o segundo pelos profissionais da Psicologia. Ao abrir espaço para escuta, o Psicólogo atua com orientação sobre o ato, aconselhamento em evitar nova infração e reincidência. Quando necessário, realiza-se encaminhando para tratamento. A equipe de Psicologia do PEAP tem iniciado sua participação na admoestação, visando expandir o trabalho com os infratores. Organiza grupos de reflexão e orientação, a pedido judicial, tratando de assuntos diversos visando fortalecer os potenciais do sujeito, quando a audiência não é suficiente para tal. Conclui-se que há carência de embase teórico-prático para o procedimento da admoestação. Ações como estas ampliam os espaços e possibilidades do trabalho do psicólogo, possibilitando cada vez mais a abertura de projetos de intervenção na área jurídica. Percebe-se que outros conhecimentos da Psicologia Jurídica podem ser atrelados para uma aprimoração da audiência de advertência. Dessa forma, sugere-se que novos trabalhos teórico-práticos sejam realizados nessa área para ampliar a qualidade e os aspectos de atuação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. A Prática Profissional Dos(As) Psicólogos(As) No Campo Das Medidas Socioeducativas Em Meio Aberto. Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2009; DIGÍACOMO, Murillo José;

DIGÍACOMO, Ildeara de Amorim. Estatuto da Criança e do Adolescente; anotado e interpretado. Curitiba, SEDS, 2013. Disponível em: <<http://www2.lencoispaulista.sp.gov.br/cmdca/arquivos/downloads/eca-comentado.pdf>>;

HUSS, Matthew T. Psicologia Forense: Pesquisa, Prática Clínica e Aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2011. P. 21-40;

LEAL, Liene Martha. Psicologia Jurídica: História, Ramificações e Áreas de Atuação. Diversa, Ano 1 – nº. 2. P. 171-185. Jul./Dez. 2008.

TÍTULO DO TRABALHO:

HIPNOSE ERICKSONIANA: UM ESTUDO DA APLICAÇÃO DA TÉCNICA NO CONTEXTO PSICOTERAPÊUTICO

AUTOR(ES): ALESSANDRA MARTINS LOPES;

APRESENTADOR(ES): ALESSANDRA MARTINS LOPES;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): psicologiaalessandralopes@outlook.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: UNIVERSIDADE DO CONTESTADO (SC); PSICOLOGIA CLÍNICA

RESUMO: Este estudo constituiu em verificar o estado emocional dos pacientes submetidos à técnica da hipnose Ericksoniana no contexto psicoterapêutico, avaliar a aplicação através dos pacientes que vivenciaram a experiência no atendimento psicológico, descrever as mudanças emocionais com o uso da técnica e analisar se a técnica pode ser utilizada como recurso positivo na psicoterapia. O estudo foi realizado com dez pacientes de uma clínica de psicoterapia, localizada na região metropolitana de Curitiba no estado do Paraná. Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, do tipo exploratória e abordagem qualitativa. O instrumento utilizado para a pesquisa foi um questionário contendo 11 (onze) perguntas abertas. Os dados colhidos foram tabulados, categorizados e submetidos à análise de conteúdos com construção de tabela de acordo com a proposta de Bardin. Conforme revelou a pesquisa, os pacientes apresentaram mudanças de estados emocionais positivos após a aplicação da técnica de hipnose Ericksoniana, demonstrando-se mais calmos, com equilíbrio, autoconhecimento, esperança, felicidade e autoconfiança no que diz respeito ao seu estado emocional. Tais dados permitiram identificar o foco nos sintomas e o bem estar dos pacientes com a utilização da técnica da hipnose Ericksoniana, evidenciando-se como um instrumento de auxílio na clínica de psicoterapia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZEVEDO, R. M. O discurso terapêutico de Milton Erickson: uma análise a luz dos padrões da programação neurolinguística. 2012. Tese de Doutorado. Disponível em: <http://www.tese.usp.br>. Acesso em: 12/04/2014;

BAUER, S. Manual de hipnoterapia Eriksoniana. São Paulo: Wak, 2002;

ERICKSON, M. H.; HERSHMAN, S.; SECTER, I. L. Hipnose médica: aplicações práticas. (trad. Rogério Montibeller). Campinas: Livro Pleno, 2003;
FACCIOLI, A. Hipnose: fato ou fraude? São Paulo: Átomo, 2006;

NEUBERN, M. S. Hipnose e dor: proposta de metodologia clínica e qualitativa de estudo. 2009. Disponível em: WWW.pepsic.bvsalud.org/scielo.php. Acesso em: 06/04/2014;

ZEIG, Jeffrey k. Os Seminários didáticos de psicanálise de Milton H Erickson, Rio de Janeiro: Imago, 1983.

TÍTULO DO TRABALHO:

IMPLANTAÇÃO DE UM PROGRAMA INSTITUCIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES SOCIAIS EM UM GRUPO EDUCACIONAL PRIVADO

AUTOR(ES): FERNANDA ROSSETTO PRIZIBELA; JOSÉ FRANCISCO MALUCELLI KLAS; ROSELI PINHEIRO;

APRESENTADOR(ES): FERNANDA ROSSETTO PRIZIBELA;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): fer_rossetto@hotmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: ASSOCIAÇÃO FRANCISCANA DE ENSINO SENHOR BOM JESUS;

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é ensinar aos alunos da Educação Infantil ao 8.º ano técnicas, estratégias e formas de refletir envolvendo as principais habilidades sociais necessárias para cada faixa etária, uma vez que as evidências científicas apontam que crianças que desenvolvem um amplo repertório dessas habilidades terão maior probabilidade de estabelecer relações sociais mais saudáveis, tornando-se, no futuro, menos vulneráveis a transtornos emocionais, incluindo o abuso de substâncias psicoativas. Para atingir esse objetivo, a equipe multidisciplinar do Departamento de Saúde Escolar (DSE) de um grupo educacional privado, implantou o Programa Institucional de Desenvolvimento de Habilidades Sociais a partir de 2012. Inicialmente, os professores da Educação Infantil ao 8.º ano do Ensino Fundamental receberam capacitação teórico-prática e permanecem em educação continuada envolvendo as técnicas de desenvolvimento das referidas habilidades de forma a serem os multiplicadores para seus alunos. Para o trabalho a ser realizado pelos professores com os alunos, a equipe do DSE elaborou materiais e atividades específicas para cada faixa etária, envolvendo uma ou mais das seguintes habilidades: utilizar locuções apropriadas em diversos contextos; identificar estratégias de aproximação para fazer amizades; seguir passos para a solução de problemas; compreender a importância de respeitar a diversidade; identificar sentimentos; responder apropriadamente a críticas ou provocações; aprender a lidar com as pequenas frustrações do cotidiano; enfrentar apropriadamente situações de agressão física ou verbal direcionada a si ou ao outro, incluindo bullying; compreender a importância das regras sociais; acalmar-se diante de situações de estresse; comunicar-se de forma assertiva, incluindo o uso de mensagens na primeira pessoa; utilizar estratégias de recusa, inicialmente direcionadas ao tabaco, diminuindo o espaço para a pressão dos pares a que os adolescentes podem estar sendo expostos; entre outras. Concomitante ao trabalho realizado pelos professores com os alunos, os pais ou o responsável pelo aluno participaram do programa por meio de palestras e de textos esclarecendo o conceito de Habilidades Sociais; reforçando a importância do seu desenvolvimento desde a infância; explicando as técnicas aplicadas com os alunos; sugerindo intervenções e chamando a atenção para os sinais de alerta que possam identificar quais habilidades estão pouco desenvolvidas na criança e no adolescente e que podem prejudicar a sua interação social. Tendo em vista a dificuldade de mensurar quantitativamente os resultados, foram feitas avaliações qualitativas com os professores e avaliações do uso das técnicas pelos alunos. A avaliação dos dados qualitativos demonstrou que os professores aprovaram o programa, compreenderam seus fundamentos, perceberam a importância de aplicar as técnicas no cotidiano, identificaram que ao utilizarem-nas obtiveram resultados positivos e perceberam que os alunos assimilaram o conteúdo, por tempo relativamente prolongado. Conclui-se que é necessário implantar e manter Programas de Desenvolvimento de Habilidades Sociais direcionado aos professores, pais e alunos, uma vez que são exequíveis e mostram resultados positivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Caballo VE. Manual de avaliação e treinamento das habilidades sociais. São Paulo: Livraria Santos Editora; 2003.

Del Prette, Z. A. P; Del Prette, A. Psicologia das habilidades sociais na infância. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

Del Prette, Z. A. P; Del Prette, A. Psicologia das habilidades sociais: terapia, educação e trabalho. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

Gomide, P. I. C. Estilos parentais e comportamento anti-social. In A. Del Prette & Z. A. P. Del Prette (Orgs.), Habilidades sociais, desenvolvimento e aprendizagem: Questões conceituais, avaliação e intervenção (pp. 21-60). Campinas, SP: Alínea, 2003.

TÍTULO DO TRABALHO:

INTERVENÇÕES EM PSICOLOGIA JURÍDICA: ATENDIMENTO PSICOLÓGICO ÀS MULHERES PRESAS

AUTOR(ES): KARINE BELMONT CHAVES.

APRESENTADOR(ES): KARINE BELMONT CHAVES

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): karinebelmont@yahoo.com.br;

FORMAÇÃO DO(S) AUTOR(ES): PSICÓLOGA. ESPECIALISTA EM PSICOLOGIA- HRAC/USP, MESTRE EM SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS - UNIOESTE. ATUA COM PSICOLOGIA JURÍDICA. FUNCIONÁRIA PÚBLICA - DEPEND-PR. PROFESSORA DE PSICOLOGIA JURÍDICA DA UNIFOZ E ESCOLA DA MAGISTRATURA EM FOZ DO IGUAÇU.

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTA(M): DEPEND-PR.

RESUMO: O sistema prisional lida exaustivamente com questões complexas, não só individuais, mas sociais e jurídicas se misturam e potencializam enormes desafios em Direitos Humanos. O discurso da falência da prisão é antigo, mas ainda temos poucas alternativas penais viáveis e estruturadas. A prisão continua a existir e as pessoas lá também continuam vivas e é fato que voltarão ao convívio social. Mesmo diante de um quadro de funcionários escasso que muitas vezes parece caminhar na prática para a extinção, na contramão do discurso de reintegração das pessoas presas, muitos psicólogos continuam a realizar intervenções psicológicas significativas para as pessoas que são atendidas. Contamos atualmente com menos de 30 psicólogos ativos no sistema prisional do Paraná e temos aproximadamente 30 unidades penais e uma população carcerária que ultrapassa o número de 30 mil pessoas presas no estado. Este relato conta a experiência de atendimento às mulheres presas numa unidade chamada CRESF (Centro de Reintegração Feminino) em Foz do Iguaçu, realizado semanalmente. As mesmas podem contar com um “espaço” que vai além da escuta psicológica, que as possibilita repensar e refletir sobre suas histórias de vida. Este trabalho teve início no final de 2013, depois que colegas que trabalham lá começaram a solicitar que a Psicologia atendesse casos críticos, emergenciais (portadores de transtorno mental, em surto psicótico, etc.), que muitas vezes necessitavam também de encaminhamentos para a Psiquiatria na rede pública do município. Funcionários passaram a visualizar as contribuições da Psicologia em Saúde Mental e também outras pessoas presas começaram a solicitar os atendimentos psicológicos, especialmente as mulheres. Assim, em acordo com as direções, realizamos esses atendimentos. Não temos psicoterapia no sistema prisional por inúmeros motivos (...). Mas, esses atendimentos, mesmo que pontuais, são um diferencial para muitas pessoas que por vezes jamais tiveram a oportunidade de poder contar a sua história e repensá-la. Encontramos muito da essência da Psicologia, a riqueza da escuta, a questão da aceitação (que não significa concordância, mas inclui se sentir acolhido e poder ser compreendido), da empatia e inúmeros outros pontos que tem dado significados à esses atendimentos e à vida dessas mulheres presas, fazendo com que eles continuem e que a Psicologia resista no sistema prisional. Sento-me na frente delas, com duas cadeiras e às vezes uma mesa em salas improvisadas e digo a elas: “Meu nome é Karine, eu sou psicóloga, estou aqui em média uma vez por semana. Este é um espaço para você falar sobre você, sobre o que quiser. Eu não tenho o poder de mudar a sua vida ou tirar você daí, mas posso auxiliá-la a pensar sobre a sua própria história. Estou aqui pra você.” Satisfatoriamente percebemos que os atendimentos têm contribuído para que as mesmas fiquem menos ansiosas e possam refletir. Muitas choram, se emocionam genuinamente. Verificamos isso nos relatos das mesmas quando volto a atendê-las ou mesmo quando as agentes femininas me dão um feedback do quanto enxergam que tem auxiliado no dia-a-dia dessas mulheres presas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FIORELLI, José Omir.. Psicologia Jurídica /José Osmir Fiorelli, Rosana Cathya Ragazzoni Mangini. – São Paulo:

Atlas, 2009

SÁ, Alvino Augusto de. Criminologia Clínica e Psicologia Criminal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007

ZIMERMAN, David; COLTRO, Antônio Calor Mathias (ORG). Aspectos Psicológicos na Prática Jurídica. Campinas, SP: Millennium. 2º edição. 2008

TÍTULO DO TRABALHO:

O CÓDIGO DE ÉTICA DO PSICÓLOGO COMO INSTRUMENTO POLÍTICO: REFLEXÕES A PARTIR DOS DESAFIOS DA REFORMA PSIQUIÁTRICA

AUTOR(ES): 1 JULIANO DEL GOBO; 2 SANDRA MONIQUE VAN DONGEN.

APRESENTADOR(ES): JULIANO DEL GOBO; SANDRA MONIQUE VAN DONGEN

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): jdjg.psicologia@gmail.com; sandra_dongen@hotmail.com;

FORMAÇÃO DO(S) AUTOR(ES): 1 GRADUADO EM PSICOLOGIA (UFPR - 2007), MESTRANDO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (UEPG); 2 GRADUANDA EM PSICOLOGIA (IESSA - 2016)

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTA(M): INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR SANT'ANA.

RESUMO: A atuação da Psicologia em municípios com poucos recursos para o atendimento de pessoas com transtornos mentais é desafiadora. Tendo em vista a formação profissional, bem como a variedade de abordagens e técnicas, destacaremos os princípios éticos da profissão do psicólogo. Segundo Pitta (2011) o movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira mostrou-se forte já na década de 80, por meio do lema, originado na Itália, “por uma sociedade sem manicômios” e animou a utopia da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Mesquita, Novellino, ET AL (2010) dividiram-na em dois momentos: de 1978 a 1991 que há uma crítica ao modo hospitalocêntrico de atendimento; e de 1992 até os dias atuais, quando se deu a criação de uma rede de atendimento extra-hospitalares, institucionalizada através da Lei 10.216/2001. Este trabalho teve por objetivo discutir a reforma psiquiátrica, a atuação profissional e o código de ética do psicólogo a partir da formação de um espaço de articulação intersetorial em saúde mental em um município de pequeno porte, desprovido de rede de atendimento em saúde mental. No ano de 2012 foi formado um Comitê de Saúde Mental, composto por representantes de diferentes secretarias e ONGs, para articular, discutir e fomentar ações em saúde mental no município. Desde sua formação, e com a liderança do setor de psicologia, buscou realizar atividades para sensibilizar a comunidade e ampliar o conhecimento da população sobre a trajetória da reforma psiquiátrica. Tais atividades foram sendo assumidas no setor de psicologia, juntamente com a tomada de consciência sobre o compromisso ético e político sustenta a profissão de psicólogo no Brasil: “... no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.”; bem como “...contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CEPP, 2005). Assim, a dinâmica de trabalho foi pró-ativa, provocativa da realidade e em movimento com usuários e a comunidade. Considera-se que o movimento da reforma psiquiátrica e seu marco legal não garantiram efetivamente a transformação da realidade no município estudado, o qual apresentou, por parte de sua população, um grande desconhecimento dos pressupostos da reforma psiquiátrica. Dessa forma, a importância da inserção do psicólogo nos serviços de saúde municipais é reforçada, uma vez que frente a realidades adversas, pode, sob a baliza de seu código de ética profissional, encontrar recursos para transformar a situação e favorecer o avanço da reforma psiquiátrica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Resolução CFP nº010 / 05 de 21 de Julho de 2005. DF: Brasília, agosto de 2005.

MESQUITA, J. F., NOVELLINO, M. S. F., CAVALCANTI, M. T. A Reforma psiquiátrica no Brasil: Um novo olhar sobre o paradigma da Saúde Mental. Minas Gerais, 2010.

PITTA, A. M. F. Um balanço da Reforma Psiquiátrica Brasileira: Instituições, Atores e Políticas. São Paulo, 2011.

Ciência & Saúde Coletiva, 16(12):4579-4589.

TÍTULO DO TRABALHO: O EMPODERAMENTO DO TRABALHADOR POR MEIO DE UM MÉTODO INDIRETO DE ACESSO AO PSIQUISMO: A INSTRUÇÃO AO SÓZIA E SUAS APLICAÇÕES NO BRASIL.

AUTOR(ES): 1 RUCHELLI STANZANI ERCOLANO; 2 DEIVIS PEREZ BISPO DOS SANTOS.

APRESENTADOR(ES): RUCHELLI STANZANI ERCOLANO

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): ruchelliercolano@hotmail.com; prof.devisperez@hotmail.com;

FORMAÇÃO DO(S) AUTOR(ES): 1GRADUANDA DE PSICOLOGIA; DOUTOR E MESTRE EM EDUCAÇÃO

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTA(M): UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - UNESP/ASSIS

RESUMO: A presente pesquisa foi dedicada à investigação das aplicações de um dispositivo científico metodológico e interventivo em processos laborais, denominado instrução ao sózia. Este dispositivo foi produzido e aperfeiçoado no campo da Psicologia do Trabalho, no quadro teórico da Clínica da Atividade, a qual possui como raiz epistemológica a Psicologia Histórico-Cultural de Vigotski. A instrução ao sózia é compreendida como um instrumento que pretende contribuir para o próprio trabalhador, mediado por um analista do trabalho ou pesquisador, (re)conhecer, examinar e ampliar a sua capacidade de agir sobre a sua atividade profissional, potencializando a reconfiguração ou transformação do trabalho conduzida pelos trabalhadores, a partir da ação destes, tornados sujeitos de sua atividade. O objetivo desta pesquisa foi identificar e examinar o modo como tem sido utilizada a instrução ao sózia em pesquisas que resultaram na produção de dissertações de mestrado e teses de doutorado no Brasil, considerando os dados tornados disponíveis eletronicamente no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e, também, nos repositórios de universidades públicas, estaduais, federais, confessionais e privadas os quais retornaram alguma produção na CAPES, bem como no Banco Nacional de Teses e Dissertações. Sendo assim, tratou-se de um estudo bibliográfico em que foi realizada uma análise quantitativa e qualitativa das teses e dissertações que utilizaram a instrução ao sózia de modo a compará-las às prescrições feitas pela Clínica da Atividade. Estudou-se o percurso teórico que conduziu à produção da instrução ao sózia com início no chamado feito à Psicologia por Vigotski para a elaboração de instrumentos indiretos de acesso ao psiquismo e com a compreensão sobre o trabalho como tipicamente humano em que o homem se transforma concomitantemente ao transformar seu meio. A Ergonomia de Wisner contribuiu com o entendimento da dinâmica da ação dos sujeitos em atividade real do trabalho bem como da participação ativa desses no exame de suas condições laborais. Oddone, criador da instrução ao sózia, se preocupou com os riscos ambientais do trabalho e desenvolveu as “comunidades científicas ampliadas” para “pensar coletivamente o trabalho para reorganizá-lo” (CLOT, 2010, p. 85). Os teóricos da Clínica da Atividade, interessados na ampliação do poder de agir dos trabalhadores no desenvolvimento de suas atividades, incorporara essa metodologia de Oddone de modo a aperfeiçoá-la. Sobre a recolha de dados, foram selecionadas vinte e cinco produções concluídas entre os anos de 2007 a 2013, provenientes de quatorze faculdades brasileiras, sendo nove dissertações de mestrado e dezesseis teses de doutorado. Qualitativamente, pode-se afirmar que nenhuma das produções analisadas aplicou o dispositivo em todas as fases descritas por Clot. As teses e dissertações que utilizaram a instrução ao sózia a aplicaram em um tempo bastante reduzido quando comparado ao que a Clínica da Atividade prescreve. Ademais, o instrumento foi utilizado nas pesquisas somente para recolha de dados, e não com a finalidade de realizar coanálise e possível transformação do trabalho. Este emprego do dispositivo, hipoteticamente, pode ser devido as suas modificações e adaptações ao mundo do trabalho e de realização de pesquisas no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CLOT, Y. Trabalho e poder de agir. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira e Marlene Machado Zica Vianna. Belo Horizonte, MG: Fabrefactum, 2010;

VIGOTSKI, L. S. O significado histórico da crise da psicologia: uma investigação metodológica. In: Teoria e método em psicologia. São Paulo: Martins Fontes, 1927/1996, p. 203-417;

WISNER, A. A inteligência no trabalho: textos selecionados de ergonomia. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: FUNDACENTRO, 1994; ODDONE, I. Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde. Trad. Salvador Obiol de Freitas. São Paulo: HUCITEC, 1986.

TÍTULO DO TRABALHO:

O PROCESSO DE RESSIGNIFICAÇÃO DO ATO INFRACIONAL A PARTIR DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À COMUNIDADE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

AUTOR(ES): 1 DIEGO ZUKOVSKI PEREIRA; 2 GABRIELA DE CONTO BETT.

APRESENTADOR(ES): DIEGO ZUKOVSKI PEREIRA

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): diegozpereira@hotmail.com; gabrielabett@unipar.br;

FORMAÇÃO DO(S) AUTOR(ES): 1 PSICÓLOGA; 2 PSICÓLOGA; 3 PEDAGOGA.

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTA(M): 1 GRADUANDO DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE PARANAENSE – UNIPAR CAMPUS CASCAVEL-PR; 2 DOCENTE DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE PARANAENSE – UNIPAR CAMPUS CASCAVEL-PR, PSICÓLOGA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ – TJ/PR.

RESUMO: O presente trabalho é fruto da prática de estágio do 4º ano do curso de Psicologia da Universidade Paranaense, que ocorreu entre os meses de abril e outubro de 2014, em um Centro de Referência Especializado em Assistência Social no município de Cascavel- PR. Os sujeitos atendidos pelo serviço são adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, dentre os quais fora realizado trabalho específico com aqueles que cumpriam a medida de prestação de serviço à comunidade – PSC, com o objetivo de prevenir a reincidência, proporcionar um espaço de ressignificação do ato infracional e construção de vias alternativas, distantes de tais atos, para a solução de conflito, conforme proposto pelo ECA, onde se defende que a medida não deve ter caráter punitivo, mas sim educativo e socializador (BRASIL, 1990) no sentido de se aproximar de práticas mais humanizadas e não meramente repressivas como aquelas impostas pelos códigos de menores que priorizavam a institucionalização da infância pobre, como bem apontado por Rizzini&Pilotti (2009). Metodologicamente foram realizados 05 grupos com os adolescentes, onde foram debatidos variados temas acerca do momento de vida pelo qual passam, seu meio social, a medida socioeducativa em si e o ato infracional. Nos grupos, variados temas emergiram nas reflexões com especial ênfase à violência (física, emocional, sexual), que em maior ou menor grau foi presente em todos os grupos, e outros como bullying, preconceito, relações de gênero e tolerância. As propostas de atividades de prestação de serviço foram variadas, realizadas em diversas instituições como escolas, hospitais, centros ligados à assistência social e no próprio Creas. Em determinado grupo, por exemplo, onde os adolescentes envolveram-se em práticas de violência, foi desenvolvida uma palestra ministrada por eles para discutir as consequências da violência no ambiente escolar. Em outro, no qual alguns deles cumpriram medidas por desacatar os professores, foi realizada uma tarde de jogos e brincadeiras com crianças, sendo delegado aos adolescentes que ministrassem as atividades e cuidassem das mesmas. Pode-se observar que com tais práticas, foi possível aos adolescentes experimentar novas vivências, colocando-se em outras posições, ou seja, o aluno que desacatou o professor experimentou a sensação de propor uma atividade, sendo responsável por cuidar de outras pessoas. Trata-se de um “revestir-se de significado social e ético” (CRAYDY, 2012, pg 172), de modo que possibilite ao jovem novos aprendizados, acesso ao conhecimento, possibilitando ao adolescente sentir-se útil e favorecer o estabelecimento de relações pessoais positivas (CRAYDY, 2012). Por fim há que se pensar sobre se de fato a medida conseguiria prevenir a reincidência, já que considera-se que o tempo disponível não possibilita fazer um trabalho que por si só dê conta desse aspecto, e que via de regra, o adolescente irá retornar ao mesmo ambiente, ao mesmo grupo esquizóide, segundo o que dispõe Aberastury (1981) e às mesmas circunstâncias que o levaram a envolver-se com o ato infracional, e também, que aumentar o tempo de medida pode não ser o melhor caminho a seguir, sendo necessário que após sua saída do Creas, o mesmo seja encaminhado a outros serviços que possibilitem a ele explorar suas potencialidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABERASTURY, A. Adolescência normal: Um enfoque psicanalítico. Arminda Aberastury, Mauricio Knobel. Artmed 1981; BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990;

CRAYDY, C. M. Medidas socioeducativas, desafios pedagógicos. In; O Psicólogo e as políticas públicas de assistência social / Lilian Rodrigues da Cruz, Neuza guareschi (orgs). Petrópolis, Vozes, 2012;

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs.). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TÍTULO DO TRABALHO:

O PSICÓLOGO E O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA ANÁLISE DO DISCURSO DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM CRAS

AUTOR(ES): AMANDA CAROLLO RAMOS DA SILVA; LUCIANA ALBANESE VALORE;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 PSICÓLOGA, MESTRANDA EM PSICOLOGIA PELA UFPR; 2 PSICÓLOGA, PÓS DOCTORA EM PSICOLOGIA ESCOLAR E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO PELA USP.

APRESENTADOR(ES): AMANDA CAROLLO RAMOS DA SILVA;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): amandacarollors@gmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ;

RESUMO: Os psicólogos, cada vez mais, têm ampliado os campos de sua atuação, deixando de atuar unicamente nos espaços em que historicamente vinham se inserindo – clínica, escola e organizações. A implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, e a aprovação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS) em 2007, foram os marcos da entrada do profissional na área da Assistência Social. Por ser um processo recente, o papel do psicólogo no SUAS está em construção. O escopo de sua atuação neste contexto difere das atividades pelas quais usualmente o profissional é conhecido. A presente pesquisa surgiu, então, da inserção do psicólogo em uma área não tradicional da Psicologia e a decorrência desta em seus modos de subjetivação. O objetivo geral foi analisar os modos de subjetivação no discurso de psicólogos atuantes em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), investigando que imagens de si e da prática profissional são configuradas. O método eleito para a realização do estudo foi a Análise Institucional do Discurso (AID) e os materiais analisados foram produzidos através de um grupo de reflexão, em cinco encontros, com psicólogas e assistentes sociais atuantes em CRAS. A Fundação de Ação Social, gestora da Política de Assistência Social do município de Curitiba/PR, foi coparticipante da pesquisa. Apesar do foco estar relacionado ao profissional da Psicologia, foram convocadas assistentes sociais para participar do estudo, pois ambos os profissionais têm atuado nas mesmas equipes e espaços. Também por se entender, a partir da AID, que a subjetividade e a imagem que os profissionais constroem de si se dão na relação. Através dos discursos analisados, pode-se afirmar que as participantes ora se veem enquanto profissionais da sua área de formação, ora se veem enquanto agentes da Política. Até certo momento são psicólogas (ou assistentes sociais), demarcam suas atribuições e tentam manter as especificidades de cada categoria profissional. Mas, devido às demandas, revestem-se de uma identidade de “técnico”, acabam se sujeitando à Política - fazem o que têm que ser feito, indo além de suas formações. As participantes se colocam nas mesmas posições: desempoderadas, vulneráveis e sem autonomia na atuação. Tais características são pertinentes aos usuários da Assistência Social: pessoas que estão em situação de vulnerabilidade e risco social. Há uma identificação entre profissionais e clientela. As participantes diferenciam a politicagem da Política, esforçam-se para seguir as normativas do SUAS e realizam o trabalho pensando na superação de vulnerabilidades e no empoderamento dos usuários. Consideram, porém, que fazem mais assistencialismo do que Assistência Social de fato. Conclui-se que o psicólogo, em sua atuação, faz uma negociação entre o campo de trabalho e o objeto institucional da Psicologia. Mesmo que a ordem instituída na Assistência Social seja a da materialidade, é possível manter o olhar sobre a subjetividade. O profissional, contudo, ainda não se apropriou do seu lugar no SUAS. O psicólogo tornou-se um técnico da área social, impessoalizado e homogeneizado ao contexto em que atua..

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS. Brasília: Autor, 2008;

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA E CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social. Brasília: CFP/CFESS, 2007;

GUIRADO, M. A análise institucional do discurso como analítica da subjetividade. São Paulo: Annablume, 2010;

OLIVEIRA, I. F. et al. A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. Psicol. Soc., Florianópolis, v. 23, n. spe, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822011000400017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 ago. 2013.

TÍTULO DO TRABALHO:
PANORAMA GERAL SOBRE PSICOLOGIA DO TRÂNSITO

AUTOR(ES): HELOISA MARIA NEVES DA ROCHA.

APRESENTADOR(ES): HELOISA MARIA NEVES DA ROCHA.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): hnrocha@yahoo.com;

FORMAÇÃO DO(S) AUTOR(ES): PSICÓLOGA; MESTRANDA EM PSICOLOGIA;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTA(M): Universidade Federal do Paraná; Psicologia do Trânsito.

RESUMO: Em meados do século XX teve início a Psicologia do Trânsito no Brasil, em decorrência do número crescente de acidentes de trânsito na década de 40, autoridades buscaram então desenvolver medidas preventivas. O objetivo deste trabalho é desenvolver um panorama geral sobre a história, seu desenvolvimento, áreas de atuação e novas perspectivas sobre a psicologia do trânsito no Brasil, e o que vem sendo discutido em outros países sobre prevenção e promoção de saúde, comportamento humano no trânsito e a melhoria da segurança viária. Atualmente, segundo dados da Organização Mundial da Saúde de 2010, as taxas do Brasil resultam num total de 23 mortes em acidentes de transporte por 100 mil habitantes. A Psicologia do Trânsito pode ser caracterizada como o estudo do comportamento do usuário das vias e dos fenômenos psicossociais implícitos a esse comportamento, sendo assim, desenvolver modelos que englobem todos os processos psicológicos de desempenho, atitude, motivação, personalidade e outros fenômenos, visando sua aplicabilidade para diminuir danos ao convívio social no trânsito, é um desafio multidisciplinar. O objetivo da Psicologia do Trânsito é trabalhar com prevenção, se possível para diminuir a exposição de risco do condutor e diminuir a mortalidade no trânsito, levando em conta que são muitas as variáveis psicológicas influenciando em acidentes. Outros campos foram se estabelecendo na Psicologia do Trânsito, como pesquisas de campo de processos psicológicos, psicossociais e psicofísicos para desenvolvimento de ações socioeducativas, análise de acidentes e fatores para amenizar ou evitar as consequências destes e assessoria aos órgãos públicos. A psicologia do trânsito se relaciona com quase todas as áreas especializadas da psicologia e estuda aspectos do comportamento, cognitivos, percepção e aspectos reacionais dos condutores com o intuito de diminuir os índices de acidentes e mortes no trânsito. Sendo assim, a necessidade de informações tem estimulado a pesquisa e desenvolvimento de instrumentos adequados ao contexto do trânsito para contribuir com uma melhor influência das características psicológicas e comportamentais na avaliação de condutores. A psicologia do trânsito traz hoje novas demandas e desafios e cabe aos psicólogos dar subsídios teóricos e técnicos para resolver problemas de sustentabilidade e mobilidade urbana. A cada passo dado neste caminho os psicólogos do trânsito serão mais reconhecidos pela sociedade e pelas autoridades por sua contribuição e participação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BALBINOT, Amanda B.; ZARO, Milton A.; TIMM, Maria I. Funções psicológica e cognitivas presentes no ato de dirigir e sua importância para os motoristas de trânsito. Ciência e Cognição, v. 16, n. 2, p. 013-029, 2011;

SILVA, Fabio Henrique Vieira de Cristo; GÜNTHER, Hartmut. Psicologia do trânsito no Brasil: de onde veio e para onde caminha? Temas em Psicologia, v. 17, n. 1, p. 163-175, 2009;

HOFFMANN, Maria Helena. Comportamento do condutor e fenômenos psicológicos. Psicologia: Pesquisa e Trânsito. v. 1, n. 1, p. 17-24, 2005,;

MOLLER, Mette; GREGERSEN, Nils Petter. Psychosocial function of driving as predictor of risk-taking behavior. Accident Analysis and Prevention, v.40, p. 209–215, 2008;

TÍTULO DO TRABALHO:
PELA EFETIVIDADE DE DIREITO A MOBILIDADE: QUESTÕES DE USUÁRIOS DO SUS COM A AQUISIÇÃO DE CADEIRA DE RODAS MOTORIZADAS

AUTOR(ES): 1 MAUDETH PY BRAGA; 2 BÁRBARA DOS SANTOS SAMPAIO FERREIRA ; 3 CAROLINA SARZEDA REIS COUTO; 4 LÍVIA TEDESCHI RONDON DE SOUZA; 5 MARCIA MARTINS OLIVEIRA; 6 MARIANA ARANTES MOREIRA; 7 MONIQUE RIBEIRO DE ARAUJO; 8 MONIQUE S SOUZA; 9 ULLY C R GUAYH ;10 VALERIA DE FÁTIMA SOARES MARQUES COELHO

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 PSICÓLOGA- UFRJ E MESTRE EM PSICOLOGIA E PRÁTICAS SÓCIO-CULTURAIS – UERJ; 2 GRADUANDA EM PSICOLOGIA – UFF; 3 GRADUANDA EM PSICOLOGIA – UFF; 4 GRADUANDA EM PSICOLOGIA – UFF; 5 ASSISTENTE SOCIAL; 6 GRADUANDA EM PSICOLOGIA - BOLSISTA DE EXTENSÃO – UFF; 7 GRADUANDA EM PSICOLOGIA – UFF; 8 GRADUANDA EM PSICOLOGIA – UFF; 9 GRADUANDA EM PSICOLOGIA - BOLSISTA DE EXTENSÃO – UFF; 10 FISIOTERAPEUTA..

APRESENTADOR(ES): MAUDETH PY BRAGA.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): maudethpy@id.uff.br.

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF.

RESUMO: São colocadas em cena neste trabalho percursos e percalços de usuários do SUS que receberam cadeira de rodas motorizadas, através de uma Oficina de Órtese e Prótese, de um Centro Especializado de Referência em deficiência física e intelectual na região metropolitana do Rio de Janeiro. As diretrizes e critérios para a “dispensação” de cadeiras de rodas motorizadas estão colocados na Portaria 793 de abril de 2012, que Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde. É um relato de experiência de um projeto de extensão: Reabilitação humana, trabalho e inserção social, uma parceria entre o Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense e a Associação Fluminense de Reabilitação. Destaca-se dentre as diretrizes da Portaria, respeito aos direitos humanos, com garantia de autonomia, independência e de liberdade às pessoas com deficiência para fazerem suas próprias escolhas. No entanto, a avaliação de adequação funcional é fundamental na concessão marcando a relação do usuário com profissionais de saúde que tem lugar determinante na decisão. Sendo assim, nesse campo das tecnologias assistivas as linhas de cuidado podem primar pelo protagonismo do usuário, mas que fica numa posição relativa mediante as injunções e fraturas da própria rede. Na oficina em questão, o usuário pode ser um paciente em reabilitação da Instituição, ou não, configurando situações distintas nas possibilidades de tratamento e acompanhamento. Na sua maioria são pacientes externos com contatos mais pontuais no processo de concessão e advindos de diversos municípios do Estado do RJ. O objetivo é avaliar as condições ambientais para o manejo do equipamento e os impactos na mobilidade considerando os relevos particulares de cada narrativa mediante a deficiência, através de entrevistas semiestruturadas, preferencialmente domiciliares. Essa opção reconhece a relevância do microuniverso, espaço domiciliar, as mediações da rede familiar na adaptabilidade da mobilidade com o uso da cadeira. É um movimento basilar para o acesso a cidade, lugar da educação e da reeducação, segundo Milton Santos. Por essas vias consideram-se as seguintes perguntas: Como surgiu a demanda pela cadeira motorizada? Por quais linhas de cuidado o usuário passa? Como entende a ação da “dispensação”? Como se dá o encontro entre a concepção/história da deficiência daquela pessoa e o discurso técnico institucional sobre ela? O entendimento do “ser deficiente” e o lugar da deficiência na cidade são os mesmos a partir desses dois pontos de vista? A proposta inclui um diálogo com os profissionais da Instituição, especialmente da oficina, quanto às questões encontradas. Mais importante do que retroalimentar um sistema, é fortalecer a dimensão ética do agir no campo da reabilitação pelo viés da saúde. Convergimos com a posição de Emerson Elias Merhy de que o gerenciamento do cuidado seja inevitavelmente marcado pela ideia de saúde como direito universal de cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DUARTE, C.; COHEN, R. Afeto e Lugar: A Construção de uma Experiência Afetiva por Pessoas com Dificuldade de Locomoção. In: Anais do Seminário Acessibilidade no Cotidiano. 2004, Rio de Janeiro. p. 1-8. Versão em CD;

GALHEIGO, S. M. O cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto histórico-social. Revista Terapia Ocupacional. Universidade de São Paulo. São Paulo, v.14, n.3, p.104-9, set/dez. 2003. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13924>> Acesso em 25/05/2015 ;

MERHY, E.E. Saúde: a cartografia do trabalho vivo. São Paulo: Hucitec, 3ª edição, 2002. 189 p.;

SANTOS, M. Técnica, Espaço, Tempo. In _____. Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. 4ª edição. São Paulo, SP: Hucitec, 1998. p. 61-86.

TÍTULO DO TRABALHO:
PERCEPÇÃO DE RISCO E A PSICOLOGIA DO TRÂNSITO

AUTOR(ES): BRUNO D. M. MOREIRA.

APRESENTADOR(ES): BRUNO D. M. MOREIRA.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): brtrad@gmail.com;

FORMAÇÃO DO(S) AUTOR(ES): MESTRANDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTA(M): UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.

RESUMO: O trânsito é um ambiente de interações sociais constantes, sendo as ações do homem centrais em seu estudo, uma vez a maioria dos acidentes de trânsito é diretamente atribuída a fatores humanos. Caso as tendências atuais de crescimento das mortes no trânsito se mantiverem no futuro, as mortes por acidentes de trânsito superarão aquelas por homicídios, provando que o trânsito no Brasil vem se tornando cada vez mais perigoso e letal. Este trabalho tem como objetivo explorar e discutir o conceito de risco através do olhar da psicologia do trânsito, como também discutir estratégias para gerenciar riscos no trânsito e aumentar a percepção de risco dos usuários das vias. Risco é definido como um processo de aprendizagem, por meio do qual indivíduos e grupos elaboram interpretações sobre situações relacionadas a algum perigo ou ameaça. As interpretações sociais do risco proporcionam diretrizes sobre como os sinais de risco são detectados, organizados e explicados. Os principais modelos para explicar comportamentos de risco no trânsito são os seguintes: o Modelo do Risco Zero, enfatizando papel da emoção como fator motivador central nos comportamentos, agindo como uma motivação para escapar ou evitar experiências de risco. Segundo a teoria do risco zero, acidentes ocorrem quando o risco subjetivamente estimado em relação a uma situação é inferior ao risco real. O modelo da prevenção de riscos, afirma que o condutor tende a evitar eventos que envolvam risco. O modelo fundamenta-se no fato em que a esquiva de eventuais obstáculos, perigos e eventuais acidentes consiste na principal motivação dos usuários das vias, assim evitando sentimentos de medo ou risco. Segundo tal modelo, as ações praticadas no trânsito são majoritariamente desempenhadas automaticamente pelos usuários, não sendo processos de tomada de decisão deliberados. Desta forma, atitudes que envolvem risco nem sempre podem ser atribuídas a decisões tomadas conscientemente. O modelo da homeostase do risco afirma que os indivíduos buscam alcançar um nível de risco ideal para regular seu comportamento no ambiente do trânsito. São apontadas três estratégias de gerenciamento de riscos: a gestão baseada em riscos é aplicada quando há conhecimento suficiente disponível sobre o evento que envolve risco e visa minimizar seu potencial. A gestão baseada em precauções, é utilizada em eventos de risco sobre os quais há um maior grau de incerteza e busca investigar e monitorar o evento de risco, para conter ou evitar possíveis consequências negativas. Já o gerenciamento baseado no discurso é aplicado quando há diferentes interpretações sobre o risco e seu potencial, destacando o papel da comunicação, em um processo mais transparente de gerenciamento de riscos. Indivíduos tendem a apresentar dificuldades na avaliação de probabilidades e, caso haja experiências prévias ou crenças que não inibam comportamentos de risco, indivíduos apresentarão maior propensão a engajar-se em comportamentos perigosos. Estudos realizados comparando o comportamento de condutores em diversos locais aponta para uma influência cultural sobre a percepção de risco no trânsito. Portanto, para desenvolver intervenções que visem aumentar a percepção de risco e proporcionar um trânsito seguro, é necessário um conhecimento mais profundo sobre as especificidades da população local. No entanto, poucos estudos na área vêm sendo conduzidos no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ELVIK, R., & BJORNSKAU, T. How accurately does the public perceive differences in transport risks? An exploratory analysis of scales representing perceived risk. Accident Analysis and Prevention v. 37 n. 6, p. 1005–1011, 2005;

FYHRI, A.; BACKE-GRØNDAHL, A. Personality and risk perception in transport. Accident Analysis and Prevention, v. 49, p. 470–475, 2012;

RUNDMO, T.; NORDFJÆRN, T.; IVERSEN, H.H.; OLTEDAL, S.; JØRGENSEN, S.H. The role of risk perception and other risk-related judgements in transportation mode use. Safety Science v. 49, p. 226–235, 2011.

TÍTULO DO TRABALHO:
PERCURSOS E IMPASSES DA PRÁTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO NO CREAS.

AUTOR(ES): 1 ANYELLE KARINE DE ANDRADE; 2 KATHIA GALDINO GODOY DE QUEIROZ; 3 RAQUEL VENEGAS TUMUSHI.

APRESENTADOR(ES): ANYELLE KARINE DE ANDRADE; KATHIA GALDINO GODOY DE QUEIROZ; RAQUEL VENEGAS TUMUSHI.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): anyelleandrade@hotmail.com; kathiagodoy@hotmail.com; raquelvtumushi@hotmail.com;

FORMAÇÃO DO(S) AUTOR(ES): 1 Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá – UEM, Especialista em Proteção Social: A Seguridade Social no Brasil (UNESPAR); 2 Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina, Especialista em Educação Especial (UNOPAR), Políticas Públicas para Infância e Juventude (UEM) e Saúde Mental (UEL); 3 Graduanda do 10º semestre de Psicologia pela Faculdade Pitágoras

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTA(M): Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS 3.

RESUMO: Neste presente trabalho faz-se necessário considerar a progressiva inserção dos psicólogos no campo da Política de Assistência Social, motivada pela regulamentação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social. Diante disso, tem como objetivos problematizar a atuação do psicólogo no CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social; divulgar a prática profissional e os obstáculos vivenciados no cotidiano de trabalho; e sugerir proposições aos impasses encontrados na atuação do psicólogo, no que se refere ao atendimento de crianças e adolescentes e suas famílias em situação de violência. Como metodologia partiu-se de uma revisão bibliográfica sobre o tema discutido, seguido da experiência de trabalho de psicólogas que atuam em um CREAS de um município de grande porte da região Norte do Paraná. O SUAS, criado a partir da Política Nacional de Assistência Social, possui o papel de contribuir para a promoção da garantia dos direitos humanos, através de benefícios, serviços e programas. Esse Sistema se materializa também na Proteção Social Especial – PSE, que tem como alvo a atenção a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, nos quais seus direitos tenham sido violados ou ameaçados. Nesse sentido, o CREAS do município de grande porte de que trata esse artigo volta-se para os casos de famílias em que hajam situações de violência ocorridas contra crianças ou adolescentes, contribuindo para sua proteção e superação dos direitos violados. Vale ressaltar, que a equipe técnica deste Serviço pressupõe um trabalho interdisciplinar, na qual se encontra a figura do psicólogo entre outras áreas. Dessa forma, faz-se necessário pensar a atuação deste profissional, uma vez que a contextualização inicial da Psicologia como ciência, está fortemente marcada pelo pensamento Positivista e Higienista, com um intenso discurso clínico e individual, deslocado das questões sociais, buscando-se o ajustamento dos sujeitos. Nota-se que, no que se refere à inserção do psicólogo na Política de Assistência Social, seu papel está sendo construído a partir da prática diária de trabalho, podendo ser destacado sua contribuição na análise da subjetividade presente nos fenômenos sociais, em prol da emancipação e autonomia dos sujeitos em situação de violação de direitos. No entanto, a vivência cotidiana com a alta demanda de trabalho, a frustração diante das vulnerabilidades apresentadas pelas famílias, dificuldades de avaliar resultados, bem como a impotência profissional diante dos agravos, acabam trazendo um desgaste emocional e desmotivação para lidar com este complexo fenômeno. Junto a isso, o fato de existirem poucos recursos metodológicos e técnicos, como literatura e formação escassa quanto à prática que envolve as especificidades no atendimento interdisciplinar às vítimas de violência, torna necessária e urgente algumas construções. Essas podem ocorrer através da realização de capacitações, formação continuada, supervisões nos serviços, e ainda discussões com outros profissionais, as quais também podem ocorrer através do uso de tecnologias, tais como: redes sociais, debates online, entre outros. Com relação à alta demanda de trabalho e dificuldades em avaliar resultados, podemos citar a existência de sistemas de armazenamento e compartilhamento de informações acerca das famílias referenciadas, já implantado nesse município, o qual contribui para o acompanhamento dos usuários pelas políticas socioassistenciais. Desse modo,

a prática profissional do psicólogo no SUAS é permeada por diversos impasses que precisam ser constantemente problematizados a fim de desenvolver práticas que permitam alcançar a complexidade do trabalho com o fenômeno da violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZAMBUJA, M. R. F.; FERREIRA, M. H. Violência sexual contra crianças e adolescentes. Porto Alegre: Artmed, 2011.;

BRASIL, MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO E COMBATE À FOME. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.;

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências Técnicas para a Prática de Psicólogas (os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS. Brasília, 2012.;

HABIGZANG, L. F.; KOLLER, S. H. Violência contra crianças e adolescentes: Teoria, pesquisa e prática. Porto Alegre: Artmed, 2012.

TÍTULO DO TRABALHO:

PERFIL CRIMINAL - INTERSECÇÃO ENTRE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E PSICOLOGIA.

AUTOR(ES): 1 GESSICA GRESCHUK RIBEIRO; 2 GUILHERME BERTASSONI DA SILVA.

APRESENTADOR(ES): GESSICA GRESCHUK RIBEIRO.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): gr_gessi@yahoo.com.br; silvapsi@hotmail.com;

FORMAÇÃO DO(S) AUTOR(ES): 1 GRADUANDA EM PSICOLOGIA; 2 MESTRE EM PSICOLOGIA

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTA(M): UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RESUMO: Introdução: Perfil criminal ou profiling é uma técnica desenvolvida para analisar e interpretar as informações contidas em uma cena de crime, que permite construir um modelo descritivo do possível ofensor, inferir seus traços de personalidade, tendências comportamentais e variáveis demográficas. A perfilagem tem por objetivo principal auxiliar investigações criminais facilitando a identificação e detenção do sujeito infrator. Objetivo: O presente trabalho trata de uma revisão bibliográfica sobre perfis criminais, introduz o tema em diálogo com a psicologia, apresentando o que tem sido produzido nessa área até o momento atual. Metodologia: Para isso é realizado um levantamento e análise da produção acadêmica existente sobre perfis criminais. Desenvolvimento: Com esse trabalho é possível perceber que nos diferentes países onde estudos sobre perfis criminais têm ganhado destaque, psicólogos estão se debruçando sobre o tema. E esses, aparentam ter maior sucesso com a tarefa de perfilagem, comparado a grupos de profissionais não especializados. Todo comportamento emitido reflete a personalidade do indivíduo, portanto em uma cena de crime pode-se identificar comportamentos e ações salientes, padrões motivacionais e conseqüentemente, as desejadas características do agressor desconhecido. As tipologias obtidas a partir da construção de perfis criminais oferece ainda um mapa orientador para a análise da criminalidade, com a construção de padrões criminais que podem ser observados em diferentes casos analisados. Estudos desenvolvidos até o momento apontam que a aplicação dos perfis criminais é mais eficaz em crimes contra a pessoa e contra a vida. E é importante apontar que os perfis criminais também são úteis em fases posteriores à detenção do criminoso, no âmbito da comunicação, durante o interrogatório, ou quando a negociação, ou outros modos de intervenção são requeridos. Conclusão: Tendo em vista os apontamentos da bibliografia disponível sobre perfis criminais e sua popularização na área de investigação criminal, conclui-se que essa é uma técnica que se mostra eficaz, passível de ser empregada em maior escala, e a psicologia pode contribuir com a expansão dos estudos, e aplicação em maior escala, dessa técnica forense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CANTER, D. Offender Profiling and Investigative Psychology. Journal of Investigative Psychology and Offender Profiling, 1 (1), 1-15, 2004;

KOCSIS, R. N. Criminal Psychological Profiling: Validities and Abilities. International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 47 (2), 126-144, 2003;

SOEIRO, C. Os Perfis Criminais: Contornos e Aplicabilidade de uma Técnica Forense. Ousar Integrar - Revista de Reinserção Social e Prova, 4, 49-63;

RODRIGUES, M. J. R. Perfis Criminais: Validade de uma Técnica Forense. 2010. 1-58. Dissertação de Mestrado em Medicina Legal - Universidade do Porto. Porto - Portugal.

TÍTULO DO TRABALHO:

PERSPECTIVAS PARA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA DE LONDRINA.

AUTOR(ES): PÂMELA SALLES.

APRESENTADOR(ES): PÂMELA SALLES.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): pamelasallessilva@gmail.com;

FORMAÇÃO DO(S) AUTOR(ES): Psicóloga; Pós-graduanda da Residência em Psicologia Clínica e da Saúde - UniFil.

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTA(M): Secretaria Municipal de Cultura - Londrina-PR; UNIFIL.

RESUMO: A palestra parte da premissa de que os Direitos Culturais constituem uma das categorias dos Direitos Humanos e estão na base da Política Pública Nacional de Cultura que por sua vez reflete-se na Política Pública Municipal de Cultura em Londrina. O princípio do Direito Cultural possui duas faces indissociáveis, sendo individual quanto a seu sujeito e coletivo enquanto ao objeto. De tal forma que no centro das discussões sobre este tema está o indivíduo, pois é ele quem deseja e age. Fato este que encaminha a política cultural ao encontro de uma ampla série terminológica e leva às novas formas de pensar e exercer as atribuições na gestão pública de cultura, assim como às novas formas de planejar e executar a política pública de cultura. Mudanças estas que devem ser permeadas de contínuas reflexões. A recente aprovação do Sistema Municipal de Cultura em Londrina que sistematiza as diretrizes da política cultural tendo por base os Direitos Culturais nos informa do quanto os fazeres e saberes possíveis ao psicólogo possuem amplo potencial prático dentro desta política, com características que podem contribuir para o fortalecimento das políticas públicas de cultura em prol da defesa e do exercício dos Direitos Culturais. Para que este potencial torne-se atuação faz-se necessário a abertura de novas vias de atuação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

COELHO, Teixeira. Direitos culturais: um novo papel. In: Revista Observatório Itaú Cultural / OIC – n. 11 (jan./abr. 2011) – São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2011. Disponível em: <<http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2014/03/Revista-Observat%C3%B3rio-11.pdf>>. Acesso em 20 de julho de 2015;

UNESCO. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em 23 de jul. de 2015;

SILVEIRA, Andrea Fernanda [et al.]. Caderno Psicologia e Políticas Públicas. Disponível em: <<http://www.portal.crppr.org.br/download/161.pdf>>. Acesso em 20 de jul. de 2015;

LONDRINA. Lei nº 11.535 de 09 de Abril de 2012. Disponível em: <http://www2.londrina.pr.gov.br/jornaloficial/images/stories/jornalOficial/jornal_1845_assinado.pdf>. Acesso em 25 de jul. de 2015.

TÍTULO DO TRABALHO:

PRÁTICAS RESTAURATIVAS NA SOCIOEDUCAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

AUTOR(ES): 1 CAMILA LOMBARDI PADOVEZI; 2 THAYANE CAROLINA DE ALMEIDA.

APRESENTADOR(ES): CAMILA LOMBARDI PADOVEZI.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): camilalombardi@dease.pr.gov.br; causminter@hotmail.com;

FORMAÇÃO DO(S) AUTOR(ES): 1) PSICÓLOGA, ESPECIALISTA EM PSICANÁLISE E FILOSOFIA;
2) PSICÓLOGA, ESPECIALISTA EM PSICANÁLISE E GESTÃO DE CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO..

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTA(M): CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO LONDRINA II (CENSE LONDRINA II), INSTITUIÇÃO VINCULADA À SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DO PARANÁ (SEJU).

RESUMO: O presente trabalho apresenta um relato da aplicação de práticas restaurativas no atendimento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação. O círculo de construção de paz é uma das metodologias utilizadas pela Justiça Restaurativa para administração de conflitos no âmbito da Justiça, muito embora sua aplicação extrapole a esfera judicial, sendo um recurso que pode ser utilizado em escolas, comunidades, projetos sociais, dentre outros. Ele propicia a criação de um espaço seguro para a abordagem de conflitos e construção de soluções compartilhadas, tendo como pressuposto básico a participação voluntária das partes. A Justiça Restaurativa com suas metodologias complementares de abordagem de conflitos, sobretudo na última década, vem ganhando espaço no cenário brasileiro. A Lei 12.594/12, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, em seu artigo art. 35, inciso III, estabelece como um dos princípios norteadores da execução da medida socioeducativa “prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas”. A intervenção de que trata o trabalho ocorreu no Centro de Socioeducação Londrina II, instituição atualmente vinculada à Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná (SEJU), destinada à execução da medida socioeducativa de internação. A proposta começou a se articular a partir do momento que a psicóloga que acompanhava o adolescente identificou que o mesmo vivenciava um conflito na relação com o pai e a madrasta, especialmente por se sentir desacreditado pelos mesmos. Na perspectiva do jovem os cuidadores valorizavam suas fragilidades e as demonstrações de afeto entre os membros da família estavam comprometidas. Durante a realização do Estudo de Caso do adolescente, momento em que a equipe definiu as intervenções e encaminhamentos pertinentes ao caso, a psicóloga identificou que uma prática restaurativa poderia ser benéfica e recorreu às facilitadoras para demandar a realização de tal intervenção. Feito isso as facilitadoras, devidamente habilitadas para facilitar de círculos de construção de paz, avaliaram a pertinência da demanda. Em seguida, a partir das questões a serem trabalhadas no círculo, definiu-se as pessoas a serem convidadas. O processo foi realizado em duas etapas, sendo que a primeira delas consistiu na realização dos pré-círculos, momento em que cada um dos potenciais participantes foi orientado sobre os objetivos e dinâmica da prática restaurativa. Frente à aceitação das partes realizou-se o círculo propriamente dito, cujo principal objetivo foi favorecer uma aproximação do núcleo familiar do adolescente às angústias manifestadas pelo mesmo, oportunizando a fala e escuta qualificadas entre seus membros, bem como a formulação de compromissos. O círculo oportunizou um momento de fortalecimento dos laços entre os membros da família, dando aos mesmos a chance de reconhecer seus próprios recursos para o estabelecimento de uma comunicação mais eficaz. Permitiu ainda a formalização de alguns compromissos, sobretudo voltados ao acolhimento do adolescente após o cumprimento da medida socioeducativa de internação. Finalmente propiciou ao adolescente maior segurança para retornar ao convívio familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Lei nº 12.594/12. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acesso em 29/07/2015;

LARA, C. A. S. Dez anos de práticas restaurativas no Brasil: a afirmação da Justiça Restaurativa como política pública de resolução de conflitos e acesso à justiça. Disponível em: < <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=1dfcb07c683107f0> >. Acesso em 20/07/2015;

PRANIS, k. Círculo de Justiça Restaurativa e de Construção de paz: guia do facilitador. Trad.: Fátima De Bastiani. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Departamento de Artes Gráficas, 2011.

TÍTULO DO TRABALHO: PROGRAMA SAIBA: UMA EXPERIÊNCIA DE TRABALHO COM REDUÇÃO DE DANOS E ALTERNATIVA À “GUERRA ÀS DROGAS”

AUTOR(ES): 1 ALINE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA; 2 NATALIA ZANUTO DE OLIVEIRA; 3 ALEX EDUARDO GALLO; 4 ALINNE NUNES ALVES DOS SANTOS.

APRESENTADOR(ES): ALINE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): aline.monteiroferreira@gmail.com ;

FORMAÇÃO DO(S) AUTOR(ES): 1 PSICÓLOGA; 2 PSICÓLOGA; 3 PROFESSOR DOUTOR E ORIENTADOR DE PSICOLOGIA; 4 PEDAGOGA.

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTA(M): PATRONATO PENITENCIÁRIO DE LONDRINA

RESUMO: PROGRAMA SAIBA: UMA EXPERIÊNCIA DE TRABALHO COM REDUÇÃO DE DANOS E ALTERNATIVA À “GUERRA ÀS DROGAS”

A redução de Danos é considerada uma estratégia pública que norteia a Política de Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas e da Saúde Mental. As estratégias utilizadas pela RD são uma alternativa a lógica de abstinência, uma vez que não pretendem que o usuário interrompa seu uso de substâncias psicoativas, mas, sim, minimize os prejuízos que ocorrem em decorrência deste. A RD foi iniciada em meados de 1989 com o Programa de Troca de Seringas e tinha como o objetivo a prevenção do HIV entre a população que fazia uso de drogas injetáveis. A partir de 2003 a RD incluiu usuários de outras drogas. (Passos e Souza, 2011). Desta forma, este trabalho possui o objetivo de apresentar o programa SAIBA – Programa de Esclarecimento e Orientação Sobre o Uso de Drogas. Este é ofertado em Londrina no Patronato Penitenciário desde meados de 2009 a usuários que foram beneficiados com as medidas educativas prescritas na lei 11.343/06, direcionada para a atenção e reintegração social de usuários de drogas. O SAIBA é ofertado na modalidade grupal durante sete encontros com duração de duas horas cada. Durante as reuniões são abordados temas relacionados à saúde (efeitos e consequências do uso de cada substância psicoativa), relacionamento familiar e em sociedade, preconceito e autoconhecimento. Os temas são introduzidos por meio de dinâmicas e filme e ao final os assistidos fazem uma auto avaliação do programa. O curso contempla a proposta de redução de danos, pois não visa a abstinência dos usuários, mas proporciona a eles o esclarecimento sobre o uso, bem como as consequências deste, espaço para compartilhar sentimentos e experiências em relação as drogas, oportunidade de reflexão. Assim, diante das informações sobre as drogas e as experiências compartilhadas com outros participantes, é possível que o usuário desenvolva senso crítico sobre as consequências físicas, psicológicas, sociais e jurídicas do uso. Desta forma, trabalhos como este se fazem necessários, pois conforme é observado na literatura as experiências de RD demonstram que muitos usuários de drogas abandonam ou diminuem o uso quando experimentam um contexto no qual se sentem acolhidos (Passos e Souza, 2011). Desta forma, este trabalho é uma alternativa a “guerra às drogas” pois considera o usuário uma pessoa autônoma e capaz de decidir sobre seu uso, uma vez que as drogas estão presentes desde a antiguidade e eliminá-las não tem sido um trabalho efetivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Lei n 11.343, de 23 de Agosto de 2006 (2006). Brasília, DF. Recuperado em: 16 de Março, 2015, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm

Moreira, F. G., Silveira, D. X da, & Andreoli, S. B. (2006). Redução de danos do uso indevido de drogas no contexto da escola promotora de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 11(3), 807-816. Recuperado em: 22 de Fevereiro de 2015, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232006000300028&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S1413-81232006000300028

Passos, E. H. & Souza, T. P. (2011). Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 154-162.

Passos, E. H. & Souza, T. P. (2011). Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de “guerra às drogas”. *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 154-162.

TÍTULO DO TRABALHO:

PROJETO ESCOLA QUE PROTEGE: COMO OS PARTICIPANTES LIDAM COM AS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS

AUTOR(ES): 1 BRUNA ATHANAZIO DOLEJAL; 2 MILADY OLIVEIRA; 3 HIVANA RAECLIA DA ROSA FONSECA; 4 MICHELE POLETTI; 5 ANA PAULA LAZARETTI; 6 SILVIA HELENA KOLLER.

APRESENTADOR(ES): BRUNA ATHANAZIO DOLEJAL; MILADY OLIVEIRA;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): bruna.ath@gmail.com; miladysoliveira@gmail.com;

FORMAÇÃO DO(S) AUTOR(ES): 1 CESUCA - FACULDADE INEDI - ACADÊMICA DE PSICOLOGIA; 2 UFRGS - MESTRÂNDIA; 3 UFRGS - MESTRÂNDIA; 4 UFRGS - PÓS DOUTORADO; 5 UFRGS - PÓS DOUTORADO; 6 UFRGS - PROFESSORA;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTA(M): 1 CESUCA - FACULDADE INEDI - ACADÊMICA DE PSICOLOGIA; 2 UFRGS - MESTRÂNDIA; 3 UFRGS - MESTRÂNDIA; 4 UFRGS - PÓS DOUTORADO; 5 UFRGS - PÓS DOUTORADO; 6 UFRGS - PROFESSORA

RESUMO: O Projeto Escola que Protege é uma tecnologia psicossocial voltada à formação continuada de professores e demais profissionais da comunidade escolar, que atuam na rede pública de ensino. O projeto visa a capacitação de professores para a identificação e para o enfrentamento de variadas formas de violência contra crianças e adolescentes, objetivando assim a garantia dos direitos dessa população. A escola é um espaço privilegiado para identificação de situações de vulnerabilidade, já que este é um contexto no qual a população infanto-juvenil permanece por um tempo significativo. Nessa perspectiva, os profissionais da educação são fundamentais no enfrentamento da violência. O presente estudo teve como objetivo caracterizar o perfil sociodemográfico dos participantes desse projeto, bem como verificar as percepções destes quanto à sua capacidade de lidar com situações que envolvam a violação de direitos humanos antes e depois da formação oferecida. A amostra foi composta por 26 participantes e o levantamento do perfil foi realizado através de um questionário formado por questões biosociodemográficas e outras referentes a quão capacitados eles se sentiam para lidar com questões de direitos humanos no seu cotidiano laboral. O questionário foi aplicado antes do início do projeto e repetido após a conclusão. A análise dos dados realizada utilizou estatísticas descritivas, teste t pareado e a técnica de bootstrapping (1.000 re-amostragens). A análise do perfil dos profissionais demonstrou uma prevalência de participantes do sexo feminino (92%), a maioria solteiras (46%). Houve ainda uma prevalência de participantes com pós-graduação (69%). Este dado pode indicar que os profissionais citados avaliam como importante o aprimoramento profissional para um melhor desempenho laboral. Observou-se um número expressivo de professores (58%), que é justificado pelo público-alvo proposto pelo projeto. Com relação à percepção dos participantes quanto à capacidade de lidar com situações relacionadas a violação de direitos humanos no seu dia-a-dia de trabalho antes (T1) e depois (T2) da formação, constatou-se que não houve diferença significativa nesse período ($t(25) = -1,73$; $p = 0,096$). No entanto, as médias dos escores de ambos os grupos nos períodos avaliados eram relativamente altas ($T1 = 109,65$ e $T2 = 113,54$). Nesse sentido, é possível pensar que os participantes que procuraram e finalizaram a tecnologia psicossocial Escola que Protege, em geral, são pessoas que já são engajadas e se sentem capazes de lidar com as questões de violação de direitos humanos e aspectos relacionados. Dessa forma, apesar dos resultados do estudo não indicarem uma grande diferença na percepção dos professores e demais profissionais, expõem de modo mais profundo o perfil dos participantes deste projeto. Esse dado é interessante ainda por suscitar o questionamento sobre quais estratégias são necessárias para atingir justamente aqueles profissionais que ainda não tem conhecimento sobre a temática e que efetivamente carecem de instrumentalização para o enfrentamento de violação de direitos e, a partir disso, a escola seja um ambiente cada vez mais protetivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Mônica Rafaela de; NEVES, Mary Yale; SANTOS, Francecirly Alexandre dos. Implicações das políticas educacionais nas vivências subjetivas de professoras de escolas públicas. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. 16, n. 2, p. 241-257, 2013; FRANCISCHINI, Rosângela;

SOUZA NETO, Manoel Onofre de. Enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes: Projeto Escola que Protege. Revista do Departamento de Psicologia. UFF, v. 19, n. 1, p. 243-251, 2007;

SIQUEIRA, Aline Cardoso; ALVES, Cássia Ferrazza; LEÃO, Flavia Elso. A violação dos direitos da criança e do adolescente na perspectiva de professores. Psicologia: teoria e prática, v. 14, n. 3, p. 62-71, 2012.

TÍTULO DO TRABALHO:

SOBRE A FUNÇÃO DO PSICANALISTA NA INSTITUIÇÃO HOSPITALAR

AUTOR(ES): 1 RICARDO BRANDEL JUNIOR; 2 VALERIA DE ARAÚJO ELIAS;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 DISCENTE DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA; PSICÓLOGA DO SERVIÇO DE PSICOLOGIA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO E DO AMBULATÓRIO DO HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. SUPERVISORA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA HOSPITALAR. ESPECIALISTA EM PSICOLOGIA CLÍNICA E HOSPITALAR/CFP. MESTRE E DOUTORANDA EM PSICOLOGIA PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. PRESIDENTE DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA HOSPITALAR - SBPH - BIÊNIO 2013-2015.

APRESENTADOR(ES): RICARDO BRANDEL JUNIOR.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): brandel.rj@gmail.com

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: 1 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA; 2 SERVIÇO DE PSICOLOGIA DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO E DO AMBULATÓRIO DO HOSPITAL DE CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE DE LONDRINA.

RESUMO: O hospital, campo original da invenção da psicanálise, tanto para Freud quanto para Lacan, conta cada vez mais com a presença de praticantes da psicanálise, que com sua oferta de escuta analítica dão a oportunidade para que uma pessoa que busca a medicina para lidar com uma queixa inscrita no corpo/organismo possa se confrontar com outras formas de tratar o que lhe acomete. Ao oferecer sua presença em uma instituição pública hospitalar, um praticante da psicanálise se coloca diante do desafio de sustentar sua posição diante de outros discursos, mantendo seu rigor ético e singular, uma vez que não está no âmbito da psicanálise restrita à clínica privada. É preciso que ele entre em contato com outros discursos, mas que ao mesmo tempo não se dilua diante deles, sustentando sua posição. Ou seja, para que uma prática seja qualificada como psicanalítica é preciso que ela se sustente como um dispositivo que se aplica a um sujeito, sendo a palavra e a escuta as suas ferramentas necessárias. Trata-se, portanto, de uma clínica que aposta no sujeito. Um dos questionamentos que essa clínica suscita diz respeito a: Como trabalha um psicanalista neste contexto? Podemos dizer, a priori, que ele trabalha ouvindo a trama discursiva daquele que o procura com algum sofrimento ou que foi encaminhado por alguém. Mas como podemos definir o que é isso ou para que serve um analista? Para a questão do que é um analista podemos respondê-la pela negativa: ser analista não é uma profissão. Não existem profissionais da análise. Sendo assim, não se trata de uma vocação ou uma ocupação – visto que não há contratação de psicanalistas em hospitais, por exemplo. Mas, sim, de uma função. Lacan (1964/1985) afirma que a única maneira de ser analista é “não sê-lo”. Desse modo, o analista não existe, não forma uma categoria. Mas mesmo não o sendo, é possível confirmar sua função cada vez que ela ocorre. O analista, então, está sempre em construção, nunca está pronto, formado. Ser analista implica em “des-ser”. Que função é essa de ser não sendo? E quais as implicações desta posição de não-ser no tratamento analítico no hospital? A partir da experiência enquanto praticantes da psicanálise em um hospital universitário, articulada a uma pesquisa bibliográfica, busca-se delimitar a posição do psicanalista em uma instituição na qual circulam outros discursos, além do analítico, tendo como orientação os questionamentos acima citados. A guisa de conclusão, destaca-se que a função do analista se localiza naquilo que o desejo do analista se empresta como causa do desejo, a partir de onde ele vai poder sustentar uma análise, quer ela aconteça na clínica privada ou na instituição pública hospitalar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FIGUEIREDO, A. C. Vastas confusões e atendimentos imperfeitos: a clínica psicanalítica no ambulatório público, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

LACAN, J. O Seminário, livro 8, A Transferência. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1985.

LACAN, J. O Seminário, livro 11, Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 1985.

MORETTO, M. L. T. O que pode um analista no hospital? São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

TÍTULO DO TRABALHO: TERAPIA ASSISTIDA POR ANIMAIS: UM PROJETO PARA PROMOVER A TAA NA SAÚDE COMUNITÁRIA EM FOZ DO IGUAÇU

AUTOR(ES): 1 AMANDA BRAZ RAMIREZ; 2 DESIRRÉE BISKUP PASSOS; 3 FABIANO DA SILVA SANTOS; 4 ROBERTA LIMA SILVA BOUCHARDET.

APRESENTADOR(ES): ROBERTA LIMA SILVA BOUCHARDET

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): rbouchardet1@yahoo.com.br;

FORMAÇÃO DO(S) AUTOR(ES): 1 ESTUDANTE DE PSICOLOGIA; 2 ESTUDANTE DE PSICOLOGIA; 3 ESTUDANTE DE PSICOLOGIA; 4 MESTRE EM FILOSOFIA E ESTUDANTE DE PSICOLOGIA

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTA(M): FACULDADE UNIÃO DAS AMÉRICAS (UNIAMÉRICA) - FOZ DO IGUAÇU

RESUMO: O objetivo desse trabalho foi explorar o tema Terapia Assistida por Animais com vistas a formar massa crítica entre os profissionais de saúde e população de Foz do Iguaçu e futuramente ampliar a oferta dessa tecnologia psicoterápica na cidade. A proposta deste trabalho realizou-se em duas partes: Primeiramente, pesquisamos o tema Terapia Assistida por Animais em bibliografia específica e depois geramos meios de divulgação desse tipo de terapia para atingir nosso objetivo. Partimos da constatação da inexistência de terapia assistida por animais além da Equoterapia, oferecida bravamente pelo Clube Hípico de Foz do Iguaçu, e do baixo conhecimento dessa possibilidade terapêutica por parte da comunidade e dos profissionais de saúde, o que foi demonstrado por pesquisa de opinião realizada pelo grupo. Para pesquisa, fizemos levantamento bibliográfico considerando artigos científicos de 2000 até 2015 e de casos relatados em livros, vídeos e sites. Na revisão bibliográfica tivemos a oportunidade de verificar a enorme possibilidade de terapias com animais, já implantadas e testadas em outras cidades do Brasil e principalmente em outros países. Para a segunda parte foram desenvolvidas 3 ações: um site contendo conteúdo da pesquisa de maneira concisa e de fácil leitura para o público; uma página em rede social para divulgação contínua do tema; e matérias na mídia para levar o assunto aos ouvintes, leitores e espectadores dos meios de comunicação. Com essas ações esperamos criar massa crítica para futura implantação da Terapia Assistida por Animais de maneira completa em Foz do Iguaçu. Até a finalização desse artigo, a página na rede social já tinha 142 curtidas e suas publicações tinham 2.392 alcances (visualizações). Uma das mídias contatadas em Foz do Iguaçu publicou uma matéria sobre o projeto, uma rádio fez uma entrevista com participantes do grupo e duas outras mídias demonstraram interesse em apresentar o tema em seus meios de comunicação. Acreditamos que a TAA representará uma inovação em técnicas terapêuticas complementares em Foz do Iguaçu, podendo trazer grandes benefícios à população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

REED, R.; FERRER, L.; VILLEGAS, N. Curadores naturais: uma revisão da terapia e atividades assistidas por animais como tratamento complementar de doenças crônicas. Rev. Latino-Am. Enfermagem, Ribeirão Preto, vol. 20, n. 03, 11 p, 19 mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-11692012000300025&script=sci_arttext&lng=pt>. Acesso em: 26 mar. 2015;

31 – NAGASAWA, Miho; MITSUI, Shouhei; EN, Shiori; OHTANI, Nobuyo; OHTA, Mitsuaki; SAKUMA, Yasuo; ONAKA, Tatsushi; MOGI, Kazutaka; KIKUSUI, Takefumi. Oxytocin-gaze positive loop and the coevolution of human-dog bonds. Science, Estados Unidos, v. 348, n. 6232, 333-336 p., 17 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.sciencemag.org/content/348/6232/333.full>>. Acesso em: 17 abr. 2015;

2 – PEREIRA, Frágoso Julia Mara; PEREIRA, Luzinete; FERREIRA, Lamano Maurício. Os benefícios da Terapia Assistida por Animais: uma revisão bibliográfica. Saúde Coletiva, São Paulo, vol. 4, núm. 14, Editorial Bolina, p. 66, abr. e maio 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84201407>>. Acesso em: 12 maio 2015;

6 – ALTHAUSEN, Sabine. Adolescentes com síndrome de Down e cães: compreensão e possibilidades de intervenção. 2006. 170 f. Dissertação (mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

TÍTULO DO TRABALHO:

VIOLÊNCIA NA ESCOLA: CONTRIBUIÇÃO DA PSICANÁLISE AO TRABALHO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA.

AUTOR(ES): SILVIA HELENA DE REZENDE SISTE MAIA;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): PSICANALISTA, MEMBRO-FUNDADORA DA ASSOCIAÇÃO LIVRE PSICANÁLISE EM LONDRINA; MESTRE EM EDUCAÇÃO ESCOLAR PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA; ESPECIALISTA EM TRANSTORNOS NO DESENVOLVIMENTO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA PELA UNIFEV; GRADUADA EM PSICOLOGIA PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA.

APRESENTADOR(ES): SILVIA HELENA DE REZENDE SISTE MAIA..

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): silvia@somay.com.br;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: CREAS III – LONDRINA – PR.

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo discutir a violência que envolve crianças e adolescentes no âmbito escolar. Por violência entende-se, nesse contexto, tanto os conflitos entre pares, cujo enfrentamento se dá no corpo a corpo, sem a mediação apaziguadora das palavras, como também se refere à destruição do patrimônio escolar, dos pertences de outros e à agressividade dirigida a representantes de autoridade, tais como professores e equipe escolar em geral. As questões aqui salientadas surgiram a partir da prática de atendimento a crianças e adolescentes num Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, em um município do estado do Paraná e foram suscitadas na interface feita com as escolas onde as crianças atendidas estão inseridas. O CREAS é uma unidade do serviço PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e indivíduos, que atende famílias que tenham um ou mais de seus membros com direitos violados. O acompanhamento de crianças e adolescentes em situação de violência, bem como de seus familiares permitiu que nos interrogássemos acerca do lugar que se dá as essas crianças e adolescentes como sujeitos. Para tal discussão utiliza-se dos conceitos psicanalíticos de sujeito, sua constituição e função paterna, entendida como operador estruturante do sujeito, que confere a este último um lugar na genealogia e filiação, possibilitando-lhe tomar posição diante da Lei. Analisa, a partir do diálogo com autores contemporâneos, as incidências da Lei e da autoridade com relação ao lugar do outro. Procura demonstrar os impasses enfrentados por muitas crianças e adolescentes frente aos tropeços das funções parentais e como a escola se apresenta como espaço fértil para expressar os efeitos de tais tropeços. Discorre a respeito de algumas respostas possíveis frente à pergunta: o que é ser pai hoje? Por fim, propõe-se a apontar caminhos a pais e profissionais da educação na orientação de crianças e adolescentes, não apenas à sua condição de cidadão de direitos, como também auxiliá-los a posicionarem-se como sujeitos de desejo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DONZIS, Liliana. Psicoanálisis y educación. Lectura a diario. Escuela Freudiana de Buenos Aires. 20014, n.9, p.4. Disponível em <http://www.efbaires.com.ar/files/lecturaZTXBGDPT.pdf>

FLESLER, Alba. Encrucijadas en el ámbito de la educación. Lectura a diario. Escuela Freudiana de Buenos Aires. 20014, n.9, p.1. Disponível em <http://www.efbaires.com.ar/files/lecturaZTXBGDPT.pdf>

_____. A psicanálise de crianças e o lugar dos pais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

MAIA, Silvia Helena de Rezende Siste. Artesãs do Desejo: a função das educadoras de creche na constituição subjetiva dos bebês. 2011. 92p. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar). Universidade Estadual de Londrina, Londrina.

MACHADO, Sheyla. Do assassinato do Pai e seus efeitos. Revista Topos Espaço Moebius. Salvador, ano13, n.13, p119-137, 2013.

PÔSTERES

TÍTULO DO TRABALHO:

A TEMPORALIDADE DA ESCOLHA PROFISSIONAL NA ADOLESCÊNCIA

AUTOR(ES): 1 ROSEMARIE ELIZABETH SCHIMIDT A. ; 2 RICARDO JUSTINO FLORES; 3 RICARDO BRANDEL

JUNIOR ; 4 YURIKO TAKEDA

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 DOUTORADO E MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA; 2 COORDENADORES; E SUPERVISORES DOS PROJETOS ; 3 PSICOLOGIA CLÍNICA E CLÍNICA PSICANALÍTICA; 4 PSICANÁLISE.

APRESENTADOR(ES): YURIKO TAKEDA; RICARDO BRANDEL JUNIOR.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): rosemarieeschmidt@gmail.com; yuriko.takeda@gmail.com

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA-CURSO DE PSICOLOGIA.

RESUMO: Introdução: Os projetos acadêmicos de pesquisa e de extensão , que abordam a questão da escolha profissional no tempo da adolescência., com enfoque na teoria do amadurecimento realiza oficinas vinculadas a uma intervenção mais breve e também a manejos pertinentes a cada proposta metodológica e intervêm de acordo com as particularidades de cada uma delas . Objetivo: Visto a adolescência ser um período de intensas transformações e questionamentos que abrangem a personalidade, no caso da oficina que tem a duração de quatro horas , tem por objetivo orientar e acolher os adolescentes frente às suas problemáticas, à medida que cria um espaço temporal transicional .Método: São adolescentes do ensino médio de escolas estaduais da comunidade de Londrina PR. O método é na modalidade cínica e técnicas psicológicas. Leva em consideração as nuances do tempo do adolescente ao abordar aspectos do pensar sobre a família , a escola, a escolha profissional e futuro. Temporalidades distintas que se superpõem: adolescente , família, sociedade , escola . Resultados: Por meio das oficinas, observa-se que é possível os adolescentes refletirem sobre a escolha profissional, bem como eles lidarem com o potencial devir, pensando algo a respeito, com interesse, compreensão e preocupação. Em atividade realizada com adolescentes do Instituto Federal do paraná ,realizada em novembro de 2014, surgiu sobre o eixo “futuro”, trabalho, realização, equilíbrio, sucesso e carreira ;quanto ao eixo “família e escola”, concluíram que se relacionam, uma vez que o ensino e o aprendizado provêm de ambas as fontes: “Em casa, com a família, descobrimos quem queremos ser e na escola aprendemos como seremos o que desejamos” Sobre o eixo do “futuro” ,surgiram : trabalho, realização, equilíbrio, sucesso e carreira, o que sugere uma associação entre o futuro e o trabalho, e, logo, o ingresso na vida adulta. No eixo “família e escola”, concluíram que se relacionam, uma vez que o ensino e o aprendizado provêm de ambas as fontes: “Em casa, com a família, descobrimos quem queremos ser e na escola aprendemos como seremos o que desejamos” (frase construída em grupo). A questão da “escolha profissional” foi relacionada as palavras: futuro, decisão difícil , o que demonstra que os eixos se relacionam, bem como polos opostos que variam entre a indecisão ou incerteza e a incerteza e certeza sobre a profissão desejada. O paradoxo da ilusão –desilusão . Conclusão : Conclui-se que a realização da oficina como um espaço temporal transicional , gera reflexão e serve como um espaço de acolhimento para os adolescentes, cumprindo uma função integradora .Dessa maneira , as atividades em grupo possibilitam um tempo de pensar e co – pensar e orientados para o devir , junto aos seus pares , por meio da troca das vicissitudes de cada um , no espaço temporal transicional do grupo. Palavras-chave: adolescência, escolha profissional, devir , espaço temporal transicional .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, R. E. S. Influência da Família, da Escola e da Escolha profissional na Determinação do Perfil Psicossocial dos Adolescentes. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 1999. ALMEIDA, R. E. S. Os Caminhos da Depressão e sua Cartografia na Adolescência e Início da Adulter. Tese (Doutorado em Psicologia) - PUCCAMP, Campinas. 2006. ALMEIDA, R. E. S.; AMARO, M. C. P. O grau de maturidade de escolha vocacional e a temporalidade na adolescência. In: I ENCONTRO DE PESQUISA CLÍNICO-QUALITATIVA E I JORNADA DO LEPPSI: INTERLOCUÇÃO DE SABERES, DESAFIOS E DESCOBERTAS NA TRAJETÓRIA DA PESQUISA. 2013, Londrina. Anais... Londrina: UEL, 2013. p 58-59.

TÍTULO DO TRABALHO:

A ADOLESCÊNCIA E A ESCOLHA PROFISSIONAL FRENTE A SOCIEDADE DO SÉCULO XXI

AUTOR(ES): 1 ROSEMARIE ELIZABETH SCHMIDT ALMEIDA; 2 RICARDO JUSTINO FLORES; 3 JOSÉ MAURÍCIO BIGATI; 4 RICARDO BRANDEL; 5 YURIKO TAKEDA;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 DOUTORA EM PSICOLOGIA CLÍNICA, COORDENADORA DO PROJETO

DE EXTENSÃO: “ADOLESCÊNCIA E A QUESTÃO DA ESCOLHA PROFISSIONAL: ATENDIMENTOS EM GRUPO E INDIVIDUAL NA CLÍNICA PSICOLÓGICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA”, COORDENADORA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO: ESPECIALIZAÇÃO EM CLÍNICA PSICANALÍTICA; 2 MESTRE EM PSICOLOGIA CLÍNICA, PSICANALISTA, SUPERVISOR DO PROJETO: “ADOLESCÊNCIA E A QUESTÃO DA ESCOLHA PROFISSIONAL: ATENDIMENTOS EM GRUPO E INDIVIDUAL NA CLÍNICA PSICOLÓGICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA”; 3 MESTRE EM PSICANÁLISE, SUPERVISOR DO PROJETO: “ADOLESCÊNCIA E A QUESTÃO DA ESCOLHA PROFISSIONAL: ATENDIMENTOS EM GRUPO E INDIVIDUAL NA CLÍNICA PSICOLÓGICA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA”; 4 DISCENTE DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA; 5 DISCENTE DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA..

APRESENTADOR(ES): RICARDO BRANDEL JUNIOR;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): brandel.rj@gmail.com

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA;

RESUMO: A adolescência se caracteriza como um período de intensas transformações e questionamentos que abrangem principalmente o corpo e a personalidade. A vida do jovem nesta fase é perpassada por um tempo de muitas dúvidas, ansiedades, conflitos e por uma temporalidade subjetiva peculiarmente transicional, o que justifica a importância de um processo de Orientação Vocacional e Profissional. Neste momento de transição este tipo de intervenção é vital, pois é uma fase da vida vulnerável a situações de risco, da própria vida até, porque a família e a sociedade vivem uma temporalidade muito distinta do adolescente, que sofre os percalços de uma moratória psicossocial; sem elementos de holding sociocultural. As atividades interventivas propostas por este projeto de extensão, na modalidade de oficina tem como objetivo orientar e acolher os adolescentes frente à problemática da adolescência e da escolha profissional, à medida que cria um espaço temporal transicional. São adolescentes do ensino médio de escolas estaduais da comunidade de Londrina-PR. O método utilizado é pautado na modalidade clínica e de tarefas operativas com a aplicação de técnicas psicológicas. Leva em consideração as nuances da vivência ao abordar aspectos do pensar sobre a família, a escola, a escolha profissional e futuro. Por meio das oficinas, observa-se que é possível aos adolescentes refletirem sobre a escolha profissional, bem como eles produzirem algo a respeito, demonstrando interesse, compreensão e preocupação. Conclui-se que os resultados sobre as intervenções dos projetos e suas ações extensionistas junto à comunidade, geram um espaço de apoio psicoprofilático aos adolescentes participantes. Destaca-se também que as atividades das oficinas ao tirarem dúvidas, gerarem reflexão e discussão, localizam-se num espaço de acolhimento para os adolescentes e suas ansiedades. Além disso, as atividades em grupo possibilitam um tempo de pensar e co-pensar orientados, junto aos seus pares por meio da troca de experiências, visto que surgem reflexões que os levam a lidar com os fatos da vida, frente as suas próprias vidas num cenário multifacetado e multicultural do século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOHOSLAVSKY, R. Orientação Vocacional: a estratégia clínica. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

ERIKSON, E. Identidade: juventude e crise. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

LEVENFUS, R. S. Psicodinâmica da escolha profissional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

NEIVA, K. M. C. A maturidade para a escolha profissional: uma comparação entre alunos do ensino médio. Revista brasileira de orientação profissional, São Paulo, v.4, n.1-2, p. 97-103, dez, 2003.

TÍTULO DO TRABALHO:

A INTERFERÊNCIA DA TECNOLOGIA NAS VISÕES DE MORTE DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

AUTOR(ES): ANA CAROLINA MIQUELETTI DE OLIVEIRA; DAIANE DUARTE; DAIANE GONÇALVES PRIMO; MILENA BATISTA DE SOUZA; WALLAN GENILSON TORRESAN CORRÊA;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): TODOS ESTUDANTES DE PSICOLOGIA - UNOPAR.

APRESENTADOR(ES): DAIANE GONÇALVES PRIMO;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): daiane.primo@hotmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR;

RESUMO: Desde o século XX, a sociedade vem sendo “invasa” por diferentes tecnologias, que circulam no cotidiano com promessas de agilidade, utilidade e entretenimento, impactando sobremaneira as dimensões subjetivas e sociais. Ressalta-se, ainda, a potência com que os aparatos tecnológicos, sobretudo audiovisuais, interferem no processo de produção de “verdades” entre a população. Neste sentido, a presente pesquisa buscou mapear os sentidos atribuídos a morte por usuários do facebook, com o objetivo de analisar como as redes sociais afetam a vida diária de forma sutil e significativa. Tendo como referência teórica a Psicologia Social, foi utilizado como instrumento de coleta de dados entrevistas estruturadas, realizadas com quatorze pessoas. Na análise dos dados coletados, pesquisas de Combinato e Queiroz (2006) contribuíram para compreender as respostas dos entrevistados. Segundo os autores, diferentes culturas atribuíram sentidos distintos a morte, sendo estas visões modificadas ao passar das épocas. Ressalta-se, ainda, uma forte correlação dessas visões com as práticas religiosas e morais que, em cada sociedade, estabeleceram posturas consideradas como adequadas ou não. No material coletado, notou-se que a maioria dos entrevistados situam a morte como uma passagem para a próxima vida, e que “morir bem” é estar em paz e com Deus. Ao serem questionadas sobre os suicidas relataram que são pessoas “endemoniadas” e pecadores, destinadas ao inferno. Contudo, e contraditoriamente, quando questionados a respeito da interferência da tecnologia no aumento do número de suicídios, os entrevistados consideraram que as tecnologias contribuem com o isolamento e distanciamento de relações afetivas. As respostas indicaram as redes sociais como uma das principais tecnologias que contribuem para gerar sofrimento psíquico, pois se apresentam como vitrines de vidas localizadas socialmente como “perfeitas”, sendo qualquer outro modo de existência alternativo representado como “anormal” e “indesejado”. Como reflexo disso, notou-se que a morte de pessoas criminosas é considerada pela maioria dos entrevistados como indiferente e/ou positiva e/ou desejada. Associações dessas mortes a “punição”, “angústia”, “ódio”, “castigo”, “merecimento”, “desprezo”, “satisfação”, entre outras representações, aparecem frequentemente nas respostas. No entanto, houveram também pessoas que analisaram estas mortes como reflexões de condições sociais precárias e desiguais. Desse modo, concluiu-se que as tecnologias contribuem para fazer circular um poder normatizados na sociedade, que reproduz noções de normalidade e anormalidade entre a população, ao mesmo tempo em que tornam visíveis opiniões e imagens resistentes a tais perspectivas.

Palavras-chave: Poder, Resistência, Tecnologia, Morte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

COMBINATO, D. S.; QUEIROZ, M. S. Morte: uma visão psicossocial. Estud. psicol. (Natal) [online]. 2006, vol.11, n.2, pp. 209-216. ; FAVARETTO, Daiane de Liz. Pena de Morte: fundamentos de política criminal e retratos da opinião pública em Lages – SC. Universidade do Planalto Catarinense.;

MENEZES, R. A. Tecnologia e “Morte Natural”: o morrer na contemporaneidade. Rio de Janeiro: Physis, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312003000200008&script=sci_arttext>. Acesso em: 23 mar. 2015. ;

SANTOS, R. O. As Religiões e Educação Para a Morte na Contemporaneidade: diálogos e interseções. São Leopoldo: Congresso Internacional da Faculdades EST, 2012. Disponível em: < <http://anais.est.edu.br/index.php/congresso/article/viewFile/146/16>>. Acesso em: 20 Jul. 2015

TÍTULO DO TRABALHO:

A PRÁTICA PSICOLÓGICA EM UMA UNIDADE DE INTERNAÇÃO PSQUIÁTRICA SOB A PERSPECTIVA DA LUTA ANTIMANICOMIAL

AUTOR(ES): 1 THAÍSE ROSSELI MOREIRA DANTAS; 2 SAMARA SUELLEN RODRIGUES; 3 KEILA MARY GABRIEL GANEM;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 GRADUANDA EM PSICOLOGIA; 2 GRADUANDA EM PSICOLOGIA; 3

MESTRE EM PSICOLOGIA.

APRESENTADOR(ES): THAÍSE ROSSELI MOREIRA DANTAS; SAMARA SUELLEN RODRIGUES;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): thaise.md@gmail.com, samara.suellen_@hotmail.com; keilagabriel@ig.com.br;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: Unicesumar – Centro Universitário Cesumar;

RESUMO: Numa época não tão remota, pacientes institucionalizados, portadores ou não de doença mental, foram submetidos a torturas numa situação que pode ser comparada ao holocausto. Foram anos de sofrimento sem a possibilidade de questionar os “tratamentos” aos quais estas pessoas eram submetidas. Esquecidas pela família e por toda sociedade, a pessoa institucionalizada praticamente deixava de ser gente, sendo usurpada de seu caráter humano e tratada como animal (ARBEX, 2013). A partir da reforma psiquiátrica, o modelo de internação foi modificado, de forma que fossem evitadas as internações desnecessárias e a exclusão social do paciente portador de doença mental (COUTO & ALBERTI, 2008). Diante deste cenário, o trabalho teve por objetivo desenvolver atividades terapêuticas, em equipe multiprofissional, que pudessem contribuir para um bem estar biopsicossocial do paciente internado, proporcionando a este um atendimento psicológico integrador a partir de um enfoque antimanicomial. A metodologia adotada consistiu no uso de dinâmicas de grupo, atividades projetivas e lúdicas (tais como pinturas, desenhos, colagens, atividades com massa de modelar), entre outros jogos que dessem espaço para a elaboração dos conflitos psíquicos e fortalecimento da vida social, tendo em vista que a pessoa acometida por doença mental, uma vez compreendida enquanto ser biopsicossocial, também denuncia em seu sintoma o adoecimento não apenas do corpo ou da mente, mas de seus laços sociais, tal como aponta Osório (2007) ao afirmar que a ação curativa em relação ao paciente deve passar pela recomposição das relações interpessoais que se apresentam perturbadas. Foram realizados 10 encontros semanais, com duração aproximada de 1 hora, na ala psiquiátrica do Hospital Municipal de Maringá-PR, durante o primeiro semestre de 2015. O trabalho desenvolveu-se sem grandes intercorrências, de modo que no decorrer dos dez encontros realizados os pacientes mostraram-se confortáveis e engajados nas atividades propostas. Aspectos relacionados ao processo de saúde e doença, bem como conceitos relativos ao adoecimento psíquico puderam ser observados diretamente, sendo que o resgate da voz do indivíduo psicicamente adoecido, através da escuta psicológica, tornou possível uma melhor compreensão acerca do sofrimento vivenciado por este. Com base na afirmação de Hammer (1991) de que pacientes psiquiátricos se expressam mais facilmente pelos meios gráficos do que pelos meios verbais, o uso de técnicas projetivas como a de desenho no tratamento do doente mental possibilitou que este expressasse seus conflitos por meio de uma linguagem simbólica e abriu espaço para a elaboração de seu sofrimento, assim como o caráter grupal das atividades realizadas pôde proporcionar aos pacientes um sentimento de pertencimento. Por fim, conclui-se que trabalhos como este precisam ser desenvolvidos com maior frequência de modo a contribuir com a luta antimanicomial e auxiliar na consolidação da Reforma Psiquiátrica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARBEX, Daniela. Holocausto brasileiro. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

COUTO, R. & ALBERTI, S. Breve história da Reforma Psiquiátrica para uma melhor compreensão da questão atual. In: Saúde em Debate: revista do Centro Brasileiro de estudos da saúde. Rio de Janeiro, v. 32, nº 78/79/80, jan/dez. 2008.

HAMMER, E. F. Aplicações clínicas dos desenhos projetivos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.

OSÓRIO, Luiz Carlos. Grupoterapias: abordagens atuais. Porto Alegre: Artmed, 2007.

TÍTULO DO TRABALHO:

A PSICOLOGIA JURÍDICA NO ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA

AUTOR(ES): 1 THAÍSE ROSSELI MOREIRA DANTAS; 2 SAMARA SUELLEN RODRIGUES; 3 MARIANE RANZANI CISCON-EVANGELISTA.

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 GRADUANDA EM PSICOLOGIA; 2 GRADUANDA EM PSICOLOGIA; 3 DOUTORA EM PSICOLOGIA.

APRESENTADOR(ES): THAÍSE ROSSELI MOREIRA DANTAS; SAMARA SUELLEN RODRIGUES;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): thaise.md@gmail.com; samara.suellen_@hotmail.com; mariane.evangelista@unicesumar.edu.br

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: Unicesumar – Centro Universitário Cesumar;

RESUMO: No Brasil, as primeiras atuações dos psicólogos jurídicos deram-se pela demanda por atividades periciais. Contudo, a limitação de uma postura meramente investigativa gera questionamentos acerca da prática profissional, principalmente quanto às questões éticas e de novas possibilidades de atuação, vez que observa-se a falta de uma postura interventiva, impossibilitando que seja colocado em prática o poder transformador da ciência psicológica (BRITO, 2012). Desta forma, a escuta de sujeitos envolvidos em questões jurídicas serviria unicamente para a rotulação diagnóstica, reduzindo ao indivíduo a complexidade e multicausalidade dos fenômenos do contexto jurídico, correndo o risco de que a perícia seja tomada como verdade absoluta e passe a servir a fins de segregação e reprodução de preconceitos. Não se nega a possibilidade de atender às demandas da justiça na elaboração de laudos, contudo, assume-se a necessidade de não se estagnar nesta modalidade de relação entre psicologia e direito, de modo que o psicólogo jurídico possa reconhecer suas limitações e descobrir suas potencialidades, expandindo seu trabalho para outras formas de atuação e intervenção (FRANÇA, 2004). Uma dessas possibilidades que extrapolam o local dos tribunais e a atividade pericial, permitindo uma ressignificação da prática, trata-se da inserção de psicólogos em serviços que dão suporte à mulher em situação de violência. Desta forma, este trabalho teve como objetivo contribuir para a consolidação de novas formas de um fazer psicológico no âmbito jurídico através do apoio e atendimento à mulher em situação de violência. Pretendeu-se proporcionar uma visão mais ampla acerca do fenômeno da violência doméstica de modo a melhor instrumentalizar a atuação do psicólogo nestes casos. Para tanto, o método adotado consistiu na oferta de atendimentos psicológicos individuais, semanais, com a duração de 50 minutos cada, às usuárias do Centro de Referência e Apoio à Mulher Maria Mariá da cidade de Maringá-PR. Nove mulheres aceitaram o atendimento, sendo que três destas não compareceram ao atendimento agendado. No desenvolvimento deste trabalho, foi possível observar que as mulheres em situação de violência que buscam atendimento psicológico apresentam-se, sobretudo, com um sentimento de fraqueza e com a autoestima comprometida pelas violências vivenciadas, e que a maioria destas acaba por desistir dos atendimentos. Por este motivo, o atendimento psicológico caminhou no sentido de acolher, fortalecer e empoderar a mulher em situação de violência, através de propostas reflexivas que proporcionassem maior autoconhecimento, auxiliando esta a se recordar e resgatar a pessoa que era antes da violência sofrida. Diante do trabalho desenvolvido, conclui-se que a dificuldade de romper com o ciclo da violência deve ser encarada com uma postura paciente por parte do profissional, sendo necessário que este demonstre um acolhimento da mulher de forma respeitosa, tratando do fenômeno da violência doméstica em toda a sua complexidade e levando em consideração o fato de que, tal como constata Schraiber e D'Oliveira (1999), o atendimento resultará de uma ação conjunta entre o profissional e a mulher, respeitando as decisões desta de modo a considera-la tal como é: um sujeito capaz de conduzir a própria vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRITO, Leila Maria Torraca de. Anotações sobre a Psicologia jurídica. Psicol. cienc. prof., Brasília, v. 32, n. spe, p. 194-205, 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500014&lng=en&nrm=iso Acesso em 10 Jul. 2015.

FRANÇA, Fátima. Reflexões sobre psicologia jurídica e seu panorama no Brasil. Psicol. teor. prat., São Paulo, v. 6, n. 1, jun. 2004. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872004000100006&lng=pt&nrm=iso Acesso em 10 jul. 2015.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. L. P. Violência contra mulheres: interfaces com a Saúde, Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v.3, n.5, 1999. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/icse/v3n5/03.pdf> Acesso em 08 jul. 2015.

TÍTULO DO TRABALHO:

ABUSO SEXUAL E TRAUMA NA CONSTITUIÇÃO DO PSIQUISMO SOB O PONTO VISTA DA PSICANÁLISE

AUTOR(ES): SIMONE PAULA APARECIDA RODRIGUES;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): PÓS GRADUAÇÃO EM SAÚDE MENTAL E PSICOLOGIA CLÍNICA PSICANALÍTICA.

APRESENTADOR(ES): SIMONE PAULA APARECIDA RODRIGUES; GABRIELA LORENA MASSARDI;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): simone_psic@hotmail.com; gabi_massardi@hotmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: CREAS 3 - CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PSICÓLOGA;

RESUMO: O abuso sexual, segundo Ferreira (2004) ocorre em todas as classes sociais, contudo, a maior parte desses casos não é denunciada, uma vez que, nem todas as crianças revelam este fato e nem todos os adultos se encontram preparados para a escuta dos sinais relacionados ao abuso. Definido como a submissão física e psicológica de uma criança a estímulos sexuais inapropriados ao seu estágio de desenvolvimento psicossocial, a criança se torna objeto de satisfação de necessidades sexuais de um adulto (Kaplan, 1995). Os referidos estímulos incluem desde suaves carinhos até o ato sexual forçado. Sendo assim, para (Pizá, 2004), a experiência do abuso é sempre traumática e ocasiona maior dano à configuração do psiquismo, quanto mais precocemente for vivenciada.

Em seu texto de 1940, “Esboço de Psicanálise”, Freud comparou a violência do trauma psicológico, à de uma agulha no embrião humano, ocasionando uma profunda transformação no desenvolvimento daquele bebê em concepção. Para (Lacan, 2000), a superação do trauma somente sobrevém a partir da palavra. O presente trabalho objetiva analisar as implicações do abuso sexual enquanto experiência traumática em relação à constituição do psiquismo, sob a ótica psicanalítica. Além disso, busca conhecer também as possibilidades de superação e reorganização do psiquismo a partir da escuta psicanalítica. A fim de aprofundar a temática apresentada, propõe-se a investigação de bibliografia, com base na fundamentação teórica e no método psicanalítico. Em relação aos danos ocasionados ao psiquismo em desenvolvimento, o psicanalista Shengold (1974), denominou a experiência emocional do trauma como “Assassinato da Alma”, pois, a fim de se evitar a dor psíquica, o sujeito passa a vivenciar uma sensação de “morte em vida”, enquanto uma forma de sobrevivência psíquica. Freud, também destacara já em 1927, que a experiência de afetos ambivalentes e destrutivos são insuportáveis e, podem retornar para o sujeito, sendo o incesto, uma crueldade associada ao canibalismo e ao assassinato (Freud, 1938). Em Laplanche e Pontalis (2008), o trauma se refere a um acontecimento da vida do sujeito que se define pela sua intensidade, pela incapacidade em que se encontra o sujeito de reagir a ele de forma adequada, pelos transtornos e pelos efeitos patogênicos duradouros que provoca na organização psíquica. Graça Pizá, em seu livro Afetosecretos de 2010, assinala que no trauma ocorrem afetos obscuros, sombrios e negativos, os quais se manifestam sob a forma de destruição e morte, que escondem a cena incestuosa e ocasionam profundo sofrimento associado à dor e à angústia psíquica. A autora pontuou ainda que tais afetos não são visitados pela palavra, pois, se manifestam no corpo de forma violenta e silenciosa. Portanto, a saída do conflito e do trauma se torna possível a partir da construção de um significante novo, pela via da palavra durante o processo de análise, visando à reconstrução psíquica, a fim de auxiliar o sujeito a sair de uma posição paralisante e aprisionada à experiência do trauma. Para esta investigação serão utilizadas as contribuições da teoria freudiana e lacaniana, assim como, os estudos mais recentes de Shengold, Ferreira e Graça Pizá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FREUD, S. Esboço de psicanálise. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996.v.2;

LACAN, J. El seminario, livro 10: la angustia. Buenos Aires: Paidós, 2000;

FERREIRA, M.; SANTIS, M. Saúde mental na escola: uma abordagem multidisciplinar. 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 2004;

PIZÁ, G. Afetosecretos, o vocabulário. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

TÍTULO DO TRABALHO:

ALIENAÇÃO PARENTAL NO BRASIL: O QUE DIZEM AS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS?

AUTOR(ES): 1 SHEILA MARIA PRADO SOMA; 2 MARINA SOUTO LOPES BEZERRA DE CASTRO; 3 PEDRO MAGRIN TANÚS; 4 LÚCIA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE WILLIAMS.

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 PSICÓLOGA, DOUTORANDA EM PSICOLOGIA PELA UFSCAR; 2 PSICÓLOGA, PÓS-DOUTORANDA EM PSICOLOGIA PELA UFSCAR; 3 GRADUANDO EM PSICOLOGIA PELA UNICEP; 4 PSICÓLOGA, PROFESSORA TITULAR DO DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA DA UFSCAR.

APRESENTADOR(ES): SHEILA MARIA PRADO SOMA.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): sheila.soma@yahoo.com.br

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: LABORATÓRIO DE ANÁLISE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS.

RESUMO: Introdução: De grande relevância na área comum entre Psicologia e Direito, o temas Alienação Parental (AP) ganhou destaque nacional a partir da aprovação da lei 12.318/2010. Contudo, trata-se de assunto ainda controverso do ponto de vista científico. Objetivo: Com o objetivo de traçar um panorama nacional sobre as pesquisas na área, o presente estudo consistiu na revisão da literatura científica brasileira sobre o assunto até fevereiro de 2015, por meio de busca em bases de dados eletrônicas INDEXPsi, Pepsic, SciELO, Capes e Lilacs. Método: A busca se deu de forma em duas etapas, limitando-se a artigos publicados no idioma português. A etapa 1 consistiu em identificar os artigos que continham as palavras chave “Alienação Parental” e “Síndrome da Alienação Parental” em seus títulos e/ou resumos (abstracts). Critérios de inclusão utilizados: (I) Artigos publicados em periódicos brasileiros, (II) Artigos escritos no idioma português e (III) Artigos disponíveis online. Na etapa 2, procedeu-se à leitura dos artigos, refinando assim a seleção dos mesmos. Critério de inclusão etapa 2: (I) Estudos realizados no Brasil e (II) Estudos que tratassem especificamente dos temas Alienação Parental e/ou Síndrome da Alienação Parental, resultando em 12 artigos, os quais foram analisados de forma detalhada, a fim de se identificar o tipo de estudo realizado em cada caso e a forma como o conteúdo foi trabalhado. Foi feita uma síntese de cada artigo e identificadas as classificações (Qualis-CAPES) dos periódicos onde foram publicados. Investigou-se a formação dos autores, a área de conhecimento de cada estudo e os temas abordados em cada um deles. Desenvolvimento: Tais artigos foram analisados de forma detalhada, e classificados de acordo com as suas características como: Análise reflexiva, Revisão teórica, Estudo empírico e Ensaio. Investigou-se a formação dos autores, a área de conhecimento de cada estudo e os temas abordados em cada um deles. Por meio de uma análise comparativa dos resultados, foi possível destacar os pontos principais de cada estudo, bem como seus pontos convergentes e divergentes. De modo geral, trata-se de artigos opinativos e de revisão que não descrevem critérios metodológicos, sendo encontrados apenas 2 estudos empíricos. Como conclusão, foi possível verificar que os textos, em sua maioria, apresentam uma confusão conceitual entre os termos Alienação Parental e Síndrome de Alienação Parental, apontando que essa dificuldade tem sua origem na carência de estudos científicos sobre o tema. Os estudos produzidos no Brasil, procuram fornecer contribuições particulares por meio de discussões pouco fundamentadas empiricamente, apresentando resultados questionáveis, o que é uma questão preocupante, pois em nosso país temos uma lei que prevê punições a atos alienadores, fundamentada em um fenômeno pouco estudado e carente de comprovação científica. Conclusão: Assim, fazem-se urgentes pesquisas que fundamentem empiricamente as discussões sobre o tema em nosso país a fim de que as práticas dos profissionais que atuam nesses casos possam estar mais preparados para decidirem sobre o futuro de crianças e adolescentes que vivenciam diversos tipos de violência nos contextos de disputa de guarda e visitas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOW, J., GOULD, J. W., & FLENS, J. R. Examining parental alienation in child custody cases: A survey of mental health and legal professionals. *American Journal of Family Therapy*, 37(2), 127-145, 1999.

DALLAM, S. J. Parental Alienation Syndrome: Is it scientific? In E. St. CHARLES & L. CROOK (Eds), *Expose: The failure of family courts to protect children from abuse in custody disputes*. Los Gatos, CA, 1999.

DARNALL, D. *Divorce Casualties: Protecting Your Children from Parental Alienation*. Lanham: Taylor Trade Publishing, 1998.

GARDNER, R. Recent trends in divorce and custody litigation. *Academy Forum*, 29(2), 3-7, 1985.

TÍTULO DO TRABALHO:

ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA NAS DEFINIÇÕES DE CUIDADOS DE FINAL DE VIDA EM UMA UTI

AUTOR(ES): 1 DENISE RIBAS JAMUS; 2 TAYNA NAYARA NUNES; 3 ISABELLE DE FREITAS ROLIM; 4 GABRIELA VISNIESKI SIQUEIRA.

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 PSICÓLOGA-CRP08/11462-RESPONSÁVEL TÉCNICA PELO SERVIÇO DE PSICOLOGIA DO HOSPITAL DO IDOSO ZILDA ARNS, MESTRE EM MEDICINA INTERNA E CIÊNCIAS DA SAÚDE; ESPECIALISTA EM NEUROPSICOLOGIA; 2 PSICÓLOGA-CRP08/17115-PSICÓLOGA DO SERVIÇO DE PSICOLOGIA DO HOSPITAL DO IDOSO ZILDA ARNS; 3 PSICÓLOGA-CRP08/20136-RESIDENTE DO SEGUNDO ANO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DO IDOSO DO HOSPITAL DO IDOSO ZILDA ARNS; 4 PSICÓLOGA-CRP08/20926-RESIDENTE DO PRIMEIRO ANO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DO IDOSO DO HOSPITAL DO IDOSO ZILDA ARNS. MESTRE EM PSICOLOGIA; DOUTOR EM PSICOLOGIA.

APRESENTADOR(ES): DENISE RIBAS JAMUS.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): dejamus_psi@yahoo.com.br; djamus@feaes.curitiba.pr.gov.br;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: HOSPITAL DO IDOSO ZILDA ARNS.

RESUMO: Introdução: Unidades de Terapia Intensiva envolvem importantes temas relacionados à vida humana, sendo o sofrimento psíquico uma constante tanto aos pacientes, como aos familiares e a equipe. Esta unidade é vista como a mais preparada de um hospital para reverter situações de gravidade e risco de óbito, mas quando nos referimos aos pacientes idosos, com doenças crônicas, avançadas e em estágio final de sua evolução a indicação de tratamentos invasivos nem sempre é a mais benéfica ao paciente e neste ponto entram as discussões sobre limitação de suporte, cuidados paliativos e os vários conceitos inerentes à bioética^{1,2,3}. Objetivo: Expor a atuação da psicologia nas definições de cuidados de final de vida em UTI. Método: A atuação da Psicologia na UTI inclui como rotina: atendimentos psicológicos aos pacientes e aos seus familiares; aplicação de escalas como subsídio para a atuação do psicólogo (entre elas, Pfeffer, Katz, CAM); participação nas visitas multiprofissionais diárias e nas reuniões conduzidas pela equipe médica horizontal com as famílias dos pacientes. Desenvolvimento: No período de janeiro/2015 à junho/2015 foram realizadas 223 avaliações e 1092 atendimentos aos pacientes internados na UTI e seus familiares. A média de reuniões familiares é de 15 por mês, totalizando cerca de 90 reuniões neste período. Nestas reuniões são discutidos aspectos como autonomia do paciente para a tomada de decisão, compreensão da família sobre o quadro clínico, cuidados curativos X paliativos, finitude da vida e limitações de suporte. Nos atendimentos aos pacientes observam-se questões importantes como a defesa de alguns desejos tais como: não ser submetido a intervenções e procedimentos invasivos e resolver questões práticas e burocráticas antes do seu final de vida. Cientes e serenos de sua finitude, estes pacientes tem norteado as condutas da equipe, que partindo do princípio da autonomia, beneficência, não maleficência e justiça, busca respeitar seus desejos e passar do cuidado curativo para o cuidado paliativo, priorizando o conforto do paciente e permitindo que ele tenha momentos especiais com seus entes em seu final de vida. Permitir que o paciente e sua família se façam presentes e ativos nos cuidados e definições terapêuticas é sinônimo de respeito a toda uma história de vida que está chegando ao seu momento final. Conclusão: A atuação da psicologia se faz fundamental no resgate à voz do paciente nos momentos de decisão sobre o seu cuidado, mesmo que esta seja expressada pela sua família. Essas situações de expressão de vontades são compreendidas pela psicologia como um importante momento de aproximação e participação da família, visto que muitas vezes a unidade intensiva, com todo o seu rigor em termos de limitação de visitas e tempo de permanência junto ao paciente, com o distanciamento entre o saber de profissionais especializados e o saber próprio da dinâmica familiar cria um abismo entre as percepções da família e da equipe impedindo o diálogo aberto e claro sobre a saúde, a vida e mesmo a morte do paciente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Moritz, R. D., Lago, P. M. D., Deicas, A., Nilson, C., Machado, F. O., Othello, J., ... & Pusch, R. (2010). 1º Fórum do Grupo de Estudos do Fim da Vida do Cone Sul: proposta para atendimento do paciente portador de doença terminal internado em UTI. *Revista Brasileira de Terapia Intensiva*, 21(3), 306-309.

Costa Filho, R. C., Costa, J. L. F., Gutierrez, F. L. B. R., & Mesquita, A. F. D. (2008). Como implementar cuidados paliativos de qualidade na unidade de terapia intensiva. *Revista Brasileira de Terapia Intensiva*, 20(1), 88-92.

Moritz, R. D., Lago, P. M. D., Souza, R. P. D., Silva, N. B. D., Meneses, F. A. D., Othero, J. C. B.,... & Azeredo, N. S. G. D. (2008). Terminalidade e cuidados paliativos na unidade de terapia intensiva. Revista brasileira de Terapia intensiva. 20 (4), 422-428.

TÍTULO DO TRABALHO:
AValiação DE CAPACITAÇÃO PARA PROFESSORES SOBRE VIOLÊNCIA INtraFAMILIAR INfANTIL

AUTOR(ES): DÉBORA DIAS; ALEX GALLO;

APRESENTADOR(ES): DÉBORA DIAS;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): debora.psi@outlook.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA GERAL E ANÁLISE DO COMPORTAMENTO - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA – LONDRINA-PR - BRASIL);

RESUMO: A Violência Intrafamiliar Infantil é considerada aquela que acontece dentro da família ou até mesmo no lar onde a criança convive. Às vezes cometida por algum parente ou pessoas que tenham função parental, ainda que sem laço de consanguinidade, e pode ser caracterizada de formas diferentes como: física, psicológica, sexual e negligência. O presente estudo foi elaborado a partir da preocupação com o expressivo número de crianças que sofrem Violência Intrafamiliar e de uma tentativa de contribuir para o desenvolvimento de programas de capacitação para professores em relação ao tema. Assim, foi implementado um programa de capacitação para professores, com base nos princípios da Análise do Comportamento que visou à prevenção da Violência Intrafamiliar Infantil. Também foram avaliados os efeitos do programa em relação ao conhecimento do tema antes e após a intervenção. Neste estudo foi utilizado o Delineamento de Sujeito Único. Participaram do programa de capacitação 59 professores de educação infantil. Sendo que, somente 45 responderam ao pré e pós-teste. Foram realizados quatro encontros na Universidade Estadual de Londrina, um a cada semana, com duração de quatro horas cada um. No primeiro encontro os participantes responderam ao Questionário de Avaliação de Conhecimentos Sobre Fatores de Risco e Proteção e ao Questionário de Conhecimento Sobre Violência Intrafamiliar Infantil pré-intervenção. Após a intervenção foram utilizados os mesmos instrumentos de avaliação do primeiro encontro. Os dados foram analisados de acordo com a ordem de utilização dos instrumentos de medida, de forma qualitativa e quantitativa a partir dos resultados obtidos nos questionários pré e pós-teste. Os resultados mostraram que 8 professores permaneceram com o mesmo desempenho nas duas avaliações, 8 decaíram em relação ao pós-teste e 29 obtiveram uma melhora na avaliação após os encontros. Espera-se que o trabalho possa contribuir para a divulgação de conceitos da Análise do Comportamento no contexto da Violência Intrafamiliar Infantil a profissionais que atuam em contextos relacionados à criança.

Palavras-chave: Capacitação de Professores, Análise do Comportamento, Professores, Prevenção à Violência.

Apoio financeiro: O trabalho não possuiu apoio financeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Brino, R. F. (2006). Professores como agentes de Prevenção do Abuso Sexual Infantil: Avaliação de um Programa de Capacitação. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos.

Maia, J.M.D.; Williams, L.C.A. (2005). Fatores de risco e proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão de área. Temas em Psicologia, 13, (2), 91-1003.

Gallo, A. E.; Williams, L.C.A. (2008). A Escola como Fator de Proteção à Conduta Infracional de Adolescentes. Cadernos de Pesquisa. 38 (13), 41-59.

Williams, L.C.A. (2004). Violência e suas diferentes representações. Em G.C. Solfa(Org.). Gerando cidadania: Reflexões, propostas e construções práticas sobre direitos da criança e do adolescente. (pp. 141-153). São Carlos: Rima.

TÍTULO DO TRABALHO:
CASAS DE Acolhida: PRÁTICAS E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO

AUTOR(ES): 1 ALESSANDRA SANT'ANNA BIANCHI; 2 LUANA PIANA; 3 EDUARDA LEHMANN BANNACH; 4 NATHALIA DA ROSA KAUER; 5 VITOR LACERDA; 6 EMILY CORRÊA OLIVEIRA; 7 ELISA SMILE TEIXEIRA DE OLIVEIRA; 8 THIAGO OLIARI RIBEIRO; 9 LUIZA SIONEK.

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 PSICÓLOGA COM DOUTORADO EM PSICOLOGIA; ACADÊMICOS DE PSICOLOGIA.

APRESENTADOR(ES): 1 ALESSANDRA SANT'ANNA BIANCHI; 2 LUANA PIANA; 3 EDUARDA LEHMANN BANNACH; 4 NATHALIA DA ROSA KAUER; 5 VITOR LACERDA; 6 EMILY CORRÊA OLIVEIRA; 7 ELISA SMILE TEIXEIRA DE OLIVEIRA; 8 THIAGO OLIARI RIBEIRO; 9 LUIZA SIONEK.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): asbianchi1@terra.com.br; luanappiana@gmail.com; eduardabannach@gmail.com; nathirkauer@gmail.com; vitor.lacerda.ufpr@gmail.com; emilycoliveira1@gmail.com; elisa2312@gmail.com; t.oliari.ribeiro@gmail.com; luizasionek@gmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO.

RESUMO: É responsabilidade do Estado zelar pelo desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes sob sua custódia. Crianças e adolescentes institucionalizados por abandono ou por retirada, definitiva ou temporária, do pátrio poder constituem-se um grupo especialmente vulnerável. Esta vulnerabilidade é tanto por questões intrínsecas à sua condição como pelo contexto institucional de abrigo. A contratação de um psicólogo é uma obrigação destas instituições no Estado do Paraná, todavia não estão determinadas as funções do profissional. Este trabalho tem por objetivo mostrar práticas e possibilidades de atuação de psicólogos nas casas de acolhida. Este estudo foi desenvolvido a partir de visitas e entrevistas realizadas em oito instituições de Curitiba e da consulta aos documentos da área de psicologia sobre atuação profissional. As instituições abrigavam desde recém-nascidos até adolescentes com dezoito anos, eventualmente um pouco mais. As visitas foram feitas por sete acadêmicos de psicologia da Universidade Federal do Paraná. O período de visitas às instituições compreendeu os meses de junho e julho de 2015. Elas foram realizadas em turnos distintos, com o objetivo de ampliar o espectro de observações e melhor entender a dinâmica de funcionamento de cada casa. Foram realizadas observações a partir de um roteiro semi-estruturado. Os dados foram analisados de forma qualitativa, a partir do relatório final sobre cada instituição e de discussões em grupo durante as supervisões. Os resultados indicam uma diversidade de práticas que vão da psicologia clínica à psicologia da educação, passando por questões relativas à psicologia institucional. São apontadas práticas de intervenção em grupo, mas também individuais; práticas dirigidas às crianças e adolescentes abrigados, às famílias e também aos profissionais que os acompanham. Não foi possível constatar predominância teórica ou metodológica. O trabalho também indica possibilidades de atuação e intervenção ainda não constatadas nas instituições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Lei n.8069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre Estatuto da criança e do adolescente (ECA). Versão atualizada em 2012. Rio de Janeiro: Cedeca RJ; 2012. ;

ZEM-MASCARENHAS, Sílvia Helena; DUPAS, Giselle. Conhecendo a experiência de crianças institucionalizadas. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 413-419, dez. 2001.;

ORIONTE, Ivana; SOUSA, Sônia Margarida Gomes. O significado do abandono para crianças institucionalizadas / The meaning of abandonment for children in institution.. Psicologia em Revista, [S.l.], v. 11, n. 17, p. 29-42, out. 2008.

TÍTULO DO TRABALHO:

COLORINDO O TRÂNSITO: UMA ANÁLISE DE DESENHOS INFANTIS SOBRE UMA INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA DO TRÂNSITO.

AUTOR(ES): 1 ALESSANDRA CRISTINA DOS SANTOS; 2 ANGELA HELENA FASOLI; 3 CAROLINE DA SILVEIRA; 4 DAIANE BELEMER DOS SANTOS; 5 KATIANE JANKE; 6 KASSIELY PEREIRA DE OLIVEIRA DE SÁ MARANHÃO; 7 MARCOS NAZARIO; 8 RAÍSSA MAYUMI ADAMES TATEISHI; 9 REBECCA NOBREGA RIBAS GUSSO; 10 SUZANNE PUGSLEY WERNER; 11 ALESSANDRA SANT'ANNA BIANCHI;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): ACADÊMICOS DE PSICOLOGIA; 11 PSICÓLOGA DOUTORA EM PSICOLOGIA.

APRESENTADOR(ES): RAÍSSA MAYUMI ADAMES TATEISHI;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): raissa.adames@gmail.com; bianchi@ufpr.br; daiane.belemer@gmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ;

RESUMO: Cada ano milhares de crianças morrem no trânsito brasileiro. A Universidade Federal do Paraná, por meio do projeto Ciranda do Trânsito, desenvolve ações de extensão universitária na área de psicologia do trânsito buscando introduzir a discussão sobre segurança do trânsito com crianças de 2,5 a 10 anos matriculadas em escolas de Curitiba e Região Metropolitana. A teoria utilizada é o construtivismo piagetiano. Os resultados do projeto são avaliados pela equipe executora, pelas professoras e pelas crianças. A avaliação das crianças é por meio de desenhos. A análise de desenhos se constitui como um procedimento padrão realizado pela equipe e segue normas validadas em anos anteriores. Dessas avaliações dependem o aprimoramento do projeto Ciranda do Trânsito e decisões sobre sua continuidade, considerando-se que os resultados possibilitam a verificação da efetividade do trabalho e também possíveis mudanças que se mostrem necessárias. O objetivo deste estudo foi analisar a compreensão de crianças ainda não alfabetizadas acerca do projeto. Foram avaliados 1590 desenhos de pré-escolares e alunos de primeiro ano, matriculados em escolas de Educação Infantil e de Ensino Municipal públicas e privadas. O procedimento baseou-se no método de análise de conteúdo. A avaliação dos desenhos realizou-se a partir do uso de uma tabela criada anteriormente contendo quatro categorias, sendo elas 1) "tem relação com o trânsito?" (sim/não) 2) "Tem elementos de que parte do projeto?" (nenhum; primeira; segunda; terceira, quarta; podendo o desenho fazer referência a mais de uma parte) 3) "Faz referência ao principal elemento de que parte? (pessoa; acompanhado; pulso; calçada; capacete; cadeirinha/booster)" 4) "Outros elementos relacionados à segurança do trânsito" (não relacionados a nenhum cenário). Após avaliação qualitativa os dados foram analisados de forma descritiva e frequencial. A primeira parte do projeto, referente a que todas as pessoas fazem parte do trânsito e a segunda parte do projeto, referente a como uma criança deve se comportar como pedestre, foram as categorias que apareceram com mais frequência. Nesta segunda parte foi especialmente lembrada a necessidade da criança estar acompanhada para seus deslocamentos na rua como pedestre até os 10 anos de idade. Os dados sugerem que as crianças sabem se expressar sobre temas discutidos no projeto. Algumas temáticas apareceram com mais frequência como a pertença ao trânsito e a necessidade de estar acompanhado na rua. A partir das avaliações dos desenhos foi percebido também dificuldades na identificação e interpretação dos elementos daqueles realizados por crianças de dois e três anos de idade, indicando a necessidade de uma modificação da metodologia do projeto nessa etapa do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

PIAGET, J. Seis estudos de Psicologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1968;

BIANCHI, A. S. CIRANDA DO TRÂNSITO. Em Bianchi, A. S. (Org.) Trânsito, Cidadania e Educação: as experiências do Ciranda do Trânsito (17-33). Curitiba: Conselho Regional de Psicologia – 8ª Região, 2013;

BIANCHI, A., FERRÃO, C. S., GONÇALVES, L. C., MOLOSSI, A. C. S. B., PEREIRA, K. C. L., SCHULZE, V. B., SILVA, K. J. D., SILVA, L. P., SIONEK, L. (2013). Procedimentos para avaliação dos desenhos. Em A. S. Bianchi (org.) Trânsito, Cidadania e Educação: as experiências do Ciranda do Trânsito. Curitiba: Conselho Regional de Psicologia da 8ª região, 2013.

TÍTULO DO TRABALHO:

COMPARAÇÃO COGNITIVA ENTRE PACIENTES DIABÉTICOS E NÃO DIABÉTICOS EM HEMODIÁLISE

AUTOR(ES): 1 DEBORA BERGER SCHMIDT; 2 ARAÍÊ PRADO BERGER; 3 THAÍS MALUCELLI AMATNEEKS;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 PSICÓLOGA; 2 PSICÓLOGA; 3 ACADÊMICA DE PSICOLOGIA.

APRESENTADOR(ES): DEBORA BERGER SCHMIDT;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): debergers@gmail.com; araieberger@gmail.com; thais.malucelli@gmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: 1 FUNDAÇÃO PRÓ-RENAL; 2 FUNDAÇÃO PRÓ-RENAL; 3 PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ;

RESUMO: 1) Introdução: A prevalência de pacientes crônicos em terapia substitutiva de função renal vem aumentando nos últimos anos. A insuficiência renal crônica é irreversível, provocando impacto em diversos aspectos, inclusive prejuízos cognitivos relacionados complexidade da doença e comorbidades como o Diabetes. 2) Objetivos: Estimar a prevalência de distúrbios cognitivos em diabéticos e não diabéticos em dois centros de hemodiálise (HD) na cidade de Curitiba – PR. 3) Métodos: Estudo transversal quantitativo, onde foi utilizada a escala de Montreal para avaliação cognitiva (MOCA) para pacientes em hemodiálise. A amostra composta de 30 pacientes: 15 diabéticos, e para grupo controle, 15 pacientes não-diabéticos, igualmente portadores de insuficiência renal crônica. Um questionário com dados sócios demográficos e a escala de Montreal para avaliação cognitiva (MOCA) foi aplicada aos pacientes durante uma sessão regular de HD e aos 15 controles. Os critérios de inclusão eram pacientes em terapia hemodialítica, com mais de um ano de tratamento. Os fatores de exclusão foram pacientes com deficiência visual e com idade superior a 60 anos. 4) Resultados: A prevalência geral do prejuízo cognitivo foi de 30% levando-se em consideração o grau de escolaridade e faixa etária da amostra segundo critérios da escala. Quando comparados os grupos, percebe-se que o grupo dos diabéticos teve como média de idade $51,7 \pm 6,6$, sendo que 53% deles possuíam o ensino fundamental incompleto, e 27% o ensino médio completo. Quanto ao tempo em HD, 73% deles estão em terapia renal substitutiva entre 1 a 5 anos e 27% com 5 anos ou mais. O score médio foi de 19,1, somente 4 (27%) pacientes tiveram scores abaixo da linha de corte e 53% se manteve dentro da média e 20% acima da média. O grupo controle teve como média de idade $45,2 \pm 9,0$ anos, sendo que 60% deles tinham ensino fundamental incompleto, e 33% ensino médio completo. Quanto ao tempo em HD 64% estão em hemodiálise entre 1 a 5 anos e 36% em tratamento há mais de 5 anos. O score médio foi de 19,6, valor quase igual à amostra de pacientes diabéticos. As diferenças entre os grupos se deu em tópicos específicos da escala, o que mais se evidenciou foi a evocação tardia em que houve 31,4% de acertos em diabéticos e 48,8% em não diabéticos. Os níveis de abstração também demonstraram scores baixos em ambos em grupos 28,8% em diabéticos e 34,3% em não diabéticos. Os dados obtidos corroboram com os estudos de FELDATO (2012) a respeito do efeito da glicose no cérebro que tem sido associada a risco elevado de demência e diminuição do hipocampo, uma região do cérebro importante para a memória (síndrome do lobo temporal). Sobre a abstração, os resultados ratificam os achados de Lopes e Argimon (2015) ao concluir em seu estudo com diabéticos que estes possuem maiores dificuldades na habilidade de abstração devido a disfunção frontal, quando comparados com paciente não-diabéticos. 5) Conclusões: A função cognitiva de pacientes em tratamento por hemodiálise, tanto diabéticos como no grupo controle avaliada pela escala MOCA teve scores baixos de uma forma geral, porém entre as duas amostras não houveram diferenças significativas, salvo nos tópicos específicos. Limitações do estudo: grupo controle pequeno. Embora a literatura apresente a Diabetes Mellitus como fator predisponente de prejuízo cognitivo faz-se necessário um estudo longitudinal em que sejam contemplados outros fatores como a avaliação dos fatores bioquímicos para um estudo mais aprofundado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

LOPES, Regina Maria Fernandes; ARGIMON, Irani I. de Lima. Cuad. neuropsicol., Santiago, v. 3, n. 2, dez. 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-41232009000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 09 ago. 2015.

FEDALTO ANA LÚCIA TEIXEIRA. Avaliação neuropsicológica da memória episódica e das funções executivas no Diabetes Mellitus Tipo 2 (DM2). Curitiba. Dissertação [Mestrado em Psicologia] - Universidade Federal do Paraná; 2012

TÍTULO DO TRABALHO:

COMPORTAMENTO DE PEDESTRES E MOTORISTAS EM TRAVESSIAS URBANAS

AUTOR(ES): 1 SANDRA IZABEL VIECELI; 2 ALESSANDRA SANT'ANNA BIANCHI.

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 GRADUANDA EM PSICOLOGIA; 2 PSICÓLOGA COM DOUTORADO EM PSICOLOGIA.

APRESENTADOR(ES): SANDRA IZABEL VIECELI;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): sandravieceli@gmail.com; bianchi@ufpr.br

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ;

RESUMO: Os acidentes de trânsito são um problema de saúde pública e apresentam altas taxas de mortalidade. São a oitava causa mundial de óbitos, e a primeira entre jovens de 15 a 29 anos. Os pedestres representam 22% de todas as mortes causadas por acidentes no mundo. A maioria dos acidentes envolvendo pedestres ocorre em áreas urbanas, e as vítimas mais prevalentes são crianças e idosos. No Brasil, em 2013, houve 8220 óbitos de pedestres por acidentes de trânsito. Em Curitiba no primeiro semestre de 2012, houve 144 mortes decorrentes de acidentes, sendo que dessas, 41,6% eram pedestres. A maioria dos atropelamentos não acontece quando os pedestres caminham ou estão parados, mas sim, na travessia das vias. Por conta desse alto índice de pedestres envolvidos em acidentes fatais, é importante verificar os comportamentos, tanto de pedestres como de motoristas, que podem contribuir para a ocorrência de um acidente de trânsito envolvendo esta categoria, e posteriormente nas medidas que podem ser tomadas para reverter essa situação. O objetivo geral desta pesquisa é verificar a obediência/desobediência da faixa de segurança em travessias, tanto por pedestres como por motoristas. Os objetivos específicos são, analisar por meio da pesquisa observacional, a travessia em vias com faixa de segurança, semaforizadas apenas para pedestres; semaforizadas com sinal para pedestres e motoristas; e semaforizadas somente para motoristas; verificar a travessia em vias com faixa de segurança elevada, semaforizadas apenas para os motoristas; e também o respeito à faixa de segurança e a faixa de segurança elevada, em locais onde não há semaforização. A coleta de dados foi realizada utilizando o método observacional, em travessias do centro da cidade de Curitiba, em situações naturais de trânsito. Os locais de coleta foram selecionados devido a sua localização central e por serem próximos a áreas exclusivas de pedestres. Cada observação teve duração de 50 minutos, com contagem de fluxo cinco minutos antes e cinco minutos depois da coleta. Foram observados um total de 10290 pedestres e 5694 veículos, em seis tipos de travessia de vias, em dois horários distintos. Os dados obtidos nesta pesquisa mostram que os motoristas obedecem a sinalização semaforizada, mas, em relação a faixa de pedestres e a faixa elevada os índices de desobediência são significativos, com índices de 12% e 55% respectivamente. Já os pedestres, em todas as travessias pesquisadas, apresentaram índices preocupantes de desobediência à sinalização. É surpreendente constatar que os pedestres desobedeçam tanto a sinalização, já que ela existe para garantir o direito de passagem e assim a segurança desses nas travessias. Além disso, o fato dos motoristas obedecerem a semaforização, mas não apresentarem o mesmo comportamento em relação a faixa elevada e a faixa de pedestres é curioso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DIÓGENES, Mara. C. Método para avaliar o risco potencial de atropelamentos em travessias urbanas em meio de quadra. 2008. 239 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.;

Organização Pan-Americana da Saúde. Segurança de pedestres: Manual de segurança viária para gestores e profissionais da área. Brasília: OPAS, 2013.;

WASELFISZ, Julio. J. Mapa da Violência 2013: Acidentes de Trânsito e Motocicletas. Rio de Janeiro: Flacso, 2013.

TÍTULO DO TRABALHO:

CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA DA CRIANÇA: OFICINAS TERAPÊUTICAS WINNICOTTIANAS PARA CRIANÇAS DE COMUNIDADES CARENTES DE LONDRINA - 2015

AUTOR(ES): 1 ALISSON SILVA DE ALMEIDA; 2 ANA CAROLINA FERREIRA; 3 ANANDA EGGEA DA SILVA; 4 ERIC ROSSENDO ROMERO; 5 BEATRIZ FERNANDA BELUZZO; 6 IRY S FERNANDA MATIAS MENDES PIMENTA; 7 LETICIA BOCCI ROMUALDO; 8 MARCOS ALEXSANDER CORRER; 9 PATRICIA MARTINS CASTELO BRANCO; 10 SILVIA DO CARMO PATTARELLI;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 GRADUANDO DO 2º ANO PSICOLOGIA; 2 GRADUANDA DO 3º ANO PSICOLOGIA; 3 GRADUANDA DO 3º ANO PSICOLOGIA; 4 GRADUANDO DO 4º ANO PSICOLOGIA; 5 GRADUANDA DO 3º ANO PSICOLOGIA; 6 GRADUANDA DO 2º ANO PSICOLOGIA; 7 GRADUANDA DO 4º ANO PSICOLOGIA; 8 GRADUANDO DO 4º ANO PSICOLOGIA; 9 PROFESSORA MESTRE; 10 PROFESSORA MESTRE. ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO (PSICOLOGIA);

APRESENTADOR(ES): BEATRIZ FERNANDA BELUZZO;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): biabeluzzo@hotmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: UNIFIL;

RESUMO: A presente inscrição tem como objetivo apresentar o projeto de pesquisa e extensão no qual são aplicados conceitos teóricos desenvolvidos por Donald Woods Winnicott. Com o intuito de construção do vínculo materno dois grupos de alunos do curso de psicologia estagiam em uma instituição filantrópica em Londrina – Paraná, Casa do Caminho, semanalmente desde o ano de 2014 até hoje. A Instituição acolhe as crianças em turnos de contra turno escolar, visando ampliar a permanência da criança na escola, local o qual os estagiários foram inseridos para aplicação prática da teoria de Winnicott. Durante o projeto de reconstrução das falhas maternas, muitas outras lacunas foram percebidas através da relação dos estagiários com a Instituição. Em vista disso, o estudo busca discutir as dificuldades encontradas para atuação psicológica em grupo e na Instituição. Inicialmente o projeto é focado no vínculo afetivo entre os cuidadores (estagiários) e as crianças. Através do brincar, são desenvolvidas atividades para a vivência de uma experiência saudável, em ambiente seguro, objetivando a construção de uma relação de confiança e vínculo. Na intervenção, busca-se compreender e avaliar as situações deficientes possibilitando a intervenção. Segundo a teoria winnicottiana a mãe tem um papel fundamental no desenvolvimento da criança. Em muitos dos casos presentes nesse projeto, houve uma falha durante esse processo. Nessa construção de vínculo, buscamos reparar algumas dessas falhas. Segundo Winnicott (1999), a mãe suficientemente boa deve funcionar como um agente adaptativo, apresentando ao bebê o mundo de modo satisfatório, através do suprimento da sua ilusão de onipotência que constitui uma base para que o mesmo entre em acordo com o princípio da realidade. Através de atividades, brincadeiras e momentos vivenciados com as crianças, os estagiários têm como objetivo proporcionar esse ambiente facilitador de confiança e suporte para que os mesmos possam reviver momentos de dependência da infância a fim de reestruturar-se psiquicamente e atribuir novos significados as suas vivências. Desta forma, se respeitou sua subjetividade e a construção da mesma para então dar continuidade em seu processo de amadurecimento. Pode-se concluir que este projeto é importante para proporcionar experiências aos estudantes de Psicologia da UniFil, mais principalmente na tentativa de criar um ambiente facilitador de confiança e segurança para crianças, fortalecendo um vínculo representado através de atividades lúdicas. Neste sentido, o projeto não pretende salvar ninguém, mas tentar auxiliar as crianças com histórico de dificuldades, abandono e desamparo. Proporcionando um “porto seguro” com a intenção de deixar as crianças equilibradas emocionalmente, com mais possibilidades de se tornarem cidadãos produtivos e felizes no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CORTEZ. Estatuto da criança e do adolescente. São Paulo, 1990;

WINNICOTT, D. W. O brincar e a realidade. Rio de Janeiro: Imago, 1975;

WINNICOTT, D. W. Tudo começa em casa. São Paulo, Martins Fontes, 1999;

WINNICOTT, D. W. Os bebês e suas mães. São Paulo, Martins Fontes, 1987;

TÍTULO DO TRABALHO:

CONTEMPORANEIDADE E REDES SOCIAIS: ANÁLISE DOS SENTIDOS ATRIBUÍDOS POR USUÁRIOS DO FACEBOOK AO TERMO SEDUÇÃO

AUTOR(ES): WESLEY DAVISON SOARES DA SILVA; FLÁVIA FERNANDES DE CARVALHAES; ANDERSON CHAGAS DE OLIVEIRA; GENELZO PEREIRA; MICHELLY BRIZOLA IMAZU; PRISCILLA DE OLIVEIRA; LARISSA RIBEIRO DE LIZ;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 GRADUANDO EM PSICOLOGIA; 2 DOUTORA EM PSICOLOGIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA; 3 GEÓGRAFO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (2004) E MESTRE EM SAÚDE PÚBLICA PELA ENSP/FIOCRUZ (2006) E GRADUANDO EM PSICOLOGIA; 4 GRADUANDO EM PSICOLOGIA; 5 GRADUANDO EM PSICOLOGIA; 6 GRADUANDO EM PSICOLOGIA; 7 BACHAREL EM PSICOLOGIA PELA UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE - UNIPLAC.

APRESENTADOR(ES): WESLEY DAVISON SOARES DA SILVA;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): wesleydavisonsoares@gmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: 1 UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR; 2 UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR E UNIVERSIDADE PITÁGORAS; 3 UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR; 4 UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR; 5 UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR 6 UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR; 7 UNIVERSIDADE PLANALTO CATARINENSE - UNIPLAC;

RESUMO: Na sociedade atual, o termo “sedução” vem sendo associado a noções pejorativas e moralistas, amplamente correlacionadas a forte erotismo e manipulação. A palavra sedução, no entanto, tem origem no latim seducere, se referindo a um conjunto de qualidades que despertam simpatia, desejo, atração, fascínio e repulsa; capacidade de persuasão; aquilo que seduz, atrai, encanta (HOUAISS, 2009). Segundo o referencial foucaultiano, as “verdades” que circulam na vida em sociedade são produzidas em meio a condições sociais, históricas, políticas e tecnológicas, sendo estas geralmente aliadas a mecanismos de poder que se pulverizam no cotidiano de maneira sutil e sem violência. A sociedade, por meio de suas instituições (sejam estas abertas ou fechadas, tais como, por exemplo, religião, família, escolas, entre outras), vai lentamente levando a uma “mortificação do eu”, sofrendo um processo de padronização. Neste sentido, a presente investigação teve o objetivo de problematizar os sentidos atribuídos por usuários do Facebook ao termo “sedução”. Tal investigação foi realizada durante a disciplina de Psicologia Social II, do curso de Graduação em Psicologia da Universidade Norte do Paraná, a pedido da docente responsável, tendo como referencial teórico a Psicologia Social e Institucional. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário com vinte perguntas, aplicado em trinta pessoas via redes sociais, abrangendo as faixas etárias dos dezoito (18) aos 58 anos. A análise qualitativa das respostas indicou que os usuários associam o termo sedução a ideias de “atração”, “conquista”, “obtenção de algo ou alguém”, “indução” e “manipulação”, sendo que a maioria considerou que a sedução ajuda nas relações interpessoais. Os entrevistados associaram também a sedução à beleza corporal, competitividade e dinheiro, sendo estas consideradas “armas” necessárias para a obtenção de satisfação sexual e de lucros. Sendo considerada pela maioria como um jogo, onde há ganhadores e perdedores, os entrevistados ressaltaram ainda a utilidade da sedução no contexto das relações de trabalho, como elemento facilitador para a ascensão profissional. Concluiu-se que os sentidos atribuídos nas redes sociais ao termo sedução está carregado de valores e representações que circulam na contemporaneidade, sendo estes incorporados pelos usuários como representações pessoais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. Minidicionário Houaiss da língua portuguesa. 3.ed. rev. e aum. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2009;

LISBOA, Marijane. A arte da sedução. Lua Nova, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 33-35, Mar. 1986. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451986000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 de julho de 2015;

MAIA, Antônio C. Sobre a Analítica do poder de Foucault. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 7(12): 83-103, Outubro de 1995.

TÍTULO DO TRABALHO:

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA EM UM AMBULATÓRIO DE CESSAÇÃO DO TABAGISMO

AUTOR(ES): 1 DENISE RIBAS JAMUS; 2 TAYNA NAYARA NUNES; 3 ISABELLE DE FREITAS ROLIM; 4 GABRIELA VISNIESKI SIQUEIRA; 5 LUCAS MOREIRA;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 PSICÓLOGA – CRP 08/11462 – RESPONSÁVEL TÉCNICA PELO SERVIÇO DE PSICOLOGIA DO HOSPITAL DO IDOSO ZILDA ARNS, MESTRE EM MEDICINA INTERNA E CIÊNCIAS DA SAÚDE, ESPECIALISTA EM NEUROPSICOLOGIA; 2 PSICÓLOGA – CRP 08/17115 - PSICÓLOGA DO SERVIÇO DE PSICOLOGIA DO HOSPITAL DO IDOSO ZILDA ARNS; 3 PSICÓLOGA - CRP 08/20136 - RESIDENTE DO 2º ANO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DO IDOSO DO HOSPITAL DO IDOSO ZILDA ARNS; 4 PSICÓLOGA – CRP 08/20926 – RESIDENTE DO 1º ANO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DO IDOSO NO HOSPITAL DO IDOSO ZILDA ARNS; 5 MÉDICO – CRM-PR 24817- MÉDICO PNEUMOLOGISTA DO HOSPITAL DO IDOSO ZILDA ARNS.

APRESENTADOR(ES): DENISE RIBAS JAMUS;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): dejamus_psi@yahoo.com.br; djamus@feaes.curitiba.pr.gov.br;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: HOSPITAL DO IDOSO ZILDA ARNS

RESUMO: O tabagismo é considerado um problema de saúde pública, devido às altas taxas de mortalidade. Gera gastos com assistência médica, compromete a renda familiar, exacerbando a pobreza e falta de escolaridade e também ocasiona a perda de produtividade devido às doenças relacionadas ao tabaco. No âmbito da Psicologia, pode-se destacar a dependência psicológica causada pelo tabaco, que se refere ao sentido que os fumantes atribuem ao cigarro e ao hábito de fumar. O psicólogo pode auxiliar: no desenvolvimento de práticas que auxiliem a população tabagista na cessação do hábito e no dimensionamento de problemas psicológicos que possam estar dificultando o abandono do cigarro, prezando o desenvolvimento do autocontrole e autonomia do indivíduo na tentativa de propiciar maiores recursos para mudanças de comportamento 1,2,3. OBJETIVO: Expor as atividades desenvolvidas pela psicologia no ambulatório de cessação de tabagismo de um hospital da cidade de Curitiba - PR. MÉTODO: Segundo a proposta do Programa Nacional de Controle do Tabagismo (PNCT) - que prioriza a cessação do tabagismo por meio de atividades grupais - foi iniciado o Ambulatório de Cessação do Tabagismo em julho de 2014 o qual possui uma equipe multiprofissional composta por médico pneumologista, fisioterapeutas, nutricionistas, farmacêuticas e psicólogas. Busca atender pacientes e funcionários que desejam parar de fumar por meio de intervenções baseadas na terapia cognitivo-comportamental, no apoio medicamentoso e orientações. As sessões são estruturadas por temáticas e ocorrem semanalmente durante um mês, totalizando 4 sessões com duração de uma hora. Após as quatro primeiras sessões cada participante segue em acompanhamento individual a fim de prevenir possíveis recaídas. DESENVOLVIMENTO: No período de julho de 2014 a junho de 2015 foram atendidos 34 pacientes. Destes 14 (41,1%) pararam de fumar, 18 (52,9%) reduziram o consumo e 02 (5,8%) foram a óbito. Tais resultados foram atingidos através de um trabalho multiprofissional, onde a psicologia auxiliou os pacientes na compreensão dos fatores ambientais e emocionais atrelados ao hábito tabagista, desenvolvendo estratégias para manejo da dependência, na prevenção de recaída através de controle dos estímulos e ampliação da percepção dos efeitos positivos da abstinência. Também atuou na elaboração de materiais informativos, avaliação do nível de dependência a nicotina e motivação do paciente a fim de individualizar atenção para cada participante. CONCLUSÕES: A atuação da psicologia desenvolvida no grupo de tabagismo tem se demonstrando eficaz, pois proporciona um espaço de escuta e acolhimento, expressão de sentimentos, possibilitando a descoberta de novas potencialidades através da superação de dificuldades com o cigarro, promovendo maior qualidade de vida através de estilos de vida mais saudáveis e auxiliando na redução do hábito tabagista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1 Instituto Nacional de Câncer (Brasil). Organização Pan-Americana da Saúde. Pesquisa especial de tabagismo – PETab: relatório Brasil / Instituto Nacional de Câncer. Organização Pan-Americana da Saúde. – Rio de Janeiro: INCA, 2011.

2 LUCCHESI, R. et al. A tecnologia de grupo operativo aplicada num programa de controle do tabagismo. Texto Contexto Enfermagem, Florianópolis, 2013, vol.4, n.22, pp. 918-26.

3 ZANELATTO, N. A.; LARANJEIRA, R. O Tratamento da Dependência Química e as Teorias Cognitivo-Comportamentais: Um Guia para Terapeutas. Porto Alegre: Artmed, 2013.

TÍTULO DO TRABALHO:

CUIDADO: FRÁGIL! – UM ESTUDO SOBRE O USO DE DISPOSITIVOS DE RETENÇÃO INFANTIL EM CURITIBA

AUTOR(ES): 1 EDUARDA LEHMANN BANNACH; 2 CAROLINA VIEIRA GOULART; 3 ALESSANDRA SANT'ANNA BIANCHI

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 ACADÊMICA EM PSICOLOGIA; 2 ACADÊMICA EM PSICOLOGIA; 3 PSICÓLOGA COM DOUTORADO EM PSICOLOGIA

APRESENTADOR(ES): EDUARDA LEHMANN BANNACH;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): eduardabannach@gmail.com; carolinafranceschiv@gmail.com; asbianchi1@terra.com.br;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: Universidade Federal do Paraná; Psicologia;

RESUMO: Os Dispositivos de Retenção Infantil (DRI) são importantes para a segurança das crianças em caso de freadas e acidentes de trânsito e, por isso, são obrigatórios por lei de acordo com a idade de cada criança. E, no entendimento internacional, o peso também é um critério crucial. Por conta disso, esta pesquisa objetivou verificar a utilização destes equipamentos de segurança por pais de Curitiba, perguntando a eles quem orientou a compra do DRI e por que o utilizam em seus filhos. Para isso, um survey foi aplicado em locais públicos de Curitiba, em adultos que estavam com crianças de até 10 anos e possuíam carros, 90 pessoas participaram da pesquisa, sendo 78,9% do sexo feminino. Como resultado, foi obtido que a maioria dos pais procuram prezar pela segurança da criança (76,6%), entretanto, existem irregularidades quanto aos dispositivos de segurança e ao modo de transportar a criança dentro do veículo: 25 das 90 crianças estão utilizando o dispositivo errado para seu peso; crianças com menos de 1,45 metros (altura necessária para poder usar o cinto de segurança) utilizando apenas o cinto de segurança como retenção (quase 7%); crianças transportadas sem dispositivo de segurança algum, na situação em que vão no colo de outro adulto dentro do carro (4,5% das crianças). Estas e outras situações encontradas configuram em uma ameaça à segurança da criança no trânsito. Quanto a orientação da compra do DRI, em 63% dos casos ocorreu sem orientação alguma. Outro dado importante encontrado é que o pediatra, profissional que deveria orientar as famílias sobre a segurança da criança, apareceu na resposta de apenas um dos participantes, demonstrando que este assunto não vem sendo tratado nas anamneses de cada consulta. É interessante que em 19% dos casos esta ocorreu com orientação da mídia. Ou seja, se campanhas sobre o uso de DRI forem realizadas, incluindo as normas presentes na lei das cadeirinhas, muitos pais poderiam ser influenciados a realizar escolhas mais conscientes sobre qual DRI utilizar para transportar seu filho. Este resultado indica a necessidade de campanhas que orientem os pais qual o modelo adequado de DRI para seus filhos, bem como a importância de seu uso correto, fator este decisivo para a segurança das crianças no trânsito. Como foi verificado que as pessoas também são orientadas pelos vendedores de lojas e instrutores de autoescola, surge a possibilidade de pensar na realização de treinamento para ampliar a instrução destes profissionais a respeito do assunto e assim ampliar o uso adequado do dispositivo de retenção infantil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

HODGES, N. L.; SMITH, G. A. Car Safety. Pediatrics in review/American Academy of Pediatrics, v. 35, n. 4, p. 155-161, 2014.; OLIVEIRA, S. R. L., et al. Utilização de assentos de segurança por crianças matriculadas em creches. Revista Saúde Pública, n. 43, v. 5, p. 761-767, 2009.;

WILL, K. E., et al. Evaluation of the Boost 'em in the Back Seat Program: Using fear and efficacy to increase booster seat use. Accident Analysis and Prevention, v. 41, p. 57-65, 2009.

TÍTULO DO TRABALHO:

DA CIDADANIA NEGADA AO SUJEITO DE DIREITOS: MARCOS HISTÓRICOS DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

AUTOR(ES): 1 KEILA RENATA DE BRITO FREDERICHI; 2 MARIA CLARA BRITO FREDERICHI;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 MESTRE EM PSICOLOGIA UNIR/2013, PSICOLOGIA UNIB/1999; 2 ESPECIALISTA EM GESTÃO EM GESTÃO PÚBLICA UNINTER/2014, ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS, FACULDADES HOYLER/1999.

APRESENTADOR(ES): KEILA RENATA DE BRITO FREDERICHI;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): keilafrederichi@hotmail.com; clarafrederichi@hotmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: 1 Faculdades Associadas de Ariquemes-RO, Docente; 2 Prefeitura Municipal de Rondonópolis-MT, Agente Administrativo;

RESUMO: Introdução: No Brasil, a assistência à população infanto-juvenil existe desde o período colonial, contudo, se apresentava com práticas religiosas e assistencialistas marcadas por influências dos higienistas e juristas que ora viam as crianças como seres indefesos e que careciam de cuidados, ora delinquentes que precisavam ser separados da sociedade. Um longo percurso se deu até chegar aos marcos legal dos direitos das crianças e dos adolescentes. Objetivos: Este trabalho objetiva analisar os marcos históricos ocorridos no Brasil que contribuíram para os avanços legais em relação aos direitos das crianças e adolescentes. Método: Por meio de uma pesquisa bibliográfica, este trabalho traça as diferentes concepções da infância ao longo do tempo e dos modos de assistência promovidos, sobretudo à infância pobre. Desenvolvimento: Segundo Marcílio (2006) a criança marginalizada e pobre, sempre despertaram interesse da sociedade brasileira reproduzindo práticas da Europa. Foi assim que criaram no país, a "Casa dos Muchachos", a "Roda dos Expostos" e os modelos de orfanato, reformatórios até chegar à FEBEM, à Fundação Casa e às modalidades de acolhimento institucional. Rizzini (2004) aponta que durante muito tempo prevaleceu uma visão dicotômica da criança carente e do adolescente delinquente. As políticas públicas foram construídas com a tradição de institucionalizar crianças e adolescentes e valorizar a educação promovida por terceiros, notadamente pelo Estado. Por trás dessa cultura, há uma crença na culpabilização das famílias, responsabilizando-as pela falta de cuidado e condições básicas de sobrevivência. Deste modo, as políticas que se seguiram foram amparadas pelo Código de Menores (1929, 1979), o Serviço de Atenção à Menores (SAM, 1941), no período da ditadura, a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM, 1964), à Política Nacional do Bem Estar do Menor (PNBEM). Com a redemocratização do país por volta de 1980, setores organizados da sociedade começaram a questionar as modalidades de assistência infanto-juvenil (RIZZINI, 2004; 2008). Após a Constituição Federal (1988) e com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), passaram a ser vistos como sujeitos de direitos. Portanto, gozam dos direitos humanos consagrados a todas as pessoas - e além destes, "de direitos especiais, em função de sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento" (BERNARDI, 2010, p.14). Conclusão: Observa-se que muito se avançou em relação aos direitos de crianças e adolescentes, porém há ainda muito por fazer, a começar pela diminuição das desigualdades sociais. Para bem atender às necessidades de crianças e adolescentes é necessário compreender as particularidades de cada um, considerando o que é singular e plural em cada sujeito no contexto em que está inserido. Referências: BERNARDI, D. C. F. Cada caso é um caso: estudos de caso, projetos de atendimento. São Paulo: Associação Fazendo História, 2010; BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Senado, 1990; MARCÍLIO, M. L. História social da criança abandonada. São Paulo: Hucitec, 2006; RIZZINI, I. A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004; RIZZINI, I. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BERNARDI, D. C. F. Cada caso é um caso: estudos de caso, projetos de atendimento. São Paulo: Associação Fazendo História, 2010;

MARCÍLIO, M. L. História social da criança abandonada. São Paulo: Hucitec, 2006;

RIZZINI, I. A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004;

RIZZINI, I. O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

TÍTULO DO TRABALHO:

DO CURRÍCULO AO MEMORIAL: COMO É O PROCESSO SELETIVO NOS GRUPOS PET DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ?

AUTOR(ES): 1 ALESSANDRA BIANCHI; 2 EDUARDA BANNACH; 3 THIAGO OLIARI; 4 ELISA OLIVEIRA; 5 EMILY OLIVEIRA; 6 CAROLINA GOULART; 7 MATEUS ANTONIO; 8 NICOLE KRACHENSKI..

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 PSICÓLOGA COM DOUTORADO EM PSICOLOGIA; ACADÊMICOS DE PSICOLOGIA

APRESENTADOR(ES): EDUARDA BANNACH; THIAGO OLIARI; ELISA OLIVEIRA; EMILY OLIVEIRA;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): bianchi@ufpr.br; eduardabannach@gmail.com; t.oliari.ribeiro@gmail.com; elisa2312@gmail.com; emilycoliveira@yahoo.com.br;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO;

RESUMO: Os grupos do Programa de Educação Tutorial (PET), da Universidade Federal do Paraná (UFPR) - o qual é orientado pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão – podem ser interdisciplinares (conjunto de cursos) ou de um curso específico e contam com um processo de seleção para bolsistas e voluntários. Esta pesquisa tem como objetivo identificar como é feito o processo seletivo para integrantes dos grupos PET (Programa de Educação Tutorial) na Universidade Federal do Paraná (UFPR). As informações foram coletadas a partir dos editais de seleção dos grupos PET da Universidade Federal do Paraná. Os editais foram obtidos através de contato com alguns grupos e principalmente por busca na internet. Foram localizados os editais de processos seletivos de 21 dos 22 grupos da UFPR. Os dados dos grupos foram divididos em categorias criadas a partir das informações contidas nos editais, sendo elas: Modo de Inscrição no Processo Seletivo, Documentos Exigidos e Detalhamento do Processo. Além disso, foram analisados os números de vagas disponibilizadas pelo grupo PET para aquele edital - para bolsistas e não bolsistas. Os grupos PET da UFPR estruturam seus processos seletivos em diferentes etapas. A realização de uma entrevista é a etapa mais presente dentre os processos, sempre avaliada perante uma banca. De acordo com o que está descrito no edital de cada grupo, 10 grupos destacam como uma das etapas de seus processos seletivos a análise dos documentos do candidato, como currículo, histórico escolar ou projeto de pesquisa. É requisitada por oito grupos a realização de uma prova escrita com temas relacionados a cada curso e por seis grupos a elaboração de uma redação. Cinco grupos realizam uma dinâmica de grupo e outros cinco exigem que os candidatos participem de suas atividades durante determinado tempo caracterizando uma vivência. O processo seletivo de dois grupos também conta com uma reunião com os candidatos. Conclui-se, portanto, que o processo é realizado de forma bastante heterogênea nos diferentes grupos, mostrando uma diversidade de estratégias de compreensão sobre a forma de melhor selecionar os futuros petianos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. Manual de Orientações – PET. Brasília: 2002; NEVES, M. C. D. O processo PET: correspondência de uma guerra particular. Maringá: LCV/Massoni, 2003.

TÍTULO DO TRABALHO:

EFEITO DO TREINO DE RELAÇÕES AUTOCLÍTICAS RELACIONAIS EM TAREFAS DE EQUIVALÊNCIA DE ESTÍMULOS

AUTOR(ES): 1 MAICON DOUGLAS FERREIRA DE ALMEIDA; 2 CAIO AUGUSTO GEISLER CAVAZZANI; 3 MARCOS ROBERTO GARCIA; 4 JOÃO JULIANI; 5 MÁRCIO FELIPE TARDEM; 6 MARIA MARTHA COSTA HUBNER

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 GRADUANDO DE PSICOLOGIA - (4º ano) – PUC-PR. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC pela PUCPR; 2 GRADUANDO DE PSICOLOGIA (3º ano) – PUC-PR. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC pela Fundação Araucária; 3 PSICÓLOGO – (UEL/1996), Especialista em Terapia analítico comportamental pela Universidade Estadual de Londrina (1998), mestre em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento pela PUC-SP(2001) e Doutor

pelo programa de Psicologia Experimental da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador do Comportamento verbal e da correlação entre dizer e fazer na Análise do Comportamento. Tem experiência na área de Psicologia com ênfase em Intervenção Terapêutica, atuando principalmente nos seguintes temas: análise do comportamento, comportamento verbal, relação terapêutica e correspondência entre dizer e fazer. JOÃO JULIANI - Possui graduação em Psicologia - Formação de Psicólogo pela Universidade Estadual de Londrina (1987), mestrado em Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial) pela Universidade Federal de São Carlos (1993) e doutorado em Psicologia (Psicologia Experimental) pela Universidade de São Paulo (1999). Atualmente é coordenador do Curso de Psicologia -PUCPR- Câmpus Londrina. Tem experiência na área de Psicologia e Educação Especial; MÁRCIO FELIPE TARDEM - Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Filadélfia-UniFil, Londrina-PR (2012). Especialista em Análise do Comportamento Aplicada pelo Centro Universitário Filadélfia-UniFil, Londrina-PR (2013). Foi estagiário da Applied Behavioral Consultant Services (ABCS) em uma intervenção ABA (Applied Behavior Analysis) junto a um adulto autista, sob a supervisão da Dra. Gladys Williams em Nova Iorque (2011). Foi estagiário da David Gregory School em intervenção ABA (Applied Behavior Analysis) com crianças autistas em New Jersey (2011). Atualmente é psicólogo clínico do Instituto de Psicologia e Análise do Comportamento (IPAC), trabalhando com crianças (desenvolvimento típico e atípico), adolescentes e adultos; Supervisor clínico do Centro para o Autismo e Inclusão Social (CAIS) na Universidade São Paulo (USP); MARIA MARTHA COSTA HUBNER - Graduiu-se em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1979), concluiu mestrado e doutorado em Psicologia (Psicologia Experimental) pela Universidade de São Paulo (1982 e 1990, respectivamente. Atualmente é professora associada (Livre Docente) na Universidade de São Paulo. Foi presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia de 2002 a 2005; coordenou o programa de Pós Graduação em Psicologia Experimental da USP (nota máxima na CAPES) de 2005 a novembro de 2012; foi presidente da Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental por dois biênios 2008/2009 e 2010/2011. Em 2014 foi eleita Presidente da Association for Behavior Analysis International (ABAI- 2014 a 2017), tendo atuado junto ao Conselho Executivo da ABAI de 2009 a 2014 (Maio) como Representante Internacional eleita. É membro de contato da B.F. Skinner Foundation. Atualmente coordena o Serviço de Psicologia da Divisão de Psiquiatria e Psicologia do Hospital Universitário da USP. É pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia- Estudos sobre Comportamento, Cognição e Ensino. Tem experiência de docência, pesquisa e aplicação em Psicologia, em Análise do Comportamento, atuando principalmente nos seguintes temas: comportamento verbal, aprendizagem, leitura, equivalência de estímulos, leitura recombinativa, autismo e terapia comportamental..

APRESENTADOR(ES): MAICON DOUGLAS FERREIRA DE ALMEIDA; MARCOS ROBERTO GARCIA; CAIO AUGUSTO GEISLER CAVAZZANI.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): maickon.d@hotmail.com; caio_agc@hotmail.com; roberto.garcia@pucpr.br;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: PUCPR - Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Psicologia Experimental

RESUMO: O aumento das pesquisas na análise do comportamento sobre a compreensão do comportamento simbólico vem crescendo nos últimos anos. Para Skinner (1978) a linguagem é uma forma de comportamento que é modelada e mantida por ambientes verbais e culturais através da mediação dos outros (falantes e ouvintes). O autor coloca cinco tipos de operantes verbais básicos ou primários: mando, tato, intraverbal, ecoico e textual e as relações verbais secundárias, o qual denominou de autoclíticas. Este estudo teve como objetivo verificar se as relações autoclíticas interferem na formação e velocidade de classes de equivalência de estímulos, e se as relações autoclíticas são formadas a partir da formação de classe de equivalência de estímulos. participaram da pesquisa seis crianças que foram divididas aleatoriamente em dois grupos. O Grupo 1 passou por 5 etapas: Screening (nomeação de estímulos), modelagem de relações autoclíticas (era modelado o repertório verbal para que a criança utilizasse o autoclítico relacional “Vai com”/”Combina com”), treino de simetria, teste de equivalência e teste de relações autoclíticas. E o Grupo 2 passou pelas mesmas etapas, exceto a modelagem de relações autoclíticas. O Grupo 1, nos testes de equivalência, acertou noventa por cento do teste, considerando que todos conseguiram realizar os testes. no grupo 2, apenas o participante P6 conseguiu alcançar uma taxa de acertos para ser considerada uma relação confiável de equivalência entre estímulos. os participantes P4 e P5 não alcançaram oitenta por cento de taxa de acertos nos testes de equivalência de estímulos. Os resultados obtidos evidenciam que a formação de classes de equivalência de estímulos é influenciada pelo treino individual de relações autoclíticas. Não obstante, nota-se que a velocidade de formação das classes equivalentes foi mais rápida, comparando o tempo de formação entre os grupos, quando houve treino anterior (Grupo 1) às tarefas de equivalência com autoclíticos relacionais, demonstrando que uma história de treinamento neste operante verbal pode facilitar e acelerar o processo de formação de classes de equivalência de estímulos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

SKINNER, B. F. O Comportamento Verbal. São Paulo: Cultrix, 1978.; SIDMAN, M. Equivalence relations and the reinforcement contingency. Journal of the experimental analysis of behavior. p.127-146, july, 2000.;

HUBNER, M. M. C. Controle de estímulos e relações de equivalência. Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, v. 8, n. 1, p. 095-102, 2006.;

SIDMAN, M., & TAILBY, W. (1982). Conditional discrimination vs. matching to sample: An expansion of the testing paradigm. Journal of the Experimental Analysis of Behavior, 37, 5-22.

TÍTULO DO TRABALHO:

EXPERIÊNCIAS DE GRUPO DE FAMÍLIAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL

AUTOR(ES): LIGIA FUKAHORI

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): PSICOLOGIA; MESTRADO EM ANÁLISE DO COMPORTAMENTO; ESPECIALIZAÇÃO EM CUIDADO E ACONSELHAMENTO FAMILIAR (EM ANDAMENTO)

APRESENTADOR(ES): LIGIA FUKAHORI;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): ligiafukahori@hotmail.com ; ligia.fukahori@londrina.pr.gov.br ;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: CREAS 3/ Secretaria Municipal de Assistência Social / Prefeitura Municipal de Londrina;

RESUMO: A violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes é um fenômeno complexo e multifatorial, devendo ser considerados aspectos sociais, psíquicos, de desenvolvimento, da dinâmica familiar incestuosa, entre outros, com consequências que podem se estender não apenas ao longo da vida da pessoa vitimada, como também na perpetuação do fenômeno entre diversas gerações. A violência perpetrada pelas famílias explicita uma relação de poder do adulto sobre crianças e adolescentes. No município de Londrina o CREAS 3 tem como objetivo o acompanhamento psicossocial de crianças/adolescentes vítimas de: violência física, psicológica e negligência (de natureza intrafamiliar); violência sexual (abuso e/ou exploração sexual comercial de naturezas intrafamiliar e extrafamiliar); e crianças e adolescente em situação de rua. Além do atendimento aos infantes o CREAS 3 faz o acompanhamento das famílias destas, através de orientações em atendimentos particularizados e coletivos. Entre os atendimentos coletivos, há a oferta de grupos de família. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é analisar comparativamente duas formas diferentes de grupos de famílias atendidos no CREAS de Londrina-PR, através dos relatos dos participantes. O Grupo 1 constituiu-se em um grupo fechado, com 10 participantes, frequência semanal, duração de 1:30h, no qual eram trabalhados temas e atividades pré-definidas. O Grupo 2 foi aberto, ou seja, os participantes poderiam iniciar ou deixar de fazer parte conforme a necessidade. Também ocorriam semanalmente, com o mesmo tempo de duração. Os encontros eram conduzidos a partir da fala dos participantes, suas demandas a respeito do relacionamento familiar, preocupações, dificuldades e sentimentos diante de dificuldades pessoais e relacionais. Através do relato dos participantes, percebeu-se que ambas as modalidades grupais apresentadas tem se demonstrado úteis para a promoção de reflexão e mudança nos relacionamentos familiares, melhoria da autoestima dos participantes, fortalecimento pessoal dos cuidadores, assim como melhoria na definição dos papéis familiares e da afetividade entre os membros da família.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FURNISS, Tilman. Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GUERRA, V. N. A. Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HABIGZANG, Luísa Fernanda; KOLLER, Silvia Helena (Org.). Violência contra crianças e adolescentes: Teoria, pesquisa e prática. Porto Alegre: Artmed, 2012.

HABIGZANG, Luísa Fernanda; KOLLER, Silvia Helena (Org.). Intervenção Psicológica para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: Manual de capacitação profissional. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

TÍTULO DO TRABALHO:

IMPACTOS DA POBREZA NO DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE COMUNITÁRIA

AUTOR(ES): 1 CLARICE REGINA CATELAN FERREIRA; 2 CRISTIANE RODRIGUES LOPES; 3 LUCIANA TALINI DASSOLER.

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 MESTRE EM PSICOLOGIA E COORDENADORA DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR CAMPUS CASCAVEL - PARANÁ E ORIENTADORA DO PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - PIC "IMPACTOS DA POBREZA NO DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE COMUNITÁRIA"; ACADÊMICAS DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR CAMPUS CASCAVEL - PARANÁ E PARTICIPANTE DO PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - PIC "IMPACTOS DA POBREZA NO DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE COMUNITÁRIA".

APRESENTADOR(ES): CRISTIANE RODRIGUES LOPES; LUCIANA TALINI DASSOLER.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): claricecatelan@unipar.br; cris_rodrigues@hotmail.com; lucianatalinidassoler@hotmail.com

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: 1 COORDENADORA DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR CAMPUS CASCAVEL - PARANÁ E ORIENTADORA DO PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - PIC; ESTUDANTES DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE PARANAENSE - UNIPAR CAMPUS CASCAVEL - PARANÁ E PARTICIPANTES DO PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - PIC

RESUMO: Introdução: Introdução: O trabalho aqui apresentado trata-se da apresentação do projeto de pesquisa que vem sendo desenvolvido em parceria entre a UNIPAR e a Universidade Federal do Ceará. De acordo com Sen (2000, apud CIDADE, MOURA JR, XIMENES, 2012) a pobreza advém da supressão de diversos recursos, onde o sujeito é privado de realizar suas necessidades básicas. Destacamos também que a pobreza está entre os determinantes da saúde no modelo propostos de Dahlgren e Whitehead (BUSS e FILHO, 2007) e utilizado pela ONU para a proposição política de superação de vulnerabilidades.

Objetivo: Estudar as implicações psicossociais da pobreza na vida dos moradores da área rural de cidades dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Amazonas e Ceará, com o intuito de levantamento de dados sobre os impactos da pobreza na constituição do psiquismo no Brasil, com amostragens de diversas regiões do país a compor dados nacionais que possam subsidiar políticas públicas de superação da pobreza e transformação social. Métodos: A pesquisa se inicia com estudo bibliográfico, a coleta de dados está sendo feita por meio de aplicação de questionários e realização de grupo focal. A análise dos dados se dará por meio de análise qualitativa e quantitativa. Na pesquisa quantitativa será utilizado um questionário, constituído com escalas e perguntas. Na pesquisa qualitativa serão utilizados grupos focais (MONTERO, 2006) e observação participante (BRANDÃO, 1999). A partir de contato direto com os profissionais do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que atende a área de abrangência rural de Cascavel/PR são selecionadas as famílias junto às quais são aplicados os questionários desta pesquisa. Os dados obtidos serão tabulados e analisados à partir das referências teóricas que subsidiam esta pesquisa.

Resultados: Iniciamos em 2014 com a aplicação de questionário piloto. No mês de março de 2015 foi realizado um seminário na UFC (Universidade Federal do Ceará) para discussão e implementação do questionário na versão final. Nesta etapa atual trabalhamos com a aplicação dos questionários.

Conclusão: A partir do levantamento bibliográfico é possível o reconhecimento da relevância da temática em estudo, principalmente quando consideramos que o psicólogo cada vez mais vem atuando em políticas públicas e que, sendo o Brasil um país que busca a superação da pobreza, conhecer os impactos que ela acarreta permite a proposição de atuação profissional implicada com a realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRANDÃO, I. As Bases Epistemológicas da Psicologia Comunitária. In I. Brandão; Z. Bomfin. Os Jardins da Psicologia Comunitária – escritos sobre a trajetória de um modelo teórico-vivencial (pp.15-30). Fortaleza: Pró-Reitoria de Extensão da UFC, 1999.

BUSS, P. M. FILHO, A.P. A Saúde e Seus Determinantes Sociais. PHYSYS: Rev. De Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93. 2007.

CIDADE E.C., MOURA Jr., J.F. e XIMENES, V.M. Implicações Psicológicas da Pobreza na Vida do Povo Latino-americano. Psicologia Argumento, Curitiba, v. 30, n. 68, p. 87-98, jan./mar. 2012.

MONTERO, M. Hacer e transformar. El método em Psicologia Comunitária. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2006.

TÍTULO DO TRABALHO:

MEDICALIZAÇÃO DA INFÂNCIA NAS PESQUISAS CIENTÍFICAS: O QUE DIZEM OS ESTUDOS NA ÁREA DA MEDICINA, EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA?

AUTOR(ES): 1 LORENA CARRILLO COLAÇO; 2 SILVANA CALVO TULESKI;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 MESTRANDA; 2 DOUTORA.

APRESENTADOR(ES): LORENA CARRILLO COLAÇO;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): lcc.lorena@gmail.com ; silvanatuleski@gmail.com ;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: Universidade Estadual de Maringá - UEM;

RESUMO: A patologização de crianças/adolescentes em idade escolar resulta no diagnóstico de transtornos como, por exemplo, o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). As características e os critérios diagnósticos do TDAH são apresentados no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, que está em sua 5ª edição (DSM-V), publicada pela American Psychiatric Association (APA) e na Classificação Internacional de Doenças (CID-10), publicada pela Organização Mundial da Saúde. O objetivo desta pesquisa foi o de compreender como as áreas da Medicina, Educação e Psicologia entendem o fenômeno do TDAH e, para isso, foram pesquisadas teses e dissertações da Universidade de São Paulo (USP). A escolha por esta universidade se justifica pela presença de pesquisadores de todo país em suas produções acadêmico-científicas e pela presença das três áreas em seus programas de pós-graduação (Faculdade de Medicina, Faculdade de Educação e Instituto de Psicologia). Foram pesquisados trabalhos que trouxessem o TDAH, desenvolvimento do psiquismo, desenvolvimento da atenção, entre outros e que tivessem sido desenvolvidos entre 2005 e 2014 – últimos 10 anos. Foram encontrados 12 trabalhos na área da Medicina, 23 em Educação e 15 em Psicologia. Entre os autores da área médica não houve consenso em vários dados como: prevalência do transtorno na população, a causa e a eficácia do Metilfenidato (Ritalina). Já entre autores da Educação, os trabalhos tiveram, no geral, uma vertente crítica sobre o fenômeno da produção de patologias no ambiente escolar, enfatizando possibilidades de atuação à luz de princípios da Psicologia Histórico-Cultural. Finalmente, entre autores da Psicologia, houve um equilíbrio entre autores que defendem a veracidade do TDAH (utilizando um viés psicanalítico) e os que problematizam sua produção e seus efeitos na escola, destacando as consequências para o desenvolvimento para as crianças. Observa-se ainda a prevalência de trabalhos nas três áreas, cuja causa para o transtorno é localizada no sujeito (biológica, psicológica) ou do entorno familiar. Porém, ela pode, e na maioria das vezes está, vinculada e enraizada na escola e nas políticas educacionais, que se eximem dessa responsabilidade a partir da medicalização da criança. Neste sentido, os trabalhos na área da Educação, em sua maioria, vêm protagonizando um avanço na discussão desta temática, trazendo temas, como, o resgate do papel do professor e a produção das queixas escolares, para análise. Já em alguns trabalhos da Psicologia e em todos da Medicina foi possível observar que questões referentes ao desenvolvimento do psiquismo são vistas sob um olhar organicista, culpabilizando sempre o indivíduo pelo seu não-aprendizado, e desviando o olhar e crítica das políticas públicas, do funcionamento da instituição escolar e do modo como a sociedade atual se organiza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

VYGOTSKI, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: L.S. Vigotskii; A.R. Luria & A.N. Leontiev (Orgs.). Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem (pp. 103-118). São Paulo: Ícone, 2010.;

VYGOTSKI, L.S. Génesis de las funciones psíquicas superiores. In: L.S. VYGOTSKI. Obras Escogidas. (tomo III, p. 139-168). Madrid: Visor, 2000.; PATTO, M. H. S. Para uma crítica da razão psicométrica. Psicol. USP, v. 8, n. 1. São Paulo: USP, 1997.

TÍTULO DO TRABALHO:

MODELO PSICOSSOCIAL DE ATENDIMENTO: UM MODELO DE REFERÊNCIA NO MUNICÍPIO DE CARAMBEÍ SENDO ESTABELECIDO A PARTIR DE PONTOS DE ENCONTROS

AUTOR(ES): 1 ANA CAROLINE DOBRUSKI DITZEL; 2 JULIANO DEL GOBO;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 ESTUDANTE DE PSICOLOGIA; 2 PSICÓLOGO/ ESPECIALISTA EM METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR, MESTRANDO DO PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAL APLICADAS.

APRESENTADOR(ES): ANA CAROLINE DOBRUSKI DITZEL; JULIANO DEL GOBO;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): anadobruski18@hotmail.com.br; jdg.psicologia@gmail.com

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: INSTITUIÇÃO SANT'ANA- IESSA.;

RESUMO: Este trabalho parte de experiência de estágio em Psicologia da Saúde em serviço público de um município de pequeno porte, que visou acompanhar a implementação de uma política municipal de saúde mental. A política nacional de saúde mental veio a organizar a atenção psicossocial a partir de serviços abertos de caráter comunitário e suporte terapêutico diversificado (Lei 10216/2002). Os chamados Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) foram os equipamentos pioneiros, já tendo sido implantados serviços, ainda na década de 80. Passados alguns anos, a expansão da rede psicossocial é notável em várias regiões, contudo permanecem desafios. Entre eles, a realidade do município estudado pode ser considerada; com elevado uso de psicotrópicos prescritos por médicos clínicos, o atendimento à saúde mental é realizado de forma fragmentada e sem protocolos elaborados, se dá de forma desordenada. Entre transtornos mentais comuns; graves e problemas relacionados com álcool e outras drogas, o cotidiano dos serviços é dinâmico e pouco resolutivo. Observa-se número significativo de internações psiquiátricas e descontinuidade dos atendimentos quando desse rompimento. Tendo o estágio como campo privilegiado de observação, este estudo teve por objetivo compreender o modelo de atendimento em saúde mental que vinha sendo buscado implementar pelo Setor de Psicologia. Para isso utilizou os seguintes recursos para coleta de dados: Observação participante, pesquisa nos documentos norteadores do serviço e pesquisa bibliográfica. Entre as atividades realizadas, estavam: acolhimento aos usuários, sensibilização da rede de profissionais o cuidado descentralizado; acompanhamento a usuários e familiares, avaliação e estratificação de risco, elaboração de plano de cuidado, articulação intersetorial, estímulo ao controle e à participação social, ainda, se registrou ações de mobilização da sociedade com eventos sobre saúde mental. Conclui-se que o modelo de atendimento perseguido no município estudado foi o modelo psicossocial, sustentado em Paulo Amarante (2007). Nesse modelo as políticas de saúde mental e atenção psicossocial devem organizar-se em 'rede', isto é, formando uma série de pontos de encontro, de trajetórias de cooperação e de simultaneidade de iniciativas e atores sociais envolvidos. Nota-se ainda, o incentivo da inserção ativa de cada profissional, bem como de cada usuário e familiar, na tarefa de um cuidado conjunto, onde os saberes, deveres e direitos devem ser buscados em cooperação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMARANTE, Paulo. Saúde mental e atenção psicossocial. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007;

ARBEX, Daniela. Holocausto Brasileiro: Vida, Genocídio e 60 Mil Mortes No Maior Hospício do Brasil;

GOES, Herbert Leopoldo de Freitas; ET ALL. Atendimento Multidisciplinar a Familiares dos Pacientes Internados no Hospital Regional do Vale do Ivaí: Relato de Experiência. Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa, Revista Anual de Metodologia De Pesquisa, Universidade Estadual de Maringá, N 6, 1995;

IGNATOWISZ, Grace. Surto. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2006

TÍTULO DO TRABALHO:
OS DIREITOS HUMANOS QUE A TECNOLOGIA NÃO VÊ

AUTOR(ES): 1 ARYANE LEINNE OLIVEIRA MATIOLI; 2 AMANDA GARCIA PESSOA DE ÁVILA CAMPOS; 3 MAYARA MATHEUS COUTINHO DOS SANTOS;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 PSICÓLOGA ESPECIALISTA; 2 PSICÓLOGA; 3 PSICÓLOGA E DOULA.

APRESENTADOR(ES): AMANDA GARCIA PESSOA DE ÁVILA CAMPOS;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): ariane.matioli@hotmail.com; amanda18.psicologia@gmail.com; may_mmc@hotmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: PSICOLOGIA HOSPITALAR;

RESUMO: Por meio da prática hospitalar, houve inquietações que saltaram à nossa vista quanto ao aspecto humano corrompido, onde, em geral, se valoriza o que é tecnológico e não o que é do humano. As informações que a máquina traz ficam em evidência perante a condição de sujeito. Com o advento da sociedade capitalista, a rotina médica em seus atendimentos não percebe o paciente como sujeito em suas relações e enfocam a doença e seu tratamento. Buscam trocas, onde o modelo biomédico acontece e a divisão mente e corpo se faz presente. Baseado no cotidiano do trabalho profissional de Psicologia Hospitalar, percebemos a atuação além da tecnologia. O olhar incide sobre o sujeito que ali está, mesmo quando este está envolto à tecnologia de alta complexidade que o mantém vivo, como exemplo: Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e clínica de hemodiálise. Este, que não sempre é percebido pela equipe, que objetiva a doença, fragmentando o sujeito naquilo que compete seu trabalho. A máquina traz informações fisiológicas do paciente, enquanto o psicólogo vem desvelar, por meio de uma escuta ativa, aquilo que está além dos aparelhos e que se faz quantificado em exames: quimioterapia, radioterapia, ultrassonografia, tomografia, radiografia, hemograma. A partir de nossa prática e observações, objetivamos explicitar sobre o olhar da psicologia, considerando a tecnologia e os direitos humanizadores tanto dos pacientes quanto dos profissionais, nem sempre observados e cumpridos nas instituições hospitalares. A metodologia utilizada foi pesquisa de campo por observação direta intensiva participante que é composta pela observação seguida de entrevista. Por meio da observação participante, o pesquisador se incorpora ao grupo e participa de suas atividades. A técnica de entrevista utilizada foi não estruturada, na qual o entrevistador tem liberdade para realizar as perguntas de acordo com o que considera adequado. As perguntas podem ser respondidas dentro de uma conversa informal. Além disso, utilizou-se também da técnica de entrevista clínica, uma vez que, o objetivo desta é estudar os motivos, os sentimentos e a conduta das pessoas. O olhar da psicologia percebe uma lacuna, em que as máquinas representam barreira entre profissional e paciente, um obstáculo no relacionamento humano. O olhar da Psicologia vai além daquilo que a máquina informa, visa humanização dos cuidados e atendimento, reconhecendo ali um sujeito com suas singularidades de forma holística, buscando o exercício da multidisciplinaridade, levando em consideração o modelo biopsicossocial recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, S. C. D. Metodologia de Pesquisa. Maringá: Centro Universitário de Maringá, 2014;

CRP, Conselho Regional de Psicologia do Paraná. Caderno de Psicologia Hospitalar. Serie Técnica. IX Plenário CRP-08, Gestão ConexãoPsi, Comissão de Psicologia Hospitalar, Curitiba 2007;

SIMONETTI, A. Manual de Psicologia Hospitalar. O Mapa da Doença. Casa do Psicólogo, São Paulo, 2004;

BENETTON, LG. Temas de Psicologia em Saúde. A Relação Profissional Paciente. 2ª Ed. Editora Segmento, São Paulo, 2002.

TÍTULO DO TRABALHO:
OS PRIMÓRDIOS DA ASSISTÊNCIA EM SAÚDE MENTAL NO BRASIL

AUTOR(ES): GUILHERME BERTASSONI DA SILVA; ADRIANO FURTADO HOLANDA.

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): MESTRE EM PSICOLOGIA; DOUTOR EM PSICOLOGIA.

APRESENTADOR(ES): GUILHERME BERTASSONI DA SILVA.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): silvapsi@hotmail.com.

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, SAÚDE MENTAL.

RESUMO: Introdução: Tratamos neste texto do estudo de legislações referentes à temática de saúde mental, entendendo-se este termo como tocante ao que se refere à loucura e seus tratamentos, ainda que à época não fosse este o uso corrente do termo. Objetivos: Abarcar legislações dos primórdios do desenvolvimento da saúde mental no Brasil, trazendo à tona o início do desenvolvimento da área, podendo referenciar este percurso e as práticas posteriores. Método: Histórico-fenomenológico. Foram selecionados portarias, decretos e leis que apresentam pontos marcantes da solidificação da política oficial de saúde mental, como definições administrativas, de organização de serviços e do modelo assistencial ou de tratamento. Este recorte metodológico se dá por conta da possibilidade de verificação destes documentos, mantidos acessíveis pelos sítios oficiais das instituições públicas estatais, a exemplo da Câmara e Senado Federal. Desenvolvimento: Foram encontradas e discutidas nove relevantes legislações no período, que apontam para regulamentações e mudanças administrativas e terapêuticas no sistema de tratamento hospitalar-manicomial existente à época. Conclusões: Observa-se, no período aqui analisado, o modo de se tratar o louco no Brasil do Império e da República Velha. Os primeiros momentos legislativos serão a base para um modelo de tratamento que tem no hospital psiquiátrico seu principal estruturante. Os pressupostos teóricos hegemônicos sofrem mudança: o deslocamento do alienismo para a psiquiatria biomédica está exposto neste recorte temporal. Este deslocamento, tanto quanto o reconhecimento da psiquiatria dentro da medicina, amplia o campo da psiquiatria enquanto saber, estruturando-se de forma organicista (biomédica), higienista, com a influência descendente de Philippe Pinel e ascendente de Emil Kraepelin e tendo como base técnica o isolamento, tratamento sintomático e punição ocorrendo no interior de ambiente manicomial fechado. O higienismo aparece como importante vetor de mudança na prática que se pretendia aplicar na sociedade brasileira. Uma direção educativa, abrangendo os campos da moral e da intelectualidade, levaria à sensível diminuição das doenças mentais na população, seguindo-se os ideais desta teoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Oda, A. M. G. R; Dalgalarondo, P. (2005) História das primeiras instituições para alienados no Brasil. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, v. 12, n. 3, p. 983-1010, set.-dez. 2005.;

Oliveira, W.F. A compreensão do fenômeno psíquico na modernidade ocidental e a prática da saúde mental e higiênica no Brasil. Caderno Brasileiro de Saúde Mental, v. 4, n. 8, p. 160-165, jan/jun 2012.;

Pinel, P., Haslam, J. Reil, J. C., Esquirol, J. (2012/1809). El nacimiento de la psiquiatria. Buenos Aires: Polemos.;

Yasui, S. (2010). Rupturas e Encontros: desafios da Reforma Psiquiátrica brasileira. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.

TÍTULO DO TRABALHO:
PARE, OLHE E ESCUTE: UM ESTUDO SOBRE CAMPANHAS AUDIOVISUAIS DE CINTO DE SEGURANÇA

AUTOR(ES): EDUARDA LEHMANN BANNACH; ALESSANDRA SANT'ANNA BIANCHI;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO (PSICOLOGIA); 2 PSICÓLOGA COM DOUTORADO EM PSICOLOGIA.

APRESENTADOR(ES): EDUARDA LEHMANN BANNACH;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): eduardabannach@gmail.com ; asbianchi1@terra.com.br;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: Universidade Federal do Paraná; Psicologia;

RESUMO: A elevada mortalidade por conta de acidentes de trânsito representa para o Brasil um problema de saúde pública. O uso de cinto de segurança é um fator importante para evitar mortes nestas situações. Por isso, não utilizar o cinto de segurança é classificado como um comportamento de risco no trânsito, sendo um dos mais nocivos em caso de acidente. Entretanto, apesar deste uso ser obrigatório pelo Código de Trânsito Brasileiro e ter evidente importância na conservação do motorista e passageiros em seus assentos- o que evita que sejam arremessados para fora do veículo e impede-os que batam em outros objetos no interior deste-, não são todos os brasileiros que têm por hábito seu uso. Dessa forma, esta pesquisa propôs-se a investigar as estratégias utilizadas por campanhas de trânsito (audiovisuais) sobre o uso de cinto de segurança. Buscando identificar o tipo de apelo que cada campanha realiza na intenção de alterar o comportamento de não uso de cinto de segurança e, assim, implementar o comportamento de utilizá-lo. As campanhas foram coletadas na Internet (www.youtube.com) utilizando as palavras “campanha cinto de segurança” e “seat belt campaign”. A análise foi realizada ao categorizar cada publicação em um tipo de estratégia, identificando os personagens, o local, o tempo e se há vítimas em cada vídeo, assim como os realizadores das campanhas. Como resultado, foi encontrado que 60% das campanhas nacionais e 75% das internacionais foram promovidas por instituições públicas; as campanhas internacionais têm uma média de tempo quase quatro (3,7) vezes maior em comparação as nacionais; os personagens que mais aparecem são famílias com crianças ou pessoas sozinhas; o ambiente que mais aparece é o carro; na maioria das campanhas não há vítimas; a maioria das campanhas utiliza o apelo do tipo racional. A partir dos dados obtidos foi realizada uma comparação entre os elementos das campanhas nacionais e internacionais e as diferenças e semelhanças encontradas foram analisadas. As campanhas internacionais são mais longas e preferem utilizar vítimas implícitas ou não utilizar este recurso em comparação as campanhas nacionais. Além disso, há semelhança, como os personagens utilizados (exceto o caso da polícia) e o ambiente em que se passa a campanha. Esse trabalho foi realizado porque intervenções preventivas podem contribuir para a redução do número de mortes no trânsito. Dessa forma, os resultados obtidos podem converter-se em meios de desenvolver estratégias de intervenção, objetivando aumentar o uso do cinto de segurança nos bancos dianteiros e traseiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DELHOMME, P., et al. Manual for Designing, Implementing and Evaluating Road Safety Communication Campaigns. Brussels: Belgian Road Safety Institute, 2009.;

NATHANAIL, E.; ADAMOS, G. Road safety communication campaigns: Research designs and behavioral modeling. Transportation Research Part F, v. 18, p. 107–122, 2013.;

CLAYTON, M. C.; HELMS, B. P. Increasing seat belt use on a college campus: an evaluation of two prompting procedures. Journal of Applied Behavior Analysis, v. 42, n.1, p. 161-164, 2009.

TÍTULO DO TRABALHO: PRÓXIMA PARADA: ASSÉDIO SEXUAL?

AUTOR(ES): 1 SANDRA IZABEL VIECELI; 2 STEFANIE LEYSER; 3 ALESSANDRA SANT’ANNA BIANCHI.

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 GRADUANDA EM PSICOLOGIA; 2 GRADUANDA EM PSICOLOGIA; 3 PSICÓLOGA COM DOUTORADO EM PSICOLOGIA.

APRESENTADOR(ES): STEFANIE LEYSER;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): sandravieceli@gmail.com; leyserstefanie@gmail.com; biachi@ufpr.br

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ;

RESUMO: A violência é um fenômeno que atinge a sociedade como um todo, e possui inúmeras categorias. Dentre elas, está o assédio que implica em uma insistência impertinente, em perseguição, ou em abordagem

forçada. O assédio pode ser de ordem moral ou sexual. O assédio sexual corresponde a uma situação em que um comportamento indesejado de caráter sexual se manifesta sob forma física, verbal ou não verbal. Essa temática tem sido recorrente na mídia, por conta da ocorrência exacerbada de tal prática no transporte público, sendo este o foco da pesquisa. O objetivo geral desta pesquisa é verificar dados acerca do assédio sexual no transporte público de Curitiba, sendo os objetivos específicos: verificar as condições em que tal prática ocorre; a prevalência do sexo das vítimas e a aceitação de um ônibus exclusivo para mulheres. O método utilizado para a obtenção de tais informações foi a aplicação de um questionário, composto por 11 perguntas, em 524 usuários do transporte público de Curitiba, sendo 311 mulheres e 213 homens. O uso de tal instrumento se deu nos terminais de ônibus de Curitiba, durante o mês de Outubro de 2014, no horário comercial, e teve duração média de 8 minutos. A partir da análise estatística dos dados coletados, verificamos que 178 (34,4%) dos participantes já sofreram algum tipo de assédio sexual no interior do transporte público de Curitiba, sendo que a maioria (86,5%) era do sexo feminino. Para 76,4% dos participantes desta pesquisa é de extrema importância para a ocorrência do assédio a “Superlotação” dos ônibus. Em relação ao tipo de assédio sexual sofrido mais recorrente, a maioria dos participantes (41,8%) apontou o “Contato físico prolongado”. O horário de pico, das 06h00min às 09h00min e entre as 17h00min e 20h00min, é o mais prevalente para a incidência do assédio sexual no transporte público, 35% dos casos aconteceram na faixa de horário das 18h00min às 21h00min, e 30,5% das 06h00min às 09h00min. A respeito da aceitação da implantação de ônibus exclusivo para as mulheres por parte dos usuários do transporte público de Curitiba, foi verificado que 58,1% são contra esta medida. A maioria das vítimas do assédio sexual no transporte público são mulheres. Vários fatores influenciam e facilitam essa prática, como por exemplo, a superlotação, especialmente em horários de pico. A consequência disso é a falta de segurança, o desconforto e a maior vulnerabilidade de sofrer algum tipo de abuso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. Assédio Moral e Sexual no Trabalho. Cartilha elaborada pela Subcomissão de Gênero com participação da Comissão de Ética do MTE, Brasília, 2010.;

CARDOSO, Leandro; MOREIRA, Bárbara C. S.; OLIVEIRA, Izabela B. de.; SOARES, Raquel S. Análise dos padrões de satisfação feminina em relação ao transporte público coletivo por metrô em Belo Horizonte. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TRANSPORTE E TRÂNSITO, 19., 2013. Brasília. Comunicação Técnica... Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.;

COSTA, Marcela. da. S; SILVA, Antônio. N. R. da. Curitiba, São Paulo ou Brasília: qual o caminho para a mobilidade urbana sustentável? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TRANSPORTE E TRÂNSITO, 19., 2013. Brasília. Comunicação Técnica... São Carlos: Universidade de São Paulo, 2013.

TÍTULO DO TRABALHO: PSICOLOGIA AMBIENTAL: CONSCIENTIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES NA ESCOLA JUNTO AO MATERIAL RECICLÁVEL E INCLUSÃO SOCIAL DOS CATADORES

AUTOR(ES): 1 BÁRBARA WEBER KANG; 2 CARLOS EDUARDO SANTOS; 3 JUSSARA HAHMANN; 4 LEANDRO SILVA; 5 VLADINEIA LILIAN LISBOA.;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): ACADÊMICOS DE PSICOLOGIA.

APRESENTADOR(ES): LEANDRO SILVA

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): leandrometodologo@yahoo.com.br

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: UNIAMÉRICA - FACULDADE UNIÃO DAS AMÉRICAS.;

RESUMO: O presente trabalho visa apresentar os dados de pesquisa sobre o enfoque da Psicologia Ambiental e Educação Ambiental. A Psicologia Ambiental surgiu inicialmente com o nome de “Psicologia da Arquitetura”, entre anos 50 e 60 (MELO, 1991). De acordo com as questões ambientais observadas durante as últimas décadas, percebeu-se que a psicologia ambiental poderia ser utilizada como um instrumento para proporcionar uma melhor compreensão das interações pessoa – ambiente. O objetivo do projeto é investigar através da Psicologia Ambiental o porquê os adolescentes descartam no chão, o lixo que produz em ambientes públicos, negligenciando

os impactos socioambientais locais e globais no planeta. A metodologia usada foi estudo do tipo transversal no Colégio Estadual Três Fronteiras, localizado na Av. Surubi, s/n, Bairro Porto Meira, na cidade de Foz do Iguaçu (PR), entre os meses de setembro a novembro de 2014. A amostra foi composta por 273 alunos do 6º e 7º ano, do período da tarde. Foi aplicado um questionário com 15 perguntas conforme (anexo 1 e 2), foram selecionados 2 turmas da 6ª e 7ª num total de 97 alunos. Feito isso, realizamos 10 encontros psicoeducativos conforme o cronograma (anexo 3) e ao término um outro questionário para correlações de dados. Percebeu-se correlações significativas de acordo com a análise dos gráficos da figura 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, e a 2.5. O desenvolvimento do trabalho passa por uma abordagem transdisciplinar a partir da teoria de Vygotsky (1992), observa-se que o indivíduo é constituído a partir de três esferas: interrelações psicossociais, zona de desenvolvimento proximal e a internalização. O projeto trabalhou a conscientização ambiental tendo em vista os três elementos acima junto a cada aluno ao ter contato com as atividades. Segundo Melo (1991) a Psicologia Ambiental envolve o estudo de percepção, de cognição, e do comportamento; ou seja, como esse processo influencia o comportamento humano na interação ao meio ambiente. Concluímos que a busca da sensibilização tem como principal proposta despertar nos adolescentes e a sociedade para os problemas ambientais que estão cada vez mais caóticos e que ferem diretamente a todos os seres vivos. Podemos através de pequenas mobilizações trabalhar com Psicologia Ambiental e Educação Ambiental como instrumento de mudança, independente dos obstáculos. Os resultados obtidos mostram que o objetivo foi alcançado, este que é de incentivar a criação de uma nova cultura que reconhece sua responsabilidade socioambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

MELO, R. G. C. Psicologia Ambiental, uma nova abordagem da Psicologia. Psicologia-USP, 2 (1-2), 85-103, 1991.; MOSER, G. Psicologia face aos problemas urbanos. Palestra proferida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como parte das comemorações dos 35 anos da “Lei do Psicólogo” e dos 20 anos do Curso de Psicologia da UFRN, Natal, 27 de Agosto de 1997.;

PINHEIRO, José Q.. Psicologia Ambiental: a busca de um ambiente melhor. Estudos de Psicologia. V. 2, n.2: 377-398, 1997.;

CAMILLO, Regina, et alli. Algumas Reflexões sobre o Fazer Docente a partir da Ótica Sócio-Interacionista. Revista da Associação dos Pós-graduandos da PUC São Paulo, Ano 1, N. 2, São Paulo, SP, 1992.

TÍTULO DO TRABALHO:

QUALIDADE DE VIDA DE DOENTES RENAI EM HEMODIÁLISE

AUTOR(ES): 1 DEBORA BERGER SCHMIDT; 2 ARAÍ PRADO BERGER; 3 THAÍS MALUCELLI AMATNEEKS;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 PSICÓLOGA; 2 PSICÓLOGA; 3 ACADÊMICA DE PSICOLOGIA.

APRESENTADOR(ES): DEBORA BERGER SCHMIDT;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): debergers@gmail.com; araieberger@gmail.com; thais.malucelli@gmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: 1 Fundação Pró-Renal; 2 Fundação Pró-Renal; 3 Pontifícia Universidade Católica do Paraná;

RESUMO: Introdução: A insuficiência renal crônica é uma doença irreversível e a partir de seu diagnóstico os pacientes sofrem uma série de consequências, mudanças físicas, biológicas, sociais e econômicas causando grande impacto na vida emocional e consequentemente na sua qualidade de vida. Para a presente pesquisa foi utilizado o conceito de Qualidade de Vida Relacionada à Saúde, considerando sua ampla dimensionalidade constituída através de aspectos físicos, psicológicos, sociais e ambientais. Objetivo: Analisar a relação entre a qualidade de vida do paciente em hemodiálise e sua interação entre função física e emocional. Método: O instrumento utilizado foi o Kidney Disease Quality of Life Short Form (KDQOL-SF). A pesquisa é mista transversal, foi aplicada em três clínicas e submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Paraná. Desenvolvimento: Foram estudados 210 pacientes, com idade média de 54,1 ± 14,4 anos, 34,4% diabéticos, 44,5% nefroesclerose hipertensiva e 21,1% glomerulonefrite. A maioria dos pacientes são do sexo masculino, 61% e casados, 53%, sendo que 38% possuem o ensino fundamental incompleto, 16% possuem ensino fundamental completo e 6% analfabetos. A prevalência geral de disfunção física, tópico da pesquisa, foi de 47% e os níveis de

energia e fadiga, 54,55%. A disfunção emocional totalizou 45,26% juntamente com função social que se encontra em déficit importante de 59,7% bem como os níveis de satisfação pessoal, 58,30%. Esta perda do prazer está diretamente relacionada a depressão que é a psicopatologia mais manifesta, alterando a qualidade de vida da pessoa com nefropatia. Compreendida não apenas como consequência da uremia, mas também pelo quadro de crises e perdas vivenciadas pelo paciente (DINIZ E SCHOR, 2006). Em geral, o paciente diante deste diagnóstico não vê mais sentido em atividades de lazer, pois, sua visão de vida se alterou significativamente assim como seu corpo e suas emoções, apresentando sentimentos com tonalidade afetiva negativa, falta de prazer, falta de energia, perda de interesse, mal-estar, desamparo e angústia, com vivências ligadas a perdas, morte e fracasso” (SIMONETTI, 2004). Conclusão: A insuficiência renal crônica, condicionada ao acompanhamento hemodialítico resulta em severas restrições e adaptações na vida do paciente, principalmente, no que concernem às mudanças e alterações em termos de integridade física e emocional do enfermo e, consequentes limitações. (LUIZ, 2010). Neste estudo apenas 11% dos pacientes trabalham e o exercício laboral é determinante no equilíbrio psicológico do ser humano, à medida que o mantém solidamente vinculado à realidade, constituindo muitas vezes, fator norteador da vida humana, com implicações diretas nas condições fisiológicas, psíquicas, mentais e sociais do indivíduo (CARREIRA, 2003). A relação entre fatores emocionais e físicos é altamente prevalente no paciente renal crônico, contudo, diante das inúmeras dificuldades, é necessário estimular sua capacidade para se adaptar de maneira positiva ao novo estilo de vida e assumir o controle do seu tratamento, abordando saúde e doença não como elementos opostos, mas como parte de um processo único. Não se pode afirmar que existem apenas fatores psíquicos e nem só fatores físicos é um jogo complexo de inter-relações que se afetam mutuamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CARREIRA L, MARCON, S. Cotidiano e trabalho: concepções de indivíduos portadores de insuficiência renal crônica e seus familiares. Rev Latino-Am Enfermagem. 2003 Nov/Dec;11(6):823-31.

DINIZ, P. & SCHOR, N. Psiconefrologia: humanização e qualidade de vida. São Paulo, 2006.

LUIZ, A; VERONEZ, F. Acompanhamento psicológico a pacientes com insuficiência renal crônica. Omnia Saúde, v.7, supl., p.55-62, 2010.

SIMONETTI, A. Manual de Psicologia Hospitalar. 6 ed. Casa do Psicólogo: São Paulo, 2004

TÍTULO DO TRABALHO:

SINASE E PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO: EMANCIPAÇÃO OU ALIENAÇÃO

AUTOR(ES): 1 FLÁVIA CAROLINE SANTOS CARDOSO PEREIRA; 2 ELIZABETH PIEMONTE CONSTANTINO;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 MESTRANDA EM PSICOLOGIA E SOCIEDADE – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA/ UNESP – ASSIS – SÃO PAULO, DOUTORADO EM EDUCAÇÃO PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO MESQUITA FILHO(1997); 2 DOCENTE ASSISTENTE-DOUTOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO MESQUITA FILHO.

APRESENTADOR(ES): FLÁVIA CAROLINE SANTOS CARDOSO PEREIRA;

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): flaviacaroline20@hotmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/ UNESP- Assis- São Paulo;

RESUMO: No cenário das medidas socioeducativas observar-se a criação de novas políticas públicas, visando avançar e mudar o retrato do sistema socioeducativo, recentemente foi criada uma política pública com enfoque na melhora da aplicação das medidas socioeducativas, sendo chamada de Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado, ao qual o adolescente, autor de ato infracional tem direito. O SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e em seguida aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, trazendo inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do sistema socioeducativo. Dentro das diretrizes do SINASE propõe-se a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao

atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e equipamentos públicos. O SINASE criou também a obrigatoriedade do PIA (Plano Individual de Atendimento), que é um instrumento que visa o planejamento, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente em cumprimento de medida socioeducativas aplicado pelos envolvidos na execução da medida. O objetivo principal do PIA é a personalização do atendimento ao adolescente, sendo assim o mesmo se configura como uma ferramenta indispensável para evolução pessoal e social do adolescente, sendo utilizada para construção de metas e compromissos junto ao adolescente e sua família, que são estabelecidas no decorrer da medida e adequação às necessidades do adolescente e sua família e como ponto central da estruturação da execução da medida socioeducativa. As políticas públicas para a criança e adolescente, bem como a política pública destinada ao adolescente em conflito com a lei teve grandes avanços legais e conceituais, porém é importante avaliar os seus reais progressos, no sentido de uma política baseada numa visão social inovadora, que considera a dimensão ética de inclusão e proteção com o objetivo de lidar com as vulnerabilidades e potencialidades dessa parcela da população. Observamos que com a obrigatoriedade do PIA objetiva-se um avanço no sentido de procurar ir de encontro a uma noção de adolescente real, único, descolando o foco exclusivo na individualidade ao apontar para o estabelecimento de estratégias integrais que demandarão acesso a Políticas Públicas. Porém como retrata o Panorama Nacional realizado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2012, o SINASE não está sendo implementado de forma eletiva, bem como o PIA ainda não estão sendo posto em prática em todo cenário nacional, sendo importante também observar como este plano está sendo realizado e se inclui a participação ativa do adolescente e família, pois ao contrário apenas se tornaria um instrumento com objetivos de controle e regulação sobre o adolescente, ao invés de promover a emancipação como se propõe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. (1990). Lei n. 8.069 de 13 de junho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; BRASIL. (2012). Lei n. 12.594 de 18 de Janeiro de 2012 que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE);

BRASIL (2006) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. Secretária Especial dos Direitos Humanos – Brasil – DF: CONANDA; CNJ - Conselho Nacional de Justiça. Panorama Nacional: a execução das medidas socioeducativas de internação. Programa Justiça ao Jovem, 2012.

TÍTULO DO TRABALHO:

UMA ANÁLISE COMPORTAMENTAL DA FRUSTRAÇÃO NO TRABALHO COMO ACOMPANHANTE TERAPÊUTICO

AUTOR(ES): 1 FILIPE MARTIN DE OLIVEIRA; 2 VINICIUS JOSÉ DORFEO DE CAMARGO; 3 SIMONE MARTIN OLIANI.

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): 1 ESTUDANTE 10º PERÍODO DE GRADUAÇÃO; 2 ESTUDANTE 10º PERÍODO DE GRADUAÇÃO; 3 MESTRE EM ANÁLISE DO COMPORTAMENTO PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA.

APRESENTADOR(ES): FILIPE MARTIN DE OLIVEIRA; VINICIUS DE JOSÉ DORFEO CAMARGO; SIMONE MARTIN OLIANI.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): filipepontoldb@gmail.com; vinipsicocamargo@gmail.com; oliani@sercomtel.com.br.

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: Faculdade Pitágoras e PsicC Instituto de Análise do Comportamento.

RESUMO: Este trabalho será descrito pelo atendimento de dois AT's (Acompanhantes Terapêuticos) com tempo de experiência similar e ambos no último ano de graduação. A formação do repertório de atendimento do psicólogo requer uma série de treinos de discriminações muito finas, todo esse treino visa evitar equívocos de análises e de ações terapêuticas, entretanto, a variedade de comportamentos que os clientes podem apresentar é infinita, o trabalho como AT requer um treino ainda mais intenso, e ainda sim, não está isento de engano. Com este trabalho será possível discutir os possíveis desfechos que entrar em contato com a frustração podem trazer. Este sentimento no atendimento é um desafio a terapeutas iniciantes, que pode ser considerada em uma análise simples, fruto de um estímulo aversivo ou ainda, falta de reforçadores que poderiam ser alcançados. O trabalho relata dois atendimentos em que os AT's realizaram sob supervisão de psicólogos mais experientes, que em várias situações se depararam com variáveis de imprevisibilidade que levaram a frustrações do planejamento terapêutico.

O trabalho do AT por ser realizado no ambiente extra consultório, onde o comportamento problema tem uma probabilidade maior de acontecer, onde existe possibilidade do desenvolvimento de novos repertórios, e aumenta a chance de serem reforçados de forma contingente, entretanto na sessão há possibilidade de haver quebra no pré planejamento que o AT havia feito para tal. O primeiro relato é sobre o acompanhamento de internamento domiciliar em situação de desintoxicação alcoólica e o segundo está relacionado a aquisição e de novas habilidades e o não uso de substância psicoativa. Nas experiências relatadas se faz uma importante reflexão acerca da identificação e manejo dos respondentes quando há situações de frustração, que para o terapeuta iniciante é uma habilidade imprescindível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

MARCO, Mariana Nunes da Costa; CALAIS, Sandra Leal. Acompanhante terapêutico: caracterização da prática profissional na perspectiva da análise do comportamento. Rev. bras. ter. comport. cogn., São Paulo, v. 14, n. 3, dez. 2012.;

Zamignani, D. R. (1997). O Trabalho do Acompanhante Terapêutico: A prática de um analista do Comportamento. Revista Biociências, Taubaté, v.1, n.3, p.77-90;

Zamignani, D. R., & Wielenska, R. C. (1999). Redefinindo o papel do acompanhamento terapêutico. Em: R. R. Kerbauy & R. C. Wielenska (Orgs.) Sobre comportamento e cognição, Santo André: ARBytes Editora, 1999, p.157-165.;

Zamignani, D. R., Banaco, R. A., & Wielenska, R. C. (2007a). O mundo como setting clínico do analista do comportamento. Em: D. R. Zamignani, R. Kovac, & J. S. Vermes (Orgs.) A Clínica de Portas Abertas: experiências e fundamentação do acompanhamento terapêutico e da prática clínica em ambiente extraconsultório. Santo André: ES-ETec, 2007, p. 21-29.

TÍTULO DO TRABALHO:

VOZ ATIVA: A OCORRÊNCIA DE ASSÉDIO MORAL ENTRE DISCENTES NO ENSINO SUPERIOR

AUTOR(ES): 1 STÉFANY BIBIANO; 2 DIEGO MONTES DA ROSA; 3 ANDRÉIA RIBEIRO; 4 JÉSSICA CANTOS; 5 JÉSSICA GARCIA; 6 MARIANA GUARIENTO; 7 MIKAEL CORRÊA; 8 SIMONE PALUDO

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): ESTUDANTES; 8 PROFESSORA ORIENTADORA

APRESENTADOR(ES): STÉFANY BIBIANO; DIEGO MONTES DA ROSA.

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): stefanybibiano@yahoo.com.br; diegommontes@hotmail.com;

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

RESUMO: O assédio moral (AM) é uma das formas mais sutis de violência, compreendido como a exposição frequente e prolongada de situações humilhantes e constrangedoras, percebido como o uso do poder contra um indivíduo ou um grupo, podendo resultar em prejuízo para o desenvolvimento físico, mental e moral deste(s). O projeto Voz Ativa foi elaborado como uma ação de extensão pertencente ao Centro de Estudos Psicológicos (CEP Rua/FURG) voltado para casos de assédio moral e/ou violência (moral, sexual, psicológica) sofridos por alunos da Universidade Federal do Rio grande. Como as situações de assédio moral e violência são permeadas por silêncio, medo e constrangimento, tornou-se necessário elaborar uma estratégia que facilitasse a escuta e a revelação das violações sofridas pelos alunos. Dessa forma, a ocorrência de AM e violência nos discentes pelos docentes, colegas e/ou funcionários da instituição federal de ensino superior no Estado do Rio Grande do Sul foi investigada através de uma survey. Com o objetivo de identificar e objetivar a existência de AM foi aplicado um estudo piloto com um questionário fechado, individual e anônimo, abrangendo uma amostra de 54 alunos (dados que foram coletados até o momento). Dentre os respondentes do questionário, 68,5% são do sexo feminino e 31,5% masculino; a média de idade dos participantes é de 22,65 anos. Dentre os 33,3% participantes que afirmaram do assediador que foi apontado é de 58,3% do sexo feminino e 41,7% masculino; sendo 65,2% são professores, 26% colegas e 8,8% funcionários, evidenciando que a universidade não está alheia a ocorrência de assédio moral e violência. Embora seja possível identificar uma amostra predominante de mulheres assediadas e assediadoras, não é possível afirmar que este resultado se dá por uma questão de gênero, devido a amostra total ser de maioria

do sexo feminino. De acordo com a porcentagem predominante de professores assediadores, entende-se que a questão central do assédio na população estudada é a hierarquia institucional, sendo o espaço da universidade um ambiente propício para a competitividade por cargos, publicações e pesquisas. Essas articulações têm características relevantes na forma como entendemos as identidades, como fluidas, descontínua e constituídas pelas diferenças e pelas relações de poder, em redes discursivas, as quais constituem saberes que podem objetivar formas de assédio e de assediadores. Assim, a partir da compreensão sobre o AM, reafirma-se o compromisso da universidade com o enfrentamento das situações de violação dentro do espaço acadêmico.

O presente trabalho trata de um estudo piloto, por esse motivo ainda não foi submetido ao comitê de ética.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

NUNES, S. T.; TOLFO, R. S.; Assédio moral no trabalho: Consequências identificadas por servidores docentes e técnicos-administrativos em uma universidade federal brasileira. Revista GUAL, Florianópolis, v. 5, n. 3, p. 264-286, dez. 2012.
CARAN, V. C. S.; SECCO, I. A. O.; BARBOSA, D. A.; ROBAZZI, M. L. C. C.; Assédio moral entre docentes de instituição pública de ensino superior do Brasil. Acta Paul Enferm, 23(6), p. 737-744, 2010.
FONTES, K. B., CARVALHO, M.D.B.; Variáveis envolvidas na percepção do assédio moral no ambiente laboral da Enfermagem. Rev. Latino-Am. Enfermagem, 20(4):[08 telas], jul.-ago. 2012.

TÍTULO DO TRABALHO:

PSICOLOGIA AMBIENTAL: CONSCIENTIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES NA ESCOLA JUNTO AO MATERIAL RECICLÁVEL E INCLUSÃO SOCIAL DOS CATADORES

AUTOR(ES): 1 BÁRBARA WEBER KANG; 2 CARLOS EDUARDO SANTOS; 3 JUSSARA HAHMANN; 4 LEANDRO SILVA; 5 VLADINEIA LILIAN LISBOA.;

FORMAÇÃO DAS(OS) AUTORAS(ES): ACADÊMICOS DE PSICOLOGIA.

APRESENTADOR(ES): LEANDRO SILVA

E-MAILS DO(S) AUTOR(ES): leandrometodologo@yahoo.com.br

INSTITUIÇÃO(ÕES) QUE REPRESENTAM: UNIAMÉRICA - FACULDADE UNIÃO DAS AMÉRICAS.;

RESUMO: Esse trabalho teve início pela iniciativa do acadêmico Leandro Silva que em 2013 percorreu instituições de ensino e pesquisa para realizar palestras e dinâmicas, pois percebeu a necessidade de investigar e conscientizar os adolescentes devido ter observado seus comportamentos normóticos de descartar o lixo no chão em ambientes públicos. O objetivo dessas atividades era criar um despertar para postura e atitude acerca da Consciência Ambiental. Para isso, foi eleita patrona e casuística/case das atividades a professora Wangari Maathai a prêmio Nobel da Paz em 2004 e 1ª africana a conquistar o título de doutorado na África. Uma personalidade ícone mundial, reconhecida internacionalmente pelas suas ações de ambientalista, de combate a fome, de empoderamento as mulheres e promotora da cultura da paz no processo socioambiental no mundo. Para ONU – Organização das Nações Unidas e o PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente a Wangari Maathai representa um símbolo de ativismo socioambiental bem sucedido. Essas palestras tomaram maiores proporções a partir da apresentação em 26 de outubro de 2013 no evento - Encontro Pré-II Fórum de Responsabilidade Planetária – Ações conscientes, efeitos sustentáveis, organizado pela instituição Reconciliação, tendo apoio/parceria da Itaipu, Educare, ACIFI, Parque Nacional do Iguaçu, ICMBIO entre outras instituições. A estratégia era evidenciar que o projeto vai ao encontro de algumas políticas públicas voltadas a Educação e Sustentabilidade, conforme a seguir - políticas públicas: Política Nacional de Resíduos Sólidos, Política Nacional da Educação Ambiental, a Lei Rouanet entre outras. No primeiro semestre de 2014 esse projeto foi incorporado como projeto dentro da faculdade Uniamérica. Este artigo subdivide-se em seções, começando por o objetivo, a problematização e hipótese da relação dos adolescentes e o comportamento normótico de descartar o lixo no chão e suas implicações para a sociedade. Daremos a contextualização do surgimento e relevância da Psicologia Ambiental para foco de estudo/pesquisa. Apresentaremos o conceito de Normose Ambiental e suas implicações para o planeta. Também serão refletidos os desafios da inserção de temas ambientais de modo transdisciplinar desde o ensino básico ao curso superior no cenário das instituições educativas. No tópico posterior, discutem-se a constituição da consciência ambiental através de atividades psicoeducativas e mobilização de mini operações urbanas de preservação

ambiental. Em seguida, são apresentados os procedimentos da metodologia adotados no estudo. Os dois últimos tópicos do artigo discutem os resultados encontrados e encerram a discussão, apontando os avanços potenciais identificados no presente estudo, de natureza investigativa e exploratória, sobre as implicações das instituições de ensino buscar atuar na constituição da Consciência Ambiental e a relevância da Psicologia Ambiental decorrentes dos dados observados. O objetivo do projeto é investigar através da Psicologia Ambiental o porquê dos adolescentes descartam no chão o lixo que produz em ambientes públicos, negligenciando os impactos socioambientais locais e globais no planeta. Nossa problematização de pesquisa parte da seguinte questão. Por que os adolescentes descartam, jogam o lixo no chão em ambientes públicos? Colocamos como hipótese de trabalho. Será que existe uma banalização dos adolescentes referente aos impactos socioambientais provocados pelo lixo descartados em ambientes públicos? Método: O estudo do tipo transversal foi realizado no Colégio Estadual Três Fronteiras, localizado na Av. Surubi, s/n, Bairro Porto Meira, na cidade de Foz do Iguaçu (PR), entre os meses de setembro a novembro de 2014. A amostra foi composta por 273 alunos do 6º e 7º ano, do período da tarde. Fora aplicado um questionário com 15 perguntas conforme (anexo 1 e 2), selecionados 2 turmas da 6ª e 2 turmas da 7ª. Feito isso realizamos 10 encontros psicoeducativos conforme o cronograma(anexo 3) e ao término um outro questionário para correlações de dados. Percebeu-se correlações significativas de acordo com a análise dos gráficos da figura 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, e a 2.5. A interação das atividades realizadas possibilitou a atuação dos facilitadores na condição de mediadores e estimulando a (ZDP) Zona de Desenvolvimento Proximal junto aos alunos e entre os alunos. Através dessas interações foi possível notar a reflexão e estímulo a constituição da Consciência Ambiental via Psicologia Ambiental, desconstruindo a Normose Ambiental. Tal programa propiciou a Conscientização em relação postura de cidadania socioambiental e a ajudar de modo prático na inclusão social da cooperativa dos catadores de recicláveis do bairro Porto Meira. Conclusão, faz-se necessário, urge a demanda da promoção da Psicologia Ambiental, Educação Ambiental unindo num sinergismo os atores e atrizes: faculdade/escola/cooperativa de catadores/sociedade civil/e autoridades. Além dessas 6 referências bibliográficas mencionadas aqui para esse pesquisa, fora utilizado mais de 25 referências Bibliográficas conforme consta no artigo. MELO, R. G. C. Análise do impacto de grandes projetos em comunidades: uma abordagem a partir da Psicologia Ambiental; estudo de caso do Complexo de Suape. Revista de Psicologia (Fortaleza), 8, 127-151, 1990. MELO, R. G. C. Psicologia Ambiental, uma nova abordagem da Psicologia. Psicologia-USP, 2 (1-2), 85-103, 1991. MOSER, G. Psicologia face aos problemas urbanos. Palestra proferida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como parte das comemorações dos 35 anos da “Lei do Psicólogo” e dos 20 anos do Curso de Psicologia da UFRN, Natal, 27 de Agosto de 1997. PINHEIRO, J. Q. Psicologia Ambiental no Brasil: uma experiência de ensino e pesquisa. Comunicação apresentada no XX Congresso Interamericano de Psicologia, Caracas, Venezuela, 7 a 12 de Julho de 1985. PINHEIRO, J. Q. Determinants of cognitive maps of the world as expressed in sketch maps. Tese de Doutorado não publicada, Universidade do Arizona, Tucson, EUA, 1996. PINHEIRO, José Q.. Psicologia Ambiental: a busca de um ambiente melhor. Estudos de Psicologia. V. 2, n.2: 377-398, 1997.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

MELO, R. G. C. Psicologia Ambiental, uma nova abordagem da Psicologia. Psicologia-USP, 2 (1-2), 85-103, 1991.; MOSER, G. Psicologia face aos problemas urbanos. Palestra proferida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como parte das comemorações dos 35 anos da “Lei do Psicólogo” e dos 20 anos do Curso de Psicologia da UFRN, Natal, 27 de Agosto de 1997.; PINHEIRO, J. Q. Psicologia Ambiental no Brasil: uma experiência de ensino e pesquisa. Comunicação apresentada no XX Congresso Interamericano de Psicologia, Caracas, Venezuela, 7 a 12 de Julho de 1985.; PINHEIRO, José Q.. Psicologia Ambiental: a busca de um ambiente melhor. Estudos de Psicologia. V. 2, n.2: 377-398, 1997.

Promoção



XII Plenário – gestão “É tempo de diálogo” – 2013/2016

é tempo de diálogo

Ana Lúcia Bragueto (CRP-08/08334)
André Luis Cyrillo (CRP-08/09184)
André Luiz Vendel (CRP-08/14073)
Anita Castro Menezes Xavier (CRP-08/12770)
Bruno Jardini Mäder (CRP-08/13323)
Cleia Oliveira Cunha CRP-08/00477)
Denise Ribas Jamus (CRP-08/11462)
Fernanda Rossetto Prizibela (CRP-08/12857)
Guilherme Bertassoni da Silva (CRP-08/10536)
Juliano Del Gobo (CRP-08/13756)
Luciana de Almeida Moraes (CRP-08/144170)
Luiz Antônio Mariotto Neto (CRP-08/17526)
Luiz Henrique Birck (CRP-08/15340) - licenciado
Maria Stella Aguiar Ribeiro (CRP-08/05524)
Mariana Daros de Amorim (CRP-08/15938) - licenciada
Nayanne Costa Freire (CRP-08/14350)
Paula Matoski Buttore (CRP-08/12879)
Renata Campos Mendonça (CRP-08/09371)
Rodrigo David Alves de Medeiros (CRP-08/13844)
Rodrigo Soares Santos (CRP-08/07213) - licenciado
Rosângela Maria Martins (CRP-08/01169)
Sandra Mara Passarelli Flores (CRP-08/01198)
Solange Maria Rodrigues Leite (CRP-08/09294)
Vanessa Cristina Bonatto (CRP-08/13902)

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas e todos que trabalharam e contribuíram para que este evento fosse realizado, especialmente àqueles(as) que compartilharam seus conhecimentos, pesquisas e experiências, possibilitando a construção de mais um capítulo da história da Psicologia paranaense. Deixamos registrado aqui também as entidades que apoiaram a realização do XV Encontro Paranaense de Psicologia:

CONTATOS

Curitiba

Atendimento: segunda a sexta-feira, das 09h às 17h
Endereço: Avenida São José, 699 - Cristo Rei - Curitiba - PR - 80.050-350
Fone: (41) 3013-5766
E-mail: crp08@crppr.org.br

Londrina

Atendimento: segunda a sexta-feira, das 09h às 12h e das 13h às 17h
Endereço: Av. Paraná, 297 - 8º andar, Ed. Itaipu - Londrina - PR - 86.010-390
Fone/Fax: (43) 3026-5766 | (43) 8806-4740

Maringá

Atendimento: segunda a sexta-feira, das 09h às 12h e das 13h às 17h
Endereço: Av. Rio Branco, 942, sala 05
Centro Médico Rio Branco - Zona 05 - Maringá - PR - 87.015-380
Fone/Fax: (44) 3031-5766 | (44) 8808-8545

Cascavel

Atendimento: segunda a sexta-feira, das 09h às 12h e das 13h às 17h
Endereço: R. Paraná, 3033 - 5º andar, salas 53/54 - Centro - Cascavel - PR - 85.810-010
Fone/Fax: (45) 3038-5766 | (45) 8814-4163

Parcerias/Apoios:



Qualicorp



sapiens
instituto de psicologia



www.crppr.org.br